



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

VICTORIA GLENDA LOPES BATISTA

MODALIDADE DEÔNICA E EFEITOS DE SENTIDO EM LÍNGUA ESPANHOLA

FORTALEZA

2019

VICTÓRIA GLENDA LOPES BATISTA

MODALIDADE DEÔNICA E EFEITOS DE SENTIDO EM LÍNGUA ESPANHOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nadja Paulino Pessoa Prata.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- B337m Batista, Victória Glenda Lopes.
Modalidade deôntica e efeitos de sentido em língua espanhola / Victória Glenda Lopes Batista. – 2019.
205 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2019.
Orientação: Profa. Dra. Nadja Paulino Pessoa Prata.
1. Modalidade deôntica. 2. Objetividade. 3. Subjetividade. 4. Intersubjetividade. 5. Língua Espanhola. I.
Título.

CDD 410

VICTÓRIA GLENDA LOPES BATISTA

MODALIDADE DEÔNICA E EFEITOS DE SENTIDO EM LÍNGUA ESPANHOLA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (PPGL/UFC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística.

Aprovada em: ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Nadja Paulino Pessoa Prata (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Sandra Denise Gasparini Bastos
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP-SJRP)

Prof. Dr. Valdecy de Oliveira Pontes
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ao meu esposo amado, Thiago.

AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação ao Senhor dos meus dias, meu Deus Trino, a quem devo cada linha deste trabalho, bem como cada batida do meu coração.

A meu esposo, Thiago Paz, marido paciente e pilastra em minhas fraquezas, detentor do meu amor, que possui a força da verdade.

A meus pais, Fernando e Ivonete, pelo orgulho que constrange, pelos favores a postos, e pela honra que me deram de por eles ser criada e orientada.

Aos meus irmãos, Erick Victor, pela admiração imerecida, e João Wylker, pelo seu riso doce de criança que abrandou as horas difíceis.

A meu tio Jânio, pela força que impulsiona e pela constante e carinhosa lembrança.

À professora Nadja Paulino Pessoa Prata, pelo seu carinho e paciência infinitos, pela doçura materna que transborda e se estende a mim, e pela orientação competente e de propriedade incontestável, e pelo seu trabalho que é referência.

Aos meus professores durante o mestrado, Drs. Ricardo Leite, Ana Célia, Maria Elias, Mônica Magalhães, Nadja Paulino Pessoa Prata, Márcia Teixeira, Valdecy Pontes e Hebe Macedo, pela excelência do ensino e grande edificação.

À Universidade Federal do Ceará, pela excelência no ensino e resistência em meio a um turbulento período educacional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e, em especial, ao gentil Eduardo, pelo auxílio nos momentos de dúvida e prontidão no apoio.

A CAPES, pelo auxílio financeiro e incentivo à pesquisa.

À Banca Examinadora, e à profa. Dra. Maria Elias, pelos edificantes comentários e gentis orientações.

Ao meu companheiro de UFC, André Silva Oliveira, que não desiste de mim mesmo quando eu desejo desistir.

Às minhas colegas de trabalho, hoje amigas, Fabiana e Liduína Gadelha, que esperam carinhosamente minha volta à sala de aula e me incentivam e progredir.

Às minhas cunhadas Suzana e Viviane, pelo honroso reconhecimento e elogios, e pelas discussões engrandecedoras.

Ao pastor Flávio Paz, por suas orações, pela frequente atenção e admoestação, preocupando-se com meu bem estar diariamente, e buscando motivar-me a seguir glorificando ao Senhor com o esforço e estudo dedicados a este trabalho.

Aos meus companheiros de mestrado Brenda e Naéliton, pela troca de inquietações, lamentos, ideias e estímulos. Ao meu queridíssimo Israel Bernardino (B), pela celeridade de sua ajuda e paciência com meus desesperos.

A todos que participaram direta ou indiretamente da execução deste estudo.

“As palavras têm a leveza do vento e a força
da tempestade”

Victor Hugo

RESUMO

Nos estudos linguísticos, a categoria denominada modalidade é definida por excelência como uma expressão de atitudes e opiniões subjetivas dos falantes (HALLIDAY, 1985; PALMER, 1986). Segundo Martins e Oliveira [2011; 2018, p. 324], a categoria modal está vinculada aos efeitos de subjetivização e subjetividade, que dizem respeito a, respectivamente, uma natureza inerente à categoria modal como um todo e marcações linguísticas que evidenciem esta mesma natureza. Dentro da categoria modal, tem-se a modalidade deôntica, relacionada à expressão de normas de conduta (*deons* = aquilo que é obrigatório). De acordo com Lyons (1977), no que diz respeito à modalidade deôntica especificamente, é necessário ter em consideração a fonte modal, que deve ser legitimada, advinda de um senso comum ou de uma compulsão unicamente interna do Falante. Não obstante, ao considerar a disposição teórica da escola holandesa denominada Gramática Discursivo-Funcional, ou GDF, (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a partir da categorização modal de acordo com seu alvo de avaliação, a modalidade deôntica é compreendida como uma modalidade objetiva, que se destina à expressão de normas de conduta sem a avaliação crítica do Falante que a implementa (subjetividade). O Falante, assim, não avalia subjetivamente a realização dos Estado-de-Coisas. Observando tais divergências teóricas, intenta-se, neste trabalho, alinhar à modalidade deôntica (conforme disponível na GDF) os efeitos propostos em outros estudos teóricos, ao investigar a expressão da modalidade deôntica em língua espanhola. Para tanto, coletou-se uma série de textos de distintos gêneros (Enquete, Artigos de Opinião e Comentários online) e forte caráter argumentativo, que perfazem um *corpus* de estudo especializado (VARGAS-SIERRA, 2006), pois configura-se como um *corpus* pequeno (de aproximadamente 28.000 palavras), que possui temática específica, as touradas espanholas, de forma a manter o foco nas ocorrências modais encontradas, extraídos de um conhecido periódico espanhol, a fim de estabelecer um *corpus* de estudo composto de textos diversos em língua espanhola. Após a formação do *corpus*, foram coletadas, no período aproximado de um ano, 156 expressões da modalidade deôntica em língua espanhola, e analisadas qualitativa e quantitativamente por meio do programa *Statistical Package for Social Sciences*, ou SPSS, com foco no aspecto qualitativo da análise, e às ocorrências foram atribuídos distintos efeitos de sentido de objetividade, subjetividade e intersubjetividade, a partir de categorias de análise disponíveis na própria GDF, bem como em estudos que de igual modo se propõem a reconsiderar o *status* unicamente objetivo da modalidade deôntica na GDF. Observa-se então a manifestação variada de ditos efeitos na expressão da modalidade deôntica, vinculados à modalidade a

partir não apenas das ferramentas disponíveis na GDF para a categorização modal, mas por meio de diversos elementos gramaticais (como os modos e tempos verbais, tipos de Ilocução, Escopo modal, entre outros), discursivos (como os tipos de Fontes e sua marcação ou apagamento) e contextuais (como os gêneros textuais em que se deram as expressões), que permitem a atribuição dos efeitos à modalidade e expandem o campo de análises em modalidade deôntica não apenas em língua espanhola, mas a qualquer língua a que se disponha analisar.

Palavras-chave: Modalidade deôntica. Objetividade. Subjetividade. Intersubjetividade. Língua Espanhola.

ABSTRACT

In linguistic studies, the category called modality is defined par excellence as an expression of speaker's subjective attitudes and opinions (HALLIDAY, 1985; PALMER, 1986). According to Martins and Oliveira [2011 and 2018, p. 324], the modal category is linked to the effects of subjectivization and subjectivity, which concern, respectively, an inherent nature of the modal category as a whole and linguistic markings that evidence this same nature. Within the modal category, there is the deontic modality, related to the expression of norms of conduct (*deons* = what is obligatory). According to Lyons (1977), with regard to the deontic modality specifically, it is necessary to take into consideration the modal source, which must be legitimized, coming from a common sense or a solely internal compulsion of the Speaker. However, when considering the theoretical disposition of the Dutch school called Discursive-Functional Grammar, or FDG, (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), from the modal categorization according to its evaluation target, the deontic modality is understood as an objective modality, which is intended for the expression of conduct norms without the critical evaluation of the Speaker who implements it (subjectivity). The Speaker thus does not subjectively evaluate the achievement of the State-of-Affairs. Observing such theoretical divergences, this paper intends to align the deontic modality (as available in the FDG) with the effects proposed in other theoretical studies, by investigating the expression of the deontic modality in the Spanish language. Therefore, a series of texts from different genres (Poll, Opinion Articles and Comments online) and strong argumentative character were collected, which make up a *corpus* of specialized study (VARGAS-SIERRA, 2006), since it is configured as a small *corpus* (approximately 28,000 words), with a specific theme, Spanish bullfighting, in order to keep the focus on the modal events found, extracted from a well-known Spanish journal, in order to establish a *corpus* of study composed of different texts in Spanish. After *corpus* formation, 156 expressions of the Spanish language deontic modality were collected over a period of one year, and analyzed qualitatively and quantitatively (through the program *Statistical Package for Social Sciences*, or SPSS), focusing on in the qualitative aspect of the analysis, and to the occurrences were attributed distinct effects of sense of objectivity, subjectivity and intersubjectivity, from categories of analysis available in the FDG itself, as well as in studies that also propose to reconsider the purely objective status of the analysis. deontic modality in FDG. It is then observed the varied manifestation of these effects in the expression of deontic modality, linked to the modality from not only the tools available in FDG for modal categorization, but through various grammatical elements (such

as verb modes and tenses, types of Illocution, Modal scope, among others), discursive (such as Font types and their marking or erasing) and contextual (such as the textual genres in which expressions are given), which allow the attribution of effects to the modality and expand the field of expression and deontic analysis not only in Spanish, but in any language available for analysis.

Keywords: Deontic modality. Objectivity. Subjectivity. Intersubjectivity. Spanish language.

RESUMÉ

Dans les études linguistiques, la catégorie appelée modalité est définie par excellence comme l'expression des attitudes et opinions subjectives des locuteurs (HALLIDAY, 1985; PALMER, 1986). Selon Martins et Oliveira [2011 et 2018, p. 324], la catégorie modale est liée aux effets de la subjectivation et de la subjectivité, qui concernent respectivement un caractère inhérent à la catégorie modale dans son ensemble et des marquages linguistiques qui témoignent de cette même nature. Au sein de la catégorie modale, il y a la modalité déontique, liée à l'expression des normes de conduite (*deons* = ce qui est obligatoire). Selon Lyons (1977), en ce qui concerne spécifiquement la modalité déontique, il est nécessaire de prendre en considération la source modale, qui doit être légitimée, provenant d'un bon sens ou d'une contrainte uniquement interne du Locuteur. Cependant, lorsque l'on considère la disposition théorique de l'école néerlandaise appelée Grammaire Discursive-Fonctionnelle, ou GDF, (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), à partir de la catégorisation modale en fonction de sa cible d'évaluation, la modalité déontique est comprise comme une modalité objective. , qui est destiné à l'expression de normes de conduite sans l'évaluation critique du Locuteur qui la met en œuvre (subjectivité). Le Locuteur n'évalue donc pas subjectivement la réalisation de l'Etat-des-Choses. Observant de telles divergences théoriques, cet article vise à aligner la modalité déontique (telle que disponible dans le GDF) avec les effets proposés dans d'autres études théoriques, en étudiant l'expression de la modalité déontique dans la langue espagnole. Par conséquent, une série de textes de différents genres (sondage, articles d'opinion et commentaires en ligne) et un fort caractère argumentatif ont été collectés, qui constituent un *corpus* d'études spécialisées (VARGAS-SIERRA, 2006), car il est configuré comme un petit *corpus* (environ 28000 mots), avec un thème spécifique, la tauromachie espagnole, afin de garder l'accent sur les événements modaux trouvés, extrait d'une revue espagnole bien connue, afin d'établir un *corpus* d'étude composé de différents textes en espagnol. Après la formation du *corpus*, 156 expressions de la modalité déontique en langue espagnole ont été collectées sur une période d'un an et analysées qualitativement et quantitativement (à travers du *Statistical Package for Social Sciences*, ou SPSS), en se concentrant sur dans l'aspect qualitatif de l'analyse, et aux occurrences ont été attribués des effets distincts du sens de l'objectivité, de la subjectivité et de l'intersubjectivité, à partir des catégories d'analyse disponibles dans le GDF lui-même, ainsi que dans des études qui proposent également de reconsidérer le statut purement objectif de l'analyse de la modalité déontique dans GDF. On observe ensuite la manifestation variée de ces effets dans l'expression de la modalité

déontique, liés à la modalité non seulement des outils disponibles dans GDF pour la catégorisation modale, mais à travers divers éléments grammaticaux (tels que les modes et les temps verbaux, les types de Illocution, portée modale, entre autres), discursif (comme les types de polices et leur marquage ou effacement) et contextuel (comme les genres textuels dans lesquels les expressions sont données), qui permettent l'attribution d'effets à la modalité et élargissent le champ d'expression. analyse déontique non seulement en espagnol, mais dans toutes les langues disponibles pour l'analyse.

Clés: Modalité déontique. L'objectivité. La subjectivité. L'intersubjectivité. Langue espagnole

RESUMEN

En los estudios lingüísticos, la categoría denominada modalidad se define por excelencia como una expresión de las actitudes y opiniones subjetivas de los hablantes (HALLIDAY, 1985; PALMER, 1986). De acuerdo a Martins y Oliveira [2011 y 2018, p. 324], la categoría modal está vinculada a los efectos de la subjetivización y la subjetividad, que se refieren, respectivamente, a la naturaleza inherente de la categoría modal en su conjunto y a las marcas lingüísticas que evidencian esta misma naturaleza. Dentro de la categoría modal, existe la modalidad deóntica, relacionada con la expresión de normas de conducta (*deons* = lo obligatorio). De acuerdo a Lyons (1977), con respecto a la modalidad deóntica específicamente, es necesario tener en cuenta la fuente modal, que debe ser legitimada, proveniente de un sentido común o una compulsión exclusivamente interna del Hablante. Sin embargo, al considerar la disposición teórica de la escuela holandesa llamada Gramática Discursiva-Funcional, o GDF, (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a partir de la categorización modal según su objetivo de evaluación, la modalidad deóntica se entiende como una modalidad objetiva, que está destinada a la expresión de normas de conducta sin la evaluación crítica del Hablante que lo implementa (subjetividad). Por lo tanto, el Hablante no evalúa subjetivamente el logro del Estado-de-Cosas. Observando tales divergencias teóricas, este trabajo intenta alinear la modalidad deóntica (como está disponible en el GDF) con los efectos propuestos en otros estudios teóricos, investigando la expresión de la modalidad deóntica en el idioma español. Por lo tanto, se recopiló una serie de textos de diferentes géneros (Encuesta, artículos de opinión y comentarios en línea) y un fuerte carácter argumentativo, que constituyen un *corpus* de estudio especializado (VARGAS-SIERRA, 2006), ya que está configurado como un *corpus* pequeño (aproximadamente 28,000 palabras), con un tema específico, los toros, para mantener el foco en los eventos modales encontrados, extraídos de un conocido periódico español, con el fin de establecer un *corpus* de estudio compuesto de diferentes textos en español. Tras la formación del *corpus*, se recolectaron 156 expresiones de la modalidad deóntica en español durante alrededor de un año, y se analizaron cualitativa y cuantitativamente (este último a través del programa *Statistical Package for Social Sciences*, o SPSS), centrándose en el aspecto cualitativo del análisis, y a las ocurrencias, se atribuyeron distintos efectos del sentido de objetividad, subjetividad e intersubjetividad, a partir de categorías de análisis disponibles en el propio GDF, así como en estudios que también proponen reconsiderar el estado puramente objetivo del análisis. modalidad deóntica en GDF. Luego se observó la variada manifestación de estos efectos en la

expresión de la modalidad deóntica, vinculado a la modalidad no solo de las herramientas disponibles en GDF para la categorización modal, sino a través de varios elementos gramaticales (como modos verbales y tiempos verbales, tipos de Illocución, alcance modal, entre otros), discursivo (como los tipos de fuente y su marcación o eliminación) y contextual (como los géneros textuales en los que se dieron las expresiones), que permiten la atribución de efectos a la modalidad y expanden el campo de expresión y análisis deóntico no solo en español, sino en cualquier idioma disponible para el análisis.

Palabras clave: Modalidad deóntica; Objetividad; Subjetividad; Intersubjetividad; Lengua Española.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arquitetura do Componente Gramatical da GDF.....	35
Figura 2 - Esboço da GDF.....	36
Figura 3 - Representação do Nível Interpessoal.....	43
Figura 4 - Representação do Nível Representacional.....	44
Figura 5 - Representação do Nível Morfossintático.....	46
Figura 6 - Representação do Nível Fonológico.....	47
Figura 7 - Semântica dos valores deônticos.....	53
Figura 8 - Proposta de escalaridade dos efeitos de Objetividade e Subjetividade da Modalidade deôntica em LE.....	184
Figura 9 – Proposta de entendimento do efeito de Intersubjetividade.....	185

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipologia dos Estados-de-Coisas.....	44
Quadro 2 - Quadro sinótico das categorizações modais.....	67
Quadro 3 - Proposta de classificação modal.....	69
Quadro 4 - Alvo da avaliação da modalidade na GDF.....	71
Quadro 5 - Quantidade de palavras do <i>corpus</i>	84
Quadro 6 - Categorias de análise relativas ao Componente Contextual.....	88
Quadro 7 - Categorias de análise relativas ao Nível Interpessoal	89
Quadro 8 - Categorias de análise relativas ao Nível Representacional	92
Quadro 9 - Categorias de análise relativas ao Nível Morfossintático	93
Quadro 10 - Indicadores potenciais de efeitos de Objetividade e Subjetividade em intensidade escalar	97
Quadro 11 - Indicadores potenciais de efeitos de Intersubjetividade.....	101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Modelo Revisado de Tempo e Modalidade na GDF... ..	90
Tabela 2 - Frequência dos modais deônticos no <i>corpus</i> em LE	115
Tabela 3 - Tipos de Ilocução dos enunciados no <i>corpus</i> em LE.....	118
Tabela 4 - Escopo da Modalidade Deôntica <i>versus</i> Efeito atribuído.....	126
Tabela 5 - Relação entre a tipologia dos Estado-de-Coisas <i>versus</i> Efeitos de sentido.....	129
Tabela 6 - Alvo da avaliação da modalidade deôntica	133
Tabela 7 - Polaridade modal.....	136
Tabela 8 - Expressões linguísticas da MD no <i>corpus</i> em LE.....	140
Tabela 9 - Tempos verbais dos verbos deonticamente modalizados.....	147
Tabela 10 - Modos verbais dos verbos deonticamente modalizados.....	159
Tabela 11 - Escopo da Modalidade Deôntica <i>versus</i> Efeito atribuído em língua espanhola.....	170
Tabela 12 - Fonte da modalidade deôntica <i>versus</i> efeito atribuído.....	176

LISTA DE ABREVIATURAS

GDF	Gramática Discursivo-Funcional
CC	Componente Contextual
EC	Estado-de-Coisas
PEP	Periódico <i>El País</i>
AO1	Artigo de Opinião 1
AO2	Artigo de Opinião 2
AO3	Artigo de Opinião 3
AO4	Artigo de Opinião 4
AO5	Artigo de Opinião 5
CO1	Comentários <i>On-line</i> relativos ao Artigo de Opinião 1
CO2	Comentários <i>On-line</i> relativos ao Artigo de Opinião 2
EQ	Enquete
NI	Nível Interpessoal
NR	Nível Representacional
NM	Nível Morfossintático

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
2 GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL	33
2.1 A arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional	34
<i>2.1.1 O Componente Contextual</i>	37
<i>2.1.2 O Componente Gramatical</i>	42
<i>2.1.2.1 O Nível Interpessoal</i>	42
<i>2.1.2.2 O Nível Representacional</i>	44
<i>2.1.2.3 O Nível Morfossintático</i>	46
<i>2.1.2.4 O Nível Fonológico</i>	47
2.2 A interação entre os Componentes e os Níveis de organização linguística	47
2.3 Síntese Conclusiva	49
3 MODALIDADE DEÔNICA NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS	51
3.1 A modalidade deônica e os efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade	52
3.2 A modalidade deônica na perspectiva da GDF	68
3.3 A fonte modal e a fonte evidencial	72
3.4 A expressão da modalidade deônica em língua espanhola	78
3.5 Síntese conclusiva	81
4 METODOLOGIA	83
4.1 A seleção, constituição e delimitação do <i>corpus</i>	83
4.2 Os procedimentos e as categorias de análise	86
4.3 A fonte modal	101
4.4 As dificuldades da análise	103
4.5 Síntese conclusiva	106
5 MODALIDADE DEÔNICA E OS EFEITOS DE SENTIDO EM LÍNGUA ESPANHOLA	108
5.1 Categorias de análise referentes ao Componente Contextual	108

5.1.1 <i>O contexto linguístico</i>	109
5.1.2 <i>O contexto situacional</i>	115
5.2 As categorias de análise referentes ao Nível Interpessoal	117
5.2.1 <i>Os tipos de Ilocução</i>	118
5.2.2 <i>A (não) marcação evidencial a Nível Interpessoal</i>	121
5.3 Categorias de análise referentes ao Nível Representacional	124
5.3.1 <i>A relação entre o Escopo da modalidade deôntica e o Efeito atribuído à modalidade</i>	125
5.3.2 <i>A tipologia dos Estado-de-Coisas</i>	129
5.3.3 <i>O Alvo da avaliação deôntica</i>	133
5.3.4 <i>A polaridade na modalidade deôntica em língua espanhola</i>	135
5.3.5 <i>A (não)marcação evidencial a Nível Representacional</i>	137
5.4 Categorias de análise referentes ao Nível Morfossintático	139
5.4.1 <i>As expressões linguísticas</i>	140
5.4.2. <i>Os tempos verbais</i>	146
5.4.3 <i>Os modos verbais</i>	159
5.5 O Imperativo como expressão da modalidade deôntica	166
5.6 A inter-relação entre as categorias de análise	169
5.7 Síntese conclusiva	185
6 CONCLUSÕES	187
REFERÊNCIAS	191
ANEXO A - LAYOUT DA ENQUETE PROMOVIDA POR PEP	201
ANEXO B – TABELA 13	203

1 INTRODUÇÃO

A modalidade é uma categoria que, estudada inicialmente na Filosofia aristotélica, diz respeito ao raciocínio lógico e aos fatos do mundo. No entanto, o conceito de modalidade sofreu uma cisão ao ser considerado, para a Linguística, como um meio de construção de enunciados que se estabelece entre o conteúdo dito e a inrojeção do Falante.¹ A partir de então, a modalidade, dividida em lógica e linguística, passou a ser considerada por esta última como uma expressão de *subjetividade* daquele que enuncia.

No entanto, a modalidade, ao ser subdividida tipologicamente, foi categorizada a partir dos conceitos de *objetividade* e *subjetividade*.² No primeiro caso, as modalidades consideradas objetivas não estariam relacionadas a uma expressão da opinião ou avaliação do(s) Falante(s)³ sobre aquilo que é dito, entendendo, desta forma, que o Falante se distanciaria no enunciado por meio de marcas de apagamento, de modo a produzir um efeito de um menor comprometimento do Falante com o conteúdo do que é dito, numa tentativa de conferir maior força de respaldo universal ao texto. Em contrapartida, as modalidades consideradas *subjetivas* estariam mais bem relacionadas às opiniões do Falante, sendo por estas mais fortemente influenciadas.

Seguindo esta divisão, as modalidades eram divididas em epistêmica (objetiva e subjetiva) e deôntica (objetiva), principalmente. No que se relaciona à modalidade deôntica, os estudos realizados na linha teórica da Gramática Discursivo-Funcional⁴ (ou GDF) a encaixam como uma *modalidade objetiva*, uma vez que, relacionada a noções de conduta e moralidade, esta não diz respeito às opiniões individuais dos Falantes. Para Lopes e Prata (2012, p. 3), a “expressão da modalidade deôntica está atrelada à seleção de formas de transmitir dada informação como base em valores morais, éticos, normas de conduta, etc.”, valores estes que seriam considerados como externos ao Falante.

Tal noção, no entanto, vem sendo questionada, haja vista a modalidade deôntica encontrar-se atrelada a noções de condutas requeridas pelos agentes envolvidos no discurso, e tais noções possuem fatores sociais subjacentes (como religião, orientação política, historicidade, cultura, entre outros) e a própria concepção do Falante quanto aos valores

¹ NOGUEIRA (2010, p. 62).

² LYONS (1977).

³ Neste estudo será feita uma distinção notacional entre os termos Falante e falante, sendo o primeiro termo, em maiúsculas, referente a uma noção abstraída do indivíduo, e o segundo, em minúsculas, relativo ao indivíduo em específico, utilizado nas ocorrências do *corpus* utilizado, de modo a evitar quaisquer problemáticas no entendimento.

⁴ HENGEVELD, K. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.), 2004, p. 1190-1201. HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L., 2008.

instaurados, isto é, ao que o Falante se posiciona ideologicamente quanto à deonticidade verificada.

Definível como um comprometimento do Falante no que diz respeito a noções de conduta (*deons*, do grego “aquilo que é obrigatório”), a modalidade deôntica é vinculada aos valores de *obrigação*, *permissão* e *proibição*, nos quais este comprometimento do Falante parece exercer elemento de influência ou autoridade. Lyons (1977), entretanto, descreve a modalidade não como voltada à descrição de um EC em si, e sim à obtenção de EC por meio dos atos a serem realizados. Esta concepção atribui à modalidade uma noção de *futuridade* e *expectativa*, uma vez que as obrigações, permissões ou proibições estabelecidas não podem realizar-se no passado. É importante ressaltar que esta noção não diz respeito à noção temporal normativa, e sim semântica.

Para Batista (2016, p. 40), diversos estudos⁵ consideram a modalidade deôntica como uma expressão subjetiva do Falante, uma vez que este adapta o discurso (entendido neste estudo como língua em uso) deonticamente modalizado a fim de expressar o valor manifestado com base em suas crenças, opiniões e desejos. Segundo a autora, a modalidade deôntica se comporta muito mais como as formas de expressão da opinião do Falante e suas noções de procedimento e conduta social.

Quanto aos aspectos sociais, há sentido em considerá-los como externos ao Falante, uma vez que estes se constroem em comunidade e não apenas pela influência da subjetividade de um indivíduo específico, além de serem corroborados tendo em vista distintas culturas. No entanto, estas perspectivas podem passar pelo crivo analítico do Falante, uma vez que os valores socioculturais podem ser analisados, contestados e reconsiderados constantemente. Sendo assim, o Falante pode vir a posicionar-se criticamente com relação àquilo que lhe está oferecido no meio, alinhando-se aos construtos sociais, deles fugindo ou indagando aos outros sobre estes, a partir de diversas intenções. Além disso, parece lógico entender que, haja vista o Falante comprometer-se com tais valores, o Ouvinte também o faça, uma vez que, segundo Adelino e Nascimento (2017, p. 464), de acordo com os estudos de Neves (2006), a modalidade deôntica se efetiva sob as condições de que “[...] por um lado, ela está condicionada por traços lexicais específicos do Falante e, por outro lado, necessita de que o Ouvinte aceite o valor de verdade do enunciado para que tal modalidade seja executada [...]”. Para os autores, não apenas a modalidade deôntica, mas todas as demais chamam a responsabilidade para a análise dos fatores contextuais, isto é, das informações pragmáticas

⁵ Halliday (1985); Palmer (1986); Bybee; Perkins; Pagliuca (1994); Givón (2001), entre outros.

que lhe sejam veiculadas. Toda expressão modal teria seus enunciados proferidos no processo de interação:

Perpassados por ações, desejos, intenções, ou melhor, sempre estamos querendo persuadir o outro, sendo necessários *atuar* sobre ele por meio da linguagem [...]. Desse modo, para produzir enunciados com tal força argumentativa, os falantes mobilizam os modalizadores. (ADELINO, NASCIMENTO, 2017, p. 474)

Tais considerações podem levar a pensar em uma objetividade não-estranha, mas em uma escalaridade de comprometimento do Falante, mensurado através das pistas deixadas no discurso. Nas palavras de Neves (2006), a modalidade é concebível a partir da relação de necessidade ou possibilidade dos atos realizados por agentes moralmente *responsáveis*, o que implica um *controle* intrínseco dos eventos (Grifo nosso). Ou seja, através da noção de um comprometimento moral do Falante com o evento, pode-se argumentar que a modalidade deôntica apresenta em certa medida uma vinculação entre as avaliações que o Falante faz do Estado-de-Coisas estabelecido e os aspectos relacionados à sua proposição (que podem, talvez, ser considerados contextuais). Especificamente quanto à modalidade deôntica, a autora ressalta o aspecto social de seu caráter, vinculando-o às noções deônticas de *obrigação*, *proibição* e *permissão*. Tais noções podem servir à ideia de uma mensuração do nível de responsabilidade assumida pelo Falante no discurso, o que afetaria diretamente o grau da objetividade estabelecida para a modalidade deôntica.

A partir das considerações de Lyons (1977) quanto à modalidade, levanta-se a possibilidade de a modalidade deôntica se ampliar às noções de subjetividade, discussões que vêm sendo atualizadas em Verstraete (2001; 2004; 2005). Para tal, Verstraete (2004, p. 254) lança mão de uma série de trechos, atribuindo-lhes distintos traços, como se pode observar em:

- (1) *"Eu preciso ver Izzy", eu disse. "Eu te disse, ela está dormindo. Profundamente dormindo." "Posso ver por mim mesmo?" Você não pode, sua merda mentirosa! Você trapaceia. Seu covarde. Você senta! "Eu puxei de volta a pesada cadeira da sala de jantar e me sentei diante da máquina de escrever.*⁶
- (2) *O que nós queremos é que o honrado cavalheiro use todo o peso de seu escritório. Estamos ficando cansados de uma abordagem cosmética. Há uma crise e ele deve agir agora.*⁷

⁶ Tradução. No original: "‘I need to see Izzy,’ I said. ‘I told you, she's sound asleep. Deeply asleep.’ ‘May I see for myself?’ ‘You may not, you shit-sucking liar! You cheat. You coward. You sit!’ I pulled back the heavy dining room chair and sat before the typewriter." (VERSTRAETE, 2004, p. 254).

⁷ Tradução. No original: "What we want is for the right honourable gentleman to use the full weight of his office. We are getting tired of a cosmetic approach an oversanguine approach. There is a crisis and he must act now ."

- (3) *Mas o Ramadã significa mais do que apenas privação física. Tem obrigações espirituais e morais também. Deve-se abster de maus pensamentos, palavras e ações, realizar atos especiais de caridade e gastar ainda mais tempo do que o habitual na adoração.*⁸
- (4) *Mas para alcançar a órbita um objeto deve-se acelerar a uma velocidade de cerca de 17.500 milhas por hora quilômetros por hora, denominada velocidade por satélite ou velocidade orbital) numa direção horizontal, e deve-se atingir uma altitude de mais de 100 milhas (160 quilômetros), para ficar livre da atmosfera.*⁹

O autor afirma que os exemplos (1) e (2), ao serem parafraseados por “Eu não permito que...” ou “eu o obrigo a...”, apresentam um comprometimento do falante com a modalidade deôntica expressa em seus enunciados, característica do traço subjetivo da modalidade, ao passo que os exemplos (3) e (4) não evidenciam dito comprometimento, relatando tão somente a existência de uma circunstância ou fato, sendo considerados objetivos.

Sendo os valores deônticos instaurados por uma *fonte*, isto é, o elemento originador do valor em questão, Pessoa (2011) põe em foco a questão da *relatividade* das noções de conduta tendo em vista os aspectos pessoais, sociais e culturais envolvidos, sendo construída a partir das noções aceitas pelos Participantes do discurso. Nesse sentido, a postura assumida pelo Falante (na criação dos enunciados), bem como a percepção e manipulação do posicionamento do receptor quanto ao valor modal instaurado também poderia perfazer uma estratégia discursiva, uma vez que aquele que instaura o valor deôntico em questão busca convencer seu alvo de sua legalidade. A autora também ressalta que a modalidade em geral, e por consequência, a modalidade deôntica, não possui limites semânticos rígidos, sendo formada por *nuances*. Tome-se como exemplo a questão da *permissão* deôntica, que pode apresentar características de cessão, sugestão ou solicitação ou não-proibição (PESSOA, 2010; 2011, p. 57).

No que diz respeito aos estudos das marcas de (inter)subjetividade, traço em desenvolvimento, destacam-se os trabalhos de Benveniste (1991), Pessoa (2011), Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), Gasparini-Bastos (2014), Nagamura (2016; 2017) e Mackenzie

(VERSTRAETE, 2004, p. 254).

⁸ Tradução. No original: “But Ramadan means more than just physical deprivation. It has spiritual and moral obligations, too. Followers must refrain from bad thoughts, words and actions, perform special acts of charity and spend even more time than usual in worship..” (VERSTRAETE, 2004, p. 254).

⁹ Tradução. No original: “But to reach orbit an object must accelerate to a speed of about 17,500 miles per hour (28,000 kilometres per hour, called satellite speed or orbital velocity) in a horizontal direction; and it must reach an altitude of more than 100 miles (160 kilometres), in order to be clear of the atmosphere.” (VERSTRAETE, 2004, p. 254)

(2017), que possuem como ponto comum a reflexão e a identificação dos marcadores da (inter)subjatividade modal.

Estudos têm contemplado o aspecto da modalidade deôntica, como Menezes (2006; 2011); Pessoa (2007; 2011); Balasch (2008); Guiradelli e Santos (2010); Nascimento (2010); Gonçalves (2011); Prata, Lopes e Oliveira (2013); Batista (2016), entre outros. Em sua maioria, os estudos se dedicam a mapear descritiva e analiticamente os aspectos da modalidade (valores instaurados, formas, fonte, alvo, etc.), como os estudos de Guiradelli e Santos (2010), ao verificar as orientações médicas em bula de remédio através do uso da modalidade deôntica. Oliveira (2015) descreve a instauração da modalidade deôntica e seus aspectos em editoriais em língua espanhola. Freitas (2012) observa a instauração da modalidade deôntica e epistêmica no português em *webcomentários* oriundos de jornais *online* do estado do Ceará. Batista (2016) seleciona a análise da modalidade deôntica semelhantemente em *webcomentários*, direcionados especificamente à língua espanhola. Cabe mencionar especificamente estudos como o de Pessoa (2011), que abordam a natureza deôntica objetiva, subjetiva e intersubjetiva no português europeu, também à luz dos postulados da Gramática Discursivo-Funcional, constituindo-se um estudo de suma importância neste trabalho.

Uma das ferramentas que se pretende utilizar na análise de ditos efeitos de sentido é a categoria da evidencialidade, categoria superior à modalidade. No que diz respeito a dita categoria como componente da linguagem e do discurso, estudos realizados por Carioca (2011), Casseb-Galvão (2011), Lucena (2011) e Prata *et al* (2017) trazem à baila diferentes marcações do valor evidencial em distintos gêneros, como trabalhos acadêmicos de grau e discursos políticos, demonstrado ser esta uma estratégia utilizável em textos de autoridade, isto é, textos e gêneros que demandam credibilidade informativa que possa reforçar aquilo que é posto, lançando mão para tanto a *fonte* da informação veiculada, a depender da força argumentativa e social de dita fonte.

Partindo da concepção de Lyons (1977, p. 825) de que “[...] diferentes tipos de modalidade podem então ser distinguidas especificando-se a fonte ou a causa da obrigação [...]”¹⁰, isto é, uma vez que a marcação da fonte visa o convencimento, presume-se que tal manipulação da(s) fonte(s) é feita de modo consciente, a fim de influenciar os Ouvintes. Ainda segundo o autor, o sucesso da realização da modalidade deôntica, também depende, em certa medida, do reconhecimento de que “o autor, ou a fonte da informação (Falante) tem

¹⁰ Tradução: “Different kinds of deontic modality can then be distinguished by specifying the source or cause of the obligation”. (LYONS, 1977, p. 825).

autoridade ou poder para impor sua vontade sobre ele” (LYONS, 1977, p. 825).

Ainda que Halliday (1985) e Palmer (1986) tenham definido a modalidade como uma expressão da subjetividade do Falante,¹¹ os postulados de Lyons (1977) quanto à bipartição da modalidade em *objetiva* e *subjetiva* forneceram as bases aos estudos de Hengeveld (1988; 1989) na construção do quadro teórico da Gramática Funcional (GF) e, posteriormente, na expansão deste modelo para a Gramática Discursivo-Funcional, ou GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), modelo ao qual recorreu-se para análise.

Assim, será utilizado o arcabouço teórico da GDF, modelo de expansão da corrente denominada Gramática Funcional (GF), uma teoria dos estudos tipológicos das línguas naturais proposta por Dik (1997), em que a análise linguística deveria levar em consideração as funções da língua em uso. Nessa concepção de análise, a língua não poderia ser observada e descrita fora do seu contexto de uso. As funções da língua deveriam, segundo a GF, ser concebidas como elementos influenciadores da estruturação linguística. A partir das noções encontradas na Gramática Funcional, a Gramática Discursivo-Funcional expande a teoria, considerando o peso funcional da língua ao Discurso, sendo este o cerne da produção linguística. O Ato Discursivo, para a GDF, surge das intenções do Falante e das construções que este realiza levando em consideração seu entorno e seus Ouvintes. O Falante é dotado de competência discursiva, isto é, a construção de “uma série de orações e frases com a finalidade de formar um todo significativo. Este conhecimento tem de ser compartilhado pelo falante/escritor e ouvinte/leitor” (DA SILVA, 2004, p. 9), sopesando não apenas as exigências do sistema em si, mas de fatores não-gramaticais que possam afetá-lo.

A razão para a eleição de dita ancoragem teórica se dá pelo fato de a GDF considerar o Ato Discursivo como o cerne de toda a produção linguística, o que leva a modalidade a ser uma de suas ferramentas de estudo mais recorrentes. Além disso, o modelo teórico da GDF, atualmente, estabelece a taxonomia das modalidades a partir do chamado *Alvo da avaliação*.

No que diz respeito à modalidade deôntica, a GDF concebe-a como *objetiva*, uma vez que no discurso as marcas de comprometimento do Falante com a proposição não transparecem, dando lugar a uma avaliação do Estado-de-Coisas descrito (EC). Pessoa (2011, p. 91-116) ressalta que o aspecto objetivo da modalidade deôntica não diz respeito à descrição fiel dos fatos, mas à ausência de marcas linguísticas formais que revelem o comprometimento do Falante com tal descrição.

¹¹ Tradução: No original: “The grammaticalization of speakers (subjective) attitudes and opinions”, (PALMER, 1986, p.16).

Há, então, uma possível reconsideração a ser feita quanto ao aspecto objetivo da modalidade deôntica. A construção deôntica também poderia ser influenciada, então, pelas opiniões gerais ou particulares envolvidas na troca discursiva, o que não lhe conferiria caráter de objetividade, pelo contrário. Considerando tal condição, justifica-se o uso de uma análise sustentada nos princípios teórico-metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), estabelecida por Hengeveld e Mackenzie (2008) como versão expansiva da Gramática Funcional (GF), pela diferença de seu modelo de distribuição descendente (*top down*). Os níveis primários, interpessoal e representacional, se prestariam, respectivamente, às intenções discursivas presentes no ato comunicativo (levando em consideração a funcionalidade dos elementos linguísticos) e aos aspectos semânticos dos elementos linguísticos possíveis; já os níveis secundários, por sua vez, se prestam à codificação da mensagem, por eleger as formas e organizá-las no sistema dado (nível morfossintático) e expressá-las corporalmente (nível de saída).¹² Tem-se, então, a noção de uma relação plano da expressão-plano do conteúdo (uma carga semântica em uma forma selecionada), realizada por interlocutores dotados de competência, além de linguística, discursiva, que leva em consideração não apenas o código, mas também os contextos e intenções. O que se pretende, neste caso, é observar que os elementos relacionados à expressão da modalidade deôntica podem influenciar seu caráter de objetividade ou (inter)subjetividade, sugerindo, assim, uma (re)observação da organização teórica da GDF, que a concebe unicamente como objetiva.

Toma-se, portanto, como fator relevante para esta pesquisa a caracterização proposta pela GDF da modalidade enquanto modalidade objetiva, bem como a falta de categorias que possam ser consideradas marcadoras ou indicadoras do traço (inter)subjetivo, a fim de solucionar questionamentos relativos à relação entre o Componente Contextual e os Níveis pertencentes ao Componente Gramatical (Nível Interpessoal, Nível Representacional e Nível Morfossintático) para a expressão da modalidade deôntica em língua espanhola.

O que se pretende neste trabalho é tentar observar o posicionamento do Falante neste mundo que é externo a ele, de que modo ele se insere na configuração do Estado-de-Coisas, de que modo ele o molda ou altera por meio da marcação de seus ou de outros posicionamentos e crenças, pois, retomando os estudos de Adelino e Nascimento (2017, p. 479), entende-se que “[...] os modalizadores apresentam nuances axiológicas que variam de acordo com o posicionamento ocupado pelo leitor [...]”. Buscar-se-á, deste feita, observar a expressão da modalidade deôntica e suas nuances/efeitos de objetividade, subjetividade e

¹² As autoras consideram a nomenclatura ‘nível fonológico da decodificação’. Trabalhar-se-á com o termo *de saída* para evitar o entendimento de uma articulação puramente sonora.

intersubjetividade em língua espanhola, a fim de descrever e analisar a relação entre o Componente Contextual e o Componente Gramatical (Nível Interpessoal, Nível Representacional e Nível Morfossintático), conforme previstos na Gramática Discursivo-Funcional (GDF).¹³

Objetiva-se, assim, investigar a expressão da modalidade deôntica em língua espanhola tendo como objeto de estudo efeitos de sentido engendrados por esta categoria a partir da observação dos marcadores da fonte, seja ela deôntica ou evidencial (como será explicitado mais adiante), isto é, modalizações que levem em consideração a manipulação das crenças, opiniões e construções ideológicas dos seres ou instituições envolvidos, e inclusive estratégias nas quais o Falante possa vir a transferir o foco destes mesmos valores subjetivos para o Ouvinte/Falante, sendo tais valores vinculados à modalidade deôntica. Para tanto, levar-se-á em consideração as concepções acerca do traço modal,¹⁴ uma categoria a parte: a *evidencialidade*, que consiste na marcação de fonte por parte dos indivíduos nos construtos linguísticos, de forma a conferir maior credibilidade/legitimidade ou comprometimento a ditos construtos, em casos como a marcação explícita do Falante como fonte da informação ou ainda menção de fontes dotadas de autoridade, como empresas ou instituições públicas, exemplificada em espanhol por Cornillie (2015, p. 6) em (1) *pero yo no lo veo así*,¹⁵ e (2) *Vamos a encontrar una solución a la grave crisis” les prometieron autoridades del Partido Comunista*.¹⁶ Nestes exemplos, a marcação clara da opinião do Falante e a menção a uma instituição política específica podem prestar-se, respectivamente, a uma ênfase do comprometimento do Falante com o que é dito e atribuição do discurso a uma fonte fidedigna ou pública, que afasta a responsabilidade do Falante daquilo que é dito. Os aspectos evidenciais serão vistos de maneira mais detalhada ao longo do estudo.

Neste trabalho se buscará, então, descrever e discutir os efeitos de sentido na modalidade deôntica em um *corpus* de caráter opinativo, a fim de estabelecer uma correlação entre o uso do referido fenômeno e sua contribuição para o fator argumentativo do texto. Tal proposta de análise é justificável por seu intento de aprofundar uma ótica não ortodoxa da modalidade deôntica, definida mais tradicionalmente como uma modalidade objetiva, ou autônoma ao Falante (NOGUEIRA, 2011, p. 59-76). A eleição do *corpus* serve de auxílio à observação do fenômeno estudado, a fim de analisar se e como este se consolida

¹³ Não será levado em consideração, para este estudo, o Componente Conceitual.

¹⁴ Cf. Prata *et al*, 2017.

¹⁵ Tradução livre: “mas eu não vejo isto desta forma”.

¹⁶ Tradução livre: “‘Vamos encontrar uma solução para a grave crise’ prometeram-lhes as autoridades do Partido Comunista”.

linguisticamente, atestando ou refutando a concretude dos estudos teóricos desenvolvidos até então, o que leva a uma pré-disposição para a escolha de um *corpus* de advindo de um periódico em língua espanhola.

Ao recorrer ao *corpus* constituído de textos opinativos para a análise do aspecto (inter)subjetivo da modalidade deôntico, acredita-se encontrar justificativa na intenção persuasiva ou convincente por parte do Falante, o que o leva a orientar o seu discurso a fim de colimar os objetivos tencionados, afastando-se ou aproximando-se do conteúdo proposto de forma deliberada para a construção dos sentidos e efeitos.

Quanto ao aspecto intersubjetivo da modalidade, acredita-se que a transmissão ou compartilhamento do valor deôntico instaurado possa atuar como forma de afastamento/descomprometimento do Falante e conseqüente comprometimento/aproximação do Ouvinte, mas também funcione possivelmente como uma estratégia de estabelecimento hierárquico e estratégia de polidez (CARVALHO; DE OLIVEIRA; NUNES, 2016). Além disso, considera-se que a variabilidade de gênero influencie no (não) aparecimento do fator modal em questão, uma vez que os distintos propósitos comunicativos dos gêneros textuais moldam sua construção para maior ou menor engajamento do autor.

Sendo assim, esta análise será orientada pelo interesse de observar a relação entre o Componente Contextual e cada nível do Componente Gramatical (Nível Interpessoal, Nível Representacional e Nível Morfossintático) para a expressão de distintos efeitos da modalidade deôntica em língua espanhola. A escolha da análise da relação entre o Componente Contextual e os níveis do Componente Gramatical se dá por uma tentativa de aprofundamento das reflexões sobre o Componente Contextual, fornecendo assim contribuição aos estudos que buscam um maior entendimento e estruturação do Componente Contextual, o que motiva também o recorte específico ao Componente Contextual, pois a inserção do também pouco explorado Componente Conceitual poderia perfazer uma demanda exaustiva para este trabalho.

A fim de contemplar satisfatoriamente os aspectos relativos a este estudo, dividir-se-á este trabalho em seis capítulos.

No segundo capítulo, *Gramática Discursivo-Funcional*, discorre-se sobre a teoria selecionada para este estudo, bem como a noção de modalidade deôntica presente na teoria, eminentemente objetiva. Para tanto, é feito um resumo da teoria da GDF, mencionando sua estrutura e alguns dos Componentes e Níveis que a formam, a fim de atrelá-los a uma possível análise da modalidade deôntica não apenas objetiva, mas também (inter)subjetiva. Dessa forma, menciona-se os Componentes *Contextual* e *Gramatical*, bem como os Níveis

Interpessoal, Representacional e Morfossintático, elementos com os quais espera-se obter uma análise satisfatória do objeto delimitado.

No terceiro capítulo, denominado *Modalidade deôntica nos estudos linguísticos*, retrata-se de modo aprofundado o percurso teórico de definição da modalidade deôntica, abordando especificamente os efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade relacionados a ela, bem como a perspectiva deôntica na teoria da GDF, contrastando-a com estudos diversos. Além disso, também se discorrerá quanto às formas de expressão da modalidade deôntica em língua espanhola.

No quarto capítulo, ou *Metodologia*, tem-se a explanação do andamento do estudo, ou seja, como se dará a análise do *corpus* selecionado, através da observação, leitura e discussão dos dados, obtendo, assim, uma análise qualitativa e quantitativa das ocorrências encontradas.

No quinto capítulo, intitulado *A modalidade deôntica e os efeitos de objetividade e (inter)subjetividade em língua espanhola*, encontra-se a análise realizada das ocorrências deônticas encontradas no *corpus*, de caráter qualitativo, que contempla a descrição das expressões linguísticas deonticamente modalizadas, bem como uma análise dos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade encontrados nas distintas ocorrências. Tenta-se também atrelar tais efeitos às categorias de análise utilizadas na teoria da GDF, a fim de atestar a possibilidade de realização e estudos da modalidade deôntica não apenas objetiva, mas também subjetiva e intersubjetiva por meio do arcabouço teórico da GDF.

No sexto capítulo, apresenta-se, por fim, as *Conclusões* das análises realizadas e resultados alcançados neste estudo, bem como possíveis propostas para análises futuras.

2 GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL

O modelo teórico de análise linguística denominado Gramática Discursivo-Funcional (GDF ou FDG, no original do inglês), foi estabelecida através de atualizações realizadas por Hengeveld e Mackenzie (2008) ao modelo anterior, a Gramática Funcional (GF, ou *Functional Grammar* - FG) proposto por Dik e desenvolvido também por Hengeveld (1987).

A GF constrói-se a partir da noção que a estrutura da língua é reafirmada em seu sistema enquanto construção por meio do uso, sendo este fator de influência a nível formal. A partir das escolhas dos Falantes, tendo em vista a função, o sistema linguístico se ajusta e se atualiza. Portanto, a GF considera mister considerar não apenas o aspecto formal (estrutura) da língua, mas como ela é manipulada através das funções estabelecidas pelo uso. Neste sentido, contempla-se não apenas uma capacidade linguística do Falante, mas também social, epistêmica (no que diz respeito aos Estado-de-Coisas estabelecidos, aos conhecimentos), de percepção de seu contexto, etc. Em suma, a GF analisa as capacidades linguísticas do usuário natural da língua (NLU, do original em inglês), a partir do modelo denominado *Bottom-up*, isto é, estabelecendo a realização linguística partindo das categorias mais baixas de análise em direção às mais altas, a fim de conceber a teoria geral da organização gramatical das línguas naturais (DIK, 1997, p. 2)

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) surge, então, como uma ampliação dos postulados já estabelecidos na GF, implementando, no entanto, a noção de discurso como elemento central à linguagem, isto é, o Falante é dotado de, além das capacidades já verificadas no modelo anterior, de uma competência discursiva, ou a capacidade de gerar enunciados linguísticos a partir de elementos discursivos, como fatores pragmáticos, subjetividade, Participantes, contexto, etc. Além disso, a estruturação da GDF se dá em direção contrária à sua precursora, em modelo denominado *top-down*, considerando que as instâncias maiores da produção discursiva orientam as camadas mais baixas do processo, entendendo que este parece ser uma adequação psicológica no que diz respeito à mente do Falante. Tais noções levam a análise linguística para além do ato locutório, isto é, a forma linguística em si, contemplando os Atos Discursivos; o usuário age também por meio de atos ilocutórios, isto é, ele detém e manipula estratégias relativas ao *modo* pelo qual algo é dito e leva em consideração o modo como este dito é recebido na interação comunicativa, que levarão a efeitos de sentido e realidade (ato perlocutório).

Desta feita, pode-se observar de modo mais detalhado a disposição teórica formal

da GDF no processo de Formulação e de Codificação linguística.

2.1 A arquitetura da Gramática Discursivo-Funcional

Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 1) introduzem a teoria da GDF explicando seu funcionamento através de um modelo *top-Down*, no qual o Discurso¹⁷ é tido como a “unidade básica de análise”.¹⁸ Desse ponto de vista, a implementação de estruturas profundas, assim como a interface entre os vários níveis, pode descrever-se em termos de decisões que o Falante faz ao construir seu enunciado.

Para os autores, o discurso se estabelece a partir de uma intenção comunicativa, isto é, aquilo que se quer comunicar. A partir desta intenção, o Falante utiliza componentes que devem ser levados em conta na expressão linguística, como fatores relacionais, contextuais, etc. Este então seleciona as formas, delimitando as escolhas àquelas que podem melhor realizar a sua intenção comunicativa, passando daí à expressão física da estrutura linguística, que, além de estrutural, encontra-se carregada ou altamente influenciada pelos fatores que o Falante condicionou como relevantes à produção. Nesta lógica, o Discurso é concebido ao mesmo tempo como a unidade básica e o ápice da construção linguística, através do qual se analisam elementos menores, os quais, segundo os autores, se incluem desde representações morfológicas e fonológicas (sendo estas representações parte da estrutura subjacente) à estudos de representação e dos Atos Discursivos. No entanto, os autores salientam que a GDF não perfaz uma teoria do Falante, mas um modelo de análise descendente, que observa a gramática da língua a partir do discurso. A GDF é um modelo de “intenções e conceptualizações codificadas”.¹⁹

A Gramática Discursivo-Funcional foi estabelecida em Componentes, Níveis e Camadas, dispostos a partir de hierarquia, a saber: Componente Conceitual, Contextual e Gramatical. Os Componentes Conceitual e Contextual atuam sobre o Componente Gramatical na medida em que contemplam, respectivamente, fatores relativos às intenções relevantes ao Discurso e elementos precedentes ao Discurso que tenha relevância em sua construção. No que se refere ao Componente Gramatical, neste se encontram os fatores estruturais das línguas naturais enquanto abstrações, dispostos em Níveis, sendo (i) o primeiro Nível Interpessoal,

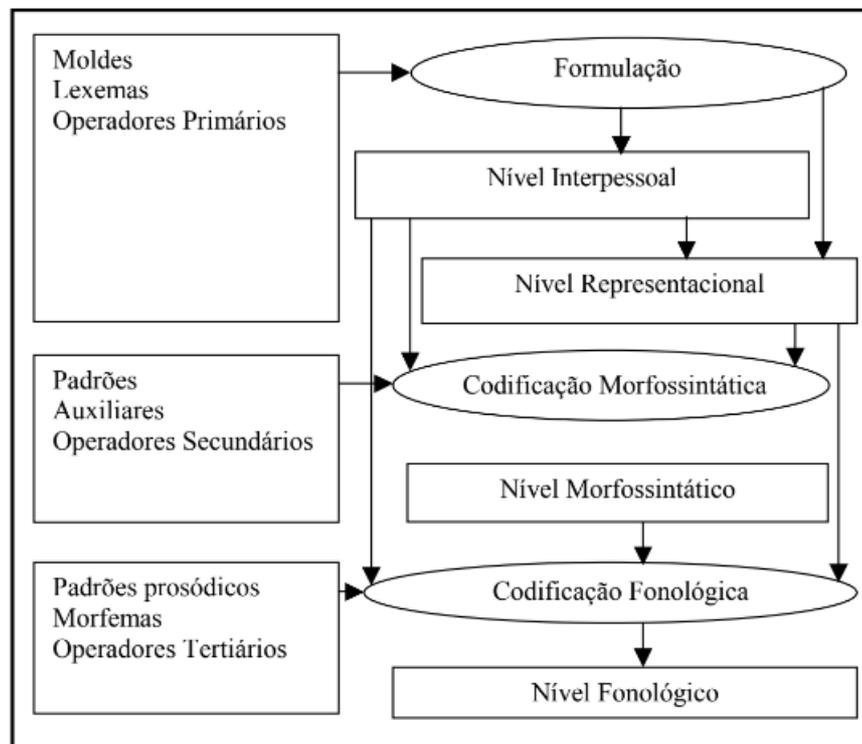
¹⁷ O uso do termo “Discurso” em maiúsculas parte da necessidade de entendê-lo como uma abstração do fenômeno discursivo em si.

¹⁸ Tradução: “basic unity of analysis”. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 1).

¹⁹ Tradução: “model of encoded intentions and conceptualizations”. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 2).

que diz respeito às intenções a serem estabelecidas no Discurso, sendo regulados na Interação, orientado pelas informações pragmáticas; (ii) o segundo Nível, Representacional, que espelha o conteúdo na forma mais adequada para o mesmo, fornecendo os dados que efetivarão as intenções provenientes do primeiro Nível, coordenada pela Semântica; (iii) o terceiro, Nível Morfológico, que diz respeito à decodificação ou expressão estrutural da língua, influenciada por componentes conceituais e contextuais e, por fim (iv) o Nível Fonológico, relativo à expressão física do Discurso, orientada por fatores relativos aos Níveis anteriormente estabelecidos. Observe-se a disposição dos Níveis segundo a GDF na Figura 1:

Figura 1 - Arquitetura do Componente Gramatical da GDF

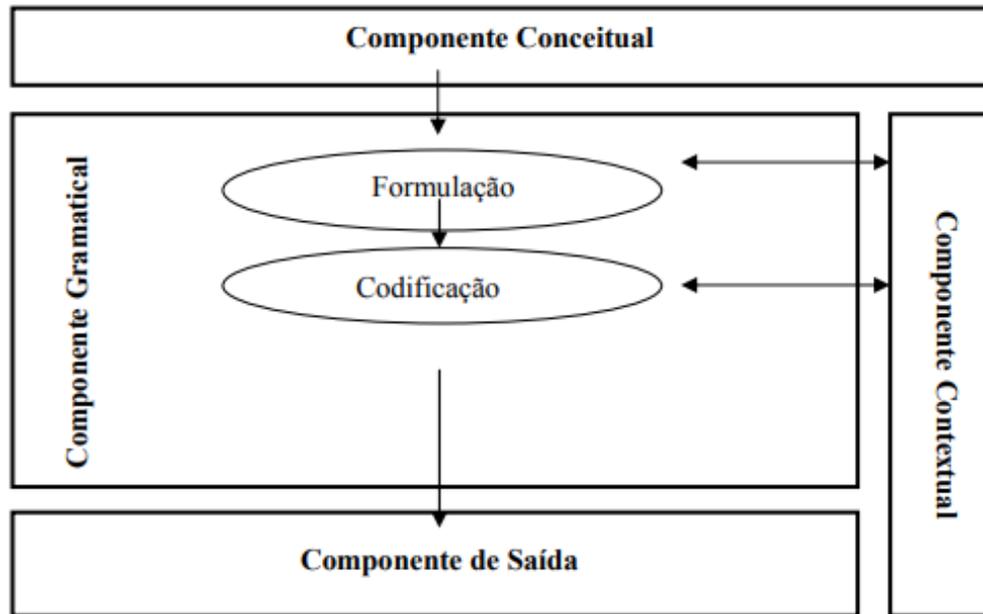


Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2009, p. 182)

Cada um dos Níveis estabelecidos é influenciado pelo anterior, que caracteriza a hierarquia do modelo. Os elementos contribuintes contemplam aspectos estruturais, como os lexemas, e elementos contextuais, como o Ouvinte. Pode-se ver, pela Figura 1, que os autores realizam uma divisão do terceiro Nível em Níveis Morfossintático e Fonológico, pois este último contempla o aspecto suprasegmental da língua como influenciador no processo de Codificação. Hengeveld e Mackenzie (2010, p. 368) salientam que os três níveis são de natureza não-gramatical, mas em cada um deles se estabelece a relação com os componentes gramaticais da língua, em diferentes estâncias. Os autores concebem a gramática da língua

como um elemento aglutinador dos demais, o que motiva a atuação dos demais Níveis (*driving force*), considerando então a introdução do Componente Gramatical no esboço geral da GDF, atualizando-o, o que pode ser visto na Figura 2:

Figura 2 - Esboço da GDF



Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2010, p. 397)

Segundo esta noção, o Componente Gramatical na GDF funciona como a base da informação, que provê os Níveis, impulsionando-os até o Componente de Saída. Essa base de informação será lapidada por meio da interação com o Componente Contextual, que leva em consideração eventos, Participantes e as relações sociais entre estes (HEINE; NARROG, 2010, p. 369).

Ao Componente Conceitual, cabe um papel pré-linguístico, que estará no topo do modelo. Os autores, então, destrincham a disposição *top-down* da GDF, na qual o “Componente Gramatical está presente ao centro, o Componente Conceitual no topo, o Componente de Saída ao fim e o Componente Contextual à direita”.²⁰

Heine e Narrog (2010, p. 369) tomam como exemplo de análise a sentença abaixo:

²⁰ Tradução. No original: “the Grammatical Component is presented in the center, the Conceptual Component at the top, the Output Component at the bottom, and the Contextual Component to the right” (HEINE; NARROG, 2010, p. 369).

(1) There's a bull in the field!²¹

A informação seria germinada, inicialmente, no setor pré-linguístico, o Componente Conceitual, através da intenção: *advertir*, o que, por sua vez, seria motivação por correspondências mentais estabelecidas na cultura e nos relacionamentos sociais: *situações de perigo são relevantes*. A partir deste ponto, os Níveis Interpessoal e Representacional importam representações semânticas e pragmáticas na formulação da oração. Uma vez que, no inglês, as advertências não possuem uma categoria ilocucionária específica, o Falante lança mão de uma ilocução Declarativa junto a um operador enfático, topicalizando (focalizando) o discurso. Ao utilizar o acessório *There's*, a o Tópico Focal recai em *bull* através de estratégias de entonação, reforçados pelo uso da pontuação exclamativa (operador enfático). O que será transportado aos Níveis Morfossintático e Fonológico, ou ao Componente de Saída. A estrutura geral se dará, então, em:

(2) $(\pi v1: [\text{head } (v1)\Phi]: [\sigma (v1)\Phi])$

Em que *v1* representa a variável da camada em questão, e *head*, o núcleo que a delimita. A variável pode ser, ainda, delimitada por um modificador (σ), tornando-se então argumento deste. Relações maiores podem ser estabelecidas por meio de um operador (π) ou de uma função (Φ). As primeiras relações, de núcleo e de modificador, são de natureza lexical, já os operadores e as funções são de caráter gramatical. A relação em camadas é disposta nos parênteses, e as menores (equipolência), entre colchetes.

As representações mais importantes para este trabalho serão as dos Níveis Interpessoal e Representacional, uma vez que estes, de acordo com Nagamura (2016, p. 27), estão mais relacionados à expressão da subjetividade. No entanto, a nível de análise de Componentes, o Componente Contextual também apresentará peso nas observações deste estudo. Sendo assim, dedicar-se-á uma breve explanação do Componente Contextual.

2.1.1 O Componente Contextual

Além dos Níveis explicitados acima, inseridos no Componente Gramatical da GDF, trabalhar-se-á com o Componente Contextual. Por notadamente reconhecer o aspecto situacional da produção linguística, a GDF contempla, em sua estrutura, aspectos relativos ao

²¹ Tradução: “Há um touro no campo!”. Hengeveld e Mackenzie (2010, p. 370).

contexto, armazenados no correspondente Componente Contextual. Nas palavras de Connolly (2007, p. 11), “[...] uma característica importante e admirável da estrutura da GDF é que se leva muito a sério o fato de que as locuções são produzidas e compreendidas no *contexto*” (Grifo nosso). Uma vez que a comunicação sempre se dá em um contexto específico, este seria indissociável à linguagem, e a análise do uso situado da língua neste contexto, inevitável.

Hengeveld e Mackenzie (2009), ao fazer uma concepção para o Componente Contextual, entendem-no como aquele que armazena todo e qualquer aspecto da comunicação que possa influenciar a gramática de uma língua, e, em uma concepção mais detalhada, vê o mesmo como “[...] uma descrição do conteúdo e forma do discurso precedente e do conteúdo real perceptível em que ocorre o evento de fala e das relações sociais entre os participantes” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), isto é, a GDF concebe o contexto a partir de duas visadas, tomando os postulados de Alturo, Keizer e Payrató (2014, p. 193):

(i) Contexto a curto prazo, ou *informação imediata*, que diz respeito ao contexto discursivo precedente a enunciados particulares. Os autores mencionam os exemplos dos referentes presentes no discurso e ressaltam que tal contextualização mantém-se constantemente atualizada;

(ii) Contexto a longo prazo, que diz respeito a informações em andamento, de natureza situacional, como, a exemplo dos autores, o gênero dos Participantes e as relações sociais que são mantidas entre eles.

Esta é uma visão tida como conservadora por alguns estudiosos (CONNOLLY, 2007; ALTURO, KEIZER e PAYRATÓ, 2014), que implementam uma sugestão de reformulação para a estrutura do Componente Contextual tendo em vista subtipos mais sutis de contexto, o que inclusive leva a considerar certos aspectos contidos no Componente Conceitual como relativos a contextos mais estritos. Diversas ressalvas também são feitas ao fato de que, em linhas gerais, a GDF não se presta a uma descrição da relação entre os Componentes, efetivamente falando. A estrutura se limita a descrever a essência dos Componentes em si e não se estende a uma análise de como um componente afeta o outro e vice-versa. No entanto, a GDF não parece preocupar-se com a questão de uma ampliação do seu escopo de análise para o Componente Contextual. A visão da GDF quanto ao contexto diz respeito a fatores situacionais que possam *impactar* e ter relevância nas escolhas linguísticas do Falante. Neste sentido, o Componente Contextual, bem como o Componente Conceitual e o de Saída são tidos como não-gramaticais, isto é, não contemplam aspectos da gramática no processo de formulação e codificação do sistema. No entanto, são essencialmente linguísticos,

na medida em que podem impactar a realização dos enunciados.

A GDF, porém, seleciona aspectos mais abrangentes do contexto a fim de observar sua influência nos enunciados. De acordo com Alturo, Keizer e Payrató (2014, p. 194), “[...] apenas a informação em que pode ser mostrado um efeito sistemático sobre as escolhas gramaticais feitas pelo Falante durante a operação da formulação” são consideradas na Gramática Discursivo-Funcional, isto é, a GDF refina o contexto de acordo com a visibilidade da sua atuação nos enunciados de forma a observar como o peso destes influenciou a realidade gramatical do Falante.

O Componente Contextual de início foi concebido como englobante de todo e qualquer fator relevante, isto é, que afete a produção linguística. Ao longo dos estudos, a GDF desenvolveu tal definição, e atualmente, como aponta Prata (2012, p. 217), pode ser considerado como o “contexto comunicativo em que se desenvolve a intenção comunicativa do Falante, o que significa levar em consideração também aspectos socioculturais da interação verbal”. Este deve ser delimitado ou mais bem explanado, pois, segundo Connolly (2007), esta é uma noção demasiadamente ampla, o que pode fazer com que a tentativa de cercá-lo se faça impossível.

Em Hengeveld e Mackenzie (2014, p. 203), os autores esclarecem que, por a GDF se configurar como uma teoria da gramática, cabe considerar as informações contextuais que sejam relevantes para a estrutura discursiva, isto é, deve-se observar os elementos contextuais que ofereçam impacto na gramática das línguas em geral. Os autores defendem que o Componente Contextual, bem como o Componente Conceitual e o Componente de Saída, atuam como suporte e alimento para o Componente Gramatical, sendo este o foco da GDF. Não caberia, então, realizar um mapeamento exaustivo do Componente Contextual em si.

No entanto, Hengeveld e Mackenzie (2014, p. 205) afirmam que o Componente Contextual e o Componente Gramatical, especificamente, possuem uma relação tão imbricada entre si que o primeiro deve ser considerado como companheiro do segundo, de forma que o Componente Contextual colabora com o Componente Gramatical a fim de que estes encontre uma efetivação contextualizada. Para os autores, esta relação é tão próxima que a proposta para estruturação do Componente Contextual se dá em quatro Estratos correspondentes aos Níveis do Componente Contextual: (i) os Estratos Interpessoal e Representacional estariam relacionados à apreensão de informações contextuais/situacionais, isto é, relativas ao meio em que a comunicação ocorre, aos Participantes e suas relações; (ii) os Estratos Morfossintático e Fonológico estariam relacionados à apreensão de informações contextuais/discursivas, ou seja, relativas ao discurso em andamento. Estas duas fontes de informação, a Situacional e a

Discursiva, se caracterizam como as fontes das quais o Componente Contextual se alimenta.

Mackenzie (2014) salienta que, na distribuição da GDF, o Componente Contextual não possui um encaixamento bem definido como os demais Componentes. Para o autor, a relação entre os Componentes Conceitual, Gramatical e o de Saída é linear na medida em que as representações contidas na mente do Falante, dispostas no Componente Conceitual, são formuladas e codificadas no Componente Gramatical e externalizadas pelo Componente de Saída. Dentro dessa disposição, não se encontra, segundo o autor, um encaixamento para o Componente Contextual. Este flutuaria ao redor dos componentes e funcionaria como um suporte. De acordo com Mackenzie (2014), isso se dá porque a GDF é um modelo de análise estabelecido para a observação dos Falantes individualmente, não considerando o diálogo. A ideia defendida pelo autor é que se possa entender o Componente Contextual como um compartilhamento de informações por parte dos Falantes no diálogo. Para Mackenzie (2014, p. 249), “[...] se a GDF for reinterpretada como dialógica, o Componente Contextual surge como sendo compartilhado por todos os participantes no diálogo e desempenhando um papel central na interpretação.”²² Nesta lógica, o compartilhamento das informações progride em harmoniosa familiaridade existente entre os Participantes e o próprio desenvolvimento da interação. Em caso de mau funcionamento, ou embate de conteúdos disponíveis entre os Participantes, os mesmos fariam reajustes de forma a alinhar novamente o contexto disponível para todos. Para o autor, ainda que os Falantes obviamente possuam objetivos individuais, estes não são alcançados de maneira individual, mas de um trabalho conjunto para um objetivo comum da criação de um consenso em certa medida estável no diálogo, sendo neste esforço conjunto que o Componente Contextual surge e atua.

Connolly (2014, p. 229) defende igualmente a perspectiva de que o contexto somente influencia a produção e interpretação do discurso na medida em que esteja disponível na mente dos Participantes da interação discursiva. No entanto, o autor defende que, se o Componente Contextual deseja espelhar o fenômeno que representa, isto é, o contexto da comunicação, então a própria estrutura de dito fenômeno deve ser refletida de maneira pertinente na estrutura gramatical. Assim, Connolly (2014, p. 230) estabelece duas noções gerais que devem nortear o entendimento do fenômeno contexto: (i) a primeira é de que o contexto, enquanto base linguística para a comunicação entre Falante e Ouvinte, é fornecido tão somente por meio de informações relevantes do meio em que a comunicação se dá; (ii) a

²² Tradução nossa. No original: “If FDG is re-interpreted as dialogic, the Contextual Component emerges as being shared by all interactants in the dialogue and as playing a central role in interaction.” (MACKENZIE, 2014, p. 249).

segunda é de que o contexto é um construto muito mais subjetivo, tendo em perspectiva a dependência do meio e dos Participantes envolvidos, do que uma propriedade do mundo eminentemente objetiva. O autor defende que, além de uma revisão da estrutura da GDF que identifique categorias sólidas para a análise e descrição de fenômenos contextuais, a GDF deve restringir o Componente Contextual a fatores que tenham um efeito sistemático sobre as escolhas gramaticais, mas também defende que se deve contemplar, na estrutura da Gramática Discursivo-Funcional, o discurso, implementando-se um Componente Discursivo.

Connolly (2014) mapeia, então, as relações que o Componente Contextual estabelece com os Componentes Conceitual e Gramatical, de forma a estabelecer uma relação mais clara entre o Componente Contextual e os demais, além de demonstrar de que maneira o contexto atua na estrutura gramatical das línguas. Segundo o autor, a relação entre o Componente Contextual e o Componente Gramatical se dá na medida em que as línguas naturais, de maneira particular, condicionam suas estruturas levando em consideração fatores como sexo, idade, relações entre os Participantes, além de informações gramaticais anteriores. Para o português, o autor apresenta o exemplo do termo “obrigado/obrigada”, que é usado tendo em consideração o sexo (masculino ou feminino, respectivamente) do Falante. Um exemplo pertinente para este trabalho apresentado pelo autor é o da língua galesa, em que um aluno, ao dirigir-se a um professor, seleciona o pronome formal chi [xi:], devido a uma relação assimétrica, em lugar do pronome informal ti [ti:]. Neste trabalho, pretende-se utilizar esta mesma ferramenta de análise, porém para o espanhol.

No que diz respeito à relação entre os Componentes Contextual e Conceitual, uma vez que as informações contextuais pertinentes ao Discurso devem estar disponíveis nas mentes dos Participantes (CONNOLLY, 2014, p. 241), o Componente Conceitual atuará como uma espécie de mediador entre o Componente Contextual e o Componente Gramatical, sendo concebido como as conceitualizações pré-linguísticas que são alimentadas pelo contexto e direcionadas ao Componente Gramatical para serem formuladas e codificadas, além de responsáveis pelo entendimento das informações relevantes e disponibilização de ditas informações na mente dos Participantes.

Nesta perspectiva, a GDF recorta a noção do contexto para as duas instâncias, estabelecidas pela relação com os demais Componentes da estrutura das línguas, e vinculadas ao discurso precedente e às informações situacionais e socioculturais que envolvem os Falantes na realização discursiva, de forma a contemplar de forma mais satisfatória tais aspectos enquanto fenômenos de impacto na gramática dos enunciados, tendo em vista a sensibilidade de cada língua quanto à influência de ditos contextos sobre sua forma, o que

pode levar à disposição das relações entre os Componentes a mudar de língua para língua.

Sendo assim, lançar-se-á mão, neste estudo, de elementos relativos ao contexto linguístico (seja a nível gramatical ou textual), de modo a observar potenciais elementos que favoreçam, orientem ou indiciem os efeitos de sentido expressos por meio da modalidade deôntica.

Observar-se-á, em seguida, a disposição do Componente Gramatical estabelecido pela GDF, a fim de fornecer maior compreensão de dito Componente, mais bem desenvolvido teoricamente no arcabouço teórico da GDF, em comparação com os Componentes antecessores, bem como estabelecer os pontos mais relevantes para este trabalho.

2.1.2 O Componente Gramatical

O Componente Gramatical na GDF está relacionado à porção especificamente linguística, e contempla os aspectos relativos ao processo de *Formulação* e *Codificação* discursiva (DALL'AGLIO-HATTNER, p. 2012, p. 65), isto é, como o discurso é construído e expresso nas diferentes línguas naturais. O Componente Gramatical sofre influências dos Componentes Contextual e Conceitual em todo o seu processo, atuando em seus distintos Níveis e Camadas, conforme se vê na Figura 2.

Dentro da teoria da GDF, o Componente Gramatical surge como o cerne da realização discursiva. Este é constituído pelos Níveis Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, sendo os dois primeiros relativos ao processo de *formulação* discursiva, contemplando, respectivamente, os aspectos relacionais (conhecimento dos Participantes, natureza destes, hierarquia, etc.), e as intenções relativas ao Falante, e os outros dois, os Níveis Morfossintático e Fonológico, situados mais abaixo, estão relacionados à *codificação* do discurso, dedicando-se especificamente à realização morfossintática e aos aspectos fonéticos, respectivamente (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A partir destas considerações, contemplar-se-á a estruturação do Componente Gramatical a partir dos níveis estabelecidos, iniciando pelo Nível Interpessoal, mais amplo, e direcionando o estudo aos níveis localizados mais abaixo.

2.1.2.1 O Nível Interpessoal

O Nível Interpessoal, segundo Hengeveld e Mackenzie (2010, p. 374), engloba todas as relações linguísticas possíveis entre o Falante e o Ouvinte, seja em sentido amplo,

como as noções retóricas que são refletidas na forma linguística, e em sentido estrito, como a forma que o Falante molda seu discurso em expectativa ao estado mental do Ouvinte.

A esquematização geral deste Nível se dá como na Figura 3:

Figura 3 - Representação do Nível Interpessoal	
(πM_1 : [Movimento
(πA_1 : [Ato Discursivo
πF_1 : ILL (F_1): $\Sigma(F_1)$)	Ilocução
(πP_1 : ... (P_1): $\Sigma(P_1)$)S	Falante
(πP_2 : ... (P_2): $\Sigma(P_2)$)A	Ouvinte
(πC_1 : [Conteúdo Comunicado
(πT_1 : [...] (T_1): $\Sigma(T_1)$) Φ	Subato Atributivo
(πR_1 : [...] (R_1): $\Sigma(R_1)$) Φ	Subato Referencial
] (C_1): $\Sigma(C_1)$) Φ	Conteúdo Comunicado
] (A_1): $\Sigma(A_1)$) Φ	Ato Discursivo
] (M_1): $\Sigma(M_1)$)	Movimento

Fonte: Nagamura (2016, p. 40)

O Movimento (M) é a maior unidade de interação, sendo a mais importante na análise gramatical. Hengeveld e Mackenzie (2010, p. 374) a definem como uma contribuição autônoma na interação em desenvolvimento. De acordo como Nagamura (2016, p. 27), os Atos Discursivos, que pode ser um ou mais, se encontram dentro do Movimento, e dentro destes, em relação de equipolência, componentes como: a Ilocução (F), o Falante (PS), o Ouvinte (PA), o Conteúdo Comunicado (C) e os Subatos de Referenciação (R) e Atribuição (A). Estes dois últimos estão presentes uma camada abaixo do Conteúdo Comunicado, pois podem alterar a informação pragmática do Ouvinte.

Com relação ao aproveitamento dos elementos disponíveis no Nível Interpessoal serão utilizados elementos do contexto situacional relativo aos Participantes, isto é, Falante e Ouvinte, por meio da (não) marcação das fontes evidencias e/ou modais, bem como os gêneros textuais em que se dá o discurso. Já com relação a outras ferramentas, elementos que igualmente evidenciem (ou apaguem) as fontes, assim como os tipos de Ilocuções utilizados na expressão da modalidade deôntica, que serão vistos mais detalhadamente na metodologia estabelecida para este estudo.

Em seguida, apresentar-se-á o Nível Representacional, no qual é encaixada a categoria modal, a fim de ver os aspectos relativos a este Nível de *formulação linguística*.

2.1.2.2 O Nível Representacional

O Nível Representacional lida com os aspectos semânticos da unidade linguística, responsável pela designação. Sendo assim, o Nível Representacional é responsável pela força semântica do discurso, no qual a modalidade se encaixa como uma categoria relativa a um estatuto de realidade/irrealidade daquilo que o Falante expressa. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a primeira camada do Nível Representacional é o Conteúdo Proposicional (p), referentes às “crenças, esperanças, e outros tipos de construções mentais”. Estes carregam Episódios (Ep), que são conjuntos de Estado-de-Coisas (EC’s), que por sua vez são conjuntos de estados e eventos avaliáveis por seu estatuto de (ir)realidade. As demais camadas do Nível Representacional encontram-se relacionadas aos EC’s. A esquematização, então, se dá de acordo com a Figura 4:

Figura 4 - Representação do Nível Representacional

$(\pi p_1:$	Conteúdo Proposicional
$(\pi e p_1:$	Episódio
$(\pi e_1:$	Estado-de-Coisas
$[(\pi f_1: [$	Propriedade Configuracional
$(\pi f_1: \blacklozenge (f_1): [\sigma (f_1)\Phi])$	Propriedade Lexical
$(\pi x_1: \blacklozenge (x_1): [\sigma (x_1)\Phi])\Phi$	Indivíduo
$] (f_1): [\sigma (f_1)\Phi])$	Propriedade Configuracional
$(e_1)\Phi]: [\sigma (e_1)\Phi])$	Estado-de-Coisas
$(e p_1): [\sigma (e p_1)\Phi])$	Episódio
$(p_1): [\sigma (p_1)\Phi])$	Conteúdo Proposicional

Fonte: Nagamura (2016, p. 41)

Com relação à modalidade deôntica, a GDF estabelece seu escopo modal a partir da categoria mais baixa, a dos Estado-de-Coisas, sendo, portanto, tida como uma modalidade objetiva.

Tendo em vista a noção de Estado-de-Coisas prevista na Gramática Discursivo-Funcional enquanto “entidades que podem ser localizadas em um tempo relativo e avaliadas em termos de seu *status* de realidade” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 166), tem-se a divisão tipológica dos tipos de EC, com base em Dik (1997, p. 114):

Quadro 1 - Tipologia dos Estado-de-Coisas.

Termo geral	[+controle]	[-controle]
--------------------	-------------	-------------

[-dinâmico] Situação	Posição	Estado
[+dinâmico] Evento	Ação	Processo

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dik (1997, p. 114).

Para a divisão dos tipos de EC descritos, toma-se como base a tipologia estabelecida em Dik (1997) a partir das noções de [\pm dinâmico] e [\pm controlado], em que EC que apresentem aspecto [-dinâmico] se referem a entidades que não apresentem mudanças, estando relacionada à uma ideia de imutabilidade ou permanência, ao passo que EC's [+dinâmico] evoca necessariamente a uma espécie de mudança ou dinamismo interno, que leve a câmbios de duração do EC ou de um EC inicial a um EC final. Os EC's [-dinâmicos] são denominados pelo autor como Situação, e os [+dinâmico] como Evento. Quanto ao fator [+controle] e [-controle], este diz respeito ao primeiro argumento como (não) detentor do poder para determinar a obtenção ou não do EC, em que o primeiro argumento que influência na obtenção do EC é [+controle] e aquele que não possui influência é [-controle]. Neste sentido, o EC Posição perfila um EC menos dinâmico, pelo aspecto de estabilidade e controle pela influência posicional do argumento, o Estado diz respeito à configuração não controlada e não mutável, a 'Ação' diz respeito a um EC mutável (dinâmico) e controlado pelo argumento, e o 'Processo' designa uma mutabilidade que não controlada pelo argumento.

Para este estudo, analisar-se-á a expressão da modalidade deôntica, em linhas gerais, por meio da qualidade de seu escopo, bem como o Alvo da avaliação estabelecido para a modalidade no arcabouço teórico da GDF.

Considerando a disposição teórica estabelecida pela GDF, tem-se dois critérios principais para a categorização modal:

- 1) O domínio semântico da modalidade, isto é, o valor de sentido vinculado à modalidade, no qual tem-se: a modalidade facultativa, relativa à expressão das condições ou capacidades dos Participantes do discurso; a modalidade epistêmica, relacionada à verdade ou probabilidade de realização daquilo que é dito; a modalidade volitiva, associado aos desejos do Falante quanto ao que é expresso; e a modalidade deôntica, referente à expressão de normas de conduta ou deveres dos Participantes.
- 2) O Alvo da avaliação modal, ou a qualidade da porção discursiva que a modalidade toma por escopo, tendo, portanto: a *modalidade-orientada-para-o-evento*, referente à expressão de situações de ordem geral ou senso comum, sem a interferência opinativa dos Participantes; a *modalidade-orientada-para-*

o-participantes, que envolve especificamente os indivíduos envolvidos no discurso; e a *modalidade-orientada-para-a-proposição*, que envolve uma avaliação subjetiva do Falante quanto ao que é dito.

À modalidade deôntica são atribuídos os Alvos *modalidade-orientada-para-o-evento* e *modalidade-orientada-para-o-participante* que, enquanto atuantes na Camada do Estado-de-Coisas, a caracterizam como objetiva.

Ver-se-á, a seguir, os níveis responsáveis pela *Codificação linguística*, a começar pelo Nível Morfológico.

2.1.2.3 O Nível Morfossintático

O Nível Morfossintático contempla as categorias linguísticas e gramaticais referentes à codificação discursiva. A representação esquemática do Nível Morfossintático encontra-se na Figura 5:

Figura 5 - Representação do Nível Morfossintático

$$(Le_1: [(Xw_1) (Xp_1) (Cl_1: [(Xw_2) (Xp_2: [(Xw_3) (Xp_3) (Cl_3)] (Xp_2))_{\{\Phi\}}(Cl_2)_{\{\Phi\}}] (Cl_1))] (Le_1))$$

Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 17)

A estruturação do Nível Morfossintático se dá a partir das Camadas mais baixas em direção às Camadas mais altas: das Expressões Linguísticas (Le), às Cláusulas (Cl), Frases de distintos tipos (Xp), bem como as palavras, de tipologia igualmente variada (Xw). A GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 17) também menciona os morfemas expressos nas palavras (Xm). No entanto, estes não se fazem presentes no esquema estabelecido. O termo “senteça” não é considerado no arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional, o qual dá lugar a uma análise detalhada por meio das Camadas mencionadas.

No que diz respeito à expressividade dos conteúdos a serem comunicados, os autores afirmam que estes não se limitam a uma ou outra Camada do Nível Morfossintático. Os Atos Discursivos, por exemplo, podem ser expressos por meio das Cláusulas, Frases e Palavras (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 17).

Com relação a este trabalho, serão observados os diversos tipos de palavras que se prestam à expressão da modalidade deôntica em língua espanhola. Entende-se que esta possa ser expressa por meio de outras Camadas. Porém, acredita-se que uma análise limitada à

Camada mais baixa de sua expressão constitua por si só uma fonte rica de estudo.

2.1.2.4 O Nível Fonológico

Por fim, o Nível Fonológico é responsável pelos aspectos segmentais e suprasegmentais da expressão física da língua. A representação esquemática do Nível Fonológico pode ser observada na Figura 6:

Figura 6 - Representação do Nível Fonológico

$$(U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1)] (PP_1))] (IP_1))] (U_1))$$

Fonte: Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 18)

O Nível Fonológico contempla, então, aspectos como os de Enunciado (U), a Frase Entonacional (Ip), Frase fonológica (Pp) e Palavra fonológica (Pw). No entanto, os aspectos relativos ao Nível Fonológico não terão foco neste estudo, uma vez que, devido à natureza do *corpus* coletado para este estudo, composto por textos escritos, acredita-se que a atuação dos aspectos relativos ao Nível Fonológico não ocorrerá de maneira recorrente ou relevante, em comparação aos aspectos pertencentes aos Níveis já anteriormente mencionados.

Após as considerações sobre o Componente Gramatical, discorrer-se-á brevemente quanto à interação entre os Componentes e os Níveis encontrados na Gramática Discursivo-Funcional, apresentando também uma síntese geral da teoria holandesa da GDF.

2.2 A interação entre os Componentes e os Níveis de organização linguística.

A Gramática Discursivo-Funcional busca uma organização coesa que possa descrever o discurso, abstraindo-se das particularidades das línguas que possam vir a ser analisadas. A partir da disposição *top-down* esquematizada pela Gramática Discursivo-Funcional, dá-se o processo de construção discursiva nas línguas naturais, as quais a GDF busca descrever, tendo por orientação central a ótica do Falante.

Os Componentes Conceitual e Contextual aparentemente não se encontram dispostos de maneira hierárquica entre si (conforme Figura 2), mas, externos ao Componente Gramatical e potencialmente acima deste, contribuem de modo a influenciar o processamento

gramatical do discurso. Os Componentes, como já mencionado, contemplam os elementos relativos aos contextos (linguístico e não-linguístico) e elementos conceituais que afetarão o Componente Gramatical.

Os elementos relevantes destes dois Componentes, então, adentram o Componente Gramatical de modo a orientar o discurso a partir dos Níveis do referido Componente. Os Níveis Interpessoal e Representacional, disponíveis no topo do Componente, são responsáveis pelo aspecto da *formulação* discursiva, isto é, o modo como o discurso será construído. O Nível Interpessoal ajustará o discurso tendo como orientação o Ouvinte, bem como os conhecimentos pressupostos ou esperados deste sobre o conteúdo discursivo. Já o Nível Representacional se destina a abordar a porção semântica do discurso, isto é, ele moldará o discurso a partir dos significados que o Falante busca expressar.

Após formular o discurso, o processamento discursivo passa aos Níveis destinados à *decodificação* discursiva, isto é, a realização estrutural e física do discurso. Os Níveis desta etapa são os Níveis mais abaixo da estrutura disposta na GDF. O Nível Morfossintático está relacionado à construção estrutural do discurso, de acordo com a organização morfossintática que regem as línguas naturais, em consonância com as regras próprias a cada língua. Já o Nível Fonológico se destina inicialmente à expressão fonética do discurso, em sua realização física sonora. No entanto, deve-se entender o sentido físico mais amplo, como o caso de línguas não-sonoras, como as línguas de sinais.

O Componente mais abaixo da estrutura da Gramática Discursivo-Funcional é o Componente de Saída, que contempla os recursos propriamente ditos para a realização plena do discurso físico.

Desta forma, a GDF busca estabelecer uma análise do início da construção discursiva à sua realização plena, observando todos os aspectos e elementos externos e internos à língua que afetam o Falante em seu processo discursivo, buscando oferecer uma visão mais eficiente da construção do discurso por parte do Falante. Sendo assim, este estudo buscará observar em que medida a visão dos Participantes, isto é, o papel que desempenham na construção discursiva, influenciará o discurso, ao ponto de fazer necessária sua evidenciação ou seu apagamento, e de que forma os elementos dispostos ao longo de toda a estrutura contribuem ou influenciam nesse processo.

Em síntese, A GDF é considerada uma teoria dos estudos linguísticos a partir de um modelo *top-down*, pela sua estratificação descendente, que surge da intenção comunicativa à expressão dos conteúdos comunicados. A teoria encontra-se organizada através das divisões entre Componentes, Níveis e Camadas da estruturação linguística. De

acordo com Alturo e Keizer (2014), a intenção comunicativa, enquanto representação mental no Nível Conceitual pré-linguístico, motiva o discurso. As próximas etapas para a codificação da expressão são a Formulação, que se dá através das motivações pragmáticas, situadas no Nível Interpessoal, e as motivações semânticas, circunspectas ao Nível Representacional. Estes são traduzidos para os Níveis Morfosintático, que dará conta dos aspectos estruturais, e o Fonológico, que condiciona aspectos prosódicos, que, por sua vez, são externalizados pelo Componente de Saída, através de formas acústicas, ortográficas ou sinalizadas. Todos estes Níveis se encontram no Componente Gramatical, que, por sua vez, sofre influência de, além do Componente Conceitual, outros dois componentes: O Componente Contextual, em que se encontram aspectos de ordem situacional, relacional, cultural, entre outras, que possam vir a influenciar o funcionamento do Componente Gramatical; e o Componente de Saída, que realiza fisicamente a proposição.

2.3 Síntese conclusiva

O segundo capítulo deste estudo foi dedicado a uma breve explanação relativa ao modelo de estudos da teoria holandesa denominada Gramática Discursivo-Funcional, ferramenta teórica central desta discussão. De início, apresentou-se a estrutura básica da GDF, originada como uma reformulação da Gramática Funcional de Simon Dik (1987) e organizada a partir da noção de discurso como elemento central à linguagem, definido como a língua em uso. Esquemáticamente, tem-se a organização da GDF a partir do modelo *top-down*, que dispõe os Componentes, Níveis e Camadas hierarquicamente. Nesta feita, elementos superiores englobam e orientam às instâncias mais baixas. Sendo assim, o modelo teórico proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008) apresenta Componentes, Níveis e Camadas estruturados de cima para baixo, orientado pelos processos de *Formulação* e *Codificação Linguística*.

A partir desta noção, são explicitados os Componentes relativos à construção linguística, sendo estes: (i) O Componente Conceitual, concernente às ideias e intenções que orientam o discurso; (ii) O Componente Contextual, referente a elementos situacionais a linguísticos que permeiam a mensagem a ser transmitida; (iii) O Componente Gramatical, relativo aos elementos propriamente gramaticais que orientam o discurso, e (iv) O Componente de Saída, orientado às estruturas destinadas à realização plena do discurso.

Foi dado foco, neste trabalho, aos Componentes Contextual e Gramatical, este último limitado ao Nível Morfológico, desconsiderando o Nível Fonológico, retirando-o como

foco desta análise principalmente pelo fato de o estudo se dar em um *corpus* escrito. No que se relaciona ao Componente Contextual, discutiu-se acerca das propostas formuladas por Connolly (2007; 2014) para a estruturação do Componente, uma vez que, dentro da teoria da GDF. O Componente Contextual se encontra em processo de formalização provisória. Entende-se, para este Componente, noções de contexto linguísticos e situacionais, isto é, elementos referentes às formas linguísticas selecionadas, aos Participantes envolvidos e a relação entre eles, ao meio físico em que se dá a comunicação, ao gênero textual em que se dá a relação, entre outros elementos.

Quanto ao Componente Gramatical, foram discutidos os Níveis relativos a eles, sendo estes: (i) o Nível Interpessoal, que engloba elementos relacionados à interação entre o Falante e Ouvinte na construção discursiva, tendo em consideração elementos discursivos que orientam o Falante e levam em consideração as informações disponíveis no Ouvinte, do qual foram aproveitadas como categorias a divisão dos tipos de Ilocução e a (não)marcação da fonte de tipo *Reportativa*; (ii) O Nível Representacional, que se refere às designações dos EC's formulados no discurso, do qual se utilizará na análise o escopo modal, os tipos de Estado-de-Coisas escopado, o Alvo da avaliação, a Polaridade e a (não)marcação das fontes evidenciais de tipo *Percepção de Evento e Inferencial*; (iii) O Nível Morfossintático, que se relaciona aos constituintes sintáticos que compõem a codificação discursiva, do qual se extraiu como categoria de análise a Expressão linguística em que se dá a modalidade e, com relação aos verbos, categorias de Tempo e Modo verbais. Além destes, tem-se o (iv) Nível Fonológico, que guarda uma relação mais estreita com o Componente de Saída, e contempla aspectos segmentais e suprasegmentais construtores do discurso. No entanto, e como já mencionado, este não será considerado no presente trabalho, por não ser possível observar ditos aspectos em um *corpus* escrito.

Também se discutiu brevemente a disposição das camadas por Nível, o que levou à observação da Camada por meio da qual a categoria linguística Modalidade Deôntica pode ser expressa. Foi mencionada a organização hierárquica das Camadas em alguns Níveis, bem como o estabelecimento e Camadas não-hierárquicas para outros.

Por fim, discutiu-se brevemente a interação entre os Componentes, Níveis e Camadas estabelecidas na teoria da GDF, bem como a forma que esta interação poderá colaborar com este trabalho.

3 MODALIDADE DEÔNTICA NOS ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Ainda que não recente, o conceito da modalidade na linguística sempre foi suscetível a reconsiderações. Segundo Neves (2006, p. 151), “o primeiro problema que se apresenta ao investigador da modalização dos enunciados de uma língua natural está na própria conceituação da categoria ‘modalidade’, que não é, absolutamente, pacífica”. Cervoni (1989) e Neves (2006), revisitados por Freitas (2012) consideram, em seus estudos, para além da dificuldade em definir o termo ‘modalidade’, o fato de ele pertencer a diversos campos do conhecimento, como a Semiótica, a Lógica e a Linguística, obscurece ainda mais a apreensão de seu sentido.

O conceito de modalidade foi estabelecido com os pensadores gregos, como um aparato da lógica e relativa a noções de *necessidade* e *possibilidade*, em que as proposições estão presas a seu caráter de *falso* ou *verdadeiro* (NOGUEIRA, 2011, p. 60). No entanto, a Linguística concebeu a modalidade como um recurso do Falante para a introjeção de suas atitudes, crenças e desejos, a fim de expressar discursivamente a sua percepção do mundo.

O ponto de partida para a concepção da modalidade na linguística consiste na distinção entre *dictum* e *modus*, em que a primeira diz respeito ao conteúdo mesmo, ou seja, aquilo que é comunicado, e a segunda, à maneira de representar o conteúdo proposicional segundo a atitude psíquica do Falante. Segundo Koch (1986), o modo caracteriza-se como “a maneira como aquilo que se diz é dito”, o que leva a inferência de que todo enunciado apresenta certo grau de modalização. Segundo a autora, as modalidades estão presentes na atividade ilocucionária, pois revelam a atitude do Falante quanto aos enunciados produzidos.

A partir desta noção, a modalidade passou do campo da lógica à linguística, e subdividida em: (i) *epistêmica*, relacionada ao “eixo do conhecimento e da crença que cada locutor tem (ou diz ter) relativamente aos Estado-de-Coisas a que se refere em seu discurso”, exemplificado pela autora em “É possível que o foguete suba”; e (ii) *deôntica*, vinculada ao “eixo da conduta, isto é, ao comportamento que se espera do interlocutor diante de determinados Estado-de-Coisas, e é nelas que se revela, de maneira mais direta, a força dos atos de fala produzidos pelo locutor” como em “Você deve cumprir seus deveres para com a firma” (KOCH, 1986). A modalidade deôntica estaria mais intimamente ligada àquilo que é social e moralmente permissível (SOUZA, 2017; SEGOVIA, 2013). Um exemplo que reforça a ideia de envolvimento do Falante com o discurso são termos como “infelizmente” e verbos de percepção como “ver, entender, perceber, etc.” que marcam a subjetividade do Falante no que é construído linguisticamente. Estes, atrelados à modalidade, podem demarcar um maior

engajamento do Falante no discurso.

A partir destes postulados, Halliday (1985) concebe a modalidade como “[...] uma avaliação do falante sobre a probabilidade ou grau de evidência daquilo que está falando[...]”. Para Palmer (1986, p. 16), a modalidade pode ser entendida como “A gramaticalização das atitudes e opiniões dos falantes (subjctivas)”,²³ sendo esta a principal diferenciação da modalidade lógica grega. Para Koch (1986), ela é definida como um processo de maior ou menor engajamento do Falante em relação ao que é dito. Batista (2016, p. 37) a concebe como “a expressão linguística do pensamento e das intenções humanas”.²⁴ Observa-se, portanto, o destaque que as autoras dão ao aspecto fortemente pessoal vinculado à expressão da modalidade deôntica, no qual o envolvimento do Falante com a carga conceitual e semântica daquilo que ele expressa constitui um elemento de vital importância para a construção discursiva em si. Entende-se, neste trabalho, a modalidade enquanto expressão dos conceitos e intenções dos Falantes, o qual avalia criticamente aquilo que é dito, envolvendo-se com o Discurso em diferentes medidas.

Almeida (2010, p. 30) define a modalidade como uma categoria semântica, isto é, uma categoria que busca criar sentido por meio de uma série de recursos lexicais e sintáticos. Pode-se entender que a modalidade se vale de diferentes instâncias linguísticas a fim de gerar efeitos e sentidos. Vale ressaltar, porém, que a modalidade parece ir muito além destes aspectos, podendo, em um contexto de oralidade, podendo manifestar-se também pela prosódia. A diferença entre uma sentença declarativa e exortativa, por exemplo, pode estabelecer as fronteiras entre modalidades epistêmicas (que se prestam à noção de verdade e possibilidade dos Estado-de-Coisas descritos) e deônticas (que dizem respeito à conduta e desejabilidade de ação).

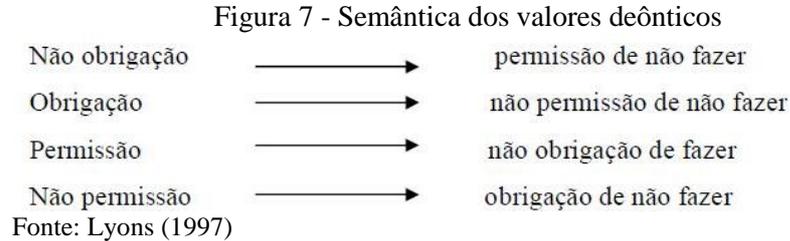
3.1 A modalidade deôntica e os efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade

A modalidade deôntica é definida por Neves (1996) como estando vinculada à necessidade ou à possibilidade de atos realizados por agentes moralmente responsáveis, o que de algum modo sugere um controle intrínseco dos eventos, estando relacionado à conduta e à moralidade pautadas no contexto e fixadas nos comportamentos sociais. Assim, os valores estabelecidos na modalidade deôntica correspondem às noções *obrigação*, *proibição* e

²³ Tradução: “The grammaticalization of speakers (subjective) attitudes and opinions”. (PALMER, 1986, p. 16).

²⁴ Tradução: “Una expresión lingüística del pensamiento y las intenciones humanas”. (BATISTA, 2016, p. 37).

permissão, que se afetam semântica e mutuamente, como demonstra a Figura 7, proposta por Lyons (1977):



Para Palmer (1986), em relação aos modelos básicos de modalidade deôntica, distinguem-se dois: o *diretivo*, quando o Falante tenciona alcançar o convencimento ou chamar a atenção de alguém para o que está sendo dito; e o *comissivo*, que caracteriza uma ameaça ou promessa realizada pelo Falante, e está ligada aos valores deônticos de *obrigação*, *permissão* e *proibição*.

De acordo com Angheluta (2014, p. 19), a modalidade deôntica descreveria as circunstâncias em que se dá a ação, e não a ação em si mesma. No entanto, diversos estudos vêm-se debruçando à fluidez desta objetividade deôntica. Em Almeida (1988) já se considerava a existência de dois subtipos para a modalidade deôntica: a primeira, que estaria vinculada a uma *obrigação* moral, isto é, interna, veiculada pela consciência; e a segunda, relativa a uma *obrigação* material, ou externa, ditada por imposições sociais ou circunstâncias externas ao Falante. Nota-se, inclusive, que o autor implementa primeiramente a obrigação interna ao Falante, que pode sugerir que as imposições externas passam por um crivo moral do Falante para que sejam reconhecidas como tais. As análises de Pessoa (2011), por exemplo, apontam uma expressão da modalidade de cunho deôntico de traço subjetivo e, mais além, intersubjetivo, em entrevistas radiofônicas com temáticas opinativas no português lusitano.

Uma análise da modalidade deôntica não deve ser desvinculada da subjetividade do Falante, uma vez que está atrelada a fatores semânticos e pragmáticos que são considerados pelo Falante na construção discursiva. Para Angheluta (2014, p. 18):

O estudo da modalidade implica várias disciplinas linguísticas, como a semântica e pragmática, dado que requer a análise não apenas do significado, mas também do uso e da interpretação, da manifestação da subjetividade do emissor, mas também do receptor, que pode tornar-se inclusive agente, executor da modalidade deôntica.²⁵

²⁵ Tradução nossa. No original: “El estudio de la modalidad implica varias disciplinas lingüísticas, como la semántica y pragmática, dado que requiere analizar no sólo el significado, sino también el uso y la

Para a autora, não é o esforço mais ou menos consciente do emissor que garante o caráter de objetividade modal, uma vez que a própria noção de *modus* parece aportar, em algum grau, dados do Falante e o seu comprometimento na informação.

Batista (2016, p. 40) considera o poder argumentativo e de ameaça como um caracterizador da subjetividade da modalidade deôntica. Segundo a autora, o Falante pode lançar mão de recursos subjetivos, dadas as relações hierárquicas, a fim de construir a sua argumentação.

Segundo dispõe a autora, as formas de expressão da modalidade são variáveis a nível linguístico, podendo ser expressa por meio de verbos, auxiliares ou plenos, adjetivos, substantivos, entre outros recursos. Há também, em seu trabalho, a menção a elementos intra- ou extramodais na codificação da modalidade para a construção dos enunciados.

Ao referir-se a elementos extramodais, Batista (2016) aborda aspectos acessórios, não frequentemente observados, como elementos de entonação e estruturas que, apesar de não expressarem o significado pleno do valor deôntico a ser expresso em questão, trazem, através da contextualização discursiva, o valor em questão a ser acessado.

Apesar das séries de recentes estudos dedicados ao aspecto da subjetividade modal, o conceito da subjetividade linguística é tão antigo quanto o próprio conceito da modalidade. Como visto em Lyons (1977), a modalidade era definida como as atitudes subjetivas do Falante expressas linguisticamente. Desde os primeiros intentos de definição da modalidade linguística, esta já se diferenciava da modalidade lógica proveniente de Aristóteles devido ao seu caráter *subjetivo*. A modalidade *alética* ou *aristotélica* se prestava às noções do que era *verdadeiro* ou *falso* na sentença, sendo tais noções desarraigadas daquele que as comunicava. Já a concepção da modalidade linguística seria essencialmente subjetiva (PALMER, 1986, p. 16), ou “subjetiva por excelência” (ANGHELUTA, 2014, p. 23), por realizar-se como a gramaticalização das opiniões daquele que enuncia. Nogueira (2011, p.59) argumenta que, apesar de a Ciência estar tradicionalmente ligada a uma demonstração objetiva dos fatos, a argumentação subjetiva e o adiamento do possível a partir do observado não estaria totalmente desgarrado de bases lógicas, uma vez que são estas que orientam a retórica da argumentação persuasiva. Neste sentido, a logicidade da argumentação subjetiva poderia efetivamente formar parte do campo dos saberes científicos (o que, neste trabalho, será especificado em ciência linguística).

interpretación, la manifestación de la subjetividad del emisor, pero también del receptor, que puede convertirse incluso en agente, ejecutor de la modalidad deôntica” (ANGHELUTA, 2014, p. 18).

Mackenzie (2017, p. 48) define a *Objetividade* como a construção da sentença sem traços presentes do Falante. Benveniste (1966, p. 260) contesta a noção da objetividade modal, argumentando que toda proposição passa pelo filtro da Falante não cabendo noções objetivas para a modalidade. Segundo o autor, “a linguagem está tão profundamente marcada pela expressão da subjetividade que é duvidoso se ela ainda poderia funcionar e ser chamada de linguagem se fosse construída de outra forma”. No entanto, Nascimento (2010) argumenta que a modalidade deôntica apresenta *nuances*, devendo-se considerar a língua em uso e não categorizar algo pura e simplesmente.

Almeida (2010, p. 34) retoma uma série de estudos acerca da modalidade como um todo, considerando que a concepção de objetividade, em alguns postulados, “se baseia na ausência de elementos discursivos, quais sejam as inferências, os aspectos dêíticos, a modalidade”. A subjetivização, nesta lógica, é verificável a nível discursivo. No entanto, de acordo com Palmer (1986, p. 16), “a modalidade na língua, principalmente quando marcado gramaticalmente, parece ser essencialmente subjetiva”, o que é corroborado por Angheluta (2014), ao afirmar que o apagamento, em certa medida, das marcações relativas às individualidades do Falante não parece garantir o conceito da objetividade modal. No entanto, os estudos ressaltam que as noções relativas à objetividade, subjetividade e intersubjetividade têm sido trabalhadas em termos de suas relações com a camada da estrutura linguística, ponto de grande relevância para este estudo.

No que diz respeito à modalidade deôntica, ela foi dividida inicialmente por Lyons (1977) em *modalidade deôntica objetiva* e *modalidade deôntica subjetiva*. No entanto, a tendência dos estudos levou a uma valorização do caráter objetivo da modalidade deôntica, uma vez que a mesma se presta a noções de conduta, quanto mais geral o caráter conferido a ela, com maior apagamento da subjetividade do Falante (opinião), os estudos apontaram que a objetividade deôntica se caracteriza de uma forma mais eficiente. O exemplo dado por Nagamura (2016, p. 33) para esta disposição das modalidades na GDF é:

(3) As crianças não devem beber leite antes de dormir por causa das cáries dentárias.

O exemplo (3) é uso frequente da modalidade deôntica de proibição, através da negação do modal *dever* (não-obrigação), de um EC específico (beber leite). Ainda que careça de um contexto que possa aclarar se este foi um fragmento emitido por uma opinião pessoal (o que caracterizaria esta expressão da modalidade enquanto subjetiva), a ideia geral para análise da modalidade neste caso é que o Falante implementa ao discurso um valor de verdade

universal, daquilo que deve ser lógico, ou, ainda, uma máxima da higiene oral.

Guiradelli e Santos (2010), Pessoa (2011), Lopes e Pessoa (2012) observaram este fato ao analisar bulas de remédio, discursos midiáticos e artigos de opinião, respectivamente. Discursos pessoais, no entanto, como os observados em Freitas (2012), Oliveira (2015) e Batista (2016), apresentaram maior utilização de marcas gramaticais indicadores dos interlocutores, em suas análises de *webcomentários* em língua portuguesa, editoriais e em *webcomentários* em língua espanhola, respectivamente. O trabalho de Pessoa (2011) especificamente apresenta uma expressiva recorrência da modalidade de caracteres subjetivo e intersubjetivo em programas de rádio e televisão de cunho opinativo.

Acredita-se, assim, que o cerne das reflexões parece apontar para a problemática da (não) marcação gramatical da subjetividade dos Participantes em um discurso modalizado. Ora, sendo senso comum que a modalidade é possuidora de essência subjetiva, este não seria o ponto a ser colocado em questão. A questão é se a essência de dita subjetividade modal encontra-se marcada na estrutura linguística do discurso dos Participantes, a depender de suas intenções discursivas. Para os postulados teóricos da Gramática Discursivo-Funcional, isto não é passível de acontecer, uma vez que esta só se encontra em contexto de orientação para as propriedades dos Participantes e dos eventos e uma avaliação objetiva do evento, sem tomada de responsabilidade por parte do Falante, o que, para este trabalho, consiste na problemática central, pois o montante de reflexões e análises recentes, já descritos ao longo deste estudo, parece vir na contramão destas noções. Esta não poderia ser, portanto, uma taxonomia taxativa, pois, segundo Almeida (2010, p. 40), “as expressões linguísticas se ancoram em determinado contexto”.

Segundo Laslop (1999, p. 1), a modalidade deôntica pode estender sua análise a dois planos: à análise do próprio enunciado, que diz respeito à emissão dos juízos e valores dos Falantes; e a própria dimensão da deonticidade do enunciado, a fim de observar “os diferentes modos como o Falante envolve a si mesmo e seu interlocutor nas normas e juízos valorativos que ele expressa”²⁶ (subjetividade e intersubjetividade). A autora afirma que os estudos sobre as dêixis (elementos léxicos e gramaticais marcados e dependentes de contexto, como *eu*, *hoje*, e adjetivos como *bonito* e *desinteressante*) contribuem para sinalizar o traço subjetivo da linguagem, ainda que o efeito de subjetividade não se limite aos dêiticos. Em seu trabalho, a autora afirma que há uma coerência dos estudos dêiticos para esta perspectiva.

Almeida (2010, p.7) considera, em seu trabalho, construções subjetivas como

²⁶ Tradução: “Los distintos modos como el hablante se involucra a sí mismo y a su interlocutor en las normas y los juicios valorativos que expresa”. (LASLOP, 1999, p. 1).

aquelas que “codificam, direta ou indiretamente, o *Ground* (Falante, ouvinte, e circunstâncias imediatas do evento de fala)”, ao passo que construções objetivas “apresentam o evento como se não houvesse nenhum sujeito da consciência implícito”. Essas noções se dão, muitas vezes, por “marcas que eles (os Falantes) revelam de suas escolhas quando selecionam determinada forma de expressar um dado conteúdo” (ALMEIDA, 2010, p. 33).

Para Traugott e Dasher (2001), a subjetividade é codificada através de: (i) dêixis; (ii) modalidade; e (iii) marcadores discursivos, para dar alguns exemplos. Estratégias como o uso, no inglês, de verbos epistêmicos para a primeira pessoa, como “*I think*” (*Eu penso que*) ou “*I guess*” (*Eu acho que*) podem, além de demarcar a subjetividade na língua, ou seja, modalizá-la, servir como estratégias de proteção da ‘imagem’ ou da face. O foco de seus estudos, no entanto, consiste na percepção dos conceitos de objetividade e de subjetividade especificamente na estrutura, pois os autores consideram, nas palavras de Almeida (2010, p. 51), que “a subjetividade codifica de forma explícita o ponto de vista do falante/escritor, por exemplo, através da dêixis, da modalidade, e da marcação de estratégias discursivas”. Para Alves (2007), as modalidades podem caracterizar, *no discurso*, opinião, conhecimento e até intenção por parte do Falante, pois estas representam ordens expressas não apenas por lei, mas possivelmente também pela consciência.

Verhagen (2005) parte da concepção inicial de que a espécie humana tem a capacidade de adotar a perspectiva ou ponto de vista de outras pessoas, a despeito de qualquer outro ser, podendo essa capacidade influenciar o código linguístico. Segundo Almeida (2010, p. 46) “a semântica e a sintaxe da língua podem ser compreendidas a partir do recorte de um determinado conteúdo face aos pontos de vista (ou tomadas de perspectiva) assumidos pelos interlocutores”, noção esta que se encontra próxima aos postulados da GDF, que considera porções menores ou maiores que a oração, tendo em vista componentes além do gramatical como influência da realização da língua, entre eles os pontos de vista assumidos ou tidos como assumidos dos interlocutores. No entanto, a noção de ditos pontos de vista, infelizmente e até então, não se tem atribuído à modalidade deôntica sob a luz desta teoria.

A subjetividade seria então, para Verhagen (2005), esta capacidade de os seres perceberem a si próprio e os outros como agentes intencionais. Acrescenta-se, neste estudo, a importância de captar a subjetividade das construções a partir de marcações mínimas no discurso. O *status* atual da modalidade, por ser diretamente afetado pelas recentes considerações, deveria ser reajustado, a fim de contemplar não apenas a subjetividade modal como algo intrínseco a esta, mas também como elemento linguisticamente marcado no discurso.

De acordo com Nuyts (2001), a subjetividade diz respeito a uma maior ou menor evidência de que o Falante lança mão para realizar julgamentos epistêmicos, noção esta que pode ser atrelada igualmente à modalidade deôntica. Ainda que esta noção encontre-se atrelada à epistemicidade, cabe lembrar a bipartição da modalidade deôntica em objetiva e subjetiva em diversos estudos (LYONS, 1977; PALMER, 1986; ALMEIDA, 1988; GIVÓN, 2001), o que pode capacitar a modalidade deôntica das mesmas atribuições.

Mackenzie (2017, p. 50) salienta que, embora o conceito de subjetividade já esteja estabelecido,²⁷ esse conceito não se aplica ao fenômeno da intersubjetividade, o que tem gerado algumas confusões em conceitos estabelecidos anteriormente. Nos estudos de Nuyts (2012) e Verhagen (2005), construções como “*eu acho que*” flutuam entre a subjetividade e a intersubjetividade. Para o primeiro, a construção se caracteriza como claramente subjetiva, uma vez que marca a opinião do Falante, enquanto no segundo, ela pode ser definida como intersubjetiva, uma vez que, implicitamente, levanta a existência de outras opiniões (*eu acho x, mas outros podem achar y, z...*). Outra expressão, como *é provável que*, é definida por Mackenzie (2017, p. 48) como objetiva, por caracterizar-se como uma gradação de uma certeza, algo bastante possível ou quase certo de ocorrer/ser, pode vir a ser interpretada de outra forma, explicitada a seguir. Mackenzie (2017, p. 48) utiliza como exemplo a sentença “É provável que Paulo esteja feliz”, argumentando que o falante pode ter chegado a esta conclusão através do compartilhamento desta mesma opinião ou expectativa com outros indivíduos, chegando a uma quantidade considerável de fontes (confiáveis ou não, mas numerosa a ponto de estabelecer o EC como quase certo) que levam o Falante a moldar o discurso como visto acima.

Para Almeida (2010, p. 7), a intersubjetividade codifica “a relação entre a perspectiva do falante ou de outros participantes, disponíveis no contexto discursivo precedente”, ou seja, é posto em evidência não apenas a perspectiva do falante, mas pode-se também valorar o posicionamento ideológico, cognitivo, cultural, etc. do Ouvinte, e estes serão inferíveis no contexto discursivo, podendo tal contexto funcionar como elemento situador ou regulador para a atuação dos Participantes, o que, na GDF, atrela-se ao Componente Contextual.

Já em Traugott e Dasher (2001), a intersubjetividade está relacionada a uma atenção prestada pelo Falante ao interlocutor no evento da fala. Segundo Almeida (2010, p.

²⁷ Com a ressalva de Nagamura (2016, p. 31), que argumenta que, até seus estudos, a subjetividade não havia sido definida formal e satisfatoriamente pela GDF, aclarando que, apesar de a GDF possuir uma definição provisória, seus autores não estabelecem os critérios da subjetividade.

33), o Falante sinaliza “a inclusão do ouvinte na sua expressão linguística enquanto participante do evento comunicativo que pode ser expresso por pronomes pessoais, dêiticos e vários outros recursos”. Neste sentido, a intersubjetividade caracteriza-se como um posicionamento do Falante ao considerar a perspectiva do Ouvinte na construção do discurso, o que pode ser marcado por diferentes recursos, como a construção das sentenças, o tipo de Ilocução utilizado, as temáticas a serem discutidas, etc. A intersubjetividade seria, para os autores, posterior à subjetividade, uma vez que aquela não pode existir independente desta, uma vez que:

O falante considera ‘o outro’ na codificação da informação, seja no sentido social da interação comunicativa, seja no sentido epistêmico que expressa a atitude do falante com relação ao ouvinte, implícita no enunciado. (ALMEIDA, 2010, p. 34).

Para Martins e Oliveira [2011 e 2018, p. 324], a intersubjetivização pode configurar-se, à semelhança dos autores já mencionados, como uma transposição da barreira de subjetivização, em que o Falante pode vir a “indexar as preocupações do falante com o *self* do seu interlocutor”. A subjetividade seria então a expressão das atitudes e crenças do Falante na realização linguística, ao passo que a intersubjetividade seria a expressão, nessa mesma atividade, da preocupação do Falante com a personalidade do Ouvinte. Tanto a subjetivização quanto a intersubjetivização se configurariam como uma “renegociação de significados e uma reanálise entre Falante e Ouvinte”. Os modais se caracterizariam, neste sentido, como os “elementos linguísticos que codificam as intenções os sentimentos e as atitudes dos falantes”,²⁸ o que não parece ser excludente à modalidade deôntica. Para Polo (2014, p. 108)

A capacidade do ato normativo para alcançar o efeito esperado depende boa parte do efetivo entendimento por parte do destinatário da força ilocutiva expressa nos enunciados. Os marcadores modais são indicadores formais de dita força e, dado que os efeitos sobre o destinatário dependem das formulações linguísticas adotadas nos textos, ditos marcadores constituem um dos recursos fundamentais que o sujeito enunciator tem à disposição para obter certos comportamentos por parte do destinatário.²⁹

Ora, se o entendimento efetivo consiste como a chave para o alcance do efeito que se quer na realização da língua, parece lógico afirmar que nenhum fenômeno da língua se

²⁸ Martins e Oliveira [2011 e 2018, p. 324].

²⁹ Tradução: “La capacidad del acto normativo para lograr el efecto esperado depende en buena medida del efectivo entendimiento por parte del destinatario de la fuerza ilocutoria expresada en los enunciados. Los marcadores modales son indicadores formales de dicha fuerza y dado que los efectos sobre el destinatario dependen de las formulaciones lingüísticas adoptadas en los textos, dichos marcadores constituyen uno de los recursos fundamentales que el sujeto enunciator tiene a disposición para obtener ciertos comportamientos por parte del destinatario” (POLO, 2014, p. 108).

eximiria de estruturas que pudessem auxiliar no alcance dessa compreensão plena, muito menos a modalidade se furtaria a buscar corroboração nas opiniões do Falante ou do(s) Ouvinte(s), marcando-as discursivamente, se tal uso não se apresentasse como frutífero à construção desse entendimento. De acordo com as palavras de Rodríguez (2016), “o falante cria esses elementos pela necessidade que tem de orientar a interpretação do ouvinte, buscando que este se aproxime à sua intenção comunicativa”,³⁰ o que pode ser explicitamente marcado por um pedido a que se engaje ou que realize o que se pede em um enunciado deonticamente modalizado.

Um exemplo promissor para este estudo são as análises de Martins e Oliveira [2011 e 2018] do verbo modal *poder* enquanto expressão do pedido e da permissão deônticas, concebendo esses valores como a enunciação de uma ordem acentuada, uma diluição do valor semântico da obrigatoriedade da ação. Na análise, os autores consideravam uma evolução do modal em questão com vistas a expressar uma preocupação com a pessoa, ou *self* do Ouvinte, passando a adquirir caráter [(inter)subjetivo], o que já havia ocorrido com o modal de obrigação *dever*, ainda que não esperado tradicionalmente para a modalidade deôntica. Em seu trabalho, os autores descrevem usos do verbo modal *poder* com valor de (inter)subjatividade, uma vez que os Falantes solicitam a permissão para realizar determinadas ações ou cobram do Ouvinte uma determinada postura, transferindo-lhe a permissão.

Tais reflexões sobre este novo aspecto da modalidade (especificamente a deôntica) vêm sendo amplamente disseminados a fim de um reajuste nas teorias levantadas sobre o fenômeno até então. A subjetividade vem sendo recuperada a partir da definição modal de Lyons (1977), e a intersubjetividade vem sendo observada como um recurso efetivo do Falante a partir de um engajamento do(s) Ouvinte(s). Este conceito será utilizado plenamente neste trabalho para a observação de possíveis expressões intersubjetivas da modalidade deôntica.

De acordo com Aguiar (2016), a modalidade deôntica está vinculada à construção de uma autoridade, sendo usada para vários fins argumentativos e, para Nascimento (2010, p. 32)

Considerar a modalização como fenômeno argumentativo é também reconhecer que a avaliação, ou ponto de vista, expressa pela modalização ocorre sempre em função da interlocução ou do interlocutor. Isso significa que, ao realizar uma avaliação, o locutor o faz em função do outro, deixando pistas do que deseja ou de como quer que seu discurso seja lido.

³⁰ Tradução: “El hablante CREA estos elementos por la necesidad que tiene de orientar la interpretación del oyente, buscando que se acerque a su intención comunicativa” (FUENTES-RODRÍGUEZ, 2016).

Ainda segundo o autor, os estudos mais recentes têm revelado a potencialidade da modalidade deôntica de gerar distintos efeitos de sentido, funcionando como “uma estratégia argumentativa que é utilizada para o locutor não só imprimir seu ponto de vista ao enunciado, mas interagir com seu interlocutor como espera que esse (re)aja à sua enunciação” (NASCIMENTO, 2010, p. 32).

No entanto, não basta a este estudo apenas o entendimento de que a modalidade deôntica pode vir a apresentar nuances de caráter menos objetivo. O que se procura com estas reflexões é a codificação destas nuances na estrutura. De acordo com Martins e Oliveira [2011 e 2018], a subjetividade e a intersubjetividade são noções presentes em todo o uso da língua, o que nos leva a uma proposta de Langacker (1987, 1990, 2008, *apud* Almeida, 2010), sintetizada em Almeida (2010, p. 36) de que se deve fomentar

Uma teoria que considera a maneira como a significação é construída, articulando elementos até então ignorados pela visão objetivista do significado: a forma como o *conceptualizador* constrói o evento descrito, a *perspectiva* que ele adota para tal, as *entidades* ou *elementos* que sofrem *perfilamento* e adquirem *proeminência* na cena descrita e assim por diante. (Grifos da autora)

No entanto, há contextos em que estas aparecem codificadas, isto é, “há marcas linguísticas que identificam as atitudes e as crenças do falante, assim como há marcas que identificam a preocupação do falante com a imagem de seu interlocutor” [MARTINS, OLIVEIRA, entre 2011 e 2018]. Não se deterá, no presente estudo, apenas na noção de que a modalidade deôntica, em consonância com a noção geral da modalidade, pode apresentar realizações menos objetivas. O objetivo neste trabalho é encontrá-las marcadas gramatical e contextualmente, isto é, na estrutura linguística e nos elementos adjacentes a ela.

Para esta proposta, considerar-se-á também a ressalva feita por Verhagen (2005) de que as expressões linguísticas podem não codificar suas semanticidades *necessária* e *explicitamente*, podendo haver alusões ao construto tão somente, que indicarão *implicitamente* a relação que se constrói no evento comunicativo, recuperável a partir de outros elementos, como o contexto. Sendo assim, Verhagen (2005) propõe que este evento pode apresentar escalaridade de **maximamente objetiva** ou **maximamente subjetiva**, como pretende-se propor para a modalidade deôntica.

No que diz respeito a este estudo, as considerações de Lyons (1977) são de extrema importância, uma vez que o autor se debruçou de maneira latente no aspecto subjetivo da modalidade deôntica em sua obra *Semantics* (1977). Quanto às noções gerais da modalidade, o autor recorre à gênese de seu conceito, proveniente dos lógicos, ao atrelar a

modalidade à noção de verdade ou falsidade de um dado Estado-de-Coisas, e estando vinculada às ideias de Necessidade e Possibilidade. Tais noções estão, segundo o autor, estabelecidas nas sentenças e garantidas, junto ao conhecimento e crença de sua verdade. Tais noções seriam não-empíricas, isto é, sem fundamentação ou passibilidade de modificação por parte da experiência. Igualmente para a modalidade deôntica, Lyons (1977, p. 823) retoma a gênese do termo deôntico, do grego *deons* – aquilo que é obrigatório, a fim de definir a mesma como uma extensão da modalidade lógica para as noções de obrigação e permissão, estando esta, diferentemente da modalidade epistêmica, não vinculada à verdade das proposições, mas à “necessidade ou possibilidade de atos praticados por agentes moralmente responsáveis”,³¹ uma vez que a modalidade deôntica não se presta à descrição de um ato em si na proposição, estando atrelada a uma descrição de um Estado-de-Coisas a ser atingido tendo a vista a execução/realização do ato que se encontra expresso, o que lhe confere o tradicional caráter de *futuridade*. Lyons (1977, p. 823) ainda salienta que a noção de verdade não é de todo irrelevante para as diretivas (os únicos enunciados deonticamente modalizados com os quais o autor se preocupou em analisar em boa parte de seus estudos, passando depois às declarações deônticas), mas a considera como menos diretamente aplicadas do que na análise de enunciados modais subjetivos ou objetivos.

No entanto, para a noção da modalidade deôntica como um todo, Lyons (1977) afirma que tanto esta como a modalidade epistêmica podem ser interpretadas como *objetivas* e *subjetivas*, refutando a tradição dos estudos para a consideração da modalidade deôntica como menos próxima da subjetividade do que a modalidade epistêmica. O autor salienta, inclusive, que uma das características inerentes à modalidade deôntica configura-se no fato de esta proceder ou derivar-se de alguma *fonte* ou *causa*, diferente, ou aparentemente diferente, dos enunciados epistemicamente modalizados. Para Lyons (1977, p. 824), “se X reconhecer que ele é obrigado a realizar algum ato, então geralmente há alguém ou alguma coisa que ele vai reconhecer como responsável por ele estar sob a obrigação de agir desta maneira”.³² Esta obrigação pode estar sob a forma de alguma pessoa ou instituição a quem X se submete por algum motivo, ou, ainda “pode ser não mais do que alguma compulsão interna, que pode ser difícil de identificar e precisar”.³³ Sendo assim, o autor critica, em seu trabalho, a tendência

³¹ Tradução: “the necessity or possibility of acts performed by morally responsible agents” (LYONS, 1977, p. 823).

³² Tradução: “If X recognizes that he is obliged to perform some act, then there is usually someone or something that he will acknowledge as responsible for his being under the obligation to act in this way”. (LYONS, 1977, p. 824).

³³ Tradução: “it may be no more than some inner compulsion, that he would be hard put to identify and make precise”. (LYONS, 1977, p. 824).

geral para considerar a modalidade deôntica como menos subjetiva que epistêmica, afirmando que as duas possuem valor de subjetividade.

Para Lyons (1977), uma das percepções da criança quanto à linguagem é justamente a noção de que, além do fato de que ela pode usar a linguagem a fim de atingir seus desejos e impor sua vontade sobre os demais, esta também funciona ao inverso, ou seja, como uma ferramenta para que os outros possam atuar sobre esta, controlando seu comportamento. Segundo o autor, a consciência da criança quanto à diferença do uso dos termos “Eu quero o livro” e “Dá-me o livro”, reflete o seu entendimento quanto ao uso da primeira sentença estar vinculado ao desejo, volição ou vontade e, no segundo caso, para além destes, a uma noção performativa, em que se deseja levar o Ouvinte à ação a fim de realizar dito desejo, atingindo então o Estado-de-Coisas desejado implícita ou explicitamente na proposição. Isso se conecta, segundo o autor, ao “fato de que a modalidade deôntica envolve uma referência a um futuro estado-de-mundo, e que está conectada, de alguma forma, com intenção, desejo e vontade” (LYONS, 1977, p. 825),³⁴ o que são, na ótica adotada para este trabalho, atributos da subjetividade, uma vez que a noção de intenção, desejo e vontade não necessariamente são externas ao Falante, podendo ser determinadas por este inclusive.

Palmer (2001) problematiza a definição da modalidade deôntica em específico por considerá-la, além de diferenciada das demais (dinâmica e epistêmica),³⁵ de difícil especificação, ou ainda de definição dificultada por uma linha diferenciadora muito tênue entre as demais modalidades. Para o autor, o caráter diferenciado da modalidade deôntica no quadro das modalidades linguísticas diz respeito ao seu caráter eminentemente *performativo*, ou como ele denomina, “orientado para o discurso”. A modalidade tem seu valor orientado por noções de regras e regulamentos ao Ouvinte, e é destinada não a negar ou afirmar a existência da modalidade em si, sua função é apenas implementá-la (*dar permiso*, por exemplo, efetiva o ato no momento da fala). Para Palmer (2001, p. 58), a distinção entre a modalidade deôntica e os demais tipos de modalidade diz respeito ao “que é orientado para o discurso, *versus* o resto”. Em uma negação, por exemplo, é o evento que se nega e não a modalidade em si. A essa informação pode-se atrelar a categorização da modalidade deôntica para a Gramática Discursivo-Funcional (doravante, GDF) como orientada-para-o-evento, isto é, a Modalidade atua dentro daquilo que é descrito, não considerando para a categorização questões relativas ao Falante (ao que é possível atrelá-las à *subjetividade*).

³⁴ Tradução: “the fact that deontic modality, like prediction, involves a reference to a future world-state and that it is connected in some way with intention, desire and will”. (LYONS, 1977, p. 825).

³⁵ Cabe lembrar a taxonomia modal, que se foi alterando com o tempo. De início, consideravam-se estas como as principais modalidades linguísticas.

O autor faz ressalvas quanto às observações de Huddleston (1974, *apud* PALMER, 2001, p. 58) para a frase *You may come with pleasure*, considerando esta como uma porção que suscita a subjetividade modal, isto é, o fazer do Falante ante a permissão que é dada ao Ouvinte. O próprio autor explicita sua rejeição a este excerto de estudo por justamente estabelecer uma linha subjetiva, mas o considera apenas para consolidar sua argumentação para a diferenciação da modalidade deôntica versus as demais, o que, em contraste com a noção geral de Palmer (2001) para a modalidade como uma expressão da subjetividade do Falante, parece sugerir uma incongruência.

Os estudos de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) sobre formas gramaticais (denominadas ‘gram’) para a expressão de diversos aspectos, entre a eles a própria modalidade, de forma semelhante não se prestam à definição da categoria modal em si mesma, antes retoma a própria definição de Palmer (2001), mas considera que o fenômeno estende-se para além daquilo que está contemplado nos trabalhos do autor. No entanto, seu estudo considera a provável impossibilidade de oferecer uma definição sucinta da modalidade.

Ainda que o fenômeno em seu sentido macro não seja passível a uma definição formal em seu trabalho, Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) consideram classificações sutis para os subtipos modais apresentados. Em seu texto, são definidos quatro subtipos modais, a partir da expressão da mesma na estrutura do inglês. Para os autores, a noção de obrigatoriedade, inerente à modalidade deôntica (*deons*, do grego aquilo que é obrigatório), é definido por eles como vinculada a uma modalidade orientada-para-o-agente (*agent-oriented modality*), isto é, uma modalidade que diz respeito à existência de condições externas ou internas do agente com relação à ação que é expressa no predicado principal, estando vinculada ao conteúdo proposicional (expressão do Estado-de-Coisas) da cláusula. No entanto, para a classificação do valor de obrigação especificamente, os autores adotam a noção de que esta se refere a condições sociais e externas que compelem o agente a efetivar a ação proposta no predicado,³⁶ em contraste com outros valores modais inseridos no subtipo da modalidade orientada-para-o-agente: Necessidade, Habilidade e Desejo, que expressam, respectivamente, condições físicas, capacitadoras e volitivas, todas consideradas internas pelos autores. A única ressalva feita ao caráter de condicionamento externo para a obrigação é feita no que diz respeito à expressão de futuro, em que esta pode co-ocorrer com o valor de desejo para a

³⁶ Tradução: “**Obligation** reports the existence of external, social conditions compelling an agent to complete the predicate action” (BYBEE, PERKINS AND PAGLIUCA, 1994, p. 177).

expressão das intenções do agente, principalmente no que diga respeito à primeira pessoa.³⁷

Segundo os autores, a obrigação é imposta externamente, sendo descrita como subjetiva em enunciados diretivos, isto é, quando o Falante visa a realização de uma ação futura por parte do Falante, isto é, há uma intenção por parte do Falante de instigar o alvo da modalidade expressa em realizar certa ação ou proceder com dito comportamento. Nestes casos, não há apenas a intenção de reportar, mas também de provocar à ação. Nesse caso, a subjetividade se encontra presente, pois o Falante cria a obrigação e concede a permissão. Esta noção alinha-se a Palmer (1986) no que diz respeito ao caráter diretivo e comissivo (quando coexiste uma promessa/ameaça por parte do Falante).

No entanto, a subjetividade não parece ser definível apenas pela expressão de uma provocação à ação por parte do Falante como construção do conhecimento, sendo, além disto, uma marcação do posicionamento dos Participantes no discurso.³⁸ No que diz respeito ao valor de ‘permissão’ e da ‘proibição’, este é classificado como “modalidade-orientada-para-o-falante”, uma vez que esta não relata condições externas ou internas ao Falante, mas permite o estabelecimento de ditas condições por parte do Falante ao destinatário. Não há, nesta configuração, a noção da natureza destas condições que podem ser veiculadas socialmente e apenas manipuladas pelo Falante ou que possam ser geradas em seus conhecimentos e crenças, mas há uma tendência ao subjetivismo, pois os autores consideram a ideia de que o Falante “dá permissão” ao Ouvinte e, no caso, da proibição, nega-lhe a permissão de algo. A partir deste estudo, têm-se dois lados para os valores tradicionalmente estabelecidos para a modalidade deôntica. Ao seu valor inerente, a obrigação, lhe é conferido um caráter eminentemente objetivo, e aos dois outros valores, permissão e proibição, as definições parecem apontar uma natureza subjetiva.

Já Givón (2001, p. 300) oferece uma proposta de definição modal enquanto codificação da atitude do Falante em relação a uma proposição. Por atitude, subentendem-se dois julgamentos feitos pelo Falante sobre a informação proposicional que está expressa na cláusula: o primeiro, de ordem epistêmica, estando relativa a noções de verdade, probabilidade, certeza, etc. da informação; e o segundo, de caráter deôntico ou avaliativo, que se presta ao julgamento de conveniência, preferência, intenção, capacidade, obrigação, entre

³⁷ No que diz respeito à definição tradicional da modalidade deôntica, esta se encontra atrelada inerentemente à noção de futuridade. No entanto, o estudo mencionado parece referir-se às marcações formais de futuro, independentemente deste traço próprio do valor deôntico em questão.

³⁸ A decisão pelo uso do termo ‘Participantes’ se deve a recentes intentos de estabelecer o traço intersubjetivo. No entanto, levando-se em consideração as dificuldades relativas à inserção da própria marcação subjetiva, foi dada a preferência a não usar a mais recente ainda marcação intersubjetiva, amalgamando-se, então e por ora, as duas.

outros.

Não mutuamente excludentes, as modalidades (epistêmica e avaliativa/deôntica), tipologicamente divididas tendo em vista o elemento da atitude, se cruzariam de distintas e variadas maneiras. Em seus estudos, Givón (2001) considera também noções de factualidade, do fator *realis/irrealis*, bem como elementos gramaticais que levam a importantes desdobramentos em ditos julgamentos. O fator *realis/irrealis*, por exemplo, é considerado por Givón como um codificador de subtipos que levam a diferentes sentidos expressos por um mesmo modal, ou o mesmo sentido expresso por modais distintos. Em casos específicos do inglês, Givón (2001) menciona o modal *can* (pode), que pode expressar valores como Habilidade (*if he tries hard, he can do it*),³⁹ Probabilidade (*the guy who did it could also be insane*)⁴⁰ ou Permissão (*if he pays the fee, he can join*)⁴¹. Além deste, os modais *should* e *must* (traduzidos mais aproximadamente como ‘deve’) são também mencionados, por ocasião de poderem expressar tanto Obrigação (*she should stop wasting her time on it/you must do it right away*)⁴² quanto Probabilidade (*he should be there by now/she must be there by now*).⁴³ No que diz respeito aos julgamentos, para Givón (2001), a modalidade é utilizada no dia a dia mais comumente pela ótica da subjetividade do que da objetividade.

No entanto, o autor estabelece a noção de objetividade para os julgamentos (modalidades) epistêmico e deôntico no que se refere à externalidade do mundo àquele que pronuncia a sentença em casos de enunciação. As modalidades são, então, sempre construídas objetivamente, tendo em conta este padrão lógico para elas e a própria semântica da modalidade.

Em síntese, as noções gerais para a definição da modalidade linguística e da modalidade deôntica se encontram no Quadro 2:

³⁹ Tradução livre: “Se ele se esforçar, ele pode fazê-lo”.

⁴⁰ Tradução livre: “O rapaz que fez isso pode inclusive ser louco”.

⁴¹ Tradução livre: “Se ele pagar a taxa, ele pode participar”.

⁴² Tradução livre: “Ela deve parar de desperdiçar seu tempo com isso/Você deve fazê-lo imediatamente”.

⁴³ Tradução livre: “Ele deve estar lá agora/Ela deve estar lá agora”.

Quadro 2 - Quadro sinóptico das categorizações modais

AUTOR	MODALIDADE	MODALIDADE DEÔNICA
Lyons (1977)	Arelada à noção de verdade ou falsidade de um dado Estado-de-Coisas; vinculada às ideias de Necessidade e Possibilidade.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Noções de obrigação e permissão; ✓ Ausência de vínculo com a verdade das proposições, mas à necessidade ou possibilidade de atos praticados por agentes moralmente responsáveis; ✓ Caráter de <i>futuridade</i>; Menos próxima da subjetividade do que a modalidade epistêmica.
Bybee, Perkins e Pagliuca (1994)	Considera a dificuldade de definição da modalidade em si.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existência de condições externas ou internas do Falante com relação à ação que é expressa no predicado principal, estando vinculada ao conteúdo proposicional (expressão do Estado-de-Coisas) da cláusula; ✓ Referência a condições sociais e externas.
Palmer (2001)	Uma categoria tênue e de difícil conceitualização	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Caráter eminentemente <i>performativo</i>; ✓ Valor orientado por noções de regras e regulamentos ao Ouvinte.
Givón (2001)	Codificação da atitude do Falante em relação a uma proposição	<ul style="list-style-type: none"> ☐ Julgamento de conveniência, preferência, intenção, capacidade, obrigação, entre outros; ☐ Referência à externalidade do mundo àquele que pronuncia a sentença em casos de enunciação.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir das observações do Quadro 2, é possível observar alguns estudos linguísticos que contemplam não apenas o caráter da subjetividade do Falante para a expressão da modalidade deônica, bem como para a construção do fenômeno modal como um todo, atrelado de modo intrínseco ao posicionamento do Falante quanto ao que é dito.

No entanto, será possível observar, no tópico a seguir, a metodologia diferenciada da GDF para o entendimento da modalidade deônica.

3.2 A modalidade deôntica na perspectiva da GDF

O modelo de análise da Gramática Discursivo-Funcional presta maiores subsídios aos estudos das modalidades linguísticas, por possuir como preceito básico o discurso, definido como a porção linguística no qual o Falante veicula intenções (subjektividades), levando em consideração o contexto e a interação. Sendo assim, é natural a relação entre a teoria do modal e a própria modalidade, por serem ambos influenciados pela subjetividade dos Participantes. O modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional estabelece a seguinte divisão de acordo com dois macro-critérios:

- a) o *alvo da avaliação*, que diz respeito à porção da sentença que é afetada para a modalidade, no qual se subdividem a (i) modalidade-orientada-para-o-participante; (ii) modalidade-orientada-para-o-evento; e (iii) modalidade-orientada-para-a-proposição.
- b) o *domínio* da modalidade, que se refere à carga semântica modal em si. Com base no domínio modal, tem-se: (i) Facultativa, (ii) Deôntica; (iii) Volitiva; (iv) Epistêmica e (v) Evidencial.

As modalidades, na estruturação da Gramática Discursivo-Funcional, são categorizadas a partir de três noções, a partir do parâmetro chamado *alvo de avaliação*, isto é, a porção modalizada do enunciado, que “direcionam os receptáculos da carga modal em questão e propõe as noções de objetividade e subjetividade da modalidade” (HENGEVELD, 2004, p.1114) sendo estas:

- a) *Modalidade-orientada-para-o-participante*: afeta os aspectos interpessoais que podem afetar a produção linguística, estabelece as relações entre um participante em um evento e a potencial realização de dito evento;
- b) *Modalidade-orientada-para-o-evento*: afeta a descrição do evento em si, involucrado à sentença. Refere-se a uma avaliação *objetiva* do estatuto de atualidade do evento. Entende-se que esta modalidade descreve a existência de possibilidades, obrigações gerais, etc., sem que o Falante tome responsabilidade por esses julgamentos;
- c) *Modalidade-orientada-para-a-proposição*: afeta o conteúdo proposicional da sentença, isto é, a porção da sentença que diz respeito às opiniões, visões e crenças do Falante, estando vinculada à especificação do grau de comprometimento do Falante com a proposição apresentada.

Outro critério relacionado à divisão tipológica das modalidades é chamado domínio semântico, que diz respeito à semântica da modalidade em si, que as subdivide em: (i) *facultativa*; (ii) *deôntica*; (iii) *volitiva*; (iv) *epistêmica* e (v) *evidencial*. O cruzamento dos dois critérios para a tipologia modal resulta no Quadro 1, proposto por Hengeveld (2004), e incorporado à GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008):

Quadro 3 - Proposta de classificação modal

Domínio \ Alvo	Participante	Evento	Proposição
<i>facultativa</i>	+	+	-
<i>deôntica</i>	+	+	-
<i>volitiva</i>	+	+	-
<i>epistêmica</i>	-	+	+
<i>evidencial</i>	-	-	+

Fonte: Hengeveld (2004)

Observa-se, então, a designação da modalidade deôntica enquanto *orientada-para-o-participante* e *orientada-para-o-evento*, ambas definições objetivas, e de não vinculada ao tipo *modalidade-orientada-para-a-proposição*, sendo esta justamente a categoria destinada à introjeção das crenças e opiniões dos Falantes. Para a GDF, então, a modalidade deôntica é eminentemente objetiva. Segundo Neves (1996), esta modalidade não atua no nível da proposição por não estar atrelada a uma avaliação do Falante sobre a proposição, mas à realização de uma ação por parte deste e dos outros.

Tomando como base estas definições, Hengeveld e Mackenzie (2008) concebem a modalidade deôntica como voltada à realização dos Estado-de-Coisas descritos e uma relação entre este e o Participante apenas em nível de predicado, sendo então detentora de objetividade, por pautar-se em valores e noções estabelecidas em dito recorte social, uma vez que a conduta é um conceito construído em sociedade, através de valores religiosos, políticos, culturais, etc. Neste sentido, o Falante não possui força ou poder suficiente para estabelecer uma noção moral por si só.

No caso do domínio da avaliação, ainda em seu trabalho inicial, Hengeveld (2004) divide as modalidades em (i) Epistêmica; (ii) Deôntica e (iii) Volitiva, sendo expandidas em Hengeveld e Mackenzie (2008) para: (i) *Facultativa/Inerente/Dinâmica*, relacionada às habilidades (inerentes ou adquiridas) das quais é dotado o indivíduo, como em “I am not able

to work”;⁴⁴ (ii) Deôntica, relativa ao que é moralmente aceito ou proibido, regulada pela conduta, exemplificado em “Begging prohibited”;⁴⁵ (iii) Volitiva, dedicada à expressão do que é desejável, como se pode ver em “We want to leave”;⁴⁶ (iv) Epistêmica, relativa aos conhecimentos de que dispõem os Participantes, vista em “We’ll probably die for lack of water”;⁴⁷ e (v) Evidencial, relacionada às fontes das informações dadas no discurso, observável em “It is said Manuel must have eaten”.⁴⁸

No entanto, a modalidade, ao ser disposta nas primeiras versões da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), em consonância com estudos precedentes, levou em consideração o conceito de *Modalidade objetiva* e *Modalidade Subjetiva*, segundo a qual a primeira estaria relacionada a uma simples descrição dos eventos por parte do Falante no discurso, e a segunda, à expressão de seu comprometimento no discurso (VERSTRAETE, 2004, p. 255). De acordo com Nagamura (2016, p. 34), diversos autores contribuíram para a categorização destas duas definições na GDF, sendo estas:

Basicamente, as modalidades objetivas se referem à *avaliação* do falante sobre um Estado-de-Coisas em termos de seu conhecimento, enquanto as modalidades subjetivas se referem ao *comprometimento* do falante como relação à veracidade do conteúdo da predicação. (Grifo nosso)

Hengeveld (2004) e Nagamura (2016, p.70-71) defendem a objetividade no estudo modal pela diferenciação da perspectiva de subjetividade gramatical e subjetividade inerente, no qual a primeira diz respeito a marcas linguísticas da objetividade no discurso. Tome-se o exemplo “Ana ainda não chegou” e “Ana ainda não chegou, *infelizmente*”.⁴⁹ A marcação da emotividade através do adjetivo *infelizmente* favorece o efeito de sentido da expressão da emoção do Falante, o que confere ao segundo caso uma marcação linguística de subjetividade que o primeiro não possui. Ainda que, através de aspectos contextuais ou relativos à entonação das sentenças, por exemplo, se possa recuperar alguma marca de subjetividade no primeiro exemplo, é através do uso lexical do adjetivo que o autor estabelece as duas perspectivas para o componente da subjetividade. Quanto à subjetividade inerente, parte-se de concepções já discutidas sobre a modalidade enquanto comprometimento, posicionamento ou

⁴⁴ Tradução livre: “Não consigo trabalhar”.

⁴⁵ Tradução livre: “Proibido mendigar”.

⁴⁶ Tradução livre: “Nós queremos sair”.

⁴⁷ Tradução livre: “Provavelmente morreremos por falta d’água”.

⁴⁸ Tradução livre: “Dizem que Manuel deve ter comido”.

⁴⁹ Elaborado pela autora com base em Mackenzie (2017, p. 50).

envolvimento do Falante com o seu enunciado.⁵⁰

O autor estabelece, então, as disposições modais de acordo com o Alvo da avaliação, proposto para a GDF, sintetizadas no Quadro 4:

Quadro 4 - Alvo da avaliação da modalidade na GDF.

ALVO DA AVALIAÇÃO		
Orientada-para-o-participante	Orientada-para-o-evento	Orientada-para-a-proposição
Facultativa Deôntica Epistêmica	Facultativa Deôntica Volitiva Epistêmica	Volitiva Epistêmica Evidencial

Fonte: Elaborado pela autora com base em Nagamura (2011; 2014; 2016)

No que tange ao Alvo da avaliação, o modelo inicialmente abordava somente as noções de Modalidade Objetiva e Modalidade Subjetiva (HENGEVELD, 2004). Posteriormente, as modalidades foram dotadas de maior sutileza, a partir das reflexões de Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008): orientada-para-o-participante, orientada-para-o-evento e orientada-para-a-proposição. No primeiro caso, estabelece-se a relação entre os Participantes/propriedades de um evento e a possível realização deste último, estando mais direcionada ao nível do predicado dos ECs. O segundo diz respeito a todo o EC, sem, no entanto, realizar-se nenhuma avaliação por parte do Falante (objetiva). Já o último fenômeno é afetado pelas crenças e opiniões do Falante sobre o evento, denotando maior grau de comprometimento deste na proposição, e possuindo caráter mais subjetivo.

No entanto, apesar de considerar as intenções do Falante como elementos pertencentes ao processo discursivo, Nagamura (2016, p. 3) salienta que a GDF não apresenta uma definição própria para o termo da ‘Subjetividade’. Estudos realizados por Laslop (1999), Verhagen (2005), Pessoa (2011), Nagamura (2016), Mackenzie (2017), ainda que não tenham, em sua totalidade, análises orientadas pela teoria da GDF, vem contribuindo no fornecimento de subsídios que podem auxiliar na reformulação no modelo.

Desta forma, observar-se-á o fenômeno das fontes modais e evidenciais como

⁵⁰ Resulta de suma importância realizar a distinção entre a subjetividade gramatical e subjetividade inerente, cabe ressaltar que, para este trabalho, dar-se-á foco à noção subjetividade gramatical, por meio da observação dos elementos linguísticos (e extralinguísticos) que possam evidenciar o caráter subjetivo e intersubjetivo da modalidade deôntica em língua espanhola. Observa-se também, por meio da teoria escolhida, a Gramática Discursivo-Funcional, que a modalidade deôntica é categorizada como objetiva por meio dos elementos linguísticos que escopa, sendo assim, ao propor uma análise dos efeitos de (inter)subjetividade, parece coerente lançar mão dos mesmos elementos linguísticos, ampliando, porém, dito escopo.

possíveis indicadores do (des)envolvimento do Falante na expressão da modalidade, favorecendo os efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade.

3.3 A fonte modal e a fonte evidencial

Partindo, como já mencionado, da noção de Lyons (1977, p. 95) de que distintos tipos de modalidade deôntica podem vir a ser categorizados a partir da fonte ou causa da obrigação que estejam implementadas, considera-se que as distintas possibilidades para a (não)marcação da fonte modal de caráter deôntico possa representar uma ferramenta relevante para a manipulação dos efeitos de sentido da modalidade em si. Batista (2016, p. 60) a caracteriza como um aspecto intramodal, isto é, um valor intrinsecamente vinculado à modalidade que, neste caso, demarca o elemento que instaura o valor modal expresso no discurso. No que diz respeito a gêneros que se prestam à exposição da opinião do Falante (gêneros de caráter opinativo), é esperado que haja uma marcação em referência a ele, uma vez que o Falante modela o discurso objetivando o convencimento da racionalidade de sua própria opinião.

Laslop (1999, p. 1-2) entende que existem diferentes participações ou posicionamentos discursivos quanto à expressão da modalidade deôntica, aqui entendidas como fontes: aquelas em que o Falante se envolve no valor modal expresso, referenciando a si mesmo no discurso, ou a participação de entidades (empresas, instituições de poder, autoridades, etc.) que veiculam normas de conduta de senso comum, e ainda menciona a ideia de uma fonte, externa ao Falante, que lhe implementa a opção ou obrigatoriedade de realização de algo. Desta feita, o Falante pode mostrar-se como a fonte do valor modal expresso propriamente dito, ou dele afastar-se. Da mesma forma, é possível ao Falante marcar-se como fonte da informação como um todo, ou atribuí-la a elementos externos. Tem-se, no primeiro caso, uma questão de fonte modal, ou, mais especificamente fonte deôntica, que se relaciona àqueles que instituem qualquer valor modal (especificamente deôntico, neste caso) no discurso, isto é, de onde parte a noção modal. No que diz respeito à informação como um todo, tem-se uma noção de fonte evidencial.

Sendo assim, é possível observar dois tipos de fonte na construção discursiva: a fonte evidencial, que diz respeito à informação como um todo, e a fonte modal, específico ao valor modal expresso. Ambas são, sob certo aspecto, independentes, mas podem vir a coincidir. Se no discurso, o Falante apresenta-se como fonte da informação veiculada e nesta informação encontra-se um valor de obrigatoriedade instituído por ele mesmo, tem-se um

alinhamento das fontes modal e evidencial.

No que diz respeito à fonte modal, como já mencionado, esta se encontra relacionada à identificação daquele que implementa o valor deôntico no discurso. Para Gasparini-Bastos (2014, p. 281), a fonte caracteriza-se como um fator crucial para o entendimento da modalidade enquanto objetiva ou subjetiva. Para a autora, a modalidade objetiva de uma fonte de tipo externo, isto é, não relacionada ao Falante, ao passo que na modalidade subjetiva a fonte é o próprio Falante (VERSTRAETE, 2004, p. 249).

O entendimento geral da modalidade deôntica, segundo a autora (GASPARINI BASTOS, 2014, p. 281) é que a modalidade deôntica tem, em linhas gerais, fonte pautadas na objetividade, isto é, surgem do senso comum, da lei e das normas de conduta, o que também é visto na teoria da Gramática Discursivo-Funcional. Para os autores (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a modalidade deôntica se qualifica não por sua fonte, compreendida na GDF como essencialmente objetiva, mas por seus alvos, que ainda que mais gerais (modalidade-orientada-para-o-evento) ou mais pessoais (modalidade-orientada-para-o-participante) de igual maneira se fundamentam na noção do senso comum.

Quanto aos tipos de fontes modais, considerou-se, em estudos anteriores (BATISTA, 2016), a partir das noções de fonte interna e externa, distintas tipologias modais, definidas a partir de diversos estudos sobre a expressão da modalidade deôntica em língua espanhola. Neste trabalho, será observada a expressão da modalidade de tipo deôntico em comentários *on-line* em língua espanhola, formulando-se então a hipótese de uma frequente presença de fontes internas aos comentários, de caráter eminentemente pessoal e opinativo, como já dito. Sendo assim, foi considerado para a fonte interna o tipo ‘Enunciador’, sendo este ao mesmo tempo veiculador do discurso e do valor modal em si. Quanto às fontes externas, considerar-se-ão diferentes facetas para esta.

Em primeira instância, tem-se a noção de que se a fonte interna consiste no próprio Falante, a fonte externa pode corresponder a ‘Indivíduo’, isto é, pessoas que não o Falante que instauram o valor deôntico, podendo ser o Ouvinte ou Participante direto do contexto do discurso, ou terceiras pessoas, mencionadas mas não presentes na troca discursiva.

Entende-se também uma fonte externa ao Falante enquanto organização governamental, instituições de autoridade, isto é, elementos não pessoais tidos como um marco de autoridade, sendo estes caracterizados como fontes de tipo ‘Instituição’, ou seja, coletivos que atuam como reguladores de certos procedimentos de conduta, como já previsto em Lyons (1977).

Há ainda duas tipologias não dotadas de especificidade, por razões distintas. A primeira, de tipo ‘Não-especificado’, surge de uma falta de conhecimento, capacidade ou desejo do Falante de mencioná-la, por ignorá-la ou não tencionar ameaças a dita fonte. O segundo tipo de fonte não-específica configura-se como o tipo ‘Inexistente’. Neste caso, a fonte se caracteriza como um acontecimento de ordem natural ou uma necessidade caracterizada por força maior, compartilhada por um coletivo sem que lhe seja atribuída origem a nenhum ser do meio.

No entanto, ao eleger uma análise que utilize a ‘fonte da informação’ como ferramenta e considerando o amparo teórico deste trabalho na GDF, considerar-se-á não apenas a marcação da fonte deôntica como potencial influenciadora dos efeitos modais no discurso, mas a fonte evidencial, ligada à categoria da evidencialidade.

A evidencialidade é definida como uma categoria ligada à fonte da sentença, ou segundo Prata *et al* (2017, p. 27), uma “[...] importante estratégia textual discursiva por meio da qual o falante marca a fonte da informação ou o modo de obtenção da informação”. Carioca (2010, p. 143) explica que a introjeção da evidencialidade enquanto modalidade deve-se à noção tanto da forma como o indivíduo age com quaisquer informações quanto como estas são retidas e repassadas. Casseb-Galvão (2011, p. 41) afirma que, inicialmente, essa relação à fonte do enunciado era tida como restrita ao sistema morfológico das línguas, isto é, a modalidade evidencial se expressava por meio dos componentes morfológicos unicamente, o que Lucena (2011, p. 117) aclara ao referir-se a “marcas evidenciais” do discurso. A autora aborda a noção de (des) comprometimento do Falante no que diz respeito à enunciação da fonte, argumentando ser esta uma estratégia discursiva, na qual o apagamento ou enunciação do sujeito decorre diretamente da qualidade da fonte expressa, o que leva em consideração noções de credibilidade/autoridade. A autora afirma que, apesar de emitida por componentes lexicais e gramaticais, a evidencialidade é condicionada por fatores não apenas linguísticos, mas também discursivo-pragmáticos (LUCENA, 2011, p. 123).

Tomem-se os exemplos de Carioca (2011, p. 144) dos enunciados “Acredito que vai chover”, “Acreditamos que vai chover”, “O serviço de meteorologia disse que vai chover” e “Acredita-se que vai chover”. As diferentes manipulações morfológicas das sentenças permitem interpretações diferentes. No primeiro exemplo, há um comprometimento pessoal do Falante, marcando a sentença como uma opinião ou expectativa individual do sujeito (subjetivo). No segundo caso, a introjeção de mais Participantes na construção da opinião propõe, segundo a autora, uma *diluição* da opinião do Falante, reforçada pelo compartilhamento da expectativa com outros sujeitos (intersubjetivo). No terceiro discurso, o

sujeito afasta-se opinativamente do que é dito, utilizando, no entanto, uma fonte que espera fidedigna daquilo que está enunciando (o serviço de meteorologia). No último enunciado, a impessoalização dos sujeitos através de uma marca gramatical (*se* impessoal) confere à assertiva um caráter geral, comunitário, como uma opinião de um todo cultural. Desta forma, a autora considera que o uso de diferentes tipos de fonte caracteriza a evidencialidade como uma categoria destinada à construção de diferentes efeitos de sentido.

Trabalhos pioneiros na GF e na GDF,⁵¹ com base nas proposições de Lyons (1997), encaixaram os tipos de evidencialidade como uma *modalidade-orientada-para-a-proposição*, no qual a sentença é afetada pelas crenças e opiniões do Falante, sendo dotada de caráter eminentemente subjetivo. Posteriormente, a evidencialidade foi elevada à condição de categoria à parte, abrangendo as modalidades previstas na Gramática Discursivo-Funcional. A tipologia inicial dividia a categoria evidencialidade em (i) *Sensorial*, isto é, que pode ser experienciada através dos sentidos; e (ii) *Não-sensorial*, de subtipos: a) Reportativa: por meio da qual o Falante retoma algo dito por outrem; b) Inferencial: obtida através de um processo de raciocínio do Falante (dedução lógica); e c) Observação do contexto (HENGEVELD, 2004), atualizado em Hattnher (2012; 2015). Lucena (2011, p. 123) considera as noções evidenciais a partir de três tipos de fonte: (i) Sujeito Enunciador: aquele que emite o discurso, o qual Lucena (2011, p. 119) exemplifica em “E ele *diz*, olha o que o Bispo *diz*: “que nós temos que dessalinizar a água do mar para abastecer o Nordeste”; (ii) Domínio comum: que diz respeito à comunidade, observado pela autora em “... e vejo que estamos chegando nos meses dos ‘b-r-o-bros’, onde *todos sabemos*, nós que somos do interior, *que* os meses dos ‘b-r-o-bros são os mais quentes...” e; (iii) Externa ao Falante: pessoa ou instituição específica que não seja o enunciador, podendo ser definida ou não, observado por Lucena (2011,p. 119) em “Quem ainda *acredita que* a refinaria seja sediada no Porto do Pecém, onde tecnicamente há mais vantagem, não avalia o peso político decisivo no empreendimento desse porte”. Os aspectos retratados em Hengeveld (2004) são reorganizados pela autora como a natureza da evidencialidade, divididas em: Experiencial, Inferencial, Relatada. A autora ainda inclui a natureza Subjetiva, se ela é única e totalmente assumida como responsabilidade do Falante (opinião).

Nos trabalhos de Dall’Aglio-Hattnher (2012) e Hengeveld e Hattnher (2015), tendo em vista a arquitetura da GDF, são descritos três tipos evidenciais,⁵² a saber:

⁵¹ Hengeveld; Mackenzie, *op. cit.*

⁵² Estudos recentes, como os de Hengeveld e Hattnher, discutem ainda a inserção do quarto tipo evidencial, a Dedução. Uma vez que este ainda se encontra em processo de teorização, será, por ora, apenas mencionado.

- (i) Reportativo: opera na camada do Conteúdo Comunicado no Nível Interpessoal, e se presta a uma simples descrição ou reprodução de material informativo alheio;
- (ii) Inferência: opera na camada do Conteúdo Proposicional no Nível Representacional, e diz respeito à construção de uma informação a partir dos conhecimentos prévios do Falante;
- (iii) Percepção do evento: opera na camada do Estado-de-Coisas no Nível Representacional, e está relacionado ao (não) testemunho do evento por parte do Falante.

Esta taxonomia proposta para a evidencialidade, se cruzada à fonte do valor deôntico instaurado no discurso, pode oferecer subsídio à construção de um *continuum* de valores para o traço objetivo da modalidade deôntica, pois, a partir da avaliação do Estado-de-Coisas, o Falante parece se posicionar quanto à fonte do EC instaurado. No que diz respeito ao tipo Reportativo, em que o Falante apenas reproduz o Conteúdo Comunicado de outra fonte, sem um posicionamento ativo, este tipo de evidencialidade parece desconsiderar a atuação do Nível Interpessoal para a fonte deôntica que apresente um envolvimento claro do Falante (subjativa). No entanto, será utilizado o tipo evidencial Reportativo para a análise da classificação tradicional da modalidade deôntica em objetiva, e também para a verificação da possibilidade de expressão do traço intersubjetivo na modalidade deôntica em língua espanhola, uma vez que esta se encontra no Nível Interpessoal, responsável pelo estabelecimento das relações entre os Participantes da troca discursiva. Cabe ressaltar que os demais tipos de evidencialidade também serão considerados, uma vez que a categoria como um todo favorece distintos tipos de fonte, tanto objetivas como subjativas.

Inicialmente, foram ventiladas relações estreitas entre a evidencialidade e a modalidade epistêmica. Segundo Boyer e Harder (2009), as modalidades evidencial e epistêmica compartilharam noções de modalidade subordinada/dominante, respectivamente, distintas, e harmônicas em seus domínios semânticos. Para a divisão na GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), a evidencialidade e a modalidade epistêmica caracterizavam-se como modalidades afins, o que foi criticado por Nuyts (1992), que afirma a superioridade da primeira sobre a segunda (1992, 1993, *apud* CASSEB-GALVÃO, 2010, p. 42), pois se presume que toda proposição seja dotada de uma fonte, ainda que não explícita. Segundo Casseb-Galvão (2011, p. 43), os trabalhos de Nuyts (1992) lhe permitiram concluir que “a evidencialidade seria uma qualificação adicional, que afeta o fator modalidade em si mesmo, mais que ao EC expresso diretamente na sentença”.

Em linhas tradicionais, a relação mais estreita foi a levantada entre as modalidades evidencial e epistêmica, como já dito anteriormente. Os trabalhos realizados para a investigação da evidencialidade chegaram às linhas de pensamento já explicitadas acima, de domínio ou separação intermodal, ou ainda de pontos específicos em convergência entre as duas. No entanto, Casseb-Galvão (2011, p. 44), ainda em consonância com os trabalhos de Nuyts (1993), defende uma tríade entre as modalidades evidencial, epistêmica e deôntica, Segundo a autora, a subjetividade pertence ao domínio evidencial, uma vez que a marcação da subjetividade se dá através do contexto da fonte, o fator evidencial não pode se furtar na análise. Parece haver, em certo sentido, uma predominância ou um caráter de domínio da evidencialidade sobre as demais modalidades, o que é corroborado pela ideia de que “toda proposição tem uma fonte” (LUCENA, 2010, p. 122). Não se pode negar, então, a relação modal à evidencialidade enquanto instância macromodal, pois, segundo Segovia (2013, p. 2134) e Dall’Aglia-Hattner (2012) estas categorias encontram-se intimamente ligadas e são estudadas em diversos estudos de forma conjunta.

Neste sentido, o uso da evidencialidade como recurso argumentativo e como possível indicador da objetividade, subjetividade e intersubjetividade será de extrema relevância para este trabalho. Observa-se um estudo crescente do componente evidencial da linguagem como estratégia de legitimação do discurso e de persuasão dos Participantes. No inglês, os trabalhos de Nuyts (1992, 1993) têm sido um dos maiores impulsos aos pesquisadores para dedicar maior atenção à modalidade evidencial. Em língua portuguesa, os trabalhos citados acima têm colaborado para a compreensão deste fenômeno. Em língua espanhola, os trabalhos realizados tendo em vista a evidencialidade observam os usos de componentes gramaticais, como Reyes (1994), e Prata *et al* (2017, p. 30), que também mencionam as investigações de Bermúdez (2005) e González (2009).

No entanto, a disposição atual do fenômeno da *evidencialidade* no quadro configuracional da GDF a sobrepõe ante a modalidade, por considerar que toda sentença apresenta uma fonte de informação, máxima defendida em uma gama de estudos e finalmente adotada para a reformulação do modelo teórico da Gramática Discursivo Funcional.

Sendo assim, a categoria Modalidade como um todo se apresenta subordinada à Evidencialidade. De acordo com Segovia (2013, p. 134), “a modalidade está intimamente ligada à categoria da evidencialidade”, o que Dall’Aglia-Hattner (2012) já considerava como um fator que dificulta a análise da categoria evidencial em si mesma, uma vez que as categorias costumam ser estudadas conjuntamente, devido às suas afinidades. O estudo da fonte evidencial para a análise dos efeitos de sentido e da manipulação da objetividade modal

é de extrema relevância para este trabalho, uma vez que a marcação da fonte se constitui como uma marcação visível dos posicionamentos dos Falantes. A fonte pode atuar, então, como um elemento mediador entre contexto, gramática e subjetividade/objetividade do Falante.

Cabe, neste estudo, diferenciar as noções de fonte evidencial para a proposição discursiva como um todo, o que engloba o discurso modalizado, e a fonte deôntica, específica fonte que instaura o valor deôntico verificado. Prata (2012) retoma a concepção de Verstraete (2005) para conceber a fonte modal como “[...] a autoridade que concede uma permissão ou impõe uma obrigação”, isto é, aquele que se encontra embebido da autoridade ou de reconhecimento para implementar o valor deôntico em questão. Já a fonte evidencial possui um caráter mais amplo, geralmente concebido como a fonte da informação. Logicamente, a fonte evidencial e a fonte modal podem alinhar-se, em um sentido em que o Falante pode revestir-se não apenas como fonte da informação como um todo, mas também do valor deôntico instaurado, colocando-se como autoridade que estabelece o cumprimento de dita obrigação/necessidade. No entanto, esta não é a regra fixa para a marcação dos distintos fenômenos. O Falante pode apresentar dedução quanto à autoridade de um sujeito para impor certa obrigação ou determinar certas atitudes e comportamentos proibitivos ou permissivos. Neste caso, a fonte evidencial seria o Falante, que a deduziu, e a fonte modal estaria no terceiro, detentor da autoridade que implementa o valor deôntico instaurado.

Sendo assim, a (não)marcação da categoria da evidencialidade pode salientar a objetividade e a subjetividade dos valores deônticos expressos, demarcando o Falante como fonte de toda a informação, que, por vezes, pode incluir também o valor deôntico em questões. A categoria evidencial pode servir, então, como auxílio na análise de discursos deonticamente modalizados em que não se possa inferir com que clareza de onde parte a instauração dos valores deônticos expressos. Além disso, pode servir como recurso a ser aplicado na compreensão das estratégias argumentativas do Falante.

3.4 A expressão da modalidade deôntica em língua espanhola

No tocante aos meios de expressão da modalidade deôntica em língua espanhola, esta é compreendida, em linhas gerais, como uma expressão de leis de conduta, ou, de acordo com Carretero (1991, p. 43), é determinada por “leis sociais”. A autora menciona as tipologias modais de permissão e obrigação (*permiso* e *obligación*, em espanhol, respectivamente) atreladas a um sentido de, respectivamente, possibilidade e necessidade deôntica. Conforme

menciona Fuentes Rodríguez (1991, p. 99), a modalidade deôntica está vinculada a valores de “prescrição, proibição, permissão, autorização”.⁵³ Ao atribuir este último valor especificamente à modalidade deôntica, Fuentes Rodríguez (1991) parece estar em concordância com Carretero (1991, p. 46), uma vez que esta última atrela, em seus exemplos para uma nova classificação modal, a existência de uma figura em posição de autoridade que outorgue ao alvo modal (figura que recebe a responsabilidade do cumprimento da ação) a realização da mesma. Pode-se ver nos trabalhos de Carretero (1991, p. 46) a noção de autoridade com a qual a autora imbui os enunciados deonticamente modalizados:

- a) Posso sair. (Permissão: alguém com *autoridade* sobre mim me permite que eu saia).
- b) Tenho que sair. (Obrigação alguém com *autoridade* sobre mim me obriga a sair).⁵⁴ (Grifo nosso).

Carretero (1991, p. 47) também menciona uma atribuição aparentemente universal da modalidade deôntica enquanto modalidade de caráter *performativo*, isto é, uma modalidade destinada à construção de enunciados que objetivam atuar concretamente sobre a realidade, o mundo e os indivíduos, entretanto, tal definição é contestada pela autora por meio da argumentação de que a modalidade deôntica pode ser usada para a simples menção ou descrição de um dito Estado-de-Coisas existente, não havendo implementação deste na realidade em que este se constrói. No entanto, a autora ressalta que o caráter performativo, ainda que não possa definir a modalidade deôntica em si mesma, constitui-se como uma realidade bastante frequente de sua expressão.

Em Carretero (1991, p. 46) e Martín Zorraquino (1999, p. 26), menciona-se como característica intrínseca à modalidade deôntica fatores de vontade e afeto. Em sua proposta de redefinição modal, Carretero (1991) menciona a vontade deôntica como elemento que deve impor-se na expressão. Já Martín Zorraquino (1999, p. 26) define a modalidade deôntica como a expressão de “atitudes que têm a ver com a vontade e com o afetivo”.⁵⁵ Para a autora, o aspecto da volitividade, ou desejabilidade consiste em um fator subjacente à modalidade

⁵³ Tradução. No original: “Prescripción, prohibición, permisión, autorización” (FUENTES RODRÍGUEZ, 1991, p. 99).

⁵⁴ Tradução. No original: “Puedo marcharme. (Permiso: alguien con autoridad sobre mí permite que me marche). Tengo que marcharme. (Obligación: alguien con autoridad sobre mí me obliga a marcharme)” (CARRETERO, 1991, p. 46)

⁵⁵ Tradução. No original: “actitudes que tienen que ver con la voluntad o con lo afectivo” (MARTÍN ZORRAQUINO, 1999, p. 26).

deôntica, que pode orientar a uma divisão modal em atitudes volitivas ou atitudes ligadas ao afeto e ao sentimento. No entanto, este entendimento da volitividade como fator pertencente à modalidade deôntica é contestado em Oliveira (2017), ao considerar a volitividade e a modalidade volitiva como categorias relacionadas, mas não dependentes, da modalidade deôntica.

Tomar-se-á, então, uma definição deôntica que parece ser mais bem aceita no meio atual: a da expressão de valores de condutas e normas sociais. De acordo com Neves (1996), a modalidade deôntica estaria diretamente vinculada a uma noção de comportamento social. Segundo a autora, a modalidade deôntica está relacionada a valores de **necessidade** e **possibilidade** das atitudes realizadas pelos indivíduos que se encontram moralmente vinculados a elas, em que tais valores demandam um controle inato de ditos indivíduos sobre o evento realizado.

Otaola Olano (1988, p. 105) menciona a diversidade dos meios de expressão da modalidade como um todo em língua espanhola, o qual se pode observar alguns destes meios para a expressão da modalidade deôntica, especificamente. Podem-se mencionar exemplos dados pela autora para a expressão das modalidades, entre elas a deôntica, por meio de: (i) Substantivos; (ii) Adjetivos; (iii) Verbos; (iv) Advérbios; (v) Interjeições; (vi) Modo e (vi) Tempo,⁵⁶ estes dois últimos vinculados à categoria verbal, além dos aspectos fonético-fonológicos, isto é, a entonação.

No que diz respeito a dois verbos modais específicos, *deber/dever* e *poder/poder*, a autora menciona a polissemia modal relativa a estes dois verbos, também observados por Ballasch (2010, p. 239-263), ressaltando que, com relação ao verbo modal *deber/dever* pode referir-se tanto a um valor deôntico de obrigação como a um sentido epistêmico de possibilidade (OTAOLA OLANO, 1988, p. 112). No que tange o verbo modal *poder/poder*, este pode, segundo a autora, suscitar um valor deôntico de *capacidade* ou *habilidade*, bem como um sentido epistêmico de possibilidade, igualmente. No entanto, os valores de *capacidade* e *habilidade* tem sido mais frequentemente vinculados à modalidade de tipo facultativa, como se pode observar no trabalho de Lima (2019), ao analisar a modalidade facultativa no português falado no Ceará e propor a incorporação de categorias de análise da

⁵⁶ Entre os exemplos fornecidos pela autora, nem todos contemplam a modalidade deôntica. No entanto, no que se relaciona ao uso das Interjeições, Otaola Olano (1988, p. 105) apresenta exemplos como *¡Venga muchachos!* e *¡Silencio!*. No entanto, ainda que se compreenda a lógica subjacente ao estudo, principalmente no que se refere ao segundo exemplo, em que a carga exortativa parece sugerir certo mandato de sentido obrigatório, acredita-se, neste estudo, que as Interjeições, devido ao apagamento de certos matizes semânticos por processo de gramaticalização, não são suficientes para determinar um ou outro aspecto modal, carecendo, então, de outros elementos para que se possa afirmar o valor modal específico expresso no discurso.

mesma no arcabouço teórico da Gramática Discursivo-Funcional.

Em estudos anteriores, como o de Batista (2016, p. 41), pode-se observar uma breve exemplificação dos meios de expressão da modalidade deôntica em língua espanhola por meio de:

- a) Auxiliares Modais: *poder, deber, haber quer, tener que, etc;*
- b) Verbos Plenos: *prohibir, obligar, permitir, etc;*
- c) Adjetivos Modais: *está obrigado, está permitido, está prohibido, etc;*
- d) Advérbios Modais: *obligatoriamente, necesariamente, etc;*
- e) Substantivos Modais: *obligación, permisión, prohibición, etc.*

Observa-se, então, uma diversidade de sentidos atrelados à expressão da modalidade deôntica, bem como uma variedade de formas de expressão da mesma, dentre as quais poder-se-á aproveitar boa parte na análise deste trabalho, eliminando, no entanto, aspectos como o entendimento da modalidade volitiva enquanto subordinada à modalidade deôntica, em consonância com os trabalhos desenvolvidos por Hengeveld (2004), Hengeveld e Mackenzie (2008) e Oliveira (2017) de conceber a modalidade volitiva como uma categoria à parte, este último focado no estabelecimento de categorias e valores próprios à modalidade volitiva. No que diz respeito aos meios de expressão da modalidade deôntica, não serão contemplados os meios de expressão relacionados aos aspectos fonético-fonológicos, uma vez que, neste trabalho, optou-se pela análise de textos escritos,⁵⁷ além de considerar os aspectos estabelecidos em investigações anteriores (BATISTA, 2016) como uma fonte rica de análise

3.5 Síntese conclusiva

No terceiro capítulo, discutiu-se a natureza da modalidade deôntica a partir de três principais noções principais: (i) um histórico geral da definição da modalidade linguística e deôntica por meio de diferentes reflexões; (ii) a incorporação e definição da modalidade deôntica na Gramática Discursivo-Funcional; (iii) a expressão da modalidade deôntica especificamente em língua espanhola.

No que diz respeito ao primeiro ponto deste estudo, foi realizado um percurso histórico-teórico da definição modal como um todo, tendo como pontos centrais a noção de Palmer (1986) de que a modalidade linguística veicula as opiniões e subjetividades do

⁵⁷ Cabe ressaltar o aspecto de continuidade escrita-oralidade presente no gênero *webcomentário*, mencionado nos estudos de Freitas (2012). Ainda que o gênero possua semelhanças com os gêneros orais, deu-se a preferência pela exclusão da análise das Interjeições por essas também poderem sofrer influência de aspectos fonético-fonológicos, aspecto não analisado neste estudo.

Falante, bem como reflexões presentes nos trabalhos de Givón (2001) e Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), que entendem a modalidade deôntica em específico como uma modalidade influenciada por condições internas e julgamentos dos Falantes, mesmo que menos próxima de uma noção subjetiva do que a modalidade epistêmica, de acordo com Lyons (1977).

Também se ressaltou noções relativas à ideia de subjetividade e subjetivização, entendendo a primeira como uma característica natural à modalidade linguística em geral, e a segunda a uma marcação linguística/gramatical de dita natureza subjetiva. No que se refere à modalidade deôntica inserida na Gramática Discursivo-Funcional, não é atribuída a ela a segunda característica. Foi mencionado o caráter objetivo de que é dotada a modalidade e as razões para tal, tendo em vista a avaliação deôntica com base no Alvo da avaliação Modal, que qualifica a obrigatoriedade e as normas de conduta por meio dos Participantes ou de regras gerais, não havendo, portanto, julgamento ou subjetividades do Falante, atuando apenas na Camada mais baixa do Nível Representacional, a do Estado-de-Coisas. A modalidade deôntica é estabelecida, portanto, como uma modalidade objetiva, o que levará à discussão do caráter modal para além da Gramática Discursivo-Funcional e uma possível problematização de como esta se encontra definida na GDF.

Tem-se, portanto, uma categorização da modalidade deôntica na Gramática Discursivo-Funcional como uma modalidade orientada para regras e normas de conduta, dotada de aspecto moral objetivo, não relacionada às crenças e construtos mentais do Falante, pois atua na Camada mais baixa e objetiva do Nível Representacional, a do Estado-de-Coisas. Essa noção é, no entanto, problematizada, ao considerar relevantes noções anteriores àquelas presentes na Gramática Discursivo-Funcional.

Por fim, abordou-se a expressão e semântica da modalidade deôntica em língua espanhola, mencionando diferentes aspectos semânticos e gramaticais da modalidade deôntica na língua, utilizando, portanto, noções de estudos anteriores (BATISTA, 2016) para a noção geral da modalidade, bem como os abordados ao longo do capítulo no que diz respeito aos efeitos de sentido da modalidade. No que diz respeito ao entendimento *Subjetividade x Subjetivização*, foi adotada o primeiro, por maior uso nos estudos utilizados neste trabalho.

4 METODOLOGIA

4.1 A seleção, constituição e delimitação do *corpus*

Este trabalho se deu pela opção de uma pesquisa de caráter qualitativo-quantitativo, uma vez que as ocorrências coletadas foram discutidas com relação às distintas expressões da modalidade deôntica, bem como aspectos gramaticais e contextuais que pudessem favorecer ou evidenciar um ou outro traço modal, fossem estes de objetividade, subjetividade ou intersubjetividade. Cada ocorrência discutida contemplou aspectos discursivos com relação a prováveis efeitos que possam ser compreendidos por elas, bem como o atrelamento às categorias da GDF, situando os elementos nos Componentes, Níveis e Camadas delimitados no aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional.

Ainda que realizada, a análise quantitativa deu-se primordialmente como suporte à discussão das ocorrências encontradas neste *corpus*, de como a corroborar a logicidade dos argumentos veiculados. Tal medida se deve ao caráter próprio do estudo, consistente de uma discussão eminentemente teórica acerca da noção de objetividade, subjetividade e intersubjetividade deôntica nos estudos tradicionais, e, mais especificamente, na GDF, com análises voltadas para a expressão da modalidade deôntica especificamente em língua espanhola, não havendo, portanto, necessidade vital de quantificação de aspectos relativos às categorias analisadas.

A eleição quanto à análise da língua espanhola deu-se por alinhamento aos postulados teóricos da linha de pesquisa funcionalista e, mais especificamente, da Gramática Discursivo-Funcional, uma vez que estas atestam a consonância da realização discursiva aos aspectos funcionais da língua e às influências de fatores socioculturais inerentes às comunidades em que se dá o evento da fala.

Foram coletados textos de caráter opinativo, em que houvesse interação entre dois ou mais Participantes, selecionados *on-line* de uma série de textos de temática comum extraídos de um jornal hispânico, considerado popular no país e de grande acesso *on-line*,⁵⁸ o qual será denominado *PEP*, o que levou à constituição de um *corpus* gerado por uma Enquete veiculada pelo portal, que apresentava, em sua estrutura, textos que favorecessem um ou outro posicionamento solicitado no questionário. O acesso a tais textos leva aos comentários *on-line* subjacentes a eles, também coletados.

⁵⁸ Disponível em: <<https://www.prisa.com/pt/noticias/noticias-1/el-pais-el-periodico-digital-en-espanol-mas-leido-del-mundo>>. Acesso em: 17 abril 2019.

Além dos textos, dois textos opinativos extras foram coletados com a intenção de equilibrar os posicionamentos, uma vez que os textos a favor da pergunta feita na Enquete tiveram seus comentários bloqueados por ocasião da publicação dos mesmos, e os artigos coletados adotavam posições favoráveis à proibição das touradas. A razão que levou à escolha do periódico *PEP* foi a de sua grande difusão na Espanha, possuindo intensa movimentação de leitores e jornalistas. Dessa forma, foram selecionados como amostra os gêneros “Enquetes”, “Artigos de Opinião” e seus possíveis “Comentários *on-line*”, organizados a partir deste primeiro,⁵⁹ subjacentes,⁶⁰ realizados na língua espanhola, e, no caso dos *webcomentarios*, que se estabelecem pelo texto escrito, mas se assemelham, através de um *continuum* escrito-oral (FREITAS, 2012, p. 19).

O *corpus*⁶¹ encontra-se, portanto, formado por aproximadamente 28.000 palavras, divididas nos diferentes gêneros mencionados, perfazendo um *corpus*, definido por Sardinha (2000) como um conjunto de textos produzidos em dada língua de forma natural, isto é, espontaneamente, sem a intenção prévia de figurar um *corpus* específico. Os textos deste tipo se prestam, segundo o autor, a uma análise organizada da língua e de seus fenômenos. A quantidade de palavras relativas a cada texto consta no Quadro 5:

Quadro 5 - Quantidade de palavras do *corpus*

Texto	Número de palavras
EQ	465
AO1	602
AO2	1.050
AO3	583
AO4	579
AO5	452
CO1	13.412
CO2	11.012
Total de Palavras	28.155

Fonte: Elaborado pela autora.

A abreviação utilizada neste *corpus* se deu pela natureza dos gêneros textuais selecionados, sendo a abreviação *EQ* relacionada ao gênero ‘Enquete’, as abreviações *AO1*,

⁵⁹ Disponível em: https://elpais.com/elpais/2017/09/12/opinion/1505236781_251865.html. Acesso em: 08 jan 2019.

⁶⁰ Coletados a partir de 08 jan 2019.

⁶¹ Disponível em: <<https://figshare.com/s/67bff2fb9e5d4e631c98>>.

AO2, AO3 e AO4 e AO5, relativas aos textos de gênero ‘Artigo de Opinião’ e de ordem de coleta. As siglas CO1 e CO2 dizem respeito aos comentários *on-line* relativos aos Artigos de Opinião numerados, isto é, os primeiros comentários *on-line* coletados (CO1) correspondem aos primeiro Artigo de Opinião coletado (AO1) e de igual maneira como o par CO2/AO2. Cabe ressaltar que os AO3, AO4 e AO5 não possuíam comentários *on-line* disponíveis, o que explica a ausência destes.

No caso do *corpus* para este estudo, pode-se considerá-lo, a partir dos estudos de Vargas-Sierra (2006), um *corpus* especializado de tamanho pequeno (menos de 80.000 palavras), por apresentar objetivo definido a ser realizado, tipologias textuais delimitadas e definidas construídas por uma comunidade específica. A motivação para este recorte, que reflete um *corpus* bastante específico, se deu pelo desejo de observar o comportamento linguístico na língua espanhol em torno de um tema comum, com um mínimo de dispersões, neste caso, as touradas, tendo em vista que tal temática na Espanha é tida como uma questão delicada e polêmica. O festival é atribuído a um apreço nacional, mas, entre os anos de 2010 a 2017, diversos movimentos contrários aos maus-tratos animais influenciaram a opinião do país com relação aos festejos envolvendo touros.⁶² Em 2017, fatores como o cancelamento das touradas em diversas cidades espanholas, muitas delas por proibição governamental; fechamento de estádios; diminuição de espetáculos e adeptos das touradas e acidentes envolvendo os animais culminaram em uma série de reportagens e discussão acerca da legitimidade do espetáculo.⁶³ Sendo assim, esse período constituiu-se como um posicionamento geral com relação às festividades, o que favoreceu as discussões coletadas para este estudo. Uma vez que é uma temática presente na cultura hispânica e adquiriu visibilidade no período mencionado, foram selecionados textos produzidos por ocasião das discussões, de modo a aproveitar as opiniões e argumentos e questionamentos levantados para a permanência ou cancelamento da festividade, a fim de analisar possíveis expressões da modalidade deôntica presentes neles. O fato de as notícias terem sido veiculadas há dois anos também permite observar as trocas discursivas já em um período de menor intensidade, minimizando o risco de não observar as interações em sua realização.

As trocas discursivas se deram majoritariamente por meio dos comentários *on-*

⁶² Informações extraídas dos links a seguir: <<https://blog.espanholparavoce.com/as-touradas-na-espanha-conheca-melhor-esta-polemica-tradicao-artigo/>>; <<https://oglobo.globo.com/sociedade/lei-na-espanha-restringe-violencia-nas-touradas-21644468>>. Acesso em: 07 maio 2019.

⁶³ Informações disponíveis nos links a seguir: <<https://www.ibahia.com/detalhe/noticia/festival-de-tourada-e-proibido-apos-suicidio-de-touro-veja-o-video/>>; <<https://www.dn.pt/globo/europa/interior/touradas-uma-nova-polemica-em-espanha-1523507.html>>; <<https://www.pensamentoverde.com.br/atitude/cinco-cidades-espanholas-cancelam-touradas/>>. Acesso em: 07 maio 2019.

line, que possuem forte dinamicidade e rapidez interativa. Como já mencionado anteriormente, o gênero em questão, de viés opinativo, pode favorecer uma série de intercâmbios, uma vez que, a todo o momento, são fomentados questionamentos sobre diversos temas e podem ser realizadas trocas opinativas, bem como os posicionamentos presentes no Artigo de Opinião. Ao conter em sua estrutura, os papéis de minimamente do “Falante” e do “Ouvinte”,⁶⁴ ditos gêneros podem favorecer a atribuição de um peso às relações que se estabelecem entre si.⁶⁵ Isto é, a depender do posicionamento dos Participantes,⁶⁶ um pode ou não posicionar com relação aos temas veiculados, podendo haver reconhecimento desta possibilidade por parte do outro, e um dos Participantes pode inclusive solicitar o posicionamento de outro com relação ao assunto discutido, acontecimentos estes que favorecem o aparecimento dos traços subjetivos e intersubjetivos da linguagem e, conseqüentemente, poderá afetar algum modalizador deôntico que esteja veiculado no discurso.

Em Pessoa (2011), já se havia constatado uma maior saliência de modalidades deônticas em textos opinativos. O *corpus* foi usado como forma de ratificação da discussão bibliográfica suscitadas ao longo do estudo, uma vez que a hipótese estabelecida é que ditos gêneros favoreçam a manipulação da fonte no uso da modalidade deôntica.

4.2 Os procedimentos e as categorias de análise

A partir da montagem do *corpus*, foi feita uma delimitação das categorias de expressão modal a serem analisadas. Para a análise da expressão da modalidade deôntica em língua espanhola, pode-se realizar uma análise dos auxiliares modais, por se caracterizarem como meios de expressão bastante frutíferos e recorrentes na língua, bem como dos adjetivos de expressão modalizadora, uma vez que estes, de natureza neutra, dependem de fatores relacionados a ele para a construção do traço, como o tipo de verbo que aparecerá na sentença e a flexão verbal (tempo e modo) que foi utilizada.

Koch (1986) descreve, para o português, muitos outros processos de lexicalização

⁶⁴ Será usada essa terminologia por questões de harmonização terminológica à GDF, mas deverá subentender-se que estes termos se referem àquele que escreve e ao que lê/responde, respectivamente. Sendo assim, esta terminologia será usada de modo indistinto, cabendo ressaltar que a menção ao Falante e ao Ouvinte em maiúsculas corresponde a uma abstração conceitual dos mesmos, ao passo que, em minúsculas, se referem aos Participantes específicos das ocorrências analisadas, a fim de explicitar um pouco mais claramente a quem se referem os termos.

⁶⁵ Conforme estudos de Freitas (2012) e Batista (2016).

⁶⁶ Cabe ressaltar que o termo ‘Participantes’ não pertence propriamente aos postulados teóricos da GDF, mas foi adotado neste estudo a fim de denominar o aspecto relacional entre Falante e Ouvinte.

da modalidade, como performativos explícitos, operadores argumentativos e inclusive a entonação, entre outros, que também poderiam ser aplicáveis ao espanhol, como já mencionado anteriormente, no que diz respeito à expressão da modalidade deôntica em língua espanhola. No entanto, estes não se aplicaram ao presente estudo por uma questão de adequação à modalidade e ao estudo, considerando que não se contou com a descrição de ditos elementos no *corpus* a ser selecionado, de modo que se possa verificar o aspecto prosódico, e os operadores argumentativos descritos pela autora não são especificados.

Para a identificação das marcas de expressão da modalidade deôntica em língua espanhola, procedeu-se da seguinte forma:

- a) Leitura do *corpus*;
- b) Identificação das marcas;
- c) Análise qualitativa das ocorrências.

Os dados encontrados, que serviram de apoio às discussões bibliográfico-teóricas, foram analisados, de início, através de leituras do(s) *corpus*/corpora, a fim de localizar excertos produtivos às reflexões. Em seguida, passou-se à discussão qualitativa destes resultados ao longo do estudo, em que se selecionaram os textos que exemplificassem as categorias encontradas, bem como trechos permissíveis (ambíguos) à reflexão, além de relacionar os dados encontrados às hipóteses levantadas na pesquisa, de modo a confirmá-las ou refutá-las. Após as discussões, foi feita uma quantificação das categorias estabelecidas no trabalho, com o auxílio do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences* (ou SPSS) a fim de gerar frequências, quadros e tabelas que facilitassem a compreensão e discussão das ocorrências. Para algumas categorias, foi feita uma análise cruzada dos elementos, a fim de observar possíveis relações entre tais ferramentas de análise. Para comprovação de relação, foi observada numeração do teste estatístico de *Qui-quadrado*, que considera fatores relacionados a partir de uma frequência de resultado $<0,05$.

Neste estudo, foram estabelecidas algumas categorias de análise prévias e gerais, ajustadas após a seleção do *corpus de análise*, o que levou a uma alteração de algumas das mencionadas categorias. Sendo assim, segundo o modelo da GDF, estabelecem-se categorias de análise iniciais para o Componente Contextual e para os Níveis do Componente Gramatical conforme previsto na GDF.

As categorias de análise relativas ao Componente Contextual levaram em consideração o contexto em curto prazo, ou mais estrito, que está relacionado aos elementos contextuais linguísticos recuperáveis no discurso.

Além destas, foi encaixada como categoria de análise a possível presença de

elementos evidenciais como potenciais indicadores dos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade. Uma vez que a GDF atualmente concebe o fenômeno evidencial da linguagem como uma categoria acima das modalidades, esta entrou nas categorias metodológicas deste estudo como um componente contextual e, na medida em que se encontra, buscou-se uma relação entre a porção evidencial marcada e os possíveis efeitos supracitados.

Assim, obtém-se:

Quadro 6 - Categorias de análise relativas ao Componente Contextual

1. Contexto linguístico⁶⁷	Anafóricos Dêiticos
2. Contexto situacional - Gêneros Textuais	Enquete Artigo de Opinião Webcomentários

Fonte: Elaborado pela autora.

Para o contexto curto prazo, ou linguístico, trabalhou-se com elementos que estabelecem relações com outros dentro de fora do discurso, como no caso de termos anafóricos, que retomem porções linguísticas subjacentes, e elementos dêiticos, que retomam um ponto de origem contextual que pode ser tanto interno como externo.

Para o contexto a longo prazo, ou situacional, são observados os gêneros textuais e seu possível grau de influência sobre os valores modais instaurados, que serão discutidos ao longo da análise, de forma qualitativa.

No tocante aos gêneros encontrados no *corpus* montado para este estudo, encontrou-se: (i) a Enquete; (ii) o Artigo de Opinião; (iii) os *Webcomentários* ou ainda *Comentários on-line*, atrelados aos Artigos de Opinião encontrados.

No que diz respeito aos gêneros encontrados, estes, em sua totalidade, parecem favorecer o caráter da subjetividade do Falante, uma vez que cada uma de suas definições põe em evidência aspectos relativos à opinião daqueles que o realizam. Com relação ao Artigo de Opinião, estudos como o de Pereira (2008) atestam que toda a estrutura do gênero Artigo de Opinião segue uma orientação claramente argumentativa, que visa à expressão da opinião de seu autor sobre determinado tema.

Após delimitadas as categorias de análise relativas ao Componente Contextual,

⁶⁷ Ainda que, pelas propostas de Connolly (2007; 2014), haja certas categorias estabelecidas para o Componente Contextual, essas não perfazem o modelo da GDF que, atualmente, tem buscado propor um modelo de estruturação para o CC.

passou-se ao processo de delimitação das categorias de análise relativas ao Componente Gramatical, que abarcaram os Níveis Interpessoal, Representacional e Morfosintático, com base em diversos estudos sobre a língua espanhola e a modalidade de modo em geral, de modo que se possa usar categorias passíveis de aplicabilidade na ocasião da escolha e análise de um *corpus* específico.

Como o Nível Interpessoal toma como base a intenção linguística e as propriedades gramaticais das línguas que atuam para a interação, e relacionando este Nível às formas gramaticais que descrevem as interações estabelecidas no discurso, trabalhou-se com os tipos *Ilocução*, que designa as informações que o Falante deseja estabelecer com o seu Ouvinte.

No que concerne aos tipos de *Ilocução*, se tomou como base os estudos de Oliveira (2017, p. 142) em LE, que investigam a modalidade volitiva. A motivação para essa escolha se dá pela aproximação das modalidades volitiva e deôntica, uma vez que a deonticidade carrega fatores de desejabilidade (volitividade). Aliado ao fato de os estudos do autor serem aplicados igualmente à língua espanhola, espera-se uma harmonia entre os tipos considerados em sua análise, que serão corroborados ou não a partir da escolha do *corpus* para esse estudo.

Oliveira (2017) distingue para os tipos de *Ilocução* (i) as declarativas, enquanto afirmações ou negações fornecidas pelo Falante; (ii) as optativas, como uma situação que o Falante apresenta como desejável; (iii) as interrogativas, em que o Falante indaga ao(s) Ouvinte(s) sobre determinada situação; (iv) e as imprecativas, como um rogo ou súplica do Falante, buscando, a partir da tipologia estabelecido, estabelecer a possível relação entre modalidade deôntica e as intenções expressas por meio, entre outros elementos, do tipo de *Ilocução* utilizado. Assim, tem-se que:

Quadro 7 - Categorias de análise relativas ao Nível Interpessoal

1. Tipos de Ilocução	Declarativa
	Optativa
	Interrogativa
	Imprecativa
2. Marcação de fonte evidencial	Marcado
	Não marcado

Fonte: Elaborado pela autora com base em Oliveira (2017).

No que diz respeito ao Nível Representacional, este se relaciona à carga semântica

dos enunciados, isto é, como estes representam e descrevem as coisas e fenômenos do mundo.

Para este Nível, além das categorias já disponíveis na GDF, observar-se-á algumas ferramentas de análise sugeridas em trabalhos de temática afim, como os estudos de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) quanto à objetividade e subjetividade da modalidade deôntica na expressão da necessidade. Através de uma série de reflexões ilustradas por exemplos da modalidade deôntica na expressão da necessidade, as autoras consideraram aspectos influenciadores de ditos efeitos os seguintes: (i) o escopo tomado pela modalidade deôntica; (ii) noções de Tempo em Absoluto e Relativo, a partir do escopo que MD toma; (iii) a natureza semântica dos escopos da modalidade deôntico, em caso de elementos igualmente modais. A partir de sua discussão, as autoras atribuíram à modalidade deôntica a seguinte classificação, verificável na Tabela 1:

Tabela 1 - Modelo Revisado de Tempo e Modalidade na GDF

	Tempo (2)	Modalidade (1)
<i>Conteúdo Proposicional</i>		epistêmica subjetiva
<i>Episódio</i>	tempo absoluto	epistêmica objetiva deôntica subjetiva volitiva orientada-para-o-episódio
<i>Estado-de-Coisas</i>	tempo relativo	deôntica objetiva inerente orientada-para-o-evento (=circunstancial)
<i>Conceito Situacional</i> ⁶⁸		inerente orientada-para-o-participante deôntica orientada-para-o-participante

Fonte: Olbertz; Gasparini-Bastos (2013, p. 297). Tradução livre.

De acordo com os exemplos e discussão teórica das autoras, a modalidade de tipo objetiva é classificada no que diz respeito a um Estado-de-Coisas que toma por escopo, juntamente com a denominada modalidade inerente (similar, em certos aspectos, à modalidade facultativa) orientada para o evento (ou modalidade circunstancial), sendo a categoria dos EC's caracterizada pela noção de tempo relativo. Já a modalidade deôntica dita

⁶⁸ Os estudos de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) surgem como uma proposta de revisão da estrutura da GDF, no que se relaciona ao Tempo e à Modalidade. Neste caso, a categoria 'Conceito Situacional' não consta na teoria holandesa, equivalendo a uma propriedade mais abaixo da de EC's, provavelmente a de indivíduo. Cabe ressaltar, no entanto, que tal proposta não se encontra, até então, incorporada à Gramática Discursivo-Funcional. Neste estudo, a proposta de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) será utilizada de forma complementar ao que já se encontra no arcabouço teórico da GDF, respeitando ambas as teorias propostas, de modo a observar que organização melhor contempla os efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade deôntica.

subjetiva seria classificada como a modalidade que toma por escopo um Episódio, isto é, uma concatenação narrativa (lógica) de Estado-de-Coisas coerentes, sendo esta categoria do Episódio dotada de uma noção de tempo absoluto. Tomou-se então, essa relação lógica de modalidade objetiva está para escopo de Estado-de-Coisas, assim como modalidade subjetiva está para escopo de Episódio como uma possível categoria de análise cruzada.

O Nível Representacional engloba as construções que buscam descrever fenômenos do mundo. Reassumindo a definição e a tipologia dos Estado-de-Coisas (EC), em Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 166), foi feito um recorte de quatro tipos de EC's para análise neste estudo, em que Ação e Processo perfazem tipo de EC dotados do traço [+dinâmico], isto é, de maior movimentação e transformação de um EC inicial para um EC final; e os EC's de Posição e Ação se referem aos EC's dotados de traço [+controle], em que os sujeitos possuem maior capacidade ou liberdade de manipular aspectos do EC's. No que diz respeito a traços negativados, o EC de Posição possui traço [-dinâmico], e Processo possui traço [-controle]. Quanto ao EC do tipo Estado, este se encontra definido por traços de [-dinâmico] e [-controle], contrário à Ação, que possui os traços [+dinâmico] e [+controle].

A classificação para o Alvo da avaliação deôntica segue o padrão da proposta da GDF, em que a modalidade deôntica orientada-para-o-participante estabelece relação entre os indivíduos presentes na interação discursiva, ou, segundo Gasparini-Bastos (2014, p. 275), retomando Hengeveld (2004), “afeta a parte relacional do enunciado quando expressa por um predicado e diz respeito à relação entre (propriedades de) um Participante em um evento e a realização potencial desse evento”; e a modalidade-orientada-para-o-evento, conforme Guimarães Ninim (2014, p. 184), “afeta a descrição do evento” e “tem um caráter mais genérico”, relacionando-se objetivamente à sentença, sem posicionamentos ou avaliações por parte do Falante.

Os alvos da avaliação modal se referem àqueles em que a modalidade deôntica é encaixada no arcabouço teórico da GDF, sendo estes a “modalidade-orientada-para-o-participante”, que estabelece a possível relação dos Participantes e a realização do Estado-de-Coisas descrito; e a “modalidade-orientada-para-o-evento”, que diz respeito à descrição em si, isto é, objetiva, do EC em si. O terceiro tipo, “modalidade-orientada-para-a-proposição”, não se encontra veiculado à modalidade deôntica, uma vez que este tipo de modalidade possui as avaliações e crenças do Falante inseridas, o que não está prevista na teoria da GDF para a modalidade deôntica. Tal consideração, como já mencionado, foi contestada nos trabalhos de Verstraete (2001; 2004; 2005), o que, de igual modo, se pretende fazer neste trabalho.

Quanto à polaridade modal, são levantados os valores positivo e negativo sobre os

valores de obrigação, permissão e proibição, bem como os efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade possíveis de manifestação. Foi feita a distinção entre instâncias de afirmação ou negação do EC instaurado, em que marcadores semânticos de polaridade positiva ou negativa o valor modal instaurado.

Estabelecem-se as categorias relativas à análise do Nível Representacional quanto à expressão da modalidade deôntica, que têm como fatores os seguintes elementos:

Quadro 8 - Categorias de análise relativas ao Nível Representacional

1. Escopo da MD X Efeito Modal⁶⁹	Estado-de-Coisas - MD Objetiva Episódio - MD Subjetiva
2. Tipos de EC	Posição Estado Ação Processo
3. Alvo da avaliação⁷⁰	Modalidade deôntica orientada-para-o-participante Modalidade deôntica orientada-para-o-evento ⁷¹
4. Polaridade	Positiva Negativa
5. Marcação de fonte evidencial	Marcado Não marcado

Fonte: Elaborado pela autora com base em Dik (1997), Hengeveld; Mackenzie (2008) e Dall'Aglio-Hattner (2012).

A primeira variável considerada na análise do Nível Representacional consiste na proposta estabelecida nos estudos de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013, p. 297), que, como já mencionado, propõem uma reformulação do modelo teórico vigente na atual configuração da GDF, este perfazendo a terceira variável de análise deste Nível (Alvo da avaliação). No entanto, a razão para o uso de ambas as categorias, tanto a disponível na Gramática Discursivo-Funcional, bem como a proposta de reformulação sugerida por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) serviram como meio de sanar possíveis dúvidas quanto à eficácia dos métodos para análise dos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade deôntica, a fim de discutir que modelo de análise melhor contemplaria tais reflexões.

Com relação ao Nível Morfossintático, que se relaciona à codificação das

⁶⁹ Com base em Olbertz; Gasparini-Bastos (2013, p. 297).

⁷⁰ GDF.

⁷¹ Verstraete (2001; 2004; 2005) vem desenvolvendo trabalhos que contestam essa classificação da modalidade deôntica na GDF por considerar que a objetividade e subjetividade modal atuam em outras camadas, o que leva a proposta da GDF a não contemplar plenamente tais aspectos.

informações estabelecidas nos Níveis anteriores (Interpessoal e Representacional) na estrutura gramatical de uma língua específica, considerou-se, para este Nível, porções maiores do discurso como a Oração e os Sintagmas, a fim de se analisar aspectos relativos aos Níveis anteriores, com Polaridade, Fonte, EC, etc. as classes de palavras que podem prestar-se à expressão da modalidade deôntica em língua espanhola, tendo em vista os meios de expressão geralmente vinculados à modalidade objetiva/subjetiva, considerar-se-ão os Verbos para os Auxiliares modais e os Adjetivos para os Adjetivos modais. Dentro da noção de verbo, observar-se-á o uso das locuções verbais e construções perifrásticas, definidas por Giamatteo e Marcovecchio (2008, p. 2) como unidades predicativas de forma composta, cujo auxiliar apresenta distintos valores semânticos. À diferença das perífrases, Navarro (2004, p. 445) menciona a ausência do auxiliar no caso dos verbos modais plenos. Além destes, serão analisados também os substantivos modais.⁷²

Na língua espanhola, os estudos de Batista (2016) observaram a atuação quanto ao uso dos tempos e modos verbais enquanto elementos asseveradores e mitigadores do valor deôntico instaurado, em consonância com as noções propostas por Allarcos Llorach (1999) quanto às nuances semânticas de ditos tempos e modos verbais, ressaltando especialmente a neutralidade/universalidade do tempo presente, a das nuances mitigadores para o uso do modo ‘Subjuntivo’ e da asseveração dos valores deônticas por meio do uso do tempo ‘Condicional Simple’.

Quadro 9 - Categorias de análise relativas ao Nível Morfossintático

1. Expressão linguística⁷³	Verbos auxiliares Verbos plenos Adjetivos em posição predicativa Advérbios modais Substantivos modais
2. Tempo verbal⁷⁴	Presente/Presente Pretérito Perfeito Composto/Pretérito Perfecto Compuesto

⁷² Existem ainda outras definições e discussões que permeiam os conceitos das locuções verbais e perífrases verbais. Neste trabalho, optou-se por não abordá-las em sua amplitude, por não desejar um desvio no foco das discussões, devido ao caráter rico das reflexões teóricas relativas a tais formas verbais.

⁷³ Foram analisadas, no que diz respeito à categoria de Expressão Linguística, apenas a expressão da Modalidade Deôntica sob a classe de Palavra.

⁷⁴ Categorias de análise “Tempo” e “Modo verbal” aplicáveis apenas aos Verbos Auxiliares e Plenos e Adjetivos em Posição Predicativa. Às demais categorias, será atribuída classificação “Não se Aplica” na rodagem dos dados.

	Pretérito Perfeito Simple (Indefinido)	Simples/Pretérito Perfecto
	Pretérito Imperfeito/Pretérito Imperfecto	
	Pretérito Mais-que-Perfeito/Pluscuamperfecto	
	Futuro do Pretérito/Condicional Simple	
	Futuro Simples/Futuro Simple	
	Futuro Composto/Futuro Compuesto	
3. Modo verbal	Indicativo	
	Subjuntivo	

Fonte: Elaborado pela autora.

Cabe esclarecer, com relação à categoria ‘Modo Verbal’, inserida no Componente Gramatical, que o modo verbal de tipo Imperativo foi separado dos demais modos verbais estabelecidos como categorias de análise, uma vez que a relação entre o uso do modo verbal Imperativo e a expressão da modalidade deôntica tem levantado discussões quanto à sua legitimidade. Segundo Cardoso (2006, p. 320), o modo verbal Imperativo é uma categoria gramatical considerada um ato diretivo, possuindo função pragmática ou discursivo. Portanto, crê-se, neste estudo, que o uso dos Imperativos possui valor discursivo por parte do Falante, que opta por dito recurso a fim de atingir certo efeito de sentido, uma vez que o Falante, diante de uma gama de opções similares para expressar o valor deôntico desejado, prefere lançar mão do Imperativo, tendo assim Intenção pelo uso do modo Imperativo, buscando expressar nuances que não seriam obtidas talvez pelo uso de outros recursos. Sendo assim, o modo verbal Imperativo não ficou excluído deste estudo, mas foi tratado como um caso especial por sua maior complexidade e delicadeza no trato das ocorrências devido ao entendimento de sua categoria enquanto gramaticalizada.

A partir dos diversos elementos disponíveis nas categorias de análise estabelecidas para este estudo, atribuiu-se, portanto, matizes ou intensidades de efeito modal, a partir das categorias delimitadas, em uma tentativa de atribuição de *continuum* de efeitos deônticos, seguindo critérios de Subjetividade e Objetividade maior e menor, de ponto central Neutro, de natureza hipotética, apenas para que se possa estabelecer um eixo central ou ponto de equilíbrio.⁷⁵

Sob esta ótica, os efeitos modais de maior subjetividade foram relacionados a uma

⁷⁵ Neste sentido, o uso do termo pode gerar confusão, por não crer-se em uma noção de linguagem neutra. No entanto, entender-se-á o ponto Neutro como uma *tentativa* do Falante de recorrer a uma *aparente* neutralidade discursiva.

expressão mais latente do Falante no discurso, bem como de sua avaliabilidade com respeito a deonticidade instaurada. Sendo assim, elementos do contexto linguístico como o gênero textual em que a modalidade é veiculada, anafóricos e dêiticos voltados a primeira pessoa, bem como marcadores evidenciais que indiquem as fontes tanto modal como evidencial como sendo o Falante poderão sugerir uma maior subjetividade deste. Ainda que o fenômeno da (as)simetria relacional entre os Participante não seja tão facilmente aferível nos gêneros em questão, possíveis elementos que destaquem uma tentativa por parte de impor-se, neutralizar-se ou subjugar-se foram levadas em consideração, sendo a primeira atribuível a uma subjetividade mais expressiva.

Os tipos de Ilocução Optativa e Imprecativas também parecem orientar-se a uma maior subjetividade, uma vez que expõem ou demandam do Ouvinte por parte do Falante aquilo que é desejável. Tomando como base os estudos de Olbertz-Gasparini-Bastos (2013), também foi atribuído ao efeito modal de maior Subjetividade⁷⁶ a atuação sobre um Episódio. Ainda que considerada uma orientação modal objetiva, construções modais orientadas-para-o-participante podem, acompanhados pelos demais elementos mencionados, favorecer uma expressão de maior subjetividade, pois, ao mencionar os Participantes ou alvos modais no discurso, pode vir a avaliá-los. Formas verbais como o *Condicional Simple* (Futuro de Pretérito), *Pretérito Imperfecto* (Pretérito Imperfeito), o Subjuntivo e o Imperativo, relacionáveis a estratégias de asseveração ou mitigação da força modal, também podem ser considerados como ferramentas da expressão da subjetividade do Falante.

A um grau de menor subjetividade,⁷⁷ ou subjetividade não-marcada, considerou-se o apagamento das porções gramaticais de primeira pessoa, no caso dos elementos anafóricos e dêiticos. Nesta instância, o maior indicador de subjetividade deu-se pelo contexto linguístico do gênero textual em que se dá a modalidade deôntica. Sendo assim, entendeu-se o efeito de menor subjetividade aqueles em que não se observem elementos evidenciais relativos ao Falante enquanto fonte da informação ou fonte da instauração deôntica. Ocorrências modais orientadas-para-o-participante, na ausência dos outros indicadores de subjetividade supracitados, poderiam expressar uma menor subjetividade. Atribuiu-se ao efeito de menor subjetividade, de igual modo, Ilocuções de tipo declarativas, bem como Ilocuções de tipo Optativa em construções gramaticais que buscam tornar as sentenças impessoais, como as construções modais que utilizem os mesmos como Adjetivos em posição predicativa (*es necesario, está prohibida*, etc.). O modo Subjuntivo, a polaridade negativa, e os EC's dotados

⁷⁶ Abreviado como 1S.

⁷⁷ Abreviado como 2S.

do traço [+ controle] também parecem indicar um aspecto mais subjetivo da modalidade deôntica, uma vez que o Falante, ao apresentar domínio sobre a relação de ditos Estado-de-Coisas pode vir a apresentar maior envolvimento crítico neste, explicitando tal comprometimento de forma mais clara.

Quanto a efeitos de Subjetividade que se encontrem mais próximos a um ponto neutro, este foi observado de acordo com a maior ou menor força argumentativa inerente ao gênero. Observou-se naturezas como a forte subjetividade do Artigo de Opinião, as trocas discursivas inerentes ao gênero Enquete, e ao caráter variável dos Comentários *on-line*, onde não há, por vezes, a separação segura entre a opinião do Falante e dados externos.

No que se refere a um chamado ponto de Neutralidade,⁷⁸ este se deu hipoteticamente, apenas de modo a estabelecer o âmago do *continuum*, sendo deste o marco zero, uma vez que não se crê, neste estudo, em uma genuína neutralidade modal ou discursiva. Ao ponto de neutralidade foram atribuídas ausências totais de elementos de efeito de objetividade e subjetividade, entendendo, de acordo com diversos estudos, a inexistência de neutralidade na linguagem (CARBONI; MAESTRI, 2003; SANTA-CLARA; FERRO; FERREIRA 2004; MONTEIRO *et al*, 2006; SILVA CÉSAR; BRIGUENTI; ORTEGA 2009).

No tocante às noções de maior ou menor Objetividade, da mesma forma que a subjetividade, o caráter de Objetividade mais próximo a um ponto de imparcialidade estará igualmente sujeito à força de subjetividade presente no gênero. Sendo esta maior ou menor, o afasta ou aproxima do conceito central da neutralidade. Ilocuções declarativas e o apagamento das fontes e das marcações evidenciais poderão orientar a interpretação a uma neutralização do discurso, com tendências a objetivizá-lo.

Na categoria de Objetividade menor,⁷⁹ ou não-marcada, esta surge como uma categoria bastante delicada no que diz respeito a este trabalho especificamente. Uma vez que a não marcação do efeito parece levar a uma interpretação subjetiva relacionada ao gênero textual em que esta se dá, acredita-se que esta possa se dar por meio de um menor número de marcadores, se comparado a uma expressão da modalidade deôntica com maior efeito de Objetividade.

Quanto à maior Objetividade,⁸⁰ a esta se definirá a partir de Ilocuções mais neutras, de tipo Declarativo, marcações evidenciais de tipo Reportativa (sem que haja alterações por parte do Falante sobre o discurso reportado), unido a construções em terceira

⁷⁸ Abreviado como N.

⁷⁹ Abreviado como IO.

⁸⁰ Abreviado como 2O.

pessoa ou que busquem impessoalizar o discurso. Menções às fontes evidenciais e modais, bem como a polaridade positiva e o fato [- controle] dos EC's também poderão favorecer uma maior Objetividade dos enunciados deonticamente modalizados.

Cabe ressaltar, no entanto, a não inclusão da categoria da Intersubjetividade neste *continuum*. Uma vez que a abordagem teórica adotada neste trabalho, isto é, a Gramática Discursivo-Funcional, tem como elemento central ao discurso a ótica do Falante, esta não se alinha à noção da Intersubjetividade em si que, pois conforme definida em Martins e Oliveira [2011 e 2018], a intersubjetividade é caracterizada como as marcações linguísticas que evidenciem uma negociação discursiva entre Falante e Ouvinte. Desta forma, este estudo terá como foco inicial o questionamento quanto ao caráter Objetivo ou Subjetivo da modalidade deôntica, uma vez que ambos são orientados pela ótica do Falante. Uma tentativa de implementação dos efeitos de Intersubjetividade sobre a modalidade deôntica podem ser feitos em estudos futuros.

Observa-se, então, aspectos e categorias que podem servir a uma expressão mais/menos subjetiva ou mais/menos objetiva da modalidade deôntica, como os tipos Ilocutivos, ou construções de impessoalidade. Estes, no entanto, unidos a categorias mais expressivas, como as marcas evidenciais e os aspectos contextuais relativos aos gêneros textuais observados, servirão de corroboração aos efeitos atribuídos às ocorrências.

Os pontos de Subjetividade, Neutralidade e Objetividade são explicitados e resumidos no Quadro 10:

Quadro 10 - Indicadores potenciais de efeitos de Objetividade e Subjetividade em intensidade escalar

Maior Subjetividade (2S)	<p>Dêiticos e marcações evidenciais verificáveis referentes à 1ª pessoa sing. ou plural;</p> <p>Ilocuções Optativas e Imprecativas;</p> <p>Escopo de natureza 'Episódio' (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 297);</p> <p>Modalidade-orientada-para-o-participante;</p> <p>Tempos Presente, Futuro do Pretérito (Condicional Simpel) e Futuro do Presente;</p>
---------------------------------	---

	<p>Modo Subjuntivo.</p>
<p>Menor Subjetividade/Tendência subjetiva/ Subjetividade não-marcada (1S)</p>	<p>Ausência de dêiticos com referência à 1ª pessoa;</p> <p>Marcações evidenciais não-verificáveis;</p> <p>Ilocuções Optativas e Declarativas;</p> <p>Escopo de natureza ‘Episódio’ (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 297);</p> <p>Modalidade-orientada-para-o-participante;</p> <p>Tempo Presente;</p> <p>Modo Indicativo.</p>
<p>Neutralidade discursiva (N)</p>	<p>Ausência de anafóricos, dêiticos e marcações evidenciais;</p> <p>Ilocuções Declarativas;</p> <p>Escopo de natureza ‘Estado-de-Coisas’ (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 297);</p> <p>Modalidade-orientada-para-o-evento;</p> <p>Tempo Presente;</p> <p>Modo Indicativo.</p>
<p>Menor Objetividade/Tendência Objetiva/ Objetividade não-marcada (1O)</p>	<p>Ausência de anafóricos, dêiticos e marcações evidenciais;</p>

	<p>Ilocuções Declarativas;</p> <p>Escopo de natureza ‘Estado-de-Coisas’ (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 297);</p> <p>Modalidade-orientada-para-o-evento e orientada-para-o-participante;</p> <p>Tempos Presente e Pretéritos;</p> <p>Modo Indicativo.</p>
<p>Maior Objetividade (2O)</p>	<p>Dêiticos e marcações evidenciais referentes à terceira pessoa sing. ou plural;</p> <p>Ilocuções Declarativas;</p> <p>Escopo de natureza ‘Estado-de-Coisas’ (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013, p. 297);</p> <p>Modalidade-orientada-para-o-evento;</p> <p>Adjetivos em posição predicativa;</p> <p>Tempo Presente e Pretéritos;</p> <p>Modo Indicativo.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 10 apresenta somente alguns elementos contemplados nas categorias de análise estabelecidas neste estudo, pois acredita-se que, ao passo que alguns elementos orientam de forma mais clara o discurso a efeitos de Objetividade e Subjetividade em

diferentes intensidades, outros se prestam a todos estes efeitos de maneira flexível, sendo aplicáveis a diferentes efeitos, influenciáveis por outros elementos.

Os marcadores evidenciais e elementos dêiticos, logicamente, parecem mostrar-se como os elementos mais decisivos na expressão do efeito desejado, por marcarem de forma mais ou menos específicas as fontes informacionais, que poderão visar exatamente a subjetividade ou objetividade do discurso.

As ilocuções de tipo Optativo e Imprecativo poderão sugerir uma maior subjetividade do discurso, por expor aquilo que o Falante como desejável (provavelmente desejável pelo mesmo) e um pedido, ou rogo à realização de algo, que revela também o desejo subjetivo de implementação de determinada situação. A ilocução de tipo Declarativa poderá orientar o discurso a maior objetividade, por dedicar-se a uma narração da situação ou dos fatos, de natureza provavelmente mais distante da criticidade do Falante.

No que diz respeito ao Escopo que a modalidade deôntica toma, adotar-se-á as noções estabelecidas em Olbertz e Gasparini-Bastos (2013, p. 297), em que a modalidade objetiva é condicionada por escopo do tipo ‘Estado-de-Coisas’, e a modalidade subjetiva se dá por escopo do tipo ‘Episódio’.

Entende-se, com relação ao Alvo da avaliação modal, que, por mais que ambos alvos atribuídos na GDF à modalidade deôntica sejam considerados objetivos, o tipo de modalidade-orientada-para-o-evento parece ser mais neutro ou objetivo do que a modalidade-orientada-para-o-participante, por envolver noções de regras e condutas de natureza geral/senso comum, ao passo que a segunda envolve as pessoas envolvidas no valor deôntico instaurado, podendo, em alguma medida, ser influenciada por estes.

Com relação aos gêneros textuais, tanto o Artigo de Opinião quanto o comentários *on-line* parecem passíveis de expressão diversificada. No entanto, o gênero Enquete parece contemplar aspectos eminentemente objetivos (e intersubjetivos) por uma apresentação de fatos que levam a uma demanda de reação do Ouvinte.

Os tempos verbais de igual forma parecem subordinados a outros fatores, inclusive os Modos verbais, servindo para reforçar o efeito que se pretende. Um exemplo claro do uso diversificado de Tempos verbais é o tempo Presente que, por seu caráter de certa atemporalidade, pode, junto com outros elementos gramaticais, contextuais, entre outros, expressar valores diversos.

Ainda que externa ao *continuum*, acredita-se que a noção de Intersubjetividade também apresente potenciais indicadores, a saber:

Quadro 11 - Indicadores potenciais de efeitos de Intersubjetividade da Modalidade Deôntica em
Língua Espanhola

Intersubjetividade	<p>Dêiticos e marcações evidenciais verificáveis referentes à 2ª pessoa sing. ou plural;</p> <p>Ilocuções Interrogativas;</p> <p>Modalidade-orientada-para-o-participante.</p>
---------------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com o Quadro 11, alguns dos elementos que possam orientar a modalidade deôntica e um efeito de intersubjetividade consistem na fonte evidencial e/ou modal que orientem a implementação da modalidade deôntica ao Ouvinte, estabelecendo assim uma negociação de sentido com ele. Este efeito de intersubjetividade parece não se limitar a um gênero textual em específico, passível de ocorrer em qualquer um deles, com um provável potencial mais expressivo no gênero Enquete, por conter em sua natureza uma demanda reacional por parte do Ouvinte. O elemento que parece ser mais determinante e/ou fixo para a expressão da modalidade deôntica de efeito intersubjetivo é a natureza da ilocução enquanto interrogativa, pois em sua natureza transporta a implementação do conteúdo discursivo ao Ouvinte. Sob esta lógica, parece natural entender que a modalidade de tipo orientada-para-o-participante seja o alvo de avaliação destinado à expressão da intersubjetividade, uma vez que este processo de ação e reação discursiva envolve diretamente os Participantes do discurso.

4.3 A fonte modal

Por fim, contemplou-se a noção da fonte modal, categoria presente em Lyons (1977), ao propor que a modalidade deve contemplar, entre outros aspectos, uma fonte modal, isto é, um ponto de origem para a instauração do valor modal em questão, que recairá, por consequência, sobre um alvo estabelecido. A noção de uma fonte modal não é, no entanto, contemplada no arcabouço teórico da GDF, no qual se encontra a fonte evidencial (da informação com um todo), de natureza mais ampla. No entanto, como já mencionado, acredita-se que as tipologias de fonte modal podem não ser coincidentes na totalidade de seus

casos. Desta forma, as fontes evidenciais e modais podem divergir. Acredita-se, então, que considerar não apenas a fonte da informação, como também a fonte da modalidade deôntica instaurada possa solucionar quaisquer problemáticas com relação a ditas divergências, enriquecendo a análise deste trabalho e contemplado de forma mais eficiente todos os possíveis elementos influenciadores do efeito modal.

Quadro 12 – Tipos de fonte modal

1. Tipos de Fonte Modal	Enunciador
	Instituição
	Indivíduo
	Não-especificada
	Inexistente

Fonte: Elaborado pela autora.

Em estudos anteriores (BATISTA, 2016), foi mencionada a definição de ditos tipos, entendendo a fonte de tipo ‘Enunciador’, de valor interno, como aquela que parte do próprio Falante, que se coloca como instaurador do valor modal em questão.

As fontes subsequentes, de natureza externa, se referem, no caso do tipo ‘Instituição’, a uma organização de qualquer tipo que veicule valores modais (neste caso deônticos) como axiomas ou normas de condutas a serem tomadas. No que se refere ao tipo de fonte ‘Indivíduo’, este é caracterizado a partir do entendimento de que a modalidade surge por implementação de alguém que não o Falante, no entanto, igualmente pessoal.

Os tipos ‘Não-especificado’ e ‘Inexistente’, ainda que semelhantes enquanto não expressam claramente sua fonte, não se configuram como equivalente. No primeiro caso, a fonte de tipo ‘Não-especificada’ tão somente não apresente menção explícita à origem do valor modal instaurado, por desejo do Falante em não a revelar ou falta de conhecimento desta. Já no segundo caso, a fonte de tipo ‘Inexistente’ diz respeito a regras de conduta movidas por uma força maior que transcende as anteriores, não palpável, sendo entendidas como regras intrínsecas à existência dos seres.

Em seguida, discorrer-se-á sobre algumas dificuldades relativas à análise dos casos deste estudo.

4.4 As dificuldades da análise

Durante o processo de análise desta investigação, foram encontradas uma série de elementos questionáveis e/ou problemáticos, que serão levados à discussão neste apartado. No que diz respeito à montagem das categorias de análise, verificou-se uma problemática relativa à inserção ou exclusão do Modo Imperativo, devido ao questionamento da legitimidade de dito modo para a expressão da modalidade deôntica, como já mencionado nas seções anteriores.

O modo verbal Imperativo constitui-se como uma expressão verbal de natureza exortativa ou imperiosa, por meio da qual se expressam valores de ordenanças, súplicas, conselhos, pedidos, etc. (JACOBI; MELONE; MENÓN, 2011, p. 176). Desta feita, o Imperativo possui inerente caráter perlocutório, por incitar o Ouvinte a realizar ação *x*. Tal caráter perlocutório coincide com a natureza mesma da modalidade deôntica, que consiste na tentativa por parte do Falante em levar seu *alvo deôntico* (ou *Target*) à realização de certas normas de conduta. Uma vez que se busca, com este trabalho, verificar distintos efeitos de sentido obtidos por meio do uso de diversos recursos linguísticos para a expressão da modalidade deôntica, crê-se lógico considerar o uso do Imperativo como um deste recursos, pois este é privilegiado em meio a outros. Sendo assim, tendo sido encontradas 72 expressões da modalidade deôntica por meio do Modo Imperativo, este foi analisado de forma exclusivamente qualitativa. Observe-se os casos a seguir:

- a. *Si todo eso es muy bonito, pero **no olvidemos** participa de ello **obligado**. Por eso la plaza está cerrada, porque de la voluntad del toro lo que surge es evitar el “arte”. En realidad, él no es parte, sino víctima. (PEP-CO1)*
[Sim, tudo isso é muito bonito, mas não nos esqueçamos que o touro participa disto obrigado. Por isso a praça está fechada, por que a vontade que surge por parte do touro é evitar a “arte”. Na verdade, ele não é parte, e sim uma vítima.]
- b. *Y luego te aplaudes a ti mismo por tu gracia, ingenio e inteligencia y te vas tan contento pensando que has hecho una zasca y que tus comentarios son lo más. Jajajajajajaja. **Permíteme** que me ría un poco. (PEP-CO1)*
[E depois aplaudes a ti mesmo por tua graça, engenho e inteligência e saís feliz pensando que fizeste um BUM! E que os teus comentários são demais. Hahahahahahaha. Permite-me rir um pouco.]

Os casos (a) e (b) perfazem usos do modo Imperativo negativo e afirmativo, respectivamente, os quais se foram atribuídos valores deônticos. Em (a), o falante roga ou aconselha que as pessoas não esqueçam o caráter forçado que levam os touros a participar das festividades hispânicas. A forma imperativa *no olvidemos* (não esqueçamos, em tradução

livre) pode ser interpretada ou parafraseada pela construção *no podemos* ou *no debemos olvidar* (não podemos ou não devemos esquecer), ou ainda *somos obligados a no olvidar* (somos obrigados a não esquecer), que parecem não fugir da semântica expressa pelo uso do Imperativo, e recupera noções de *proibição* e *obrigação* deônticas.

Sendo assim, parece lógico estabelecer certa carga deôntica às expressões verbais em Imperativo, reforçado pelo exemplo (b) que utiliza, além do modo Imperativo, o Verbo Pleno deôntico *permitir*, o que parece reforçar a usabilidade do modo Imperativo para a expressão da modalidade. Desta feita, o falante solicita uma permissão para rir, ainda que irônica. O uso do verbo em Imperativo parece transmitir uma “obrigatoriedade” de o Ouvinte de deixar o falante rir. Desta feita, acredita-se que o uso do modo Imperativo se configura como uma estratégia válida de força discursiva para expressão da modalidade deôntica. No entanto, de forma a não se contrapor a estudos já estabelecidos, foi feita análise à parte.

Para além destes problemas, foi verificada uma questão ainda mais delicada, a problemática do tempo verbal Futuro do Pretérito (*Condicional Simple* em espanhol). De acordo com os estudos de Oliveira (2017), ao tentar estabelecer as categorias da modalidade volitiva, a esta é atribuído o uso do *Condicional Simple*, por conter o elemento da desejabilidade, além de caracterizar-se como uma condição de não realização da ação, pois esta ocorre em passado, o que não se alinha à natureza eminentemente futura da modalidade deôntica. Observem os exemplos (c) e (d):

c. *Esa pregunta encierra un vulgar moralismo. Al animal le da igual morir de uno u otro modo. **Debería** ser más empático. (PEP-CO1)*

[Essa pergunta contém um moralismo vulgar. Para o animal tanto faz morrer de uma ou outra forma. Deveria ser mais empático.]

d. *A mí que los animales se mueran o los maten me da completamente igual... Lo que no me parece correcto es que se les haga sufrir por diversión. Los mataderos, los sacrificios en perreras, la caza... me da bastante igual. Pero pinchar, marear y gritar a un animal hasta la muerte por diversion me parece espantoso, ahí incluyo el toreo y as peleas de perros y gallos. En mi opinion deberian dejar de subencionarse ya y a corto plazo prohibirlas. Infantil e hipocrita?... Como queráis, me importa poco, cuando esto se vote iré a votar por su desaparición. (PEP-CO1)*

[Para mim tanto faz se morrem ou os matem... O que não me parece correto é que os façam sofrer por diversão. Os matadouros, os sacrifícios em canis, a caça... para mim tanto faz mesmo. Mas cutucar, tontear e gritar com um animal até a morte por diversão me parece espantoso, e nisso incluo as touradas e brigas de cachorros e galos. Na minha opinião, deveriam deixar de serem promovidas desde agora e a curto prazo proibi-las. Infantil e hipócrita?... Como queiram, me importa pouco, mas quando haja votação sobre isso votarei por seu desaparecimento.]

Os casos (c) e (d), poderiam ser considerados como volitivos pelo seu elemento

de desejabilidade das autoridades com relação ao estabelecimento dos Estado-de-Coisas implementados, bem como seu *status* imperfectivo de passado não realizado. No entanto, é possível atribuir aos casos não uma questão de potencial realização em passado, mas de ênfase ou asseveração do valor deôntico instaurado, a modo de exortação do falante à instauração de EC's não controlados por ele. No que diz respeito à ocorrência (c), o falante parece reforçar a necessidade (ou obrigação) por parte do Ouvinte de possuir mais empatia, exortação esta que pode ser aplicada a um comportamento passado ou pode direcionar-se a uma orientação de comportamentos futuros. Além disso, uma vez que a discussão é direcionada a aspectos morais (como menciona o Falante ao atribuir ao Ouvinte um moralismo vulgar em seu questionamento), parece lógico voltar a interpretação a uma leitura deôntica, uma vez que é nesta em que se encontram os valores relacionados à conduta e moralidade.

Em (d), o falante implementa não um desejo, o que levaria a uma interpretação volitiva da modalidade, por mais que veicule o discurso como sua opinião, marcada claramente ao início, mas seu posicionamento quanto à possibilidade de um EC futuro, uma vez que a discussão gira em torno de uma possível proibição legal das touradas hispânicas, proibição que ainda pode, em futuro se implementada. Sendo assim, o falante se declara favorável à proibição. Desta forma, acredita-se que tais ocorrências não se relacionam a uma modalidade volitiva, mas a uma modalidade deôntica de efeito subjetivo, também levantadas por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013).

A última questão de natureza mais delicada encontrada neste estudo relacionou-se à relação entre a tipologia dos EC's escopados pela modalidade deôntica e sua possível influência nos efeitos atribuídos à modalidade deôntica, pois não foi atribuída, de início, nenhuma aparente relação entre estes dois aspectos. Imaginou-se que, ao iniciar as análises, seria possível vislumbrar algum efeito direto dos tipos de EC's sobre o efeito de sentido modal. Acreditou-se que, em alguma medida, as características de [\pm controle] pudesse influenciar o efeito de objetividade, subjetividade e intersubjetividade atribuídos às ocorrências encontradas, uma vez que imaginava-se que o EC's mais controláveis por parte do Falante viesse a condicionar um efeito mais subjetivo da modalidade, ao passo que os Estado-de-Coisas menos controlados pelo Falante levassem a um efeito de objetividade ou intersubjetividade, uma vez que, por não serem controlados pelo Falante, seriam por ele tratados de forma objetiva ou negociados com o Ouvinte.

4.5 Síntese conclusiva

O apartado metodológico deste estudo discorreu sobre questões relativas aos procedimentos metodológicos que conduziram este estudo. Inicialmente, foi explicitada a natureza eminentemente qualitativa desta pesquisa, a fim de esclarecer a discussão teórica como foco desta. Desta forma, foi explicado a relevância de uma análise discursiva do fenômeno linguístico em questão, isto é, as tipologias de efeitos atreláveis à modalidade deôntica. Observou-se, assim, que para esta pesquisa o aspecto quantitativo serviria de corroboração (ou problematização) das discussões levantadas e das análises feitas, tendo, portanto, caráter auxiliador do aspecto retórico deste trabalho.

Também foi mencionado o processo de coleta de material de estudo, através da montagem de um *corpus* tido como especializado (VARGAS-SIERRA, 2006) devido à sua extensão e temática. Mencionou-se a temática central deste *corpus*, os festivais de touradas espanholas, levando em consideração o caráter polêmico do assunto. Além disto, os gêneros textuais encontrados no *corpus*, sendo Enquete, Artigo de Opinião e *Webcomentário* por, possuírem caráter de grande argumentatividade, foram considerados prováveis favorecedores do efeito de subjetividade da modalidade deôntica.

A partir desse ponto, foi explicado o processo de montagem e análise do *corpus*, bem como a separação explicativa dos gêneros e das palavras coletadas por texto. No que concerne às categorias, estas foram delimitadas a partir de elementos disponíveis na Gramática Discursivo-Funcional, no que diz respeito ao mapeamento teórico em Componentes, Níveis e Camadas. Em aspectos complementares, tomou-se como ferramenta de análise elementos provenientes de outros estudos que visa a complementação da teoria, como as reflexões de Connolly (2007; 2014) para ampliação teórica do Componente Contextual, reflexões de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) para implementação da modalidade deôntica de caráter subjetivo na GDF por meio da análise do escopo modal, e as contribuições de Oliveira (2017) para a tipologia das Ilocuções, de forma a explicitar as intenções e posicionamentos do Falante no discurso.

A junção de tais categorias levou a uma série de fatores de análise que favorecem uma noção de *continuum* do efeito atribuído, que vai de uma ideia de Subjetividade mais marcada, passando por efeitos de Subjetividade menos explícita, tendo como ponto central uma proposta conceitual de Neutralidade, indo aos mesmos aspectos de Objetividade menos ou mais fortemente expressas. Essa noção de continuidade, tendo como centro o Falante, não incluiu o fenômeno da Intersubjetividade, por se tratar como uma negociação Falante-

Ouvinte, que busca retirar a responsabilidade do primeiro e atribuir/transferir a mesma ao segundo, de forma a tratar-se de um fenômeno externo neste *continuum* discursivo do Falante. Tal fenômeno poderá ser melhor trabalhados futuramente, em outros estudos.

Por fim, este capítulo levou em consideração os casos especiais de análise, isto é, casos cuja medida metodológica consistiu no não encaixamento de certos aspectos nas categorias estabelecidas, que foi o caso do modo verbal Imperativo, cuja relação com a expressão da modalidade deôntica é contestável, sendo tomada neste trabalho como ocorrências discutíveis. Além disto, dedicou-se neste capítulo um breve período de menção às dificuldades encontradas neste estudo.

5 MODALIDADE DEÔNICA E OS EFEITOS DE SENTIDO EM LÍNGUA ESPANHOLA

Tendo como hipótese inicial a relação entre os Componentes, Níveis e Camadas definidos como categorias de análise deste estudo e os efeitos de sentido da modalidade deônica (objetividade, subjetividade e intersubjetividade) e a partir da leitura e revisões do *corpus* desenvolvido para este trabalho, obteve-se o registro de 156 manifestações de modalidade deônica, observáveis ao longo dos três gêneros textuais englobados na categoria ‘Opinião’, a saber: Enquete, Artigos e Comentários *on-line*. A análise qualitativa dos dados deu-se com base nas categorias de análise delineadas na Metodologia.

5.1 Categorias de análise referentes ao Componente Contextual

No que diz respeito ao arcabouço teórico da GDF, o Componente Contextual constitui-se como um elemento extra-gramatical, isto é, externo à estrutura linguística, mas relevante no discurso, influenciando-a na medida em que orientam os enunciados e lhes fornecem informações vitais para a troca discursiva. De acordo com a proposta estabelecida no apartado metodológico deste estudo, os dados foram analisados à luz de duas tipologias contextuais: a linguística e a situacional. Tem-se, então:

(i) O contexto de natureza linguística em que se dá a modalidade deônica, por meio de elementos:

a) Anafóricos; b) Dêiticos.

(ii) O contexto de natureza situacional em que se dá a modalidade deônica, por meio dos gêneros textuais em que os dados deônicas foram veiculados, subdivididos em:

a) Enquete; b) Artigo de Opinião; c) *Webcomentários*.

No que diz respeito ao contexto linguístico, foram observados os efeitos de sentido resultantes do uso de estruturas anafóricas e dêiticas, ao passo que o contexto situacional considerou os gêneros textuais nos quais a modalidade se encontra expressa.

5.1.1 O contexto linguístico

Ainda que sua definição não se encontre completamente estabelecida nos estudos da área, a definição dos elementos anafóricos está intrinsecamente relacionada a elementos discursivos, o que evidencia uma relação estreita entre ditos elementos e o contexto linguístico estabelecido. Segundo Pereira (2015, p. 23), ainda que o processo de definição da anáfora não se encontre completamente definido, este não pode desconsiderar a interação com os demais elementos presentes no dito ‘cotexto’ (neste estudo denominado contexto linguístico). Para a autora, é inegável que o elemento de anáfora:

reativa objetos-de-discurso introduzidos [...] quer apontem para trás ou para a frente, quando a remissão é catafórica; ou ativa um novo objeto de discurso, cuja interpretação é dependente de dados introduzidos, mas não retoma o mesmo referente, como é o caso da anáfora indireta. (PEREIRA, 2015, p. 23).

Sendo assim, os elementos de anáfora, sejam estes diretos ou indiretos, estabelecem por excelência uma relação significativa com elementos presentes antes ou posteriormente a eles no discurso, ampliando ou restringindo o processo de recuperação da informação. Do mesmo modo, a definição do elemento dêitico é considerada delicada. Segundo Levinson (2004, p. 1), a dêixis insere elementos da subjetividade, atenção, intenção, assim como elementos dependentes de um contexto nas línguas naturais”.⁸¹ Para Fonseca (1989, p. 41), a dêixis pode ser concebida como um:

fenômeno que atesta a gênese enunciativa da possibilidade da referência, funcionando os dêiticos como operadores da obrigatória ancoragem da língua no seu contexto de produção e, simultaneamente, como operadores de uma desancoragem fictiva em relação a esse mesmo contexto.

Deve-se entender, de igual modo, o contexto como um elemento influenciador de toda a análise presente neste estudo. Ora, entendendo a ideia presente em Givón (1995) de que o contexto influenciará a marcação ou não marcação de elementos relevantes ao discurso, isto é, a depender do entorno que rodeia a produção discursiva, tem-se como não marcado aquilo que é natural ao contexto discursivo, bem como o raciocínio contrário, de que elementos não naturais ao contexto em que se dá a produção linguística são tidos como marcados. No caso do *corpus* levantado para este estudo, este se deu pela coleta de gêneros caracterizados como *subjetivos*, isto é, com predominância da expressão pessoal dos Participantes do discurso. Sendo assim, boa parte das expressões tenderiam a uma

⁸¹ Tradução nossa livre. No original: “Deixis introduces subjective, attentional, intentional and of course context-dependent properties into natural languages”. (LEVINSON, 2004, p. 1)

subjetividade inerente, sendo marcados casos contrários, como os de objetividade, ou enfáticos, como o de necessidade de asseveração da opinião pessoal do Falante. No entanto, como já explicado na Metodologia deste estudo, na análise dos Componentes e Níveis, utilizou-se a proposta de escalaridade suscitada ao longo deste trabalho, com o objetivo de entender as diferentes intensidades semânticas presentes nos discursos deonticamente modalizados.

Pode-se analisar uma manifestação aparentemente objetiva da modalidade deôntica, observável em (1):

(1) *Urge hacer un documental alternativo que se titule Matadero, colocar el objetivo en la "realidad" de un degolladero industrial . Estamos en los tiempos del hacinamiento y sacrificio masivo de los bóvidos, pero esta sociedad hipócrita, infantilizada, reniega, abomina, de la tauromaquia porque nos pone en contacto con un acontecimiento tan insoportable como la muerte. Y porque se permite torearla. (PEP- AO1)*

[Urge fazer um documentário alternativo que se chame Abatedouro, colocar o objetivo na “realidade” de um degoladouro industrial. Estamos em tempos de superlotação e sacrifício massivo de bovinos, mas esta sociedade infantilizada renega e abomina a tauromaquia porque ela nos coloca em contato com um acontecimento tão insuportável como a morte. E porque se permite torear-la]

O trecho (1), presente no primeiro texto opinativo veiculado pela enquete, realiza uma crítica por parte do autor do texto com relação a dois pontos chave: a necessidade (expressa pelo verbo *urgir*, que pode ser compreendido como algo que é *necessário* ou *obrigatório* ou, ainda, “3. intr. Disse uma coisa: instar ou especificar sua pronta execução ou solução./4. intr. Dito da lei ou um preceito: Obrigação com urgência.”,⁸² semelhante em português parafraseável por *ser obrigatório*, *ser necessário*) de expôr de igual forma as touradas os abatedouros industrial, uma vez que, segundo o autor, estes apresentam condições de tortura animal semelhantes ou piores à das touradas, e a rejeição por parte da sociedade contemporânea às próprias touradas, por não saberem lidar com a naturalidade da morte (retratada de forma irônica pelo autor como um acontecimento ‘insuportável’), tido como ainda mais hedionda devido à *permissividade* (utilização do deôntico Pleno *permitir*) de ‘toureamento’ de dito fenômeno. Neste último trecho, encontra-se o elemento anafórico ‘la’ *torearla* (toureá-la, em tradução livre), que recupera a informação textual anterior *a morte*, sendo esta então permissível de ser “toureada”. O exemplo (2) não parece contar com nenhuma referência a quaisquer participações de indivíduos na construção da permissividade,

⁸² Tradução nossa. No original: “3. intr. Dicho de una cosa: Instar o precisar a su pronta ejecución o remedio./4. intr. Dicho de la ley o de un prec epto: Obligar con apremio. Definição extraída em ‘Diccionario de la Real Academia Española’. Disponível em: <<https://dle.rae.es/?id=b9T5qkT>>. Acesso em: 08 maio 2019.

seja do autor ou dos leitores, detendo-se a mencionar o fato de que a morte é um acontecimento passível de entretenimento por meio das festividades taurinas, ainda que este seja um recurso de aparente ironia utilizado pelo autor. A tentativa de neutralização do enunciado deôntico persiste no uso da estrutura de impessoalização SE + 3ª pessoa, estrutura frequente da língua espanhola para apagamento do agente.

Sendo assim, percebe-se em (1) uma baixa expressão de contextualizadores linguísticos relacionados aos enunciados deonticamente modalizados, seja esta relação com elementos próprios à porção linguística do texto ou relacionado a outros elementos à expressão. Em Nuyts (2001), tem-se que adjetivos em posição predicativa podem assumir natureza objetiva ou subjetiva ou intersubjetiva, a depender dos elementos que os permeiam (satélites). Ainda que seu trabalho se direcione à expressão da modalidade epistêmica, o autor também menciona essas validações com relação a outras modalidades, o que se pode observar na análise dos adjetivos deonticamente modalizados deste estudo. No caso de (1), o autor veicula a necessidade ou obrigatoriedade de realização de um EC sem dirigir tal necessidade ou obrigatoriedade a nenhum indivíduo ou instituição específica, presente ou subentendível pelo texto. Tampouco são observáveis elementos dêiticos que conduzam a esse descobrimento ou à atribuição de quaisquer valores deônticos a entidades ou seres específicos.

No tocante à relação entre Participantes do discurso, ainda que o gênero Artigo de opinião (sendo caracterizado como um texto de caráter informativo, que visa a geração de uma opinião e circula em torno de uma tese, buscando a adesão de seu público),⁸³ não preveja uma atuação tão dinâmica entre autor/portal e leitores, esta é favorecida pela mediação fornecida nos comentários *on-line*, que dão aos últimos a oportunidade de posicionar-se quanto àquilo que é dito pelo primeiro. Essa falta de uma dinamicidade mais forte entre o autor do Artigo e seus leitores pode ser explicada pelo fato de que o Artigo de Opinião consiste no desenvolvimento de uma ideia e apresentação de uma opinião, conforme explica Oliveira (2004, p. 45). Seguindo este raciocínio, parece coerente pressupor que a interação não é inerente ao gênero, sendo viabilizada por meio de outros gêneros, como os comentários *on-line* ou carta. Logicamente, imagina-se que o autor, em posição de porta-voz da Instituição Jornal e amparado por ela, disfrute de posição privilegiada ou superior em relação aos leitores. No entanto, a partir da construção verificável, em (2), essa disposição não parece imbuir o autor de autoridade para delegar o dever de realização do EC ‘criar um documentário alternativo’ ou mencionar uma fonte do EC ‘se permite tourear (a morte)’, o que

⁸³ Cf. Pereira (2008, p. 59).

aparentemente o configuraria como posicionado de forma hierárquica superior aos leitores, mas inferior a qualquer uma das possibilidades institucionais ou individuais capazes de executar os EC's mencionados por ele. Nessa lógica, o autor opta por diluir menções a outros 'indivíduos', imbuindo os enunciados deonticamente modalizados de uma natureza neutra, com tendência à maior objetividade.

Com relação a uma natureza eminentemente subjetiva dos enunciados deonticamente modalizados, pode-se recorrer a elementos contextuais tidos como claros para a expressão dessa natureza modal, verificável em (2):

(2) *Yo he asistido a muchas corridas de toros, por trabajo, y pienso que⁸⁴ es un espectáculo sangriento que **deberia**⁸⁵ abolirse, o por lo menos reformarse y eliminar lo sangriento (PEP - CO2)*

[Eu já assisti a muitas corridas de touros, por trabalho, e penso que é um espetáculo sangrento que deveria ser abolido, ou pelo menos reformado que se eliminasse a parte sangrenta.]

Em (2), o falante utiliza recursos contextuais para expressar sua opinião quanto à obrigatoriedade de realização de dito EC 'abolir ou reformular as corridas de touros', através do uso da desinência verbal 'penso que', referente à primeira pessoa do singular (*yo* para o espanhol; em português, *eu*). Situacionalmente falando, o autor utiliza uma estrutura de percepção ou opinião⁸⁶ 'pensar que' para ressaltar a individualidade do comentário que está expressando, e de forma a expressar sua consciência de que não é um axioma ou uma posição unânime entre os participantes da interação em questão. Além disso, o aspecto opinativo é reforçado na forma verbal do verbo auxiliar *deber* (dever), que expressa uma obrigatoriedade. No entanto, ao ser conjugado no tempo verbal Condicional Simple (equivalente ao Futuro do Pretérito em português), o autor opta por asseverar o valor deôntico expresso. Esse recurso parece harmonizar a estratégia do falante de esclarecer que o enunciado performa a opinião do mesmo, mas, ainda assim, como um elemento de urgência ou severa necessidade de realização.

No que diz respeito à natureza do gênero *webcomentário*, Freitas (2012, p. 37) o define como um dos "gêneros discursivos interativos, que têm seu nascituro na real interação entre os utentes da língua", salientando a característica interacional dos Participantes

⁸⁴ As marcações dos casos deônticos em específicos se darão por destaque em negrito. Aos demais elementos analisados, que poderão contribuir para expressão dos efeitos de objetividade e (inter)subjetividade, como marcações de fonte, escopos episódicos, entre outros, será utilizado o destaque sublinhado.

⁸⁵ Ainda que se possa levar o exemplo (2) como uma expressão da modalidade volitiva, salienta-se que a discussão gira em torno de aspectos legais a serem futura e possivelmente implementados, o que sugere uma maior coerência, no que diz respeito ao presente estudo, por uma interpretação deôntica da modalidade expressa.

⁸⁶ Cf. Nuyts (2001, p. 387).

discursivos por excelência. Em outras palavras, “o gênero pode ser considerado uma via bidirecional, na qual cada Falante se insere no meio comunicativo com a intenção de, além de transmitir sua opinião ou conceito, criar também uma situação interativa de estímulo-resposta entre os membros Participantes do meio” (BATISTA, 2016, p. 44). De igual forma, é focalizada a alta interatividade do gênero, uma vez que a participação dos Falantes demanda entre eles resposta (positivas ou negativas) e a criação de um debate em torno da temática discutida.

Pondo em análise a relação entre Participantes, dos gêneros encontrados neste *corpus*, ainda que todos se prestem à expressão de opinião, o gênero *webcomentário* parece aquele que menos propicia uma relação desigual entre Falantes e Ouvintes. Como já mencionado, não é frequentemente possível, através dos enunciados realizados no gênero, mensurar atribuições que distingam um ou outro indivíduo hierarquicamente, e mesmo indicações de superioridade ou inferioridade hierárquica podem não condizer à realidade, perfazendo um recurso de manipulação de sobressalência ou destacamento por parte do Falante para impor-se sobre outrem, isto é, o Participante lança mão de argumentos ou fatos, verídicos ou não, a fim de posicionar-se de maneira superior (intelectual, financeira ou circunstancialmente) sobre os demais Participantes. No entanto, na maior parte das análises feitas no gênero, este permanece favorecendo relações mais ou menos equilibradas, em parte pelos desconhecimentos das informações, em outra pela ocultação da própria identidade dos indivíduos. Partindo destes aspectos, os Participantes parecem preservar-se, limitando-se a dispor-se como iguais e tão somente um veiculador de fatos e opiniões, suas ou de terceiros. No caso das opiniões próprias, insere-se o caráter subjetivo, observável em (2) e aplicado à modalidade deôntica.

Por fim, analisar-se-á o primeiro exemplo encontrado no *corpus* deste estudo, presente no título da enquete realizada no jornal denominado “*PEP*”, que questionava o posicionamento dos ouvintes com relação à touradas.⁸⁷ Assim, tem-se o exemplo (3):

(3) *¿Se deben prohibir los toros? Queremos saber tu opinión.*⁸⁸ *¿Estás a favor o en contra de los festejos taurinos? ¿Desaparecerán? ¿Hay que prohibirlos? Lee las posiciones publicadas en PEP y participa en nuestra encuesta. (PEP – EQ)*

⁸⁷ Disponível em: <https://elpais.com/elpais/2017/09/12/opinion/1505236781_251865.html>. Acesso em: 08 jan. 2019.

⁸⁸ Utilizar-se-á as notações para as ocorrências da seguinte maneira: As ocorrências estarão em itálicos, com os trechos relativos aos meios de expressão da modalidade deôntica demarcados em negrito. O trecho sublinhado foi usado para demarcar a características do gênero ‘Enquete’ que demarca um possível traço intersubjetivo. A explicitação do desejo de conhecer a opinião do Ouvinte.

[Deve-se proibir as touradas? Queremos saber sua opinião. Você é contra ou a favor dos festejos taurinos? Leia as posições publicadas no PEP e participe da nossa enquete]

Em (3), os aspectos contextuais relativos à construção linguística e situacional dos enunciados estão relacionados a elementos internos e externos à enquete. De início, o título da publicação, suscitado por um questionamento, favorece a inclusão ativa por parte do ouvinte, reforçada pela sentença seguinte: *Queremos saber tu opinión* (queremos saber a **tua** opinião), deixando clara a necessidade de participação efetiva do leitor, uma vez que tal participação configura um elemento chave para a realização do objetivo estabelecido no gênero textual ‘Enquete’, considerado por Prata (2008, p. 10) como um dos gêneros modernos para a interação em portais de notícias virtuais. Segundo Ribas (2006, p. 5), os gêneros virtuais são embebidos de natureza interativa, uma vez que a “interatividade é a característica potencializada pelo novo meio (*digital*)” RIBAS, 2006, p. 2). Lucht (2009, p. 72) atrela ao gênero ‘Enquete’ a necessidade de “ouvir a opinião de alguém”.

No caso do exemplo (3), as noções dêiticas presentes no uso do pronome possessivo ‘*tu opinión*’ e nas declinações das formas imperativas ‘*Lee*’ (Lê) e ‘*Participa*’ (Participa) direcionam ao leitor uma função de posicionar-se diante da discussão veiculada. Já os elementos anafóricos, que orientam ao leitor que busque elementos presentes na publicação, como as posições publicadas no portal e a própria enquete, situadas mais abaixo do título, reforçam a necessidade de participação/posicionamento do leitor na discussão.

Tais elementos escopam questionamentos relativos a um EC que precisa ou não ser realizado, expressos através de manifestações deonticas de obrigação, observáveis por meio do uso dos auxiliares verbais *deber* e *haber (que)*, que, em construção interrogativa, direcionam ao leitor a responsabilidade de suscitar ou não a obrigatoriedade de realização do dito EC. No entanto, o que se busca chamar a atenção no que diz respeito aos aspectos contextuais observados em (3) é a presença dos elementos anteriormente citados, que demandam um posicionamento do participante leitor com relação à realização do enunciado deonticamente modalizado, cuja legitimação dependerá de dito posicionamento. Tais elementos parecem perfilar um matiz intersubjetivo da modalidade deontica, favorecido, como mencionado em Mackenzie (2017), pela forma interrogativa e construção direcionada para a segunda pessoa do singular do espanhol (*tú*).

No que diz respeito às relações de hierarquia entre os Participantes do discurso, não se verificou, no *corpus*, nenhuma disparidade frequente que ocasionasse uma discussão rentável neste trabalho, no sentido de que os Falantes ou Ouvintes se afastassem de uma posição hierárquica que lhes é atribuída pelo gênero ou pelas circunstâncias, de modo a

posicionar-se de maneira superior ou inferior numa escala de autoridade. Uma vez que boa parte do *corpus* coletado era composta por comentários *on-line*, a verificação de relações assimétricas ou de autoridade entre os Participantes não se deu com frequência suficiente para favorecer este ponto de análise. A saber, no gênero *webcomentário*, como já mencionado, os Participantes se colocam como coatuantes da troca linguística, assumindo muitas vezes posicionamentos não discerníveis, o que pode um nivelamento às relações, seja este nivelamento compatível ou não à realidade das posições sociais. Uma vez que uma série de fatos e condições relativas aos indivíduos não são reveladas e nem se fazem necessárias à troca discursiva, boa parte destes aspectos não se fazem mapeáveis a fim de fornecer uma visão mais clara das disposições sociais.

Com relação ao exemplo (3), esta perfaz um dos exemplos mais claros de relação assimétrica obtidos neste estudo, uma vez que a construção do título do gênero está relacionada de forma subentendida a uma Instituição, neste caso, o jornal que veiculou a enquete. Neste caso, a Instituição aparentemente se coloca em posição superior com relação aos leitores, o que lhe permite “cobrar” ou “solicitar” sua opinião por meio da participação da enquete, favorecendo claramente o aspecto intersubjetivo da modalidade deôntica.

5.1.2 O contexto situacional

Com relação aos elementos de análise do contexto situacional, serão utilizadas algumas reflexões de Connolly (2007; 2014). A disposição modal nos diferentes gêneros textuais contemplados neste estudo não se dão, aparentemente, de forma equilibrada, mas de possível explicação, como se vê na Tabela 2:

Tabela 2 - Frequência dos modais deônticos no *corpus* em LE

	No.	%
Comentários on-line 1	70	44,9
Comentários on-line 2	66	42,3
Artigo de opinião 4	6	3,8
Enquete	4	2,6
Artigo de opinião 1	4	2,6
Artigo de opinião 3	4	2,6
Artigo de opinião 2	2	1,3
Total	156	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

Observando a Tabela 2, tem-se uma frequência bastante significativa (ao observar as percentagens obtidas na análise qualitativa) e aparentemente desproporcional da modalidade deôntica nos gêneros de *webcomentários*, de números aproximados, se comparados aos demais gêneros mencionados. No entanto, isto parece dar-se pela quantidade de comentários *on-line* ocasionados por seus Artigos de Opinião relacionados, uma vez que o gênero pode oferecer maior interação entre os Participantes. Tal explicação alinha-se logicamente aos estudos de Freitas (2012), que atesta a natureza relacional e altamente interativa do gênero, bem como as ideias propostas por Batista (2016), que entende o gênero *webcomentário* como um gênero que, em sua essência, demanda reações e respostas por parte daqueles que se envolvem no discurso. Além disso, o caráter fortemente opinativo do gênero, bem como uma dificuldade na distinção entre as posições hierárquicas dos Participantes parecem sugerir uma maior tendência ao conselho, mandato, sejam estes de ordem geral ou direcionada a um indivíduo em específico.

Um outro ponto de grande importância a ser observado diz respeito à frequência da produção textual relativa a cada gênero, bem como a quantidade de palavras observadas em cada um. Uma vez que estes se deram de maneira bastante desequilibrada, tomou-se como parâmetro de comparação a proporção do número aproximado de palavras e o número de dados observados em cada gênero. Considerou-se, então, o número de palavras mencionado no Quadro 4, bem como o número de dados, delimitado nas ferramentas de estudo utilizadas ao longo do processo de análise (planilhas, separação dos dados em documentos, etc.). No que diz respeito ao gênero ‘Enquete’ (EQ), observou-se uma proporção de aproximadamente 116,2/1, entendendo que, a cada 116 palavras, aproximadamente, uma perfazia a expressão da modalidade deôntica. Quanto aos Artigos de Opinião. Sendo assim, por meio de valores aproximados por arredondamento numérico, foi possível estabelecer um parâmetro comparativo da frequência deôntica nos gêneros, sendo as mais expressivas observadas no gênero ‘Enquete’ e nos Artigos de Opinião, quando somados os Artigos de A1 a A4,⁸⁹ apresentaram uma proporção de aproximadamente 175,9/1. Por fim, a proporção verificada nos Comentários *on-line*, somados, perfizeram um valor aproximado de 179,6/1. Sendo assim, foi possível estabelecer uma escala da frequência deôntica nos gêneros, maior na Enquete, seguida do Artigo de Opinião e dos Comentários *on-line*.

Quanto aos Artigos de Opinião, a estes é atribuída sua frequência de expressão modal por um intento geral do Falante (ou, neste caso, autor do texto) de expressar seu ponto

⁸⁹ O Artigo de Opinião 5 (AO5) não apresentou expressões da modalidade deôntica.

de vista ou opinião sobre dito assunto, ainda que assumidamente pessoal, de maneira velada ou “impessoalizada”, de modo a suscitar um senso comum e não uma espécie de simples concepção mental particular e subjetiva. Parece lógico entender que o discurso levantado no Artigo de Opinião busca, por meio de uma argumentação, convencer os leitores do gênero de que os posicionamentos adotados, ainda que provenientes de um entendimento pessoal, possuem uma lógica que deve ser comum. Desta feita, o Falante, no Artigo de Opinião, parece não procurar claramente orientar àquilo que deve ser feito, mas apresentar por meio da sua opinião, uma situação como é, e, em caso de uma situação não satisfatória, sugerir (não de forma direta, a fim de evitar uma possível imagem de autoritarismo ou doutrinação) possíveis mudanças.

Por fim, a frequência modal geral no gênero Enquete pode-se dar pelo fato de o gênero suscitar uma dada situação e demandar uma reação dos leitores, transportando a responsabilidade e construção argumentativa mais a estes. Se tomarmos o fator proporção no que diz respeito ao tamanho físico do gênero, este parece apresentar uma frequência notável no que diz respeito aos Artigos de Opinião, que, se somados, apresentam uma média de aproximadamente 840 palavras e 4 expressões da modalidade, e talvez equiparável comentários *on-line* (os quais são mais difíceis de estabelecer sua média, devido a sua grande construção), uma vez que o gênero Enquete encontrado neste *corpus* foi constituído de apenas 33 palavras, excetuando os Artigos que apresentou em anexo (Ver Anexo A deste trabalho), apresentando de igual modo 4 dados. Seu peso de proporção, então, configurou-se maior que o dos Artigos de Opinião, o que pode ser explicado pela temática levantado pela Enquete em questão, uma vez que esta discute a proibição da tradição espanhola das touradas, trazendo em seu debate um valor plenamente deôntico.

Em seguida, serão discutidos os casos deônticos encontradas à luz das categorias delimitadas no Nível Interpessoal de análise.

5.2 As categorias de análise referentes ao Nível Interpessoal

Para o Nível Interpessoal de análise das expressões de modalidade deôntica em língua espanhola encontradas, tem-se:

- (i) Tipos de Ilocução:
 - a) Declarativa; b) Optativa; c) Interrogativa; d) Imprecativa.
- (ii) As marcações evidenciais verificáveis ou não no discurso.

Como já explicitado anteriormente, o Nível Interpessoal contempla os recursos gramaticais relativos às intenções dos Participantes e à interação discursiva em si. As categorias selecionadas para as análises do *corpus* que se relacionam com o Nível Interpessoal foram os tipos de Ilocução dispostas em Oliveira (2017, p. 142), bem como a marcação da fonte evidencial, que, uma vez que relativo à transmissão ou menção de um discurso que não do Falante, relaciona-se diretamente ao Nível Interpessoal.

5.2.1 Os tipos de Ilocução

Com relação aos tipos de Ilocução, espera-se encontrar, durante a discussão dos casos encontrados, uma possível relação lógica entre dita tipologia e os efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade na expressão da modalidade deôntica em língua espanhola.

No que diz respeito a uma frequência dos tipos de Ilocuções, esta é verificável na Tabela 3:

Tabela 3 - Tipos de Ilocução dos enunciados no *corpus* em LE

	No.	%
Declarativa	106	67,9
Optativa	26	16,7
Interrogativa	18	11,5
Imprecativa	6	3,8
Total	156	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

A Tabela 3 demonstra uma preferência significativa pela expressão da modalidade deôntica por meio de Ilocuções de tipo Declarativa, considerada então prototípica, seguidas por uma menor escolha das ilocução Optativas e Interrogativas, sendo o uso menos frequente (inclusive de recorrência considerada significativamente baixa se comparada aos demais tipos) as ilocuções de tipo Imprecativa. Tal uso pode ter razão em um desejo por parte dos Falantes em preservar suas faces, uma vez que estas já se encontram em exposição devido à natureza opinativa dos gêneros em questão. Sendo assim, o Falante parece optar por não comprometer-se de modo recorrente, evidenciando o aspecto de deseabilidade de seu discurso, e de igual modo não aparenta desejar um comprometimento do Ouvinte,

demandando-lhe respostas (salvo casos da Enquete, em que a Instituição que promove o questionário procura saber a opinião dos Participantes, hierarquicamente inferiores a ela) ou ainda instando-lhes a qualquer reação física ou verbal.

É possível observar diferentes tipos de Ilocuções nos exemplos de (4) a (7):

(4) *No, yo a una corrida no voy ni aunque me regalen la entrada, son principios que una **tiene que** respetar. (PEP – CO1)*

[Não, eu não vou a uma corrida nem que me paguem a entrada. São princípios que uma pessoa tem que respeitar.]

(5) *No, no. La carga de la prueba en este caso es tuya. Yo no tengo porqué defender los toros porque son un espectáculo legal. Tú los quieres **prohibir** así que **tienes que** argumentar. Tu argumento es el sufrimiento animal. Sin embargo no te importa comerte la carne de animales que sufren y seguirán sufriendo para satisfacer tu paladar. (PEP – CO2)*

[Não, não. A responsabilidade de provas neste caso é sua. Eu não tenho porquê defender as touradas porque são um espetáculo legal. Você é quem quer proibi-los, então tem que argumentar. Seu argumento é o sofrimento animal. No entanto, você não se importa em comer carne de animais que sofrem e continuarão sofrendo para satisfazer o seu paladar.]

(6) *No nos cuentes que te estabas mirando al espejo cuando pensaste en el apodo, no es interesande parrondo⁹⁰ (bueno, sí lo es). El artículo va sobre la defensa de los toros, que se quieren prohibir por el maltrato y sufrimiento al animal (inciso: si te lo tiene que explicar un iletrado como yo, ¿qué dice eso de tí?. Entonces, querido subcampeón parrondo, ¿no es cierto que **tendríamos que** incluir también el maltrato de la industria cárnica? (PEP – CO1)*

[Não nos diga que estava olhando para o espelho quando pensou no apelido, não é interessande *parrondo* (bom, é sim). O artigo fala sobre a defesa das touradas, que desejam proibir por causa dos maus tratos e sofrimento do animal (inciso: se isso deve ser explicado a um iletrado como eu, o que dizer de você?, Então, querido vice-campeão *parrondo*, não é certo que teríamos que incluir também os maus tratos da indústria de carne?]

(7) ***Hay que** condenar enérgicamente el mal llamado 'arte' del toreo y definirlo como lo que es: un asesinato de seres vivos, que **debiera** ser penado y castigada cualquier forma de simpatía hacía esa práctica vergonzosa y criminal. (PEP – CO1)*

[Há que condenar energicamente o mal chamado 'arte' da tourada e defini-la como o que é; um assassinato de seres vivos, que deveria ser penalizado e castigada qualquer forma de simpatia para com essa prática vergonhosa e criminoso.]

Nos exemplos de (4) a (7), os variados tipos de Ilocução parecem diversificar a natureza semântica da modalidade deôntica. Em (4), o falante reforça a sua declaração peremptória de não frequentar as corridas de touros, uma vez que não apoia o espetáculo, através da Ilocução de tipo Declarativa afirmativa de que ela possui princípios que impedem de agir contra o que defende (expresso pela obrigatoriedade de respeito a eles, com uso do

⁹⁰ O falante parece fazer uma referência irônica ao físico Juan Parrondo, cuja teoria mais difundida, o paradoxo de Parrondo, afirma que o uso frequente de estratégias perdedoras pode levar a uma vitória.

auxiliar *Ter que*). O falante, neste exemplo (4), apenas menciona a existência dos princípios e a obrigatoriedade de obediência a estes, não apresentando nenhuma evidência formal de avaliação ou subjetivização do enunciando, marcando-o como uma opinião sua. Neste caso, o falante parece recorrer a um senso comum (objetivo), ou imposição social de um comportamento que lhe permite afirmar que os distintos princípios seguidos pelos indivíduos devem ser respeitados. Neste sentido, seu posicionamento parece neutralizar-se. Ainda que se possa atribuir ao exemplo (4) uma leitura de modalidade inerente, esta parece estar mais relacionada a características internas relacionadas a capacidades físicas do Participantes. Neste caso, a abordagem do falante (4), ao remeter a uma obediência a princípios, parece veicular modelos de conduta, mais bem relacionados a uma leitura modal de natureza deôntica.

Já em (5), a situação apresentada pelo falante não é desejável para ele, e sim para seu leitor (expressa pelo modal volitivo *querer*), que, segundo o primeiro, deseja vetar os espetáculos taurinos, e para isso deve apresentar argumentos que validem a desejabilidade e execução de sua volição, uma vez que este se põe de encontro à legalidade do evento. Para o falante, o leitor a quem se dirige em específico age com hipocrisia, por defender os touros que sofrem nos eventos hispânicos, mas que não se posiciona com relação aos maus tratos em abatedouros e indústrias alimentícias direcionadas à produção de carne. O falante atribui ao leitor o desejo pelo verbo modal volitivo *quieres* (*quieres*, Ilocução Optativa), que toma por escopo o valor deôntico de proibição (modalidade deôntica de proibição expressa pelo verbo pleno *prohibir*), criando um efeito de objetividade, por direcionar a deonticidade proibitiva ao leitor. A modalidade volitiva, além de tomar por escopo a primeira expressão deôntica de proibição, parece imbuir ambas as expressões deônticas do caráter de Ilocução Optativa, principalmente a segunda, pois a condiciona. O falante, então, manipula a situação, ao direcionar a desejabilidade de realização de dita situação ao Leitor a quem se direciona, responsabilizando-o de implementar os meios que concretizem dita situação.

No exemplo (6), o falante menciona o conteúdo do artigo que se discute para indagar de forma irônico o leitor sobre a necessidade (modalidade deôntica de *obrigação* expressa pelo auxiliar *tener quer*) de incluir em uma discussão sobre maus tratos e sofrimento animal a indústria de produção de carne que, pela observação do contexto,⁹¹ é acusada de agir da mesma forma que os festejos taurinos. Em (6), a modalidade deôntica realizada em uma Ilocução de tipo Interrogativa parece evidenciar um caráter intersubjetivo à modalidade, uma

⁹¹ Ver exemplo (5), ou ainda, *corpus* na íntegra.

vez que o autor indaga o leitor, ainda que ironicamente, a obrigatoriedade de inclusão do tópico mencionado na discussão dos participantes dos discursos, cobrando-o a imposição de dita obrigatoriedade, transferindo assim o valor deôntico mencionado.

Por fim, o exemplo (7) permite observar a expressão da modalidade deôntica também de obrigação, mas por meio de uma Ilocução de tipo Imprecativa. Através do uso da forma imperativa *hay que* (*há de/que*, em tradução livre para o português), que expressa igualmente um pedido ou rogo (expressão de Ilocução Imprecativa) como também se constitui um dos meios de expressão da modalidade de obrigação (uma vez que as formas verbais imperativas expressam em diferentes medidas a obrigatoriedade, proibição ou necessidade de realização de algo), o falante implemente algo que lhe é desejável e que, ao mesmo tempo, deve ser feito (sob sua ótica, o que parece imbuir esta expressão deôntica de caráter eminentemente subjetivo).

Os casos relativos à expressão da modalidade deôntica e sua relação com os tipos de Ilocução estabelecidos serviram, neste estudo, para demonstrar quais tipos Ilocucionais se prestam a uma expressão mais específica de um efeito modal, e quais delas poderiam apresentar maior riqueza de uso no que se relaciona aos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade. Neste caso, as Ilocuções de tipo Declarativo parecem apresentar maior liberdade na expressão de ditos efeitos, ao passo que as Ilocuções de tipo Optativa, Imprecativa e Interrogativa parecem exprimir mais frequentemente efeitos de subjetividade e intersubjetividade (para o caso das duas últimas), respectivamente. Por fim, serão analisadas as expressões modais no que se relaciona à (não)marcação evidencial destas no discurso.

5.2.2 A (não) marcação evidencial a Nível Interpessoal

Com relação à marcação ou apagamento das fontes evidenciais no discurso deonticamente modalizado, acredita-se, neste estudo, que tais estratégias podem contribuir para a expressão ou ocultamento do posicionamento dos Participantes, de forma que o discurso se torne mais ou menos objetivo, subjetivo ou intersubjetivo.

Segundo Carioca (2018, p. 119), o uso de ditas marcas fornece subsídios à interpretatividade. Nesses casos, a marcação evidencial pode dar-se por meio de elementos textuais, como as aspas; linguísticos, como verbos *dicendi*; e discursivos, como estruturas que indiquem a transmissão de conteúdo alheio. Em casos de reportatividade não-marcada gramaticalmente, crê-se que essa poderá, em alguns casos, ser recuperável por porções de contexto ou elementos subjacentes, como as aspas. Silva (2017, p. 134) a define como uma

evidencialidade indireta relatada de terceira mão, em que a informação adquire características de boato, explicitada por fonte indireta. Crê-se, nesse estudo, que a evidencialidade reportativa possa favorecer as distintas características observadas nesta análise com relação à modalidade deôntica (objetivo, subjetivo e intersubjetivo), em especial a modalidade deôntica de sentido objetivo, uma vez que, ainda que a menção a discursos de terceiros que, na visão do Falante, possam servir de utilidade à construção do seu próprio discurso, é possível que o Falante engaje à essa menção algum comentário ou expressão formalmente marcada de sua opinião com relação ao que é mencionado. No entanto, uma vez que as informações de terceiros que são utilizadas na construção da evidencialidade de tipo reportativa embasam os argumentos ou questionamentos do Falante que os utiliza, acredita-se que este, por si só, pode surtir o efeito desejado pelo Falante, não necessitando, na maioria dos casos, de intervenção deste.

No que se relaciona ao uso da fonte evidencial, quando marcada, o subtipo evidencial denominado *Reportatividade* foi observado com relação à explicitude da evidência deste tipo no discurso. A evidencialidade reportativa se encaixa no Nível Interpessoal da Gramática Discursivo-Funcional por considerar a interação existente entre a menção que é feita pelo Falante a um outro indivíduo, recuperando parcial ou integralmente um discurso realizado por alguém que não o Falante. Dita menção pode ser marcada mais ou menos explicitamente (PRATA, 2013, p. 883; CARIOCA, 2018, p. 119), através do uso de marcas que explicitem maior ou menor comprometimento discursivo. Nesses casos, a marcação evidencial pode dar-se por meio de elementos textuais, como as aspas; linguísticos, como verbos *dicendi*; e discursivos, como estruturas que indiquem a transmissão de conteúdo alheio. Em casos de reportatividade não-marcada gramaticalmente, crê-se que essa poderá, em alguns casos, ser recuperável por porções de contexto ou elementos subjacentes, como as aspas. Silva (2017, p. 134) a define como uma evidencialidade indireta relatada de terceira mão, em que a informação adquire características de boato, explicitada por fonte indireta. Crê-se, nesse estudo, que a evidencialidade reportativa possa favorecer as distintas características observadas nesta análise com relação à modalidade deôntica (objetivo, subjetivo e intersubjetivo), em especial a modalidade deôntica de sentido objetivo, uma vez que, ainda que a menção a discursos de terceiros que, na visão do Falante, possam servir de utilidade à construção do seu próprio discurso, é possível que o Falante engaje à essa menção algum comentário ou expressão formalmente marcada de sua opinião com relação ao que é mencionado. No entanto, uma vez que as informações de terceiros que são utilizadas na construção da evidencialidade de tipo reportativa embasam os argumentos ou

questionamentos do Falante que os utiliza, acredita-se que este, por si só, pode surtir o efeito desejado pelo Falante, não necessitando, na maioria dos casos, de intervenção deste.

É possível observar, em (8) e (9), o uso da evidencialidade de tipo *Reportativa* envolvendo uma expressão de modalidade deôntica de obrigação:

(8) *Ya tardaba la demagogia de algunos juntaletras: "Y el toro no es una víctima, sino un ídolo en la noción pagana..." Eso si, cuando el toro vence en el ruedo, una de las reglas de la tauromaquia (poco conocidas y muy noble) dice que tras la muerte de un matador durante una corrida, el ganadero responsable del astado **debe** sacrificar a la madre del animal y toda su familia o reata, tal como se llama en el argot taurino. Todo muy noble. (PEP - CO1)*

[Já estava demorando a demagogia de algum juntaletras: “E o touro não é uma vítima, mas um ídolo na noção pagã...” Ah sim, quando o touro vence na arena, uma das regras da tauromaquia (pouco conhecida e muito nobre), diz que depois da morte de um matador na tourada, o toureiro responsável do chifrudo deve sacrificar a mãe do animal e toda a sua família ou linhagem, como se chama na gíria taurina. Tudo muito nobre.]

(9) *Juraría que estás justificando todo el proceso de la industria cárnica porque sirve para alimentarse. Pero espera, para asegurar que no es mi falta de comprensión lectora, reproduzco tus palabras: "Primero, **habrá que** acabar con la "fiesta", que no es una necesidad como la alimentación" Mira, hagámoslo al revés, primero la industria cárnica y luego los toros vale? No, verdad? **Qué pillo**. (PEP - CO1)*

[Eu poderia jurar que você está justificando todo o processo de indústria de carne porque ela serve para que você se alimente. Mas espera, para ter certeza de que não é a minha falta de compreensão leitora, reproduzo suas palavras: “Primeiro, terão que acabar com a ‘festa’, que não é uma necessidade como a alimentação” Olhe, façamos ao contrário, primeiro a indústria de carne e, em seguida, os touros concorda? Não, verdade? Quanta malícia.]

Em (8), tem-se um comentário *on-line* relativo a um Artigo de Opinião, em que o falante constrói a ironia de seu comentário, rejeitando um comportamento que julga cruel nos festejos taurinos, utilizando como recurso argumentativo duas menções (evidencialidade reportativa), uma delas escopando a modalidade deôntica de tipo *obrigação* (expresso por meio do verbo auxiliar *deber*). A primeira menção feita pelo falante, marcada pelo uso de aspas, se refere ao texto de opinião a que os comentários *on-line* se referem, ironizando a construção feita pelo autor do artigo. No segundo caso, o autor menciona, por meio de um verbo *dicendi* (*dice que/diz que*) uma das regras do costume taurino que implementa a obrigatoriedade os participantes sacrificarem os touros em caso de vitória do touro competidor na arena, de igual forme repudiando dito comportamento por meio da ironia. O falante exprime uma opinião de rejeição pela construção irônica de seu discurso, ainda que subentendida, pois não se encontram formas expressas da opinião deste, o que leva à consideração de esta perfazer uma expressão de modalidade deôntica de natureza neutra de tendência objetiva.

No exemplo (9), o falante recupera o discurso de seu companheiro, que abarca nova expressão de modalidade deôntica de obrigação (verbo auxiliar *haber que/haver que*), a fim de questioná-lo, uma vez que a ideia mencionada reforça a primazia de eliminar-se a festa dos touros por não ser necessária como a sociedade, em termos sociais. Diante deste argumento, o falante em (9) recupera esta informação e a utiliza para acusar seu companheiro de favorecer a indústria de carne, ainda que considerada igualmente cruel, pois esta leva ao benefício social da alimentação e, mais especificamente, acusa-o de certa hipocrisia e individualismo por considerar que este se justifica vendo vantagem em sua própria alimentação. Igualmente, se observa que o falante lança mão de ironia na construção de seu comentário, mas não se posiciona formal ou claramente quanto a sua opinião sobre as palavras de seu companheiro, o que leva a uma caracterização desta expressão como igualmente neutra, inclinável a uma interpretação objetiva.

Observa-se, então, um uso da marcação da fonte evidencial de tipo Reportativa a fim de objetivizar o discurso, pois, ao marcar a origem do que é dito, o Falante afasta-se de qualquer responsabilidade pessoal quanto ao que é dito. Em seguida, será feita a análise das expressões a partir das categorias delimitadas para o Nível Representacional.

5.3 Categorias de análise referentes ao Nível Representacional

A partir das noções estabelecidas com relação ao Nível Representacional, em que este é tido como um nível relativo aos conteúdos semânticos designadas na construção linguística, foram estipuladas as seguintes categorias:

(i) À relação entre o Escopo da modalidade deôntica e o Efeito atribuído à modalidade, em que:

a) A modalidade deôntica será tida como Objetiva, na medida em que toma por escopo um Estado-de-Coisas; b) A modalidade deôntica será tida como Subjetiva, na medida em que escopa um Episódio.⁹²

(ii) Aos tipos de Estado-de-Coisas (EC's) que a modalidade deôntica escopa ou por eles é escopada:

a) Posição; b) Estado; c) Ação; d) Processo.

(iii) Ao Alvo da avaliação deôntica:

a) Modalidade-orientada-para-o-participante; b) Modalidade-orientada-para-o-

⁹² Cf. Olbertz; Gasparini-Bastos (2013).

evento.⁹³

(iv) À polaridade relacionada à modalidade deôntica:

a) Positiva; b) Negativa.

(v) Às demais marcações evidenciais verificáveis ou não no discurso.

5.3.1 A relação entre o Escopo da modalidade deôntica e o Efeito atribuído à modalidade

Ter-se-á como categoria inicial a proposta feita por Olbertz e Gasparini Bastos (2013), que amplia o conceito de avaliação modal deôntica para além das noções preestabelecidas na GDF (2008) em modalidade-orientada-para-o-participante e modalidade-orientada-para-o-evento. No entanto, ainda que se tome por parâmetro a nova proposta, suscitada pelas autoras, também será feita uma análise dos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade segundo os parâmetros formais da Gramática Discursivo-Funcional, não apenas em respeito ao já estabelecido na teoria, bem como pelo objetivo de observar os possíveis (des)ajustes da proposta com relação aos efeitos de sentido observados.

No que se relaciona aos estudos de Olbertz e Gasparini Bastos (2013), nos alinharemos à noção estabelecida no estudo de que a modalidade objetiva configura-se como aquela que toma o Estado-de-Coisa como escopo, ao passo que as modalidades de efeito subjetivo escopa Episódios, isto é, a concatenação de EC's (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 157).

Pode-se analisar tais noções nos exemplos (10) e (11):

(10) Si nos atenemos a las críticas taurinas de Antonio Lorca, la mayoría de los festejos son una estafa donde se pasaportan toritos moribundos. Espero que dentro de 16 o 20 años, el señor Amón y su hijo, para ver una corrida, tengan que ponerse un DVD. (PEP – CO1)

[Se nos determos as críticas taurinas de Antonio Lorca, a maioria dos festejos são um tédio onde desfilam tourinhos moribundos. Espero que dentro de 16 ou 20 anos, o senhor Amon e seu filho, para ver uma corrida, tenham que colocar um DVD.]

*(11) En respuesta a tu pregunta: Las corridas de toros son un negocio económico basado en un espectáculo de masas en el que el público paga por ver como maltratan hasta la muerte a un ser vivo. Para mantener el negocio **es necesario mantener un número suficiente de público que pague** . Aquí es donde aparece el crítico taurino. Es una pieza del engranaje. (PEP – CO2)*

[Em resposta à tua pergunta: As corridas de touros são um negócio económico aseado em um espetáculo de massas no qual o público paga para ver como maltratam até a morte um ser vivo. Para manter o negócio é necessário manter um público que pague. Aquí é onde aparece o crítico taurino. É uma peça da engrenagem.]

⁹³ Cf. Hengeveld; Mackenzie, 2008.

No exemplo (10) observa-se a construção de uma situação episódica, definível por uma marcação de tempo absoluto, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 150). Neste caso, a modalidade deôntica escopa, ainda que deslocada da ordem sintática padrão, a noção temporal de sua realização, isto é, a de que o falante espera (deve-se observar a marcação da subjetividade do falante por meio da modalidade volitiva *Espero que*, de correspondência similar em português) que em uma marcação temporal absoluta (16 ou 20 anos) seja instituída e necessidade de recorrer a um DVD para assistir os espetáculos taurinos, por desejar que este seja proibido de realizar-se. Já em (11) o falante busca aludir a um pensamento lógico ou de senso comum para a realização das touradas, afirmando que para que estas continuem, é obrigatória que se tenha um público pagante. Sendo assim, por meio da implementação do EC “manter um público que pague as touradas”, este veicula uma modalidade de efeito mais objetivo, uma vez que não compromete como fonte da modalidade nem a avalia criticamente, mas implementa-a por meio de uma fonte não especificada, a qual confere à situação um caráter de raciocínio lógico.

É possível observar este cruzamento proposto por Olbertz e Gasparini Bastos (2013) nas ocorrências deste estudo na Tabela 4:

Tabela 4 - Escopo da Modalidade Deôntica *versus* Efeito atribuído

			EscopoMD		Total
			Ep	EC	
Efeito Intersubjetividade	Contagem	0	24	24	
	% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%	
	% em escopomd	0,0%	16,3%	15,4%	
	% do Total	0,0%	15,4%	15,4%	
Subjetividade	Contagem	4	27	31	
	% em Efeito	12,9%	87,1%	100,0%	
	% em escopomd	44,4%	18,4%	19,9%	
	% do Total	2,6%	17,3%	19,9%	
Subjetividade não-marcada	Contagem	1	20	21	
	% em Efeito	4,8%	95,2%	100,0%	
	% em escopomd	11,1%	13,6%	13,5%	
	% do Total	0,6%	12,8%	13,5%	
Neutralidade/ Tendência subjetiva	Contagem	1	28	29	
	% em Efeito	3,4%	96,6%	100,0%	
	% em escopomd	11,1%	19,0%	18,6%	
	% do Total	0,6%	17,9%	18,6%	
Neutralidade/	Contagem	3	36	39	

Tendência objetiva	% em Efeito	7,7%	92,3%	100,0%
	% em escopomd	33,3%	24,5%	25,0%
	% do Total	1,9%	23,1%	25,0%
Objetividade	Contagem	0	12	12
	% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
	% em EscopoMD	0,0%	8,2%	7,7%
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
Total	Contagem	9	147	156
	% em Efeito	5,8%	94,2%	100,0%
	% em EscopoMD	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	5,8%	94,2%	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

Ainda que se observe na Tabela 4 uma coerência nas noções estabelecidas pelas autoras, as expressões modais deste estudo geraram alguns exemplos discutíveis em ambos tipos de escopo, que, ao contrastar as noções presentes no arcabouço teórico da GDF, parecem incentivar ainda mais os questionamentos quanto a tais concepções.

Verificaram-se desvios nas duas formas de escopos tomados pela modalidade deôntica, no que se relaciona aos efeitos previstos a ela. No que se refere aos escopos de natureza episódica, ainda que se tenha observado uma tendência geral e já esperada de natureza subjetiva, notificou-se também alguns exemplos de pendor objetivo ao discurso e ao modal. No que se relaciona às modalidades que tomaram por escopo os EC's, as transgressões à proposta das autoras foram variadas, presentes nos distintos matizes de efeito assumido neste estudo, e influenciados pelos diversos elementos delimitados como categorias de análise. Tomem-se os exemplos (12) a (14):

*(12) Por eso, por una mera cuestión pedagógica, primero habrá que hacer entender a la gente que no se puede matar animales por diversión. Del mismo modo, primero se dejó de matar a gente por diversión (o que se mataran entre ellos), luego se **prohibió matar a gente por honor, y finalmente, en los estados modernos, está prohibido matar gente de ninguna de las maneras.** (PEP – COI)*

[Como digo, sua falta de compreensão leitora é premente. Repito o que já disse acrescentando uma comparação: não vais convencer ninguém de que matar animais para comer é ruim enquanto se matam animais para divertir-se. Por isso, por uma mera questão pedagógica, primeira se deverá fazer as pessoas entenderem que não se pode matar animais por diversão. Da mesma forma, primeira se deixou de matar pessoas por diversão (ou que se matassem entre si), em seguida se proibiu matar pessoas por honra, e finalmente, nos estados modernos, é proibido matar pessoas de todas as formas.]

(13) *Dudaria que un toro, si tuviese uso de razon, prefiriese acabar en el matadero que en una plaza. Es por eso que digo que solo los vegetarianos pueden permitirse el lujo de descalificar el toreo con autoridad. (PEP – CO1)*

[Eu duvido que um touro, se tivesse uso da razão, preferisse terminar em um matadouro que numa arena. É por isso que eu digo que somente os vegetarianos podem permitir-se o luxo de desqualificar as touradas com autoridade.]

(14) *No nos cuentes que te estabas mirando al espejo cuando pensaste en el apodo, no es interesande parrondo (bueno, sí lo es). El artículo va sobre la defensa de los toros, que se quieren prohibir por el maltrato y sufrimiento al animal (inciso: si te lo tiene que explicar un iletrado como yo, ¿qué dice eso de tí?. Entonces, querido subcampeón parrondo, ¿no es cierto que tendríamos que incluir también el maltrato de la industria cárnica? (PEP – CO1)*

[Não nos diga que estava olhando para o espelho quando pensou no apelido, não é interessande parrondo (bom, é sim). O artigo fala sobre a defesa das touradas, que desejam proibir por causa dos maus tratos e sofrimento do animal (inciso: se isso deve ser explicado a um iletrado como eu, o que dizer de você?, Então, querido vice-campeão parrondo, não é certo que teríamos que incluir também os maus tratos da indústria de carne?]

Os exemplos (12) a (14) demonstram os desvios encontrados nas expressões deste estudo, no que se relaciona aos pressupostos teóricos adotados. Em (12), o falante narra a proibição histórica da morte por meio da construção episódica, ou seja, a concatenação de EC's proibitivos no que se refere à morte humana, e a marcação temporal absoluta resultante, isto é, *finalmente*. No entanto, acredita-se que esta não possa ser considerada uma expressão da modalidade deôntica de efeito subjetivo, uma vez que o falante se dispõe tão somente à narrativa do ocorrido, não aparentando envolvimento crítico ou pessoal naquilo que descreve.

Os exemplos (13) e (14), por sua vez, destacam a diversidade dos efeitos atribuídos à modalidade que toma por escopo um EC. Em (13), o falante implementa sua opinião subjetiva, declarando como seu o dito de que os indivíduos que não consomem a carne têm permissão para a realização do EC “desqualificar as touradas”. Já em (14), o falante transfere a obrigatoriedade deôntica ao ouvinte, indagando-lhe se não há de igual modo uma obrigatoriedade de acusar a indústria alimentícia de violência similar. Por meio de uma Ilocução de tipo Interrogativa, o falante implementa a responsabilidade não a si mesmo, mas a seu ouvinte, dando à modalidade um efeito intersubjetivo. Desta forma, a natureza do escopo modal não parece ser o único fator determinante do efeito modal, sendo esta uma categoria mais rica.

A partir destas problemáticas, observar-se-ão outros elementos dispostos como categorias de análise do Nível Representacional.

5.3.2 A tipologia dos Estado-de-Coisas

No que diz respeito à tipologia dos Estado-de-Coisas (Dik, 1997), bem como a relação à natureza tipológica dos Estado-de-Coisas e dos Efeitos de sentido atribuídos à modalidade, a análise quantitativa destas duas variáveis cruzadas demonstra uma tendência não categórica desta hipótese, pois, verificada pelo teste de *Qui-quadrado* (presente nos estudos estatísticos ao comprovar tais relações por meio do resultado (0,05), apresentou frequência muito baixa que se mostrasse enquanto via de regra (0,02). É possível observar essa tendência na Tabela 5:

Tabela 5 - Relação entre a tipologia dos Estado-de-Coisas *versus* Efeitos de sentido

		Efeito						Total
		O ⁹⁴	N/O	N/S	SNM	S	I	
EC's	Processo	1	1	1	3	0	0	6
	Ação	11	30	20	13	26	22	121
	Estado	0	5	4	3	3	0	16
	Posição	0	3	4	2	2	2	13
Total		12	39	29	21	31	24	156

Fonte: Elaborado pela autora com base no SPSS.

Ao examinar a Tabela 5, vê-se que os Estado-de-Coisas mais controláveis por parte dos Participantes do discurso (Ação e Posição) efetivamente estão relacionados a um maior número de modalidades de efeito subjetivo, sejam estas mais ou menos marcadas. No entanto, isto de igual modo ocorre com relação aos Estado-de-Coisas menos passíveis de controle (Processo e Estado), não corroborando parte da hipótese anterior. Observe-se os exemplos (15) e (16), que apresentam casos que fogem à hipótese primeiramente suscitada neste trabalho com relação ao cruzamento da natureza [\pm controle] dos EC's e dos efeitos modais:

*(15) Sin ponerme como defensor de animalistas ni de taurinos, está claro que las cosas se **deben** hablar en su apropiada dimensión sin hipérboles ni exageraciones, ¡claro, si es que queremos llegar a puntos de entendimiento!*
(PEP-CO1)

⁹⁴ As siglas dos efeitos consistem, respectivamente, Objetividade, Neutralidade com tendências objetivas, Neutralidade com tendências subjetivas, Subjetividade Não-Marcada, Subjetividade e Intersubjetividade.

[Sem me colocar como defensor de animalistas nem de taurinos, é óbvio que se deve dizer as coisas em sua própria dimensão sem hipérbolos nem exageros. Claro, se quisermos chegar a pontos de entendimento!]

(16) *Se suponía que la película debía disuadirme de mis hábitos toricidas y sanguinarios. Se me planteaba Tauromaquia como un esmerado ejercicio de realidad. (PEP - AO1)*

[Se supunha que o filme devia me dissuadir de meus costumes touricidas e sanguinários. Eu imaginava Tauromaquia como um exercício esmerado de realidade.]

A partir da análise, verificou-se uma variabilidade e diversidade dos efeitos atribuídos à modalidade deôntica de acordo com os tipos de EC's escopados pela modalidade. Os exemplos (15) e (16) ilustram essa quebra da primeira hipótese que previa relacionar os dois aspectos. Em (15), ainda que o falante possua controle parcial sobre o EC escopado (falar as coisas de modo apropriado), este parece objetivizar seu discurso de forma a dotá-lo de valor de senso comum, sendo então um a obrigatoriedade de todos os participantes do discurso em questão. Já em (16), ainda que o processo de dissuasão por parte do filme "Tauromaquia" não estivesse sob o controle do falante, este implementa tal obrigatoriedade de realização da obra como uma opinião ou suposição sua, tornando o discurso mais subjetivo.

Com relação à tipologia dos Estado-de-Coisas para expressão da modalidade deôntica em língua espanhola, foram observados exemplos do EC de tipo "Posição" no exemplo (17):

(17) *Su defensa de la tauromaquia, ¿en qué consiste?, ¿en llenar de frases pomposas y pedantes una celebración que es cualquier cosa menos defendible estética y éticamente? ¿tenemos que tomar por respetables esas imágenes donde se traslada de padres a hijos el amor por semejante horterada aberrante? (PEP - CO1)*

[Sua defesa da tauromaquia consiste em que? Em encher de frases pomposas e pedantes uma celebração que é qualquer coisa menos defensível estética e eticamente? Temos que aceitar como respeitáveis essas imagens onde passa de pai para filho semelhante vulgaridade aberrante?]

Em (17), observa-se a expressão da modalidade deôntica de tipo obrigação por meio do uso do verbo auxiliar perifrástico *tener que (ter que)*. Em (17), o autor questiona a seu oponente se há a obrigatoriedade de um processo de aceitação forçada do discurso protaurino, uma vez que os adeptos das touradas parecem justificar os espetáculos, tido por indivíduos contrários como cruel, principalmente pelo que lhe atribuem uma beleza estética. Ao contestar esse raciocínio, o falante implementa uma pergunta retórica sobre a necessidade de haver uma mudança [+dinâmica] forçada [-controle] quanto à lógica antitaurina,

questionando se um espetáculo considerado por eles vulgar mantém sua validade pela respeitabilidade das imagens. Com relação ao tipo de EC Posição, este parece manter neutro em relação ao caráter objetivo, subjetivo ou intersubjetivo da modalidade deôntica, não havendo influência direta na relação entre sua natureza e o traço modal. Em (17), a Ilocução de tipo Interrogativa parece favorecer mais que qualquer outra coisa a intersubjetividade deôntica neste caso, uma vez que o falante pergunta ao leitor se existe obrigatoriedade de realização do EC de Posição mencionado.

Nos exemplos (18) e (19), é possível observar a implementação dos EC's de tipo Estado:

(18) *Sí, se cuál es. **Hay que** estar muy necesitado para tragarse eso (PEP - CO1)*
[Sim, sei qual é. Há de se estar muito necessitado para engolir isso.]

(19) *No **hay que** ser vegetariano para ver que disfrutar de esa forma es un atraso. Una cosa es alimentación y otra es el ocio.(PEP - CO1)*
[Não tem que ser vegetariano para ver que divertir-se dessa forma é um retardo. Uma coisa é alimentação, outra é ócio.]

Ambos exemplos apresentam manifestação da modalidade deôntica de tipo por meio do verbo auxiliar perifrástico *haber que* (*haver que*), com a diferença de polaridade positiva para o primeiro caso e negativa para o segundo. Em (18), a falante alude a uma suposta obrigatoriedade de um Estado de extrema necessidade para que se possa aceitar um específico documentário antitaurino tido como de baixa qualidade. Neste caso, não se tem a presença de marcas que veiculem caracteres de subjetividade ou intersubjetividade, inclusive pelo fato de o verbo *haber* encontrar-se em sua forma impessoal *hay* (*há*), não havendo marcação de pessoa para o verbo, caracterizando-a enquanto modalidade neutra que tende à objetividade. Já em (19), o falante descarta a necessidade de que a causa antitaurina seja defendida apenas por indivíduos que não comam carne. Neste caso, o falante contesta uma aludida necessidade do estado de vida orientado pela alimentação que condicione um posicionamento social. Igualmente, não são observadas marcas que atribuam a expressão deonticamente modalidade em (19) a qualquer subjetividade do falante, o que parece uma tentativa de neutralização do discurso, com tendências a objetivizá-lo.

Com relação ao EC do tipo Ação, estes se configuram como uma realização do mesmo controlável por parte do Falante ou de outrem e que culmina em mudança de um Estado inicial (*matar animales/matar animais*) a um Final (*para alimentarse*). Pode-se observar a expressão da modalidade deôntica tendo como escopo EC's do tipo Ação nos exemplos (20) e (21):

(20) *Pues para ser mala excusa, no he visto ningún argumento sensato. Vamos, que **hay que** matar animales para alimentarse en pleno siglo XXI porque tú lo digas. ¿Qué pasa, que los vegetarianos se mueren o qué? Lo que pasa es que nos gusta la carne a que sí? (PEP - CO1)*

[Pois para ser uma desculpa ruim, não vi nenhum argumento sensato. Vamos, será que se deve matar animais para alimentar-se em pleno século XXI porque tu assim o dizes. O que há, os vegetarianos morrem ou o que? O acontece é que gostamos de carne, não é assim?.]

(21) *Y no sé si sabeis que el mantenimiento de la tauromaquia nos cuesta 47 pavos al año a cada familia española... a ver por qué c... **tenemos que** pagar la inmensa mayoría de la población esta aberración. O a ver si os creéis que este oscuro negocio se sostiene con lo que pagáis los que vais a la plaza... cada vez menos, por cierto. Sólo en Andalucía, y sólo en marketing protauromaquia (por aquello de que las plazas se están vaciando) el presupuesto invertido equivale a la inversión necesaria para que funcionen durante un año entero diez quirófanos de urgencias en un hospital público capaces de practicar ocho cirugías al día o para pagar empastes a casi diez millones de niños... y seguimos, y seguimos, y seguimos...(PEP - CO1)*

[E não sei se vocês sabem que a manutenção da tauromaquia custa para as famílias espanholas 47 dólares a cada ano... veja só, que m... boa parte da população ter que pagar esta aberração. Ou pode ser que vocês acreditem que este negócio obscuro se sustenta com o pagamento dos que vão à arena... cada vez menos, certamente. Somente em Andaluzia, e somente em marketing prótauromaquia (por aquilo pelo qual as arenas estão se esvaziando), o suposto arrecadado? Equivale ao investimento? Necessário para que funcionem durante um ano dez médicos de urgência em um hospital público capazes de realizar oito cirurgias por dia ou para pagar obturações a quase dez milhões de crianças... e seguimos, e seguimos, e seguimos...]

Em (20), o autor contesta que a necessidade de alimentar-se de carne seja vital e que, para tanto, os seres humanos sejam obrigados a levar a cabo a ação de matar animais que sirvam para fins alimentícios, utilizando de ironia com relação à sobrevivência de vegetarianos. O autor implementa o fato de que os seres humanos matam animais pela necessidade de alimentar-se de carne como uma atribuição do leitor, ao dizer que os assassinatos, por necessidade, só acontecem por “assim ele o diz”. Ao direcionar a implementação do EC de tipo Ação ao ouvinte, age estrategicamente de modo intersubjetivo em (20). Em (21), o falante menciona uma implementação da obrigatoriedade (expressa por meio do verbo auxiliar perifrástico *tener que*) de custear, através de impostos, as touradas. Ao avaliar agressivamente a obrigatoriedade da Ação de pagamento (qué c..., subentendido como um palavrão), a autora emite um posicionamento diante do EC que lhe foi imposto, caracterizando então uma modalidade de tipo subjetiva, na perspectiva deste estudo.

No tocante ao Processo, este se constitui como um EC menos controlável por parte do Falante ou dos indivíduos envolvidos, e apresenta dinamicidade ou mudança entre os estados iniciais e finais dos acontecimentos. É possível observar expressões dos EC's de tipo Processo em (22):

(22) *Mas allá de todo, no creo que sea muy beneficioso para la educación, divertirse viendo como sufre un animal, pagar para que otro lo torture, no sé, yo no le veo lo positivo a esto. Podemos justificar todo, para ello siempre habrá puntos de vistas, pretextos, explicaciones etc, pero veo las imágenes de niños aprendiendo a torear y me dan pena, es como si los **obligaran** a aprender costumbres fuera de época. (PEP - CO2)*

[Além de tudo, não creio que seja muito benéfico para a educação, divertir-se vendo como sofre um animal, pagar para que outro o torture, não sei, eu não vejo isso como algo positivo. Podemos justificar tudo, para isso sempre haverá pontos de vistas, pretextos explicações etc, mas vejo as imagens de crianças aprendendo a tourear e me dão pena, é como se os obrigassem a aprender costumes fora de época.]

Em (22), o falante avalia como penoso, favorecendo claramente a modalidade de tipo subjetivo (uma vez que o fato *lhe* causa pena) da obrigatoriedade de as crianças aprenderem costumes que em sua concepção seriam considerados ultrapassados. A autora fomenta um processo de aprendizagem de conhecimentos hoje desnecessários, avaliando sua obrigatoriedade, posicionando subjetivamente com relação à obrigação de perpassar de dito processo.

Tem-se, em expressão quantitativa, uma predominância clara da tipologia de Ação, frequência já esperada, devido ao caráter diretivo da modalidade deôntica, que leva os Participantes à realização dos EC's. Em seguida, foram escopados EC's de tipo "Estado" e "Posição", que podem estar relacionados às noções de condutas relativas à modalidade. A frequência mais baixa deu-se no EC de tipo "Processo".

5.3.3 O Alvo da avaliação deôntica

No que diz respeito ao Alvo da Avaliação, isto, a natureza do escopo tomado pela modalidade, estes são atribuídos na GDF como orientados-para-o-participante ou orientados-para-o-evento, ambos objetivos, sem que haja comprometimento por parte do Falante na proposição. Percebeu-se uma frequência equilibrada de ambos os tipos, verificável na Tabela 6:

Tabela 6 - Alvo da avaliação da modalidade deôntica

	No.	%
MOP	85	54,5
MOE	71	45,5
Total	156	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

Tem-se na Tabela 6 um uso equilibrado dos tipos de Alvo de avaliação da modalidade deôntica, justificáveis provavelmente pela riqueza argumentativa do tema debatida, as touradas hispânicas, que podem envolver valores de conduta moral de senso comum, ou ainda indivíduos e instituições específicos que estejam envolvidos na problemática cultural instaurada.

A modalidade-orientada-para-o-participante escopa aspectos relativos aos Participantes que possam influenciar o discurso em alguma medida, as relações existentes entre os Participantes de um evento (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 213), e a potencialidade de realização do evento em si, observável em (23):

*(23) Si el Sr. Lorca quiere reflexionar sobre la decadencia de toreo **debería** también echarse una miradita a sí mismo. Sus crónicas són pura palabrería hueca, llena de esdrújulas y vocabulario religioso para vender una épica caducada. (PEP – CO2)*

[Se o Sr. Lor quer refletir sobre a decadência das touradas deveria também dar uma olhadinha em si mesmo. Suas crônicas são puro falatório oco, cheio de palavras chique e vocabulário religioso para vender um épico caduco.]

Em (23), o falante indica a necessidade do autor do AO1 que olhe para si mesmo a fim de avaliar seus textos, asseverando a necessidade de tal atitude por meio do uso do verbo *deber* conjugado no Condicional Simple. Sendo assim, o falante em (24 se coloca em uma posição similar a de um conselheiro, direcionando a modalidade a um alvo específico (o Sr. Lorca).

Já a modalidade-orientada-para-o-evento se presta à descrição objetiva dos eventos, não incluindo a avaliação ou posicionamento subjetivo do Falante no mesmo (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 176).

Pode-se observar a expressão da modalidade-orientada-para-o-evento nos exemplos (24) e (25), a seguir:

*(24) Verano en España. Lujuria de fichajes futbolísticos (¡hay que ver la matraca que están dando con Mbappé y Ceballos!), porque **hay que** llenar los comederos de intermediarios y agentes. Pero, sobre todo, grandes sacrificios de toros en los festejos populares organizados en uno de cada cinco pueblos de España. Cualquier municipio de medio pelo — no digamos las ciudades de tronío— se gasta los euros que no tiene (o que necesita para otros menesteres) en comprar novillos o toros que luego suelen ser sacrificados de forma innoble entre el calor, las moscas tabaneras y la algarabía inmisericorde de los coribantes. Valle Inclán diría que somos un pueblo berebere aficionado a la pólvora de traca y el hartazgo. No hemos sido capaces de inventar una diversión popular menos cruenta que apalea toros o novillos por las calles y darles pasaporte después.*

(PEP - AO4)

[É verão na Espanha. Luxúria de fichamentos de futebol (deve-se ver o falatório que estão fazendo sobre Mbappé e Ceballos!), por que deve-se encher os comedouros de publicitários e agentes. Mas, sobretudo, grandes sacrifícios de touros nos festejos populares organizados em uma de cada cinco cidades da Espanha. Qualquer município de meia tigela - não digamos a cidades de luxo - gasta os euros que tem (e que são necessários para outros menestréis) na compra de novilhos e touros que depois costumam ser sacrificados de forma nada nobre entre o calor, as moscas varejeiras e o alvoroço sem misericórdia dos sacerdotes. Valle Inclán diria que somos um povo berebere obcecado por pólvora de fogos de artifício e fartura. Não fomos capazes de inventar uma diversão popular menos sanguinária do que surrar touros ou novilhos pelas ruas e dar-lhes passaporte depois.]

(25) *España va avanzando poco a poco en muchos temas. Desde luego en el tratamiento del agua, en el hambre y el bocio, incluso en el maltrato animal. Los descabezamientos de gallinas y patos o la cabra arrojada desde una torre aparentemente ya son historia; el toreo se ha prohibido en algunas plazas, aunque el tema sigue en los tribunales; y este verano Baleares **prohibió** la muerte del animal, como Portugal. Las tripas de los caballos ya no se recosen en las plazas.*(PEP – AO3)

[Espanha vai avançando pouco a pouco em muitos aspectos. Desde agora em tratamento de água, fome e bócio, inclusive nos maus tratos animais. Os degolamentos de galinhas e patos ou a cabra lançada de cima de uma torre aparentemente já são história; as touradas foram proibidas em algumas arenas, ainda que o assunto siga nos tribunais; e neste verão Baleares proibiu a morte dos animais, como Portugal. As tripas dos cavalos já não são recolhidas nas arenas.]

Em ambos exemplos, as modalidades de obrigação (expressa pelo verbo auxiliar perifrástico *hay que/há que*) e proibição (expressa por verbo pleno *prohibir/proibir*) escopam fatos ou acontecimentos descritos apenas, sem que haja avaliação do falante quanto às sentenças, fornecendo uma aparente neutralidade com relação à descrição dos fatos. No caso (25), o falante apenas expõe a obrigatoriedade de, no verão, agente publicitário da indústria do futebol trabalharem e, no (26), o falante descreve um acontecimento passado com relação à proibição da morte animal em Portugal.

Neste sentido, o Alvo da Avaliação tampouco parece capaz de limitar as possibilidades de expressão dos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade, que parecem ser mais amplos. Desta forma, partir-se-á a uma análise da polaridade dos enunciados deonticamente modalizados, buscando também nesta uma possível relação com os efeitos de sentido.

5.3.4 A polaridade na modalidade deôntica em língua espanhola

Entende-se, de acordo com Lyons (1977),⁹⁵ que a polaridade pode, em certa medida, interferir nas nuances dos valores modais. Sendo assim, verificou-se, com relação à polaridade modal, uma preferência pela polarização positiva da modalidade, justificável e

⁹⁵ Ver Figura 7.

esperada por uma provável tentativa por parte do Falante em manter o *status* de realidade da modalidade, dando-lhe força de veracidade. Veja-se a Tabela 7:

Tabela 7 - Polaridade modal

	No.	%
Positiva	132	84,6
Negativa	24	15,4
Total	156	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

Observa-se a expressão da modalidade deôntica escopando um EC's de Ações polarizados positivamente em (26):

(26) *Puede usted nombrar a Eros a Tánatos a lo "agónico" o a Quico de las Pelotas. Sólo son eufemismos y palabras para defender lo indefendible y justificar algo que ya no tiene cabida en pleno siglo XXI en ninguna sociedad que se estime medianamente civilizada. Se mire por donde se mire. (PEP - CO1)*

[Você pode nomear o "agônico" ou o Quico das Bolas de Eros ou Tánatos. São somente eufemismos para defender o indefensável e justificar algo que já não tem cabimento em pleno século XXI em nenhuma sociedade que se creia minimamente civilizada. Olhe-se por onde olhar.]

Em (26), o falante uma permissividade de mascarar ou eufemizar os elementos taurinos por meio de outras denominações, atribuindo ao verbo *poder* um fator de realidade, aquilo que é permitido ao ouvinte fazer.

Neste caso, crê-se que uma ordem direcionada ao ouvinte pelo uso do modo Imperativo caracterize uma discreta natureza intersubjetiva da modalidade com relação à série de EC's exigidos do lutador no exemplo dado pelo falante de (26).

Já com relação à polaridade negativa, esta se constitui de uma negação da modalidade instaurada e, uma vez que o EC seja negado, este não pode comprovar-se no campo do real, podendo ser direcionada à noção de fenômenos não realizados, ou hipotéticos, ou ainda desejados.

Pode-se observar uma expressão da modalidade deôntica negativamente polarizada em (27):

(27) *¡Qué triste el artículo del sr. Rubén Amón, y qué triste que El País lo publique en la sección de... CULTURA! Dice que la tauromaquia es una ceremonia que sublima el trance de la muerte(tanatos) desde el diálogo, la dialéctica, que proporciona el contrapeso de la creatividad (eros). Queda "culto" utilizar términos como "tanatos" o "eros" cuando se habla de muerte, sufrimiento, agonía y tortura. No de la propia, sino de la de un ser destinado y criado para*

*morir y padecer (apunta Rubén: "pathos") como deleite de los humanos que asistirán al espectáculo de su "agonía". ¿Dónde queda la grandeza del ser humano? ¿Acaso siglos de inteligencia, progreso, desarrollo... humanidad, no han servido para entender que en una plaza de toros el toro **no puede** elegir su destino? ¿De qué dialéctica habla el sr. Amón si nadie le ha dado la oportunidad al toro de elegir VIVIR Podemos revestir "la fiesta" de luces y vítores. Pero no por eso dejará de ser un espectáculo vergonzante de DOMINACION de un ser (¿inteligente?) sobre otro que nunca quiso acabar su vida en una plaza. ¿O alguien se lo preguntó alguna vez? (PEP - CO1)*

[Que triste o artigo do sr. Rubén Amón, e que triste que o El País o publique na seção de...CULTURA! Ele diz que que a tauromaquia é uma cerimônia que sublima a relação **da morte** (tanatos) desde o diálogo, a dialética, que proporciona o contrapeso da **criatividade** (eros). Fica "culto" utilizar termos como "tanatos" e "eros" quando se fala de morte, sofrimento, agonia e tortura. Não da própria, mas da de um ser destinado e criado para morrer e padecer (aponta Rubén: "pathos") como deleite dos humanos que assistirão ao espetáculo de sua agonia. Onde fica a grandeza do ser humano? Por acaso séculos de inteligência, progresso, desenvolvimento... humanidade, não serviram para entender que em uma arena de touros o touro não pode escolher seu destino? De que dialética fala o sr. Amón se ninguém deu ao touro a oportunidade de escolher VIVER? Podemos revestir "a festa" de luzes e VÍTORES. Mas nem por isso deixará de ser um espetáculo vergonhoso de DOMINAÇÃO de um ser (inteligente?) sobre outro que nunca quis acabar sua vida em uma arena. Ou alguém lhe perguntou isso alguma vez?.]

Em (27), o falante se questiona sobre a proibição dado ao touro quanto à eleição de seu destino, questionando se o EC de Ação 'escolher' não é permitido ao animal. O autor implementa essa negação da permissividade pela lógica antitaurina que o touro é forçado a participar da festividade. Segundo Ramos (1996, p. 2) as perguntas retóricas podem ser definidas como:

enunciados interrogativos em que o LOC⁹⁶ não interroga senão ficticiamente, sem esperar uma informação sobre algo que desconhece, desprovidas assim da exigência de "resposta" por parte do ALOC.⁹⁷ Quando muito, a p.r.⁹⁸ permite a este uma réplica para confirmar ou infirmar as pressuposições activadas no enunciado formalmente interrogativo.

O falante então se questiona quanto à negação da permissão de uma escolha para o modo de vida do animal. Pela estruturação da Ilocução Interrogativa (retórica), mas passível de resposta, é possível categorizar (27) como uma estratégia intersubjetiva da modalidade deôntica de natureza.

5.3.5 A (não)marcação evidencial a Nível Representacional

Por fim, tem-se as tipologias evidenciais restantes, por estarem relacionadas à

⁹⁶ Notação do autor: Locutor.

⁹⁷ Notação do autor: Alocutário.

⁹⁸ Notação do autor: pergunta retórica.

construção das informações com base e diferentes instâncias vinculadas a elas. No caso da evidencialidade de tipo *inferencial*, o Falante infere dita informação a partir dos conhecimentos de que já dispõe, analisando-os criticamente de modo a construir um novo Conteúdo Proposicional desejado:

É possível observar o uso da evidencialidade de tipo “Inferencial” na expressão da modalidade deôntica em (28):

*(28) Pues disfrute, disfrute usted todo lo que pueda en esa Gran Feria de Otoño en Madrid. Mientras tanto, yo también disfruto comprobando que al fin se impuso la cordura tanto en Canarias, como en Cataluña y en diversos Ayuntamientos, cancelando el permiso para torturar unos animales llamados toros. Disfruto pensando que pronto, muy pronto, le llegará el turno a Madrid. Por fortuna, ya **no está permitida** la fiesta de lanzamiento de animales desde el campanario o el degollamiento del pato al trote del caballo. Algo vamos avanzando, ¿no le parece? (PEP - CO2)*

[Pois desfrute, desfrute tudo o que puder nessa Grande Feira de Outono em Madri. Enquanto isso, eu também disfruto comprovando que por fim se impôs a sanidade tanto em Canárias, como em Catalunha e em diversas prefeituras, cancelando a permissão para torturar uns animais chamados touros. Desfruto pensando que breve, muito em breve, chegará a vez de Madri. Por sorte, já não é permitida a festa de lançamento de animais de cima do campanário ou o degolamento do pato a trote do cavalo. Vamos avançando um pouco, não acha? .]

Em (28), o falante menciona um conhecimento prévio da proibição do lançamento de animais de cima dos campanários em cidades hispânicas a fim de aludir a um possível avanço, parecendo posicionar-se da forma favorável à medida. A modalidade deôntica em (28) é expressa pela polarização negativa do valor deôntica da permissividade, levando-o a um caráter proibitivo.

Já a evidencialidade do tipo “Percepção do evento” constitui-se como um testemunho do Falante quanto a EC’s específicos, observável em (29):

*(29) En la Feria de la Peregrina de Pontevedra, asistí a una corrida en barrera porque mi madre de 93 años se empeñó en ir y había que acompañarla (con 93 años, a una madre se le niegan pocas cosas). Pues señor Lorca, como mentiroso, falso, manipulador y fraudulento que, según usted, yo sería, me quedo también con una sola imagen: un manatí de sangre que se elevaba unos 20 centímetros emergiendo del lomo del toro; me llega y me basta solo con esa imagen para reafirmarme como antitaurino, habrá mucho arte en el toreo, pero hay que tener estómago y pocos escrúpulos para aguantar una corrida sentado en barrera. Por otro lado, ignoro cómo serán niños del futuro (no sé a qué viene especular tedenciosamente con futuribles ignotos, algo que también le convierten a usted en mentiroso, falso, manipulador y fraudulento) pero, con pocos años de edad, mi padre nos llevó a una "gran novillada" en Monforte de Lemos a ver torear a Manuel Benítez, el Cordobés; pues bien, **tuvimos que** irnos enseguida porque mi hermano pequeño, de unos cinco años, no pudo soportar el espectáculo. (PEP -*

CO2)

[Na Feira da Peregrina de Pontevedra, assisti a uma corrida da barreira porque minha mãe de 93 anos se esforçou para ir e tinha que acompanhá-la (com 93 anos, pouca coisa se nega a uma mãe). Pois senhor Lorca, como mentiroso, falso, manipulador e fraudulento que, segundo você, eu seria, fico também com uma imagem apenas: um manacial de sangue que se elevava uns 20 centímetros emergindo do lombo do touro; Para mim chega e basta somente essa imagem para me reafirmar como antitaurino, deve haver muita arte na tourada, mas deve-se ter estômago e poucos escrúpulos para aguentar uma corrida sentado na barreira. Por outro lado, ignoro como serão as crianças do futuro (não sei ra quê espeular tendenciosamente sobre futuristas ignorantes, algo que também faz de você em mentiroso, falso, manipulador e fraudulento) mas, com poucos anos de idade, meu pai me levou a uma “grande festa de novinhos” em Monforte de Lemor para ver o toureiro Manuel Benítez, o Cordobês; pois bem, tivemos que ir embora rápido porque meu irmão menor, de uns cinco anos, não pôde suportar o espetáculo.]

O falante em (29) menciona um acontecimento vivenciado em sua infância que o levou a posicionar de forma contrária às corridas de touros: a necessidade de abandonar as festas por não as suportar, caracterizando-as como sangrentas e cruéis. O falante narra o fato, mencionando este como o acontecimento que o leva a um posicionamento social explícito, ou ainda, a uma tomada de atitude forçada pela situação. O exemplo (29) pode causar conflito quanto a uma possível leitura de modalidade inerente, no entanto, como já mencionado, entende-se que a modalidade inerente (como um desdobramento da modalidade facultativa) encontra-se mais bem relacionada a capacidades internas de natureza física do Falante, ao passo que o caso (29) expressa uma obrigatoriedade de comportamento impulsionada pelo contexto.

O último nível a ser observado a seguir será o Nível Morfossintático, a partir das categorias delimitados no capítulo dedicado à metodologia.

5.4 Categorias de análise referentes ao Nível Morfossintático

As categorias de análise definidas para a descrição do Nível Morfossintático se devem à variabilidade de formas de expressão da modalidade deôntica em línguas espanhola e os desdobramentos relativos aos verbos auxiliares e plenos. O Nível Morfossintático, relativo às expressões gramaticais da modalidade deôntica em língua espanhola, dará conta de diferentes porções da língua a fim de se analisar distintos fatores que possam vir a influenciar o caráter da expressão modal. No que diz respeito à oração e ao sintagma, a análise desta se deu devido à necessidade da observação de fatores adjacentes (contextuais) que indiquem ou favoreçam a objetividade, a subjetividade ou a intersubjetividade modal. Com relação aos meios de expressão, serão analisadas formas recorrentes de expressão da modalidade deôntica em língua espanhola com base em trabalhos anteriores (OLIVEIRA, 2015; BATISTA 2013, 2016; VIDAL, 2016). No que tocante às categorias Tempo e Modo verbais, estas se darão por

desdobramentos dos meios de expressão modal Verbos Auxiliares e Plenos.

Por fim, para as categorias de análise do Nível Morfossintático, definido como o nível destinado à produção dos enunciados linguísticos, conforme estabelecido na metodologia:

(i) Às classes de palavra:

a) Verbos Auxiliares; b) Verbos Plenos; c) Adjetivos em posição predicativa; d) Advérbios modais; e) Substantivos; f) Adjetivos modais.

(ii) o tempo verbal, aplicável unicamente às classes verbais das palavras:

a) Presente; b) Pretérito Perfeito Composto; c) Pretérito Perfeito Simples (Indefinido); d) Pretérito Imperfeito; e) Pretérito Mais-que-Perfeito; f) Futuro do Pretérito; g) Futuro Simples; h) Futuro Composto.

(iii) Ao modo verbal, aplicável unicamente às classes verbais das palavras:

a) Indicativo; b) Subjuntivo.

5.4.1 As expressões linguísticas

No que se relaciona às expressões linguísticas utilizadas para a expressão da modalidade deôntica em língua espanhola no *corpus* deste estudo, tem-se a frequência estabelecida na Tabela 8:

Tabela 8 – Expressões linguísticas da MD no *corpus* em LE

	No.	%
Verbo auxiliar	106	67,9
Verbo pleno	31	19,9
Substantivo modal	8	5,1
Adjetivo em posição predicativa	7	4,5
Advérbio modal	2	1,3
Adjetivo modal	2	1,3
Total	156	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

As formas verbais, tanto verbos auxiliares deônticos como verbos de significado pleno, constituíram-se como o meio de expressão mais recorrente para a expressão da modalidade deôntica e juntos, perfazem uma percentagem de frequência superior a 85% das expressões encontradas. A categoria nominal (substantivos e adjetivos) surge em menor

frequência, mas ainda assim mais recorrentes que a categoria adverbial (1,3%).

Em (30) e (31), tem-se o uso dos verbos modais auxiliares e plenos:

(30) *Si nos atenemos a las críticas taurinas de Antonio Lorca, la mayoría de los festejos son una estafa donde se pasaportan toritos moribundos. Espero que dentro de 16 o 20 años, el señor Amón y su hijo, para ver una corrida, **tengan que ponerse un DVD.** (PEP - CO1)*

[Se nos determos as críticas taurinas de Antonio Lorca, a maioria dos festejos são um tédio onde desfilam tourinhos moribundos. Espero que dentro de 16 ou 20 anos, o senhor Amon e seu filho, para ver uma corrida, tenham que colocar um DVD.]

(31) *En los tiempos que estamos la tauromaquia con puya banderillas espada y estoque no se le puede catalogar como un arte mas bien pura tortura, mas que le pese a los aficionados a los toros, es cuetion de tiempo que se **prohiba** matar ni torturar al toro, és de sentido comun. (PEP - CO1)*

[Nos tempos em que estamos a tauromaquia com bandeirinhas e espadas não pode ser catalogada como arte mas como pura tortura, por mais que incomode os fãs de touradas, é questão de tempo a que se proíba atar e torturar o touro, é do senso comum.]

Em (30), pode realizar-se uma análise de parte de sintagmas verbais para atribuir à expressão deontica marcada um caráter de subjetividade (por meio da expressão modal volitiva *espero que*, de tradução similar em português). O autor ironiza discursos favoráveis às touradas, argumentando que estes buscam justificar os festejos atribuindo-lhe um valor menor ao que realmente julgam e menor horror pelo fato do que os touros, ainda segundo discursos pró-taurinos, já iriam morrer de qualquer forma. No entanto, é interessante analisar os sintagmas verbais presentes na sentença seguinte. Primeiramente, o sintagma verbal destinado à expressão da modalidade deontica de tipo *obligação* (Perífrasis Verbal Auxiliar *tener + que + infinitivo*), que se encontra formada pelo verbo *tener*, combinado à conjunção *que*, que tomando como escopo o verbo *ponerse*, constroem o meio de expressão modal de obrigatoriedade. No que diz respeito à natureza de subjetividade atribuível a (30), deve-se observar a porção do sintagma verbal anterior *esperar que*, em que o falante explicita sua expectativa ou desejo com relação à concretização futuro da situação que será mencionada, marcando assim seu posicionamento pessoal (subjetivo), reforçada pelo uso do subjuntivo para o sintagma verbal deonticamente modalizado (*tengan que ponerse*), o que será analisado mais detidamente adiante neste tópico. Deve-se então salientar a necessidade de observar a construção sintagmática isolada, mas não ignorar a expressão oracional, que pode colaborar para as nuances semânticas das expressões deonticamente modalizadas, nuances estas que constituem o foco deste estudo.

Já em (31), pode-se proceder de forma semelhante à análise do exemplo anterior,

mas estando limitada (em parte) à observação atenta tão somente do tipo de expressão *palavra*. Para tanto, a análise deste tipo de expressão se justifica pela existência dos meios de expressão modal dos Verbos Plenos e Advérbios Modais, que expressam por si sós o valor deôntico em questão. Em (31), o falante implemente uma situação futura desejável ou previsível sobre o *status* das corridas de touros no país, o que o leva a construir a situação em que os festejos serão proibidos (modalidade deôntica de tipo *proibição* expressa pelo Verbo Pleno *prohibir*). O verbo em si mesmo traz um valor deôntico da proibição, e, semelhantemente a (31), o modo verbal subjuntivo parece favorecer o caráter subjetivo da modalidade deôntica, uma vez que este é implementado como o modo das hipóteses de desejos dos Falantes (ARAGONÉS; PALENCIA, 2005, p. 120; JACOBI; MELONE; MENÓN, 2011, p. 198; FANJUL, 2014, P. 134).

Os meios de expressão modal são, então, observáveis em (32) a (36):

(32) *Pues **tendremos que** aprovechar a ir antes de que la prohiban: gran Feria de Otoño en Madrid! Ahí verá a algún catalán disfrutando de su afición sin tener que soportar la censura de los presuntos demócratas (PEP - CO2)*

[Pois teremos que aproveitar e ir antes que a proibam: A Grande Feira de Outono em Madri! Aí verei algum catalão desfrutando de seus gostos sem ter que suportar a censura dos metidos a democratas.]

(33) *Mas allá de todo, no creo que sea muy beneficioso para la educación, divertirse viendo como sufre un animal, pagar para que otro lo torture, no sé, yo no le veo lo positivo a esto. Podemos justificar todo, para ello siempre habrá puntos de vistas, pretextos, explicaciones etc, pero veo las imágenes de niños aprendiendo a torear y me dan pena, es como si los **obligaran** a aprender costumbres fuera de época. (PEP - CO2)*

[Além de tudo, não creio que seja muito benéfico para a educação, divertir-se vendo como sofre um animal, pagar para que outro o torture, não sei, eu não vejo isso como algo positivo. Podemos justificar tudo, para isso sempre haverá pontos de vistas, pretextos explicações etc, mas vejo as imagens de crianças aprendendo a tourear e me dão pena, é como se os obrigassem a aprender costumes fora de época.]

(34) *Los niños de hoy no serán los aficionados de mañana; no serán más pacíficos porque conviven con la violencia del fútbol, de la televisión en horario infantil y de los videojuegos, pero rechazarán los toros porque es maltrato; rechazarán la sangre porque es desagradable, y la imagen de la muerte porque **está prohibida**. (PEP - AO2)*

[As crianças de hoje não serão mais os admiradores de amanhã: não serão mais pacíficos porque convivem com a violência do futebol, da televisão infantil e dos video-games, mas desprezarão as touradas porque é mau-trato; desprezarão o sangue porque é desagradável, e imagem da morte por é proibida.]

(35) *Una de las peores excusas que tienen los protaurinos para justificar esta espectáculo es que en la industria cárnica también se matan animales. Pero cómo pretender que se dejen de matar animales para alimentarse cuando aún se matan animales por diversión. Ya hay muchos animales que antes se comían sin muchos*

*problemas que hoy a nadie le entra en la cabeza que se sirvan como comida, caso de ardillas, perros, cigüeñas, flamencos, etc. Primero, habrá que acabar con la "fiesta", que no es una **necesidad** como la alimentación; luego, pasaremos al siguiente escalón. En realidad, la queja de la industria cárnica no es más que un hombre de paja para leudir el debate sobre esta barbarie. (PEP - CO1)*

[Uma das piores desculpas de que dispõem os pró-aurinos para justificar este espetáculo é que na indústria de carne também se matam animais. Mas como querer que se deixem de matar animais para alimentar-se quando ainda se matam animais por diversão. Já existem muitos animais que antes eram comidos sem muitos problemas e hoje não passam pela cabeça de ninguém para servir de comida, como esquilos, cachorros, cegonhas, flamingos, etc. Primeira, haverá que acabar com a "fiesta", que não é uma necessidade como a alimentação; em seguida, passaremos ao próximo escalão. Na verdade, a queixa da indústria de carne não é mais que um espantalho para (eludir, muito provavelmente) evitar o debate sobre essa barbárie.]

*(36) Los niños de hoy no serán mañana, **necesariamente**, más pacíficos, pero sí animalistas (PEP - AO2)*

[As crianças de hoje não serão amanhã, necessariamente, mais pacíficas, mais sim animalistas.]

Nos exemplos de (32) a (36), são verificáveis variadas formas de expressão da modalidade deôntica, de acordo com as categorias de análise delimitadas neste trabalho, bem como igual variedade de sentidos provenientes de diversos fatores. Em (32), pode-se observar um meio de expressão bastante recorrente da modalidade deôntica de obrigação em língua espanhola, o uso dos auxiliares modais como observável ao longo deste estudo e em trabalhos anteriores (PESSOA, 2011; BATISTA 2013; 2016; PRATA E VIDAL, 2014; GONZÁLEZ, 2016; PRATA; OLIVEIRA, 2016, etc.). Em (32), o falante implementa a obrigatoriedade que os indivíduos de aproveitar eventos direcionados a estes na Espanha antes que os mesmos venham a ser proibidos. A utilização do auxiliar *tener que* escopando toda a proposição que se refere ao aproveitamento dos eventos, marca a modalidade deôntica de obrigação, e possui uma maior fluidez nos efeitos de sentido que podem vir a ser causados pela manipulação de certas qualidades próprias aos verbos em geral, isto é, os efeitos de sentido gerados pelo uso do Tempo, Modo e Aspecto verbais, além de outros elementos "externos" ao verbo, como outros termos. Neste caso, pode-se considerar em (32), segundo Mackenzie (2017, p. 50) uma marcação bastante sutil de subjetividade devida a conjugação verbal se dar na primeira pessoa do plural (*nosotros*, equivalente ao *nós* em língua portuguesa), uma vez que a marcação do Falante incluso na modalidade pode favorecer a evidência de um caráter modal subjetivo, ao passo que a terceira pessoa, tanto do singular como do plural, se referem a sentenças de caráter mais objetivo, e a segunda pessoa, igualmente do singular e plural, direcionam uma natureza mais intersubjetiva, por demarcar o posicionamento do Falante ou demandá-lo.

Neste sentido, pareceria possível argumentar que apenas uma análise das conjugações verbais daria conta da delimitação da natureza objetiva, subjetiva ou intersubjetiva da modalidade deôntica, uma vez que estas já apresentam, em boa medida,

indícios dos traços modais expressos. No entanto, não se aceitará plenamente, neste estudo, apenas a desinência verbal como o suficiente para demarcar o caráter da modalidade deôntica, uma vez que, no caso específico de (32), a forma verbal de *tener que* na primeira pessoa do plural (*tenemos que*) evidencia majoritariamente o falante como alvo da obrigação (aquele encarregado de levar adiante a execução do Estado-de-Coisas instituído no discurso), ainda que suavizado pela inclusão dos leitores (nós), mas não o especifica taxativamente como Fonte da mesma, isto é, como aquele que implementa (objetiva, subjetiva ou intersubjetivamente) a obrigação de realização de dito EC, muito menos como alguém que se posiciona opinativamente quanto ao EC instaurado, o que, para este estudo, constitui-se como uma marcação da subjetividade modal. Neste caso, apenas a ideia veiculada em trabalhos como os de Benveniste (1966), Lyons (1977), Palmer (1986), Angheluta (2014), entre outros, de que a modalidade por si mesma já configura uma expressão da subjetividade do Falante se prestaria como suficiente e não haveria a necessidade de discussão quanto às características da mesma, uma vez que não se configuraria como estratégia discursiva, isto é, recursos de construção dos enunciados, mas tão somente a uma característica inerente à modalidade.

Não se procederá, porém, com esta concepção de análise. Utilizar-se-ão os termos *objetividade*, *subjetividade* e *intersubjetividade* como representantes das considerações feitas por Martins e Oliveira [entre 2011 e 2018], que diferenciam, em seu estudo, as noções de *subjetividade* e *subjetivização*, em que a primeira representa uma qualidade inata da modalidade deôntica, em consonância com os estudos mencionados no parágrafo anterior, e a segunda se relaciona às marcas formais ou concretas que evidenciem ditas nuances. A eleição pelo termo *subjetividade* aplicado ao conceito de *subjetivização* parte de uma maior difusão do primeiro, parecendo mais lógico apenas ajustá-lo à uma concepção mais aplicável à análise dos elementos do que inserir segundo, menos conhecido com relação ao primeiro e de grande semelhança, o que pode vir a causar confusão.

Sendo assim, a análise de (32) com relação a marcas que possam caracterizar a modalidade deôntica em questão como uma expressão da opinião do falante não se sustenta peremptoriamente. Há uma ausência de marcas gramaticais mais claras que possam comprovar a natureza subjetiva do caso, além de ditos fatores contextuais (a natureza do gênero *webcomentário*, a relação dos comentários com os textos de natureza opinativa e a própria natureza modal, que por si só não será suficiente para definir a natureza semântica dos casos deste estudo). Por conseguinte, apenas a flexão verbal indica qualquer traço formal de

individualidade, e, se necessário fosse dispor (32) em um *continuum* modal,⁹⁹ seria possível encaixá-la no limiar *objetividade-subjetividade*.

Em (33), tem-se a expressão da modalidade deôntica de tipo *obrigação* expressa pelo Verbo Pleno *obligar*. Este caso também parece refutar a proposta de Mackenzie (2017) com relação às pessoas verbais, pois, ainda que conjugado na terceira pessoa do plural (*los obligaran*, traduzível para português, *os obrigassem*), o contexto que permeia o verbo apresenta marcações que parecem orientar a uma clara subjetividade modal, como as porções textuais precedidas das expressões “*no creo*” (não acho, que demarca a opinião do falante), “*veo*” (vejo, que demarca a percepção do falante) e “*me dan pena*” (me dão pena, que demarca o sentimento do falante como relação a dito EC), o que a encaixaria como uma expressão da modalidade deôntica aparentemente mais subjetiva que (32), não obstante a conjugação verbal. Neste caso, ainda que o falante busque desatrelar-se da implementação da obrigação de “aprender costumes fora de época”, este não o consegue, pois a expressa como hipótese (*es como si*, em tradução livre ao português, *é como se*) e, ao não atrelá-las a Indivíduos ou Instituições que não ele próprio, torna inevitável a conclusão de que tal hipótese de obrigatoriedade pertence ao próprio falante.

Os casos (34) e (35), salvo as características dos gêneros a que pertencem (Artigo de Opinião e Comentários *On-line*) não apresentam marcas gramaticais de expressão da subjetividade modal, o que lhes confere um caráter neutro, com pendores de objetividade. No caso de (34), o falante instaura um EC de futuridade devido ou *status* proibitivo das touradas (expresso através do Adjetivo Modal *prohibida* em função predicativa do verbo de ligação *estar*), EC não auto-atribuído, mas implementado pela força das circunstâncias. A proibição da chamada “imagem da morte” através dos espetáculos taurinos implementa um conjunto de comportamentos e situações, mas sua concretização não é atribuída a nenhum indivíduo, entidade ou instituição específica, além de, explicitamente, o falante não se expressar com respeito à veiculação de dito EC proibitivo (ainda que se possa subentender pela utilização de recursos discursivos como a ironia). Neste caso, o adjetivo modal parece se prestar à expressão de uma modalidade deôntica eminentemente objetiva.

Em (35), é utilizado o substantivo modal *necesidad* (*necessidade*) a fim de exprimir a primazia da proibição das touradas ante protestos contra a indústria de carne, por argumentar que esta, grosso modo, indispensável ao ser humano, ao contrário do primeira, que se caracteriza como maus tratos animais para a diversão de dado público. O substantivo

⁹⁹ Vide Figura 8.

em si, de igual modo aos demais meios de expressão, depende da presença ou ausência de elementos acessórios para direcionar seu sentido a um efeito mais objetivo, subjetivo ou intersubjetivo. Neste caso, discretas marcações podem favorecer a subjetividade modal, como a utilização do tempo verbal Futuro, que pode expressar, além da noção de futuridade, a ideia de uma hipótese no futuro (JACOBI; MELONI; MENÓN, 2011, p. 245). Nesta lógica, pode-se considerar a hipótese como uma avaliação do falante com relação à (im)possibilidade de realização do EC implementado, o que parece favorecer uma leve subjetividade modal.

O último meio de expressão definido como categoria de análise para este trabalho são os Advérbios Modais, que em (36) atua de modo semelhante ao Adjetivo Modal analisado em (35), quiçá por pertencer ao mesmo texto. Igualmente, o autor implementa um prospecto futuro sobre o comportamento das crianças que não conviverão com a realidade das touradas e, por isso, ainda que não sejam pacíficas por exposição a outros fatores de violência,¹⁰⁰ serão consideradas o que o autor denomina “animalistas” por defenderem a causa animal. No entanto isso não se dará por sua opinião ou posicionamento, mas por força das circunstâncias (considera-se o advérbio implementador de circunstâncias),¹⁰¹ sendo estas não atribuídas ao falante ou a qualquer indivíduo marcado, o que permite a classificação de (35) como uma expressão modal de natureza eminentemente neutra, de aptidão objetiva.

5.4.2. Os tempos verbais

No tocante aos tempos verbais definidos como categorias de análise deste estudo, considerou-se imprescindível a inclusão de todos os tempos verbais presentes em língua espanhola (LLORACH, 1994; JACOB; MELONE; MENÓN, 2011), por oferecerem uma rica observação dos efeitos de sentido derivados de sua manipulação nos verbos modais auxiliares e plenos, bem como os adjetivos modais em posição predicativa.

Quanto à frequência, deu-se uma esperada predominância do tempo Presente, pois, como já mencionado em estudos anteriores (BATISTA, 2016, p. 68) a este tempo verbal se atribui valor de verdade atemporal, reforçando sua legitimidade. Os demais tempos verbais parecem dedicar-se à expressão de preteridade ou futuridade do discurso e, em caso de estratégias pragmáticas (o uso do *Condicional Simple*, por exemplo), parecem prestar-se à asseveração ou mitigação do valor modal instaurado. Não foram registradas expressões da

¹⁰⁰ Vide exemplo (36).

¹⁰¹ Cf. Alarcos Llorach (2000, p. 128).

modalidade deôntica por meio de verbos conjugados no Futuro Composto ou Pretérito Mais-que-perfeito da língua espanhola, por crer-se usos menos recorrentes do cotidiano da língua. Observe-se a frequência de tempos verbais na Tabela 9:

Tabela 9 - Tempos verbais dos verbos deonticamente modalizados

	No.	%
Presente	96	61,5
Condicional simple	25	16,0
Não se aplica	13 ¹⁰²	8,3
Futuro simple	10	6,4
Pps ¹⁰³	5	3,2
Pretérito imperfecto	5	3,2
Ppc ¹⁰⁴	2	1,3
Total	156	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

Iniciando pelo tempo verbal Presente, tem-se (37):

(37) *En respuesta a tu pregunta: Las corridas de toros son un negocio económico basado en un espectáculo de masas en el que el público paga por ver como maltratan hasta la muerte a un ser vivo. Para mantener el negocio es necesario mantener un número suficiente de público que pague . Aquí es donde aparece el crítico taurino. Es una pieza del engranaje. **Tiene que** vocear a los cuatros vientos que lejos de ser inmoral pagar para ver el sufrimiento de un animal es muy sofisticado, místico, culto, intelectual y guay . Y cada vez se lo cree menos gente porque va menos gente a las plazas. Afortunadamente.(PEP - CO2)*

[Em resposta à sua pergunta: A tourada é um negócio econômico baseado em um espetáculo de massa em que o público paga para ver como eles maltratam um ser vivo até a morte. Para manter o negócio, é necessário manter um número suficiente de público pagante. É aqui que o crítico de touradas aparece. É uma parte do equipamento. Ele tem que gritar aos quatro ventos que, longe de serem imorais a pagar para ver o sofrimento de um animal, é muito sofisticado, místico, culto, intelectual e legal. E toda vez que é criado menos pessoas, porque menos pessoas vão para as praças. Felizmente.]

Em Batista (2016, p. 68), tem-se que o tempo Presente apresenta noções tanto de futuridade, como de momentos presentes e passados próximos, apresentando, além disso, características de continuidade e atemporalidade. Sendo assim, ainda que este seja o tempo verbal com menor desdobramento com relação à formação e ao aspecto verbal, caracteriza-se como um tempo verbal bastante flexível no que se relaciona à sua utilização ou

¹⁰² A razão pela qual foi obtido um número diferente para os casos nos quais os tempos verbais não se aplicam se deu pela ocorrência de um verbo modal em infinitivo.

¹⁰³ Pretérito Perfeito Simples.

¹⁰⁴ Pretérito Perfeito Composto.

aplicabilidade. Em (37), o falante menciona uma tentativa de construção do *status* de obrigatoriedade da condição do crítico taurino de promover a festividade, em que este é forçado pelo sistema de publicidade das touradas ou quaisquer outros elementos relativos à tradição taurina. No que se relaciona ao tempo verbal, este parece legitimar a visão do crítico como coparticipante do festejo como algo instituído, convencionalizado ou atemporal, sentido efetivamente atribuído ao tempo verbal Presente.

Podem-se observar distintas formas de expressão do tempo passado nos exemplos (38) a (40):

*(38) Como digo, su falta de comprensión lectora es acuciante. Se lo repito añadiendo un símil: no vas a convencer a nadie de que matar animales para comer está mal mientras se matan animales para divertirse. Por eso, por una mera cuestión pedagógica, primero habrá que hacer entender a la gente que no se puede matar animales por diversión. Del mismo modo, primero se dejó de matar a gente por diversión (o que se mataran entre ellos), luego se **prohibió** matar a gente por honor, y finalmente, en los estados modernos, está prohibido matar gente de ninguna de las maneras. (PEP - CO1)*

[Como digo, sua falta de compreensão leitora é premente. Repito o que já disse acrescentando uma comparação: não vais convencer ninguém de que matar animais para comer é ruim enquanto se matam animais para divertir-se. Por isso, por uma mera questão pedagógica, primeira se deverá fazer as pessoas entenderem que não se pode matar animais por diversão. Da mesma forma, primeira se deixou de matar pessoas por diversão (ou que se matassem entre si), em seguida se proibiu matar pessoas por honra, e finalmente, nos estados modernos, é proibido matar pessoas de todas as formas.]

*(39) Por cierto, El País cancela los comentario en los artículos antitaurinos por regla general. El último, de Berna González Harbour, era un pésimo refrito del que **no pudimos** dar nuestro parecer. A ver si de aquí en adelante podemos, gracias! (PEP - CO2)*

[Certamente, El País cancela os comentários nos artigos antitaurinos como via de regra. O último, de Berna González Harbou, era um péssimo requentado sobre o qual não podemos dar nosso parecer. Vamos ver se daqui em diante poderemos, obrigado(a)!"]

*(40) Por otro lado, ignoro cómo serán niños del futuro (no sé a qué viene especular tedenciosamente con futuribles ignotos, algo que también le convierten a usted en mentiroso, falso, manipulador y fraudulento) pero, con pocos años de edad, mi padre nos llevó a una "gran novillada" en Monforte de Lemos a ver torear a Manuel Benítez, el Cordobés; pues bien, **tuvimos que** irnos enseguida porque mi hermano pequeño, de unos cinco años, no pudo soportar el espectáculo.(PEP - CO2)*

[Por outro lado, ignoro como serão as crianças do futuro (não sei ra quê espeular tendenciosamente sobre futuristas ignorantes, algo que também faz de você em mentiroso, falso, manipulador e fraudulento) mas, com poucos anos de idade, meu pai me levou a uma “grande festa de novinhos” em Monforte de Lemor para ver o toureiro Manuel Benítez, o Cordobês; pois bem, tivemos que ir embora rápido porque meu irmão menor, de uns cinco anos, não pôde suportar o espetáculo.]

Os exemplos de (38) a (40) apresentam a expressão da modalidade deôntica por meio de verbos modais conjugados no Pretérito Perfecto Simple da língua espanhola, ou ainda

Pretérito Indefinido, equivalente ao Pretérito Perfeito em língua portuguesa. O tempo verbal supracitado é definido em Tobón de Castro e Rodríguez (1974, p. 41) como um tempo de aspecto perfectivo, isto é, de ação não-contínua, delimitado. No caso do Pretérito Perfeito Simples, este se considera como um tempo de ações passadas já concluídas. Os casos (39) e (40) apresentam de igual à expressão da modalidade deôntica de tipo proibitivo (expressas através do Verbo Pleno *proibir* e da Negação do Verbo Auxiliar permissivo *poder*, respectivamente), nas quais ambos falantes mencionam acontecimentos passados, ainda que em distâncias diferentes.

Em (38), o falante constrói um processo de conduta social com relação ao homicídio, mencionando a existência de espetáculos de lutas ou sacrifícios por diversão, argumentando serem estes os primeiros tipos de homicídios a serem vetados, sendo seguidos dos assassinatos por alegada honra e, por fim, mencionando a condenabilidade existente nos estados modernos de homicídios de quaisquer categorias anteriores e possíveis. Cabe salientar que, ainda que se utilizem tempos passados para a expressão da modalidade deôntica, uma futuridade semântica inerente à modalidade deôntica é mantida (LYONS, 1977) uma vez que, em (39) o autor dispõe uma linha temporal sobre as séries de proibições feitas aos homicídios de distintas espécies, dispondo uma futuridade com relação ao acontecimento anterior. A realização da proibição expressa através do Verbo modal Pleno *poder* se configura como futura com relação ao primeiro veto realizado com relação aos espetáculos envolvendo homicídios.

De igual modo, em (39), o falante critica o bloqueio dos comentários *on-line* relativo a textos contrários às touradas.¹⁰⁵ Ainda que não aprecie o texto, o falante menciona a possibilidade de fazer uma avaliação sobre o mesmo por escrito, mencionando que essa não é uma opção fornecida pelo portal, pois os *webcomentarios* relativos ao texto se encontram bloqueados, e solicita a possibilidade de poder comentar em outros textos futuros de mesmo teor. Neste caso, o autor expressa uma proibição por meio de uma negação da permissividade de execução de dita ação (não lhe foi permitido emitir um parecer sobre o texto em questão), o que, configurando como uma obrigação de não fazer (LYONS, 1997), pode-se caracterizar como um EC proibitivo, o que auxiliar na elucidação de possíveis polissemias relativas ao verbo *poder*.

Novamente, com relação à noção de futuridade mesmo com o uso de tempos

¹⁰⁵ Este fato permite compreender o porquê de não serem encontrados comentários nos quatro últimos textos de opinião selecionados para o *corpus* deste estudo. Atribui-se esse fator a um provável bloqueio dos comentários nos textos de setor antitaurinos, o que não é possível de ser comprovado, no entanto.

passados, é possível observar que, inicialmente, o falante implementa a existência de um texto disponibilizado no portal para, depois, mencionar o fato de que o próprio jornal não disponibiliza a ferramenta dos comentários *on-line* por parte dos leitores. Aparentemente, a utilização de tempos passados requer uma contextualização temporal anterior para que se possa manter a noção de futuridade requerida pela modalidade deôntica. Com relação ao caráter da modalidade, não parece crível pensar que o tempo “Pretérito Perfecto Simple” possa favorecer uma natureza de objetividade, subjetividade ou intersubjetividade à modalidade deôntica, se observados os dados tidos por exemplo, uma vez que se presta a uma simples descrição de eventos no passado. É provável que ditos efeitos de sentido, em tais, sejam mais favorecidos por elementos subjacentes, pertencentes a Níveis e Componentes anteriores.

Em (39) e (40), ambos textos não apresentam marcas gramaticais de opinião dos autores frente às informações disponibilizadas. Ainda que em (39) seja possível perceber que o comentário se trata de uma crítica, uma vez que o falante solicita a reversão da situação (*A ver si de aquí en adelante podemos, gracias!*, o que permite uma interpretação de uma subentendida avaliabilidade do EC implementado (em resumo, o falante parece opinar de forma contrária à proibição da expressão de opinião através do bloqueio dos comentários *on-line* no texto mencionado), não existem estruturas específicas no texto que demarquem um posicionamento individual do falante, o que leva as duas expressões mencionadas a uma classificação que pende à objetividade pela neutralização de elementos subjetivos, mas, no que diz respeito ao caso de número (39) embebida de um sutil posicionamento individual.

Em (40), é possível analisar a expressão da modalidade deôntica de obrigação (através do uso do Verbo Auxiliar perifrástico *tener que*) novamente conjugado no “Pretérito Perfecto Simple” ou “Indefinido”. Com relação aos casos anteriores, (39) e (40), esta se comporta de maneira similar, diferindo tão somente no valor modal expresso. De igual modo, o falante constrói uma sequência temporal que vai desde acompanhar sua mãe, ainda que forçado pela idade avançada da mesma, sua visão do espetáculo como um “manancial de sangue”, em suas próprias palavras, que aparentemente serve para embasar sua posição social como contrária aos festejos de touros, até mencionar um segundo acontecimento relativo à festividades desse gênero, o ocorrido em sua infância, pois, em uma novilhada à qual foi levado junto com seu irmão por seu pai, se encontraram obrigados a deixar o local pois a criança não pôde suportar a festa. O falante parece construir esse argumento de modo e contestar argumentos contrários presente ao longo das discussões de que os indivíduos contrários à touradas devem presenciar a festa para que possam argumentar com propriedade,

como é possível observar no exemplo (39). O falante, em (40), procura demonstrar certa experiência em corridas e a impossibilidade de aguentá-las, o que o obrigou (e a seu irmão) a deixarem os festejos. Ainda que conjugado na primeira pessoa do plural, (*nosotros*) *tuvimos que irnos*, de igual forma não se encontram marcas formais do posicionamento do falante com relação à obrigatoriedade de abandonar o espetáculo, o que leva esse trecho a uma classificação mais objetiva. No que diz respeito à noção de futuridade, esta se mantém com relação a ser levado ao espetáculo e, logo em seguida, ter de deixá-lo por seu irmão mais novo não o suportar.

Observem-se os exemplos (41) e (42):

(41) *Jo Jaimito, eres un poco cansino. Tanto que te fijas en lo que escribo, por qué no me haces caso? Si leyeras más (no hace falta hacer surf todos los días) sabrías que has escrito mal reír. Es increíble, ni una frase de cuatro palabras sabes escribir. De verdad, te pones en ridículo (pero eso te lo han tenido que decir mucho eh?) (PEP - CO2)*

[Oh Jaiminho, és um pouco cansativo. Tanto que te aténs ao que escrevo, porque não faz caso de mim? Se lesse mais (não faz falta surfar todos os dias), saberia que escrevestes errado rir. É incrível, nem uma frase de quatro palavra sabes escrever. De verdade, você faz papel de ridículo (mas isso tiveram que dizer-te muito hein?)]

(42) *Ayer, además del esperpento del Parlament catalán, ocurrieron otras cosas en España. Y una fue el estreno del documental Tauromaquia de Jaime Alekos, presentado por Pacma. Su cámara registra imágenes reales de las corridas desde el punto de vista del toro, su terror, su temblor, sus heces y todos los síntomas de humillación del torturado. Sin épica ni bravura alguna, solo provoca compasión. Buñuel captó en Las Hurdes, tierra sin pan (1933) cómo los novios de la zona **tenían que competir por arrancar la cabeza a las gallinas colgadas de una cuerda si querían demostrar su hombría. Si fallaban, volvían a intentarlo hasta quedar con el cráneo en la mano. Era el preámbulo en La Alberca del viaje que le iba a llevar a contar otros atrasos como el bocio extendido, la multiplicación de “enanos y cretinos” debida al incesto y el hambre en esa región extremeña donde el mendrugo de pan, si había, se mojaba en los charcos de un regato sucio y casi agotado. (PE - AO3)***

[Ontem, além do monstro do Parlamento catalão, aconteceram outras coisas na Espanha. E uma delas foi a estreia do documentário Tauromaquia de Jaime Alekos, apresentado por PACMA. Sua câmera registra imagens reais das corridas desde o ponto de visto do touro, seu terror, seu tremor, suas FEZES? E todos os sintomas de humilhação daquele que é torturado. Sem épica nem bravura alguma, provoca apenas compaixão. Buñuel captou nas Hurdes, terra sem pão (1993) como os pretendentes da zona tinham que competir para arrancar a cabeça de galinhas penduradas e uma corda se quisessem demonstrar sua hombridade. Se falhavam, voltavam a tentar até estar com o crânio na mão. Era o preâmbulo na Alberca da viagem que lhe levaria a contar outros atrasos como o bócio, a multiplicação de “anões e cretinos” devido ao incesto e a fome nessa região extrema onde as fatias de pão, se havia, eram molhadas nos charcos de um regato sujo e quase esgotado.]

O exemplo (41) apresenta a única expressão da modalidade deôntica por meio do tempo verbal do *Pretérito Perfecto Compuesto/Pretérito Perfeito Composto* da língua espanhola. Este tempo verbal se difere do *Pretérito Perfecto Simple (Indefinido)/Prétérito*

Perfeito Simplex pelo seu aspecto que, ao contrário deste último, se caracteriza como se caracteriza como *antepresente*, isto é, de ação passada que guarda relações intrínsecas com o presente, através de uma perspectiva de presente inerente ao tempo verbal composto (ALARCOS LLORACH, 2000, p. 166), isto é, de ação não concluída ou terminada. No caso do Pretérito Perfecto Compuesto (PPC), Jacobi, Melone e Menón (2011, p. 144) o caracterizam como um verbo de aspecto passado que mantém certa relação semântica com o presente, em um ciclo de acontecimentos ainda aberto. No caso de (35), encontra-se um comentário bastante crítica sobre falhas de interpretação textual e ortografia por parte do falante algum oponente discursivo. Ao criticar primeiramente deficiências na compreensão leitora do indivíduo em questão, o falante menciona falhas ortográficas na escrita do mesmo, a fim de argumentar que ditos problemas o ridicularizam, e, para provocar o mesmo, diz imaginar que diversas pessoas tiveram de dizer-lhes a mesma coisa. Neste caso, o uso do Pretérito Perfecto Compuesto parece comprovar uma constância no fato de as pessoas serem obrigadas a dizer ao leitor em questão que este se passa por ridículo, o que, pela semântica da conjugação verbal, não parece ter adiantado, uma vez que ainda hoje parece haver essa necessidade (o falante inclusive assume esta posição de ser obrigado a dizer-lhe o que já parece ter sido dito por outros). Igualmente, neste caso, não se encontram marcas formais que caracterizam a subjetividade ou intersubjetividade deôntica, levando a uma interpretação mais objetiva de (41).

Por fim, em (41), encontra-se a expressão da modalidade deôntica de obrigação, expressa igualmente pelo Verbo Auxiliar perifrástico *tener que*, dessa vez em Pretérito Imperfeito, semelhante ao mesmo tempo verbal em língua. Desta feita, o Pretérito Imperfeito em língua espanhola é caracterizado como um tempo verbal destinado, entre outros usos, à descrição de ações, hábitos e descrições físicas e de caráter em passado (DI TULLIO; MALCUORI, 2012, p. 268; GÓMEZ DE ERICE *et al*, 2005, p. 90; ARAGONÉS; PALENCIA, 2005, p. 112; FANJUL, 2014, p. 68), além da expressão de ações concomitantes, em que aquela expressa pelo Pretérito Imperfeito geralmente se apresenta como com finalidade não informada/conhecida ou interrompida (JACOBI; MELONE; MENÓN, 2011, p. 129-131).

Em (42), o falante comenta a inauguração do comentário do discutido comentário *Tauromaquia* que, segundo a argumentação do mesmo, expõe um de diversos comportamentos sociais que podem ser considerados chocantes ou absurdos. Para tanto, menciona um hábito passado de jovens rapazes pretendentes aos noivos serem obrigados a participar de uma espécie de competição que consistiam em degolar aves penduradas em

cordas e, em caso de fracasso, deveriam tentar seguidas vezes até que lograssem o feito. Percebe-se o uso, por parte do autor do texto, de construção e termos com o intuito de chocar, especificamente em pontos como “*Si fallaban, volvían a intentarlo hasta quedar con el cráneo en la mano*” (se falhavam, voltavam a tentar até ficar com o crânio na mão), em que a utilização de termos como “ficar com o crânio na mão” pode vir a trazer choque e enojamento em pessoas sensíveis e desconfortáveis com ditos comportamentos. O autor do texto menciona essa tradição antiga como uma lembrança gerada por cenas provavelmente tidas como cruéis no documentário *Tauromaquia*, o que é reforçado pela menção do fato de esse hábito de degolação de aves ser mencionado inicialmente na obra *La Alberca* junto a uma série de outros comportamentos sociais considerados vetados atualmente, como as relações incestuosas e a falta de higiene e a falta de higiene. Neste caso, o trecho deonticamente modalizado parece se destinar tão somente à descrição de um acontecimento passado, limitando-se a uma narrativa das obrigatoriedades sociais mais antigas, não havendo necessidade, portanto, de marcações formais de posicionamento por parte do falante, o que igualmente caracteriza (42) como uma expressão ‘neutra’, com fins de objetivização discursiva.

Deve-se ressaltar que não foram encontradas expressões da modalidade deôntica em Verbos Auxiliares ou Plenos conjugados no Pretérito Pluscuamperfecto da língua espanhola, similar ao Pretérito Mais-que-perfeito da língua portuguesa. Neste caso, parece lógico considerar a caracterização deste tempo verbal como um tempo de expressão de fatos anteriores a outros acontecimentos passados, e, uma vez sendo considerado um passado anterior a outro, não parece favorecer o aspecto de futuridade da modalidade deôntica, o que poderia justificar a sua baixa ou nula manifestação.

Outra noção de tempo verbal a ser analisada é do Condicional Simple em língua espanhola, correspondente ao tempo Futuro do Pretérito da língua portuguesa. Tal tempo verbal é caracterizado como a expressão de um fato futuro com relação a um tempo passado, encaixável em uma suposta linha temporal em posição intermediária entre as noções de Pretérito e Presente, definido como *pospretérito* (ALARCOS LLORACH, 2000, p. 156) ou *futuro con relación a evento pasado* (JACOBI; MELONE; MENÓN, 2011, p. 253). Além disso, outras funções atribuídas ao Condicional Simple são a expressão de hipóteses ou probabilidades prováveis ou não (poderia ser e (não) é), além da expressão de cortesia em contraposição ao modo verbal do Imperativo, que pode ser considerado como mais direto, se

se contrapõe os exemplos “*Tráigame un vaso de agua*”¹⁰⁶ e “*¿Me trarías un vaso de agua, por favor?*”¹⁰⁷ (JACOBI; MELONE; MENÓN, 2011, p. 253). Diversos fatores relativos à modalidade deôntica podem ser favorecidos pelo uso do tempo Condicional Simple, como a manutenção da noção de futuridade, uma vez que o tempo se configura como futuro em relação ao Pretérito, mas anterior em contraste com o Presente, além da suavização da força ilocucionária (ou mitigação do valor deôntica) através do uso em função de cortesia, bem como um possível favorecimento a efeitos de subjetividade e intersubjetividade modal, como será analisado mais adiante.

Expressões da modalidade deôntica por meio de verbos conjugados em Condicional Simple podem ser vistas nos exemplos de (43) a (45):

(43) *No, no, el debate es la empatía con los animales, incluido los toros. ¿Qué pasa que una vaca de carne sufre menos que un toro bravo cuando lo matan y se lo comen? ¿y un cordero lechal? Lo que pasa es que si el debate lo ampliamos, pues ya la cosa es otra ¿A qué sí? ¿a que entonces te tendrías que llevar todo tu discurso animalista y barato a otro lado? (PEP - CO1)*

[Não, não, o debate é sobre a empatia com os animais, incluindo os touros. O que há que uma vaca de carne sofre menos que um touro bravo quando o matam e comem? E um cordeiro desmamado? O que acontece é que se ampliamos o debate, então a coisa vira outra. Para que então? Para que terias que levar todo o teu discurso animalista e barato a outro lado?]

(44) *Esa pregunta encierra un vulgar moralismo. Al animal le da igual morir de uno u otro modo. **Debería** ser más empático. (PEP - CO1)*

[Essa pergunta contém um moralismo vulgar. Para o animal tanto faz morrer de uma ou outra forma. Deveria ser mais empático.]

(45) *A mi que los animales se mueran o los maten me da completamente igual...Lo que no me parece correcto es que se les haga sufrir por diversión. Los mataderos, los sacrificios en perreras, la caza... me da bastante igual. Pero pinchar, marear y gritar a un animal hasta la muerte por diversion me parece espantoso, ahí incluyo el toreo y las peleas de perros y gallos. En mi opinion **deberian** dejar de subencionarse desde ya y a corto plazo prohibirlas. Infantil e hipocrita?... Como querais, me importa poco, cuando esto se vote iré a votar por su desaparición. (PEP - CO1)*

[Para mim tanto faz se morrem ou os matem... O que não me parece correto é que os façam sofrer por diversão. Os matadouros, os sacrifícios em canis, a caça... para mim tanto faz mesmo. Mas cutucar, tontear e gritar com um animal até a morte por diversão me parece espantoso, e nisso incluo as touradas e brigas de cachorros e galos. Na minha opinião, deveriam deixar de serem promovidas desde agora e a curto prazo proibi-las. Infantil e hipócrita?... Como queiram, me importa pouco, mas quando haja votação sobre isso votarei por seu desaparecimento.]

Em (43), pode-se observar a manifestação da modalidade deôntica de tipo obrigação por meio do Verbo Auxiliar perifrástico *tener que* conjugado em Condicional

¹⁰⁶ Tradução livre: “Traga-me um copo d’água.”

¹⁰⁷ Tradução livre: “Você me traria um copo d’água, por favor?”

Simple. Em (45), o falante parece questionar a aparente parcialidade dos indivíduos contrários às touradas, por colocar-se contra os festejos taurinos mas atuarem de maneira aparentemente indiferente com relação a outros tipos de mau trato animal. Para ele, a lógica antitaurino consiste em não ampliar a discussão, uma vez que os casos são distintos. O falante, então, contesta dito raciocínio, argumentando que discussão deve ser orientada à empatia para com os animais em geral, pois, segundo seu argumento, há igualdade de sofrimento tanto na arena de touros quanto nos matadouros da indústria alimentícia. Partindo desta argumentação, o autor hipotetiza um discurso baseado no raciocínio lógico de que, uma vez que são casos distintos, os antitaurinos parecem questionar-se sobre a falta de necessidade de manter o mesmo discurso nas duas situações. Para tanto, o falante lança mão de um par de perguntas retóricas irônicas (pode-se entendê-las como irônicas a partir da construção do aparente discurso antitaurino definido pelo falante como *animalista y barato*, que provavelmente não seria assim definido por uma pessoa realmente contrária aos maus tratos animais), não qual hipotetiza sobre a obrigatoriedade de transferência do discurso. Atribuindo a ilocução interrogativa ao sujeito que busca atingir, e utilizando o temo Condicional Simple para a expressão de uma hipótese veiculada por dito sujeito, o falante parece orientar a modalidade a um caráter de intersubjetividade, ao criar um contexto em que o ouvinte construiria a sentença mencionada.

Em (44), tem-se o uso do tempo Condicional Simple para expressão irônica com relação à expressão da modalidade deôntica de tipo obrigação (expressa por meio do Verbo Auxiliar *deber*). Neste sentido, o tempo verbo *Condicional Simple/Futuro do Pretérito* perde seu valor temporal e adquire valor de polidez ou cortesia. Neste trecho, o falante critica uma reprovável conduta moralista através da construção de uma pergunta aparentemente tida como maliciosa. Não foi possível ter acesso à pergunta feita pelo participante criticado, uma vez que, por ocasião da coleta do *corpus* deste trabalho, o comentário já havia sido removível elo participante ou pelo próprio portal. Neste caso, o autor argumenta que a pergunta possui malícia por ocasião de, pela ótica animal, a morte, independente do modo que se dê, não tem diferença, provavelmente pelo fato de que distintos meios de matar a um animal levam ao mesmo fim, portanto não fazendo sentido questionar-se sobre as “preferência” dos seres com relação à forma como irão morrer. A partir daí, o autor ironiza a argumentação antitaurina de empatia para com os animais, dando a entender que tal sentimento falta ao seu oponente em debate, e “aconselhando-o” a trabalhar este aspecto, devendo passar a ser mais compassivo com relação aos animais. Neste caso, o uso do verbo em Condicional Simple suaviza (de forma irônica, neste trecho) o valor deôntica, que, se expresso por meio do modo Imperativo,

ainda que sob forma de um conselho (*Sé más empático*), poderia soar como uma imposição autoritária. Sabe-se, em Batista (2016, p. 45), que a hierarquia no contexto dos comentários *on-line* não se constitui como um objeto definido, por oculto das reais identidades e nivelamento das posições devido a uma mesma posição virtual, neste caso de usuários Participantes. Sendo assim, ou falante pode sentir-se desconfortável em dirigir uma ordem direta a outrem, sem garantias de autoridade para tal, para tanto lançando mal de uma estrutura de conselho, ou, como parece ser o caso de (44), fingir proceder assim como estratégia de provocação, em que o falante estrutura seu “conselho” justamente para acusá-lo de não possuir certas qualidades esperadas por seu posicionamento social com relação aos maus tratos animais e aos festejos taurinos. Ainda assim, a construção formal de um conselho, ainda que irônico, põe em destaque um posicionamento que o falante demanda, em certa medida, de seu ouvinte, favorecendo assim um caráter subjetivo da modalidade deôntica em (44).

Já em (45), tem-se o uso da modalidade deôntica de obrigação (igualmente expressa pelo verbo auxiliar *deber* em Condicional Simple) para a expressão de uma opinião quanto à constituição hipotética de um EC específico (incentivo às touradas). O falante menciona um posicionamento diferente quanto à forma de morte de um animal, afirmando que o fator que lhe incomoda é um tratamento aparentemente não digno ao animal (provocar e gritar com o animal até sua morte) por alegada diversão não se constitui para ele como uma atitude louvável. O autor reforça que, em sua opinião, esta tradição não deve ser estimulada, afirmando que, até onde possa atuar, se posicionará a favor do fim da festividade. Uma vez que a realização do EC mantém-se como uma hipótese direcionada aparentemente para o futuro, o autor para esclarecer sua falta de autoridade para tomar medidas de controle por si só, neste caso suavizando a força do valor deôntico instaurado, primeiramente por meio do uso do tempo Condicional Simple, pois, segundo Vatrican (2014, p. 254) o uso do chamado ‘Condicional de modéstia ou cortesia’ por meio do tempo verbal Condicional desatrelado à noção de factualidade (potencialidade ou realidade) auxilia na suavização da força de uma petição ou afirmação, afirmando que a cortesia configura-se como uma tentativa de não afetar negativamente a imagem do Ouvinte, postulando a ação como dependente deste, em uma estratégia de respeito e consideração pelo Ouvinte (VATRICAN, 2013). Além deste aspecto, o uso da expressão *en mi opinión* (na minha opinião) demarca o posicionamento do falante com relação à construção de um EC futuro, aparentemente, auxilia na suavização da expressão deôntica, bem como favorece um caráter subjetivo à modalidade deôntica de obrigação expressa em (45). Não se entende, neste contexto, o exemplo em questão como

expressão de modalidade volitiva, pois esta não é expressa a partir de uma apenas influenciada apenas pela deseabilidade de instauração do Estado-de-Coisas, mas também por um sentido geral de regra de conduta governamental a ser tomada no futuro.

No que diz respeito aos tempos verbais, por fim, é possível analisar a expressão da modalidade em Verbos Auxiliares e Plenos conjugados em tempos de futuro. O tempo futuro é definido como a expressão de fatos ocorridos ou imaginados em situação posterior ao Presente (DI TULLIO; MALCUORI, 2012, p. 271; GÓMEZ DE ERICE *et al*, 2005, p. 86; FANJUL, 2014, p. 88). Com relação à modalidade deôntica, a noção de futuro pode vir a elevar e demarcar mais fortemente sua natureza de futuridade, por implementar EC's desejáveis (relação estrita com a volitividade, aquilo que pertence ao desejo dos indivíduos) ou socialmente requerido (normas de conduta, de maior essência deôntica).

Pode-se observar a manifestação da modalidade deôntica de verbos modais em futuro nos exemplos (46) e (47):

*(46) Seguid en Matrix si quereis. Son partidas destinadas a una actividad que tienen un rechazo social enorme (aunque no os deis cuenta sois minoría) mientras al tiempo se recortan las destinadas al servicios públicos y al medio ambiente. La Administración ya cuida para que pasen por la puerta de atrás. Se trata de datos referidos a sumar partidas públicas destinadas a los festejos taurinos (de publicidad, ayuda directa, adquisición de entradas, derechos de televisiones públicas, etc.)... y olvidais los fondos europeos. Tenéis que hacer las cuentas globales, lo que se ingresa (donde incluí el IVA) y lo que se gasta (dato que la tauromafia se empeña en omitir). Sea como sea, la fiesta se muere. Agoniza como el toro en la plaza. Y en cuanto la UE meta el gran tijeretazo (muy pronto), como os decían por ahí, **tendreis que recurrir al DVD para ver un "espectáculo" así. Podemos morirnos hablando, contraponiendo datos, debatiendo, llenando los foros con miles de mensajes, escribiendo 100 Rubenes Amones sobre la mística del toreo. Pero "la fiesta" muere. Solo queda la estocada final. Buenas tardes. (PEP - CO1).***

[Sigam na Matrix se querem. São recursos destinados a uma atividade que tem um rechaço social enorme (ainda que não percebam, vocês são minoria) enquanto isso ao mesmo tempo se cortam (os recursos) destinados aos serviços públicos e ao meio ambiente. A Administração já cuida para que eles passem pela porta dos fundos. Se trata de dados referentes à soma de recursos públicos destinados aos festejos taurinos (publicidade, ajuda direta, aquisição de entradas, direitos de televisões públicas, etc.)... e vocês se esquecem dos fundos europeus. Terão que hacer as contas gerais, o que entra (onde vocês incluem o IVA) e o que se gasta (dado que a tauromaquia se empenha em omitir). Seja como for, a festa está morrendo. Agonizando como o touro na arena. E assim que a UE meter a grande tesourada (muito em breve), como lhes diziam por aí, vocês terão que recorrer ao DVD para assistir um “espetáculo” assim. Podemos morrer falando, contrapondo dados, debatendo, enchendo os fóruns com milhares de mensagens, escrevendo 100 Rúbens Amones sobre o misticismo das touradas. Mas a “festa” está morrendo. Falta apenas o golpe final. Boas tardes.]

*(47) **Tendrás que ir a una plaza para verlo y así, de paso, podrás saber de lo que hablas. (PEP - CO1)***

[Terás que ir a uma arena para vê-lo e assim, de passagem, saberás do que estás falando.]

Em (46), o falante utiliza a modalidade deôntica de tipo de obrigação (por meio do Verbo Auxiliar perifrástico *tener que* (*ter que*) conjugado em futuro, na segunda pessoa do plural da língua espanhola *vosotros/vosotras*, semelhante à forma *vós* da língua portuguesa), para expressar um EC imaginado para um futuro, através de um mapeamento situacional dos festejos taurinos que, de acordo com o falante, se está desfazendo. O mesmo, então, argumenta que, uma vez extinta a festividade, os indivíduos que sejam favoráveis a ela serão obrigados a recorrer ao DVD (no sentido de que lhes seria permitido, no futuro, apenas a contemplação de festejos já ocorridos e gravados) para que possam satisfazer-se. Para ele, é fato concreto que a festa se desfaz, sendo esperada tão somente a obrigatoriedade de permitirem-se corridas apenas em DVD, isto é, por recursos de gravação. Uma vez que o falante aparentemente expressa um acontecimento que é esperado por ele, mas também previsto pelo desenrolar da situação, parece lógico entender que, neste caso, o uso de tempos futuros favorece levemente a subjetividade do falante, deixando-a clara, mas não taxativa, devido a ausência de marcações externas que explicitem o posicionamento do falante com relação ao discurso enquanto opinião particular e individual do mesmo.

Já em (47) o autor utiliza a mesma estruturação verbal que o caso anterior (desta vez conjugando o Verbo modal na segunda pessoa do singular em língua espanhola, *tú*, semelhante em língua portuguesa), a fim de suscitar ou demandar que seu oponente, que parece ser contrário às touradas, que o mesmo presencie pessoalmente uma festivo taurino para que possa argumentar com propriedade. Neste caso, o falante não parece construir expectativas quanto à ida do leitor, mas parece aconselhá-lo ou simplesmente implementar esta condição para que seja permitido ao leitor uma participação mais efetiva na discussão. Sendo assim, o exemplo (47) não parece expressar um desejo do falante quanto a uma conduta futura, mas tão somente a implementação da obrigatoriedade de certa atitude, o que é reforçado pela ausência de marcações formais que indiquem qualquer posicionamento avaliativo por parte do mesmo. Sendo assim, (47) parece expressar um carácter bastante neutro, com provável pendor à subjetividade. Acredita-se necessário levar em consideração o pendor subjetivo desta expressão levando em consideração as reflexões de Marcuschi (1993, *apud* de Oliveira, 2011, p. 79), entendendo que a língua não pode ser considerada estanque, uma vez que esta se encontra em um *continuum*.

No que diz respeito à expressão da modalidade deôntica por meio do Futuro Compuesto em língua espanhol, de forma semelhante em língua portuguesa, não foram encontrados casos de dito tempo verbal, que é definido em Jacobi, Melone e Menón (2011, p.

295) como um tempo verbal destinado à expressão de fatos anteriores a um tempo futuro, mas posteriores em contraste com o presente, ou ainda se destina à expressão de probabilidades com relação a acontecimentos passados. É possível que, para o primeiro, sua utilização não seja frequentemente requerida pelos Participantes, uma vez que o tempo futuro em si já se apresenta como não concreto, haja um maior distanciamento na construção de um contexto que defina acontecimentos anteriores a ele, mas futuros com relação à presença, o que poderia diluir em demasia a possibilidade de ocorrência do EC, descrevendo-a em essência apesar da falta de garantia de sua efetivação. Além disso, pode o *Futuro Compuesto* caracterizar-se como um tempo de compreensão cognitiva muito complexa o que, em discussões rápidas como as encontradas nos *webcomentários*, pode prejudicar a argumentação do Falante, que provavelmente deve ser compreensível em favorecimento à dinamicidade da interação discursiva entre os Participantes.

5.4.3 Os modos verbais

No que diz respeito aos Modos Verbais, última categoria de análise definida para o Nível Morfossintático, os casos relativos ao modo Indicativo permitiram uma análise aprofundada de seus efeitos de sentido sobre a natureza objetiva, subjetiva ou intersubjetiva da modalidade deôntica. O modo Indicativo pode ser definido, com Alarcos Llorach (2000, p. 154) como o modo que expressa, em linhas gerais, verdades tidas como universais ou pertencentes ao senso comum, acontecimentos habituais, concretos e possíveis, ou ainda estados ou posições socialmente aceitas. Por ser considerado um modo de maior neutralidade em relação ao Subjuntivo, este pode, a depender de fatores subjacentes, fornecer efeitos de sentido às sentenças deonticamente modalizadas, principalmente no que diz respeito aos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade.

Tem-se, então, a frequência quantitativa dos modos verbais, expressa na Tabela 10:

Tabela 10 - Modos verbais dos verbos deonticamente modalizados

	No.	%
Indicativo	132	84,6
Não se aplica	13	8,3
Subjuntivo	11	7,1
Total	156	100,0

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

Como imaginado, a frequência do modo verbal Indicativo deu-se de modo bem mais expressivo (70,5%) que a de Subjuntivo, tendo este frequência de apenas 5,8%, ainda menor que os casos aos quais a noção de modo verbal não se aplicam (verbos não conjugados, substantivos modais, adjetivos, etc.).

Exemplos de expressão da modalidade deôntica com Verbos modais no modo Indicativo são observáveis nos exemplos de (48) a (50):

(48) *Pero a ver, qué quereis?. Lo que **no se puede** hacer es justificar las corridas de toros (una tortura como todos lo sabemos) porque haya mataderos que matan ovejas y vacas. Seria como decir, da igual que haya pobreza en Espana, porque en Africa tambien la hay. (PEP - CO2)*

[Mas então, o que querem? O que não se pode fazer é justificar as corridas de touros (uma tortura como todos sabem) por existem matadouros que matam ovelhas e vacas. Seria como dizer, tanto faz existir pobreza na Espanha, por que na África também existe.]

(49) *El mismo Góngora se quitaría el sombrero ante semejante retórica. **Me permito** comentar lo que más me ha llamado la atención "Eros y Tánatos" (estoy impresionado. Me queda claro que el autor terminó el bachillerato). En cuanto a lo de "uro":¹⁰⁸ ya me gustaría a mi ver a un torero ante un uro, que era un animal diferente, de 1000 kilos, o ante un búfalo moderno aunque fuese. Es tan absurdo llamar uro a un toro, como aztecas a los mexicanos actuales. (PEP - CO1)*

[O mesmo Góngora tiraria o chapéu diante de semelhante retórica. Me permito comentar o que mais me chamou a atenção “Eros e Tánatos” (estou impressionado. Para mim fica claro que o autor terminou a faculdade). Sobre o assunto do Uro: eu adoraria ver um toureiro diante de um Uro, que era um animal diferente, de uma tonelada, ou diante de um búfalo moderno, que seja. É tão absurdo chamar tão absurdo chamar um touro de Uro quanto chamar os mexicanos atuais de astecas.]

(50) *Gran argumento, entonces sólo la mujer **puede** pedir igualdad? Va a ser que no. Temas distintos, no haga un Amon. Industria alimenticia del siglo XXI y disfrutar torturando son temas distintos. (PEP - CO1)*

[Grande argumento, então somente a mulher pode pedir igualdade? Claro que não. Temas distintos, não se faça de Amon. Indústria alimentícia do século XXI e divertir-se torturando são temas diferentes.]

Os exemplos de (48) a (50) fornecem uma visão dessa variabilidade de caracteres de objetividade, subjetividade e intersubjetividade da modalidade deôntica por meio do uso do modo Indicativo. Em (48), por exemplo, é possível observar a instauração do valor deôntico proibitivo (expresso por meio da negação da permissão, pelo uso do Verbo Auxiliar *poder*, semelhante em língua espanhola, com polaridade negativa). Nesse exemplo, o falante contesta o raciocínio protaurino de que os festejos de touros são justificados pela existência de violência semelhante em matadouros, apresentando tal lógica como incoerente e vetada ao debate (proibida), justificando que, por meio desse raciocínio, é possível justificar a pobreza

¹⁰⁸ Uro é uma espécie de bovino pré-histórico semelhante ao boi.

em um continente pela existência de pobreza em outro.

O uso do modo Indicativo em (48) coloca a noção *não poder justificar uma violência pela existência de outra* como algo estabelecido pelo senso comum da sociedade, em que uma má atitude não pode ser de explicação à outra, o que parece fornecer ao discurso força de verdade universal, algo que não deve ser contestado e, pelo mesmo motivo, não deve ser usado como argumento por parte do sujeito a quem o falante se dirige. Pela necessidade de instituir seu argumento de uma conduta socialmente reprovável e não a simples expressão de sua opinião, o falante no apresenta, em seu discurso em (48), marcas que evidenciem sua avaliação quanto ao dito, nem demanda que tal conduta seja avaliada ou corroborada pelo falante, apenas a menciona como forma de argumentar, de modo a constranger o ouvinte de que a atitude tomada por ela não aprovável na sociedade que se encontram inseridos. Portanto, em (48), parece possível afirmar que uso do modo Indicativo como expressão de argumentos dotados do valor de verdade universal, e unido à ausência de marcas avaliativas do falante ou do ouvinte, aparentemente neutralizam o discurso, o que, neste caso, pode consistir em uma tentativa de objetivizá-lo.

Já em (49), o falante critica o Artigo de Opinião 1 (ou *AOI*), aos quais os Comentários *On-line 1* (ou *COI*) se referem. O falante busca expressar o fato de permitir-se (expressão da modalidade deôntica de permissão por meio de Verbo Pleno), a fim de mencionar o trecho mais chamativo do Artigo para ele, sendo a utilização de termos ‘Eros’ e ‘Tanátos’, entidades representadas na arte da tourada. O falante comenta, ironicamente, que a capacidade de uso de ditas expressões para evidenciar um grau mais elevado de leitura por parte do autor do Artigo, atribuível a uma formação superior. Crê-se em tal declaração como ironicamente por não se constituir uma via de regra, provavelmente sabida pelo falante, reforçada pela expressão do falante de estar impressionado, o que não parece coerente com o fato de, pela lógica do falante, um indivíduo de formação superior possuir maior grau de leitura. No que diz respeito à construção deôntica, o uso do modo Indicativo se destina à expressão de um fato concreto e realizável, passível de execução por encontrar-se dentro das capacidades do falante (permitir-se comentar). Além disso, elementos posteriores de marcação da avaliação e posicionamento do mesmo quanto ao discurso proferido pelo autor do artigo (o falante menciona sua dedução quanto à formação superior devido ao nível de sua erudição, afirmando que, em sua opinião ou percepção tal fato está claro), reforçada pelo uso do modo Indicativo como menção das capacidades do falante (ele permite a si mesmo por possuir vênias para fazê-lo), além da conjugação na primeira pessoa do singular *yo* em língua espanhola, equivalente ao *eu* da língua portuguesa (que, como já mencionado, por si só não

seria suficiente para categorizar a modalidade deôntica como objetiva, subjetiva ou intersubjetiva mas, em combinação com outros elementos como os explicitados, podem orientar mais claramente tal classificação), aparentemente favorecem uma maior subjetividade por parte do falante em (49).

O exemplo (50) surge como uma resposta a um comentário anterior, reproduzido a seguir:

Comentario: *Soy gallego y para mi los toros es un arte alienígena. Ahora bien, considero que solo los vegetarianos tienen la autoridad suficiente para exigir que se ilegalice el toro.*

[Sou galego e para mim as touradas são uma arte alienígena. Agora sim, considero que somente os vegetarianos têm autoridade suficiente para exigir a ilegalidade das touradas.]

Sendo assim, o exemplo (50) contesta o raciocínio implementado pelo comentário acima, por acreditar que limita e especifica em demasia os posicionamentos sociais para aqueles que experimentam pessoalmente problemas com concepções sociais já cristalizadas em cada sociedade. O exemplo fornecido pelo falante constitui-se no questionamento quanto à permissividade única e exclusiva da mulher por conclamar igualdade social, devido a problemas de preconceitos e assédios provavelmente sofridos pelas mulheres na Espanha, como em diversas outras sociedades. Ainda que o Verbo modal ‘poder’ seja capaz de gerar conflito quanto à sua classificação modal (entre epistemicidade, facultatividade ou deonticidade), parece mais coerente argumentar a partir da possível paráfrases “então somente às mulheres lhes é permitido exigir igualdade?”, uma vez que é a posição social da mulher enquanto sofredora de preconceitos e outros males que a coloca em posição de autoridade para tanto. Também é possível manter esse raciocínio pelo comentário ao qual o exemplo (50) rebate, que menciona a opinião do falante de que apenas os vegetarianos possuem *autoridade* para solicitar o processo de proibição das touradas. Deve-se salientar que é a modalidade deôntica uma das modalidades mais estritamente vinculadas à noção de autoridade e hierarquia, por instaurar EC’s relacionados a noções de condutas que devem ou não ser seguidas. Sendo assim, crê-se possível catalogar o exemplo (50) como uma expressão da modalidade deôntica de tipo permissão, expressa pelo Verbo Auxiliar *poder*.

Em (50), o falante busca rebater a lógica de seu oponente questionando-lhe se uma situação similar à implementada por ele é considerável válida, ou algo concreto social, que se dá na realidade da sociedade espanhola (daí a utilização do modo Indicativo, provavelmente), lançando mão de uma pergunta retórica, à qual o mesmo responde negativamente, afirmando tratar-se de “casos diferentes” discutir a indústria alimentícia e o que o falante menciona como “divertir-se torturando”. Nesse caso, ainda que pergunta perfaça

o caráter retórico, o falante se vale do tipo de Ilocução interrogativa que, como já mencionado no tópico de análise do Nível Interpessoal, favorece geralmente a modalidade de caráter intersubjetivo. Além disso, apesar de o questionamento retórico já haver sido respondido pelo próprio falante, existe a possibilidade de contestação ou concordância por parte do leitor em questão (a quem o falante em (50) se dirige, o que demonstra uma caracterização intersubjetiva da modalidade deôntica no exemplo (50), no qual o falante pode ou não demandar reflexão, avaliação e posicionamento formalmente expresso do leitor a que se dirige).

Vê-se então que a variabilidade semântica do modo Indicativo e observação de elementos pertencentes ao mesmo Nível ou a Níveis e Componentes distintos propostos na teoria da GDF possibilita uma fluidez das estratégias atribuíveis à modalidade deôntica em língua espanhola.

Observa-se também a expressão da modalidade deôntica por meio do uso de Verbos modais no modo Subjuntivo, definível como o modo das hipóteses, dúvidas, incertezas, desejasibilidades e juízos de valor dos Participantes da interação discursiva (BELLO, 1891, p. 192; ARAGONÉS; PALENCIA, 2005, p. 144; FANJUL, 2014, p. 134; JACOBI; MELONE; MENÓN, 2011, p. 198). Notoriamente, pela definição dos termos verbal, é possível hipotetizar que o modo Subjuntivo favoreça, no mínimo, o caráter subjetivo da modalidade deôntica em língua espanhola, não sendo, obviamente, via de regra.

Exemplos relativos à expressão da modalidade deôntica em língua espanhola por meio de Verbos modais no modo Subjuntivo são observáveis nos exemplos (51) e (52), dispostos a seguir:

*(51) Pues tendremos que aprovechar a ir antes de que la **prohiban**: gran Feria de Otoño en Madrid! Ahí verá a algún catalán disfrutando de su afición sin tener que soportar la censura de los presuntos demócratas (PEP - CO2)*

[Pois teremos que aproveitar e ir antes que a proibam: A Grande Feira de Outono em Madri! Aí verei algum catalão desfrutando de seus gostos sem ter que suportar a censura dos metidos a demócratas.]

*(52) Terrible artículo, de verdad, terrible. El hecho de querer justificar o hacer ver menos delictivo un crimen hacia los animales como es el toreo, a través de la distracción con otras torturas animales (como en los mataderos, no menos importante desde luego) me parece un estrategia patética por parte del autor de este artículo nefasto y poco enriquecedor. Es un intento de edulcorar un crimen con otro, disipar el punto de mira sobre el asunto que propio autor expone como central en su artículo. Qué poca inteligencia argumental!. De verdad, lamentable. Hay que condenar enérgicamente el mal llamado 'arte' del toreo y definirlo como lo que es: un asesinato de seres vivos, que **debiera** ser penado y castigada*

cualquier forma de simpatía hacía esa práctica vergonzosa y criminal. Y si quiere el autor hablar de las torturas, hablemos por supuesto, pero cada tema en su debido cauce y no con la finalidad de defender los indefendible y confundir a los lectores. Por favor reflexione antes de escribir . (PEP - CO1)

[Artigo terrível, realmente, terrível. O fato de querer justificar ou cometer um crime contra animais, como as touradas, é menos criminoso, através da distração com outras torturas de animais (como matadouros, não menos importantes, é claro) para mim parece ser uma estratégia patética por parte do autor. deste artigo ameaçador e não muito enriquecedor. É uma tentativa de adoçar um crime com outro, de dissipar o foco no assunto que o próprio autor expõe como central em seu artigo. Que pouca inteligência na trama! Muito lamentável. Devemos condenar veementemente a chamada "arte" das touradas e defini-la como é: um assassinato de seres vivos, que deve ser punido e punido qualquer forma de simpatia por essa prática vergonhosa e criminoso. E se o autor quiser falar sobre tortura, vamos falar, é claro, mas cada questão no devido tempo e não para defender o indefensável e confundir os leitores. Reflita antes de escrever.]

Em (51), instaura-se um comentário já analisado anteriormente, mas com relação à modalidade deôntica do tipo obrigação. Recuperado em (51), o mesmo se destina dessa vez a observar a expressão da modalidade deôntica de proibição conjugada no modo Subjuntivo para expressão de um EC hipotético em futuro. O falante implementa a necessidade de aproveitamento imediato dos eventos protaurinos tendo em vista a implementação prevista de uma proibição dos mesmos futuramente, argumentando que, momentaneamente, é nestes eventos que os sujeitos partidários aos festejos taurinos se encontram protegidos das censuras de pessoas “metidas a democratas”, e palavras do mesmo. Ao prever dita proibição, o falante a concebe como provável ou imaginado, não apresentando, no entanto, deseabilidade como relação à mesma, pelo contrário. O exemplo (51) serve para comprovar o fato de já mencionado de que o modo Subjuntivo não favoreceria categoricamente a expressão da modalidade deôntica de caráter subjetivo, em relação de um para um. Neste caso, o autor, por não marcar formalmente sua opinião quanto à futura proibição imaginada e muito menos demandar ou questionar posicionamentos de quaisquer leitores emite, neste caso, uma expressão deonticamente modalizada de caráter neutro, com tendências eminentemente objetivas.

No que diz respeito ao exemplo (52), este pode vir a oferecer uma discussão maior quanto ao efeito gerado pelo uso do modo Subjuntivo. Em (52), há a expressão da modalidade deôntica do tipo obrigação que, neste contexto, é traduzível pela forma do verbo *dever* no Futuro do Pretérito em língua portuguesa (*deveria ser abolido*). O falante utiliza dita forma verbal a fim de explicitar sua opinião sobre qual deveria ser o *status* atual das touradas na Espanha, mencionado que estas não podem ser justificadas pela existência dos matadouros, que respondem à indústria alimentícia, ao passo que os festejos taurinos se encontram mais bem relacionados à indústria do entretenimento. Neste caso, o discurso em (52) é permeado

pela opinião do falante, marcada na expressão “*me parece*” (traduzível ao português por *me parece que, eu acho/penso que...*). Devido à marcação mencionada, reforçada pelo uso do subjuntivo para expressar uma desejabilidade quanto ao que deveria ser feito com relação às touradas, parece possível categorizar o exemplo (52) como uma expressão da modalidade deôntica de caráter subjetivo.

Um outro exemplo de uma possível subjetividade modal no uso modo Subjuntivo é o exemplo (30), reproduzido a seguir:

30. *Si nos atenemos a las críticas taurinas de Antonio Lorca, la mayoría de los festejos son una estafa donde se pasaportan toritos moribundos. Espero que dentro de 16 o 20 años, el señor Amón y su hijo, para ver una corrida, **tengan que ponerse un DVD.** (PEP - CO1)*

[Se nos determos as críticas taurinas de Antonio Lorca, a maioria dos festejos são um tédio onde desfilam tourinhos moribundos. Espero que dentro de 16 ou 20 anos, o senhor Amon e seu filho, para ver uma corrida, tenham que colocar um DVD.]

O exemplo (30) será analisado juntamente com o exemplo (53) que, por possuírem configuração semelhante no que diz respeito à expressão da modalidade deôntica e marcação da subjetividade do falante, servirão para uma discussão mais rica do fenômeno desejo. Tem-se, então, o exemplo (53):

(53) *Lo realmente triste es que haya tanta gente a la que le importe absolutamente nada que un ser vivo **tenga que sufrir**, para su goce personal. Saben que sufre, pero les importa un comino. Es esa falta de empatía, la que, sencillamente, me aterra. (PEP - CO1).*

[A coisa mais triste realmente é que exista tanta gente que não se importa absolutamente com que um ser vivo tenha que sofrer, para seu prazer pessoal. Sabem que sofre, mas não lhes importa nem um pouco. É essa falta de empatia que, simplesmente, me choca.]

Em (30) e (53), observa-se a expressão da modalidade deôntica de obrigação (expressa por meio do Verbo Auxiliar perifrástico *tener que* conjugado no Presente do Subjuntivo). Em (30), como já mencionado, o falante implementa uma realidade esperada por ele para o futuro de que, parece ter acesso a uma corrida de touros, os admiradores tenham que assisti-la por meio de recursos gravados, por desejar a proibição dos festejos. Em (53), o falante constrói um juízo de valor com relação ao sofrimento do animal participante das touradas e a indiferença por parte do público frequentador do espetáculo. Uma vez que o trecho marcado expressa uma avaliação por parte do falante, o verbo é moldado à conjugação Subjuntiva, uma vez que os juízos de valor não podem ser considerados verdades universais ou fatos necessariamente concretos (por estarem fortemente vinculados à opinião do Falante). No caso de (30), a expressão “*Espero que*” demarca a opinião ou expectativa do falante com

relação ao EC instaurado, já em (53) é a própria configuração semântica do modo Subjuntivo que explicita uma participação do falante na construção da deonticidade, reforçada pela expressão “*me aterra*” que menciona o efeito emocional causado no falante com relação à frieza dos adeptos das touradas em ver o sofrimento animal e, segundo o falante “não importar-se”. Sendo assim, ambos textos parecem favorecer a subjetividade modal, por envolver aspectos relativos às individualidades dos falantes em seus discursos, seja por expectativa, seja por juízo de valor perante os respectivo EC’s implementados.

5.5 O Imperativo como expressão da modalidade deôntica

Por fim, é possível analisar a expressão da modalidade deôntica em língua espanhola através do uso dos Verbos Auxiliares e Plenos no modo Imperativo, observados em 72 casos. Definido como o modo verbal utilizado para a expressão de ordens, mandatos, pedidos, conselhos, exortações e recomendação (JACOBI; MELONE; MENÓN, 2011, p. 182), o modo Imperativo pode apresentar polaridade positiva ou negativa. Acredita-se que este modo, vinculado à modalidade, agrega valor de asseveração à mesmo, reforçando o valor deôntico expresso. Como já mencionado durante análise do tempo verbal Condicional Simples, este é utilizado como recurso de cortesia ou suavização em relação à força expressa do modo Imperativo. Uma vez que o Falante, ao utilizar o modo Imperativo, este parece ser dotado (por ele, pelas circunstâncias, por instituições de autoridade, entre outras possibilidades), este uso pode vir a desarmonizar uma relação de simetria hierárquica entre o Falante e o Ouvinte, uma vez que o primeiro se coloca em posição superior ao segundo, a ponto de proferir-lhe ordens. Uma vez que o modo verbal em questão perfila uma ordem muitas vezes fomentada pelo Falante, este parece favorecer o caráter subjetivo da modalidade deôntica.

Considerando a afirmação da natureza subjetiva da modalidade deôntica em Palmer (1979, p. 10), a qual pode ser favorecido por meio do valor diretivo presente no modo Imperativo. Inclusive, este deve ser considerado deôntico por natureza (PALMER 1986, p. 115), pois o valor diretivo do modo Imperativo se discute da melhor maneira na expressão da modalidade deôntica (PALMER, 2001, p. 63).

Observam-se usos do modo Imperativo para a expressão da modalidade deôntica em (54) a (56):

(54) *Suframos los aficionados, sintámonos agredidos, critiquemos el*

documental, lamentémonos en la barra del bar, pero reconozcamos, también, que los antitaurinos están ganando posiciones frente a la irresponsable pasividad del sector. Qué más da que el PACMA conceda más importancia a los animales que a las personas, o utilice la mentira con fines propagandísticos... Lo más grave es que la sociedad española se destauriniza cada vez más. (PEP - CO2)

[Soframos os fãs, sintamo-nos agredidos, critiquemos o documentário, lamentemo-nos no balcão do bar, mas reconheçamos, também, que os antitaurinos estão ganhando posições diante da irresponsável passividade do setor. Não importa que o PACMA conceda mais importância aos animais que às pessoas, ou utilize mentiras com fins propagandísticos... A coisa mais grave é que a sociedade espanhola se destauriniza cada vez mais.]

(55) Si todo eso es muy bonito, pero no olvidemos que el toro participa de ello obligado. Por eso la plaza está cerrada, porque de la voluntad del toro lo que surge es evitar el “arte”. En realidad, él no es parte, sino víctima. (PEP- CO1)

[Sim tudo isso é muito bom, mas não vamos esquecer que o touro participa disso obrigado. É por isso que a praça está fechada, por causa da vontade do touro que surge é para evitar a "arte". Na verdade, ele não é uma parte, e sim uma vítima.]

(56) Prohibámoslo todo porque, en realidad, el ser humano maltrata a todos los animales pues de una u otra forma los ha puesto a su servicio, privándoles de sus comportamientos naturales. Incluso el cultivo y la venta de flores, que también son seres vivos, y de manera fatua las cortamos para adornar nuestros salones, nuestras caballerías y nuestras tumbas. Prohibámoslo todo... (PEP - CO1).

[Proibamos tudo isso porque, na realidade, o ser humano maltrata todos os animais, pois de uma forma ou de outra os colocou a seus serviços, privando-lhes de seus comportamentos naturais. Inclusive a culturação e venda de flores, que também são seres vivos, e de modo tolo as cortamos para adornar nossas salas, nossas damas e nossas tumbas. Proibamos tudo isso....]

Tem-se em (54) a instituição da obrigatoriedade por meio de uma série de ações que, segundo o falante, devem ser tomadas. O valor deôntico de obrigação, neste caso, não é expresso por meio de nenhum Verbo modal de deonticidade em essência, mas, crê-se que é efetivamente através do uso do modo Imperativo que a noção de obrigatoriedade deôntica é implementada (Se se consegue parafrasear o exemplo 54, é possível entender que o autor argumente que “nós, fãs, *devemos* sofrer, nos sentir agredidos.”, de modo que se pode atribuir noção de deonticidade ao uso do modo Imperativo). No exemplo em questão, o falante implementa uma série de ações que devem ser realizadas pelos adeptos aos festejos taurinos no que se relaciona aos protestos que envolvem a festividade, sendo o destaque dado necessidade de um reconhecimento da passividade dos favoráveis às touradas. Ainda que haja posicionamentos contrários às touradas e estes venham adquirindo força, o falante exorta o público prótaurino a assumir a indiferença a uma diluição cultural, ou “destaurinização” da sociedade hispânica. Considerando o sentido inato da ordem implementada pela configuração do falante com relação a um EC presente e necessidade de realização de um EC futuro e, alinhado à conjugação verbal utilizada (*nosotros*, ou *nós*, em língua portuguesa), que auxilia na categorização da caracterização modal, além do gênero em si, entende-se que o exemplo (54) expressa a modalidade deôntica de obrigatoriedade dotada de sutil caráter objetivo.

Da mesma forma, observamos em (56) o uso do modo Imperativo, neste caso negativamente polarizado, expresso por meio de Ilocução de tipo Imprecativa. Neste caso, o autor crítica a valorização estética e artística que o autor do texto opinativo aos quais os *COI* se reportam como algo possível de ser considerado belo, mas que não se relaciona à realidade, uma vez que o touro, seguindo a argumentação do falante, não constitui uma parte inerente à espécie de arte mencionada, sendo uma vítima da imposição cultural dos festejos, participando destes de maneira forçada. Neste caso, o autor expressa a modalidade deôntica de tipo proibitiva, isto é, a polarização negativa através do advérbio de negação *no* (*não* em língua portuguesa) bloqueia o verbo que escopa *olvidemos* (*esqueçamos* em língua portuguesa) conjugado no modo Imperativo, proibindo a realização dessa ação (os leitores são proibidos de esquecer o fato de o touro não participar da festa por vontade própria. Também é possível conceber essa como uma proibição veiculada pela opinião do falante, por instituí-la como uma ordem que deve ser seguida, além dos demais fatores que permeia igualmente o exemplo (55) e que podem favorecer uma discreta marcação de subjetividade deôntica.

Em (56), temos a utilização do Verbo Pleno *prohibir* (semelhante em língua portuguesa) conjugado no modo Imperativo. Neste caso, o falante demanda a proibitividade dos maus tratos a animais e plantas e da manipulação de ditos seres vivos, deixando-os livres para que cumpram seus deveres naturais. Ainda que os exemplos de (54) a (56) perfaçam usos do modo Imperativo, que, como já mencionado, pode vir a asseverar o valor modal expresso, percebe-se, nos três exemplos, o uso da conjugação verbal na primeira pessoa do plural em língua espanhola *nosotros*, o que pode caracterizar uma estratégia de equilíbrio da força ilocucionária do discurso, uma vez que, ao incluir-se como Alvo do valor deôntico expresso, este se coloca como semelhante aos demais, ainda que imbuído de certa autoridade que lhe permite a institucionalização de mandatos. Deste modo, em (56), o falante coloca como necessário, por sua visão dos fatos sociais estabelecidos, a necessidade de uma proibição dos maus tratos aos seres vivos, incluindo-se como ser afetado por essa obrigatoriedade e submetido à execução da mesma. Por sua visão de obrigatoriedade de tomada de ação X tanto por parte dele como de outrem, reforçado pelos mesmos fatores mencionados nos exemplos anteriores, propõe-se semelhante categorização de (56) enquanto expressão discreta de subjetiva para a manifestação da modalidade deôntica em língua espanhola por meio do uso do modo Imperativo.

5.6 A inter-relação entre as categorias de análise

Tendo em consideração todos os aspectos vinculados aos Níveis propostos pela teoria da Gramática Discursivo-Funcional analisados até então, partir-se-á de igual forma a uma análise dos efeitos de objetividade, subjetividade e possível intersubjetividade, atrelando-as às Camadas disponíveis dentro dos Níveis da GDF, vinculando os aspectos supracitados a uma noção de escopo proposta pela GDF. Neste tópico, portanto, dar-se-á maior foco a uma análise inter-relacionada entre as categorias de análise estabelecidas nesse trabalho, bem como um estudo voltado às camadas disponíveis na GDF, cruzando tais elementos na observação de expressões já mencionadas ou extras, de forma a complementar análises feitas e/ou retomar argumentos já estabelecidos nos apartados anteriores, bem como enriquecer este estudo com novos casos disponíveis no *corpus*.

No que se relaciona à modalidade deôntica, como já mencionado anteriormente neste trabalho, esta é categorizada como uma modalidade *orientada-para-o-participante* ou *para-o-evento*, noções consideradas objetivas, não transcendendo para a noção de modalidade *orientada-para-a-proposição* para a modalidade deôntica, em que o Falante veicula pensamentos, crenças e atitudes por meio do trecho discursivo escopado, o que a dota de subjetividade. Além disso, tem-se que a modalidade deôntica como um todo atua na Camada mais baixa do Nível Representacional, tendo por escopo os Estado-de-Coisas, ou ainda, no Episódio (OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013), já mencionados anteriormente, tidos como construtos característicos por seu caráter realizável, e dotado de temporalidade relativa, isto é, sendo um tipo de recorte temporal localizável dentro de uma realidade temporal absoluta.

Tais noções dizem respeito às porções discursivas que a modalidade deôntica toma por escopo, o que lhe confere um caráter exclusivamente objetivo dentro da teoria da GDF. No entanto, pode-se observar as reflexões de Parra (2016, p. 101), em que a autora afirma, em seu estudo sobre as orações concessivas introduzidas por *aunque* (*ainda que*), que certas propriedades pertencentes às concessivas atuantes na camada de Conteúdo Proposicional não estão necessariamente relacionadas à camada da oração concessiva em si, mas a elementos pertencentes ao gênero textual estudado. Sendo assim, parece possível atrelar as mesmas noções à análise das expressões deônticas neste estudo e afirmar que, ainda que os elementos que a modalidade deôntica tomem por escopo tradicionalmente a definem como uma modalidade objetiva dentro de Gramática Discursivo-Funcional, outros elementos e propriedades discursivas atreladas à modalidade também podem atuar nos efeitos de sentido

de objetividade e (inter)subjetividade gerados na expressão modal, efeitos estes analisados aqui.

Também de acordo com Stassi Sé (2012, p. 136), ao propor um encaixamento das orações subordinadas do português nas camadas da Gramática Discursivo-Funcional, é possível observar certas porções discursivas atuantes em camadas mais altas àquelas atribuídas ao fenômeno observado.

Ao tomar, por exemplo, a modalidade deôntica no gênero textual em que esta é veiculada, temos para este trabalho uma predominância da modalidade deôntica de efeito subjetivo, uma vez que o *corpus* selecionado para este trabalho consiste em gêneros de cunho opinativo, no qual os Falantes expressam suas opiniões mediante temáticas pré-estabelecidas. Atrelando a isso características relativas à explicitação do tipo de fonte evidencial e modal como sendo o Falante, bem como certas características verbais, como o tempo verbal *Condicional Simple*, pode-se asseverar efeitos de subjetividade à modalidade deôntica.

Tem-se, então, uma série de elementos pertencentes a Componentes e Níveis distintos que colaboram na emissão modal com distintos efeitos. Tal noção, de igual maneira, se coaduna à visão de Laslop (1999, p. 7), ao entender que a modalidade subjetiva ocorre em maior frequência que a modalidade objetiva. Desta forma, não é suficiente, à categorização da modalidade deôntica enquanto objetiva, subjetiva ou intersubjetiva, a análise apenas de elementos que a mesma escopa, mas sim o *continuum* discursivo de escopo entre seus elementos, isto é, a relação estabelecida entre as porções discursivas para emissão da mensagem.

Se considerarmos a natureza do escopo que a modalidade deôntica toma, temos a frequência estabelecida na Tabela 11:

Tabela 11 - Escopo da Modalidade Deôntica *versus* Efeito atribuído em língua espanhola

			EscopoMD		Total
			Ep	EC	
Efeito	Intersubjetividade	Contagem	0	24	24
		% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
		% em escopomd	0,0%	16,3%	15,4%
		% do Total	0,0%	15,4%	15,4%
	Subjetividade	Contagem	4	27	31
		% em Efeito	12,9%	87,1%	100,0%
		% em escopomd	44,4%	18,4%	19,9%
		% do Total	2,6%	17,3%	19,9%
	Subjetividade não-	Contagem	1	20	21

marcada	% em Efeito	4,8%	95,2%	100,0%
	% em escopomd	11,1%	13,6%	13,5%
	% do Total	0,6%	12,8%	13,5%
Neutralidade/ Tendência subjetiva	Contagem	1	28	29
	% em Efeito	3,4%	96,6%	100,0%
	% em escopomd	11,1%	19,0%	18,6%
	% do Total	0,6%	17,9%	18,6%
Neutralidade/ Tendência objetiva	Contagem	3	36	39
	% em Efeito	7,7%	92,3%	100,0%
	% em escopomd	33,3%	24,5%	25,0%
	% do Total	1,9%	23,1%	25,0%
Objetividade	Contagem	0	12	12
	% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
	% em EscopoMD	0,0%	8,2%	7,7%
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
Total	Contagem	9	147	156
	% em Efeito	5,8%	94,2%	100,0%
	% em EscopoMD	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	5,8%	94,2%	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

Temos, então, uma frequência prevista pela Gramática Discursivo-Funcional, em que a modalidade deôntica toma por escopo um Estado-de-Coisas, categoria considerada mais baixa dentro do Nível Representacional. No entanto, verificou-se, como observável na Tabela 11, uma expressão da modalidade deôntica em língua espanhola que toma por escopo a camada do Episódio, camada segundo a qual Olbertz e Gasparini-Bastos (2013) atrela o *status* de subjetividade para a modalidade deôntica. No entanto, de acordo com a observação dos elementos estabelecidos na metodologia deste estudo, obtém-se uma diversidade de efeitos de sentido.

Tem-se uma frequência distribuída dos efeitos atribuídos à modalidade deôntica nos casos encontrados no *corpus* deste estudo, com predominância das intensidades de efeito subjetivo (52 casos). Como esperado, a modalidade deôntica de efeito objetivo deu-se em menor frequência (12 casos), tendo em consideração os gêneros textuais em que se deram as expressões, fato já mencionado, que poderia orientar a uma maior emissão da modalidade deôntica de caráter subjetivo. Os aspectos relativos à neutralidade, seja de tendência objetiva ou subjetiva, também chamaram a atenção por seu equilíbrio (68 casos), que sugerem uma tentativa de balancear as forças. A alta frequência da modalidade de tipo subjetiva, cruzada

com uma alta expressão da modalidade deôntica que toma por escopo os Estado-de-Coisas, pode colaborar com questionamentos e propostas de revisão à teoria presente na GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), bem como contribuir criticamente com as propostas de Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), além de ampliar os estudos feitos pelas autoras, que se detiveram na expressão da modalidade deôntica por meio dos auxiliar *deber* e *tener que*.

No caso das expressões modais deôntica que tomam por escopo Estado-de-Coisas dotadas de distintos efeitos, da objetividade à intersubjetividade, elas parecem sugerir que esta não é a única categoria determinante para os efeitos de sentido que podem ter as expressões da modalidade deôntica em língua espanhola.

Quanto ao escopo da modalidade deôntica de natureza episódica, ainda que haja uma tendência em favor da corroboração da proposta implementada por Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), não se pôde comprová-la categoricamente, uma vez que foram encontrados exemplos da modalidade deôntica com este escopo e que parecem ter efeito.¹⁰⁹

Observe-se os exemplos (57) a (60):

(57) *En respuesta a tu pregunta: Las corridas de toros son un negocio económico basado en un espectáculo de masas en el que el público paga por ver como maltratan hasta la muerte a un ser vivo. Para mantener el negocio es necesario mantener un número suficiente de público que pague . Aquí es donde aparece el crítico taurino. Es una pieza del engranaje. Tiene que vocear a los cuatros vientos que lejos de ser inmoral pagar para ver el sufrimiento de un animal es muy sofisticado, místico, culto, intelectual y guay . Y cada vez se lo cree menos gente porque va menos gente a las plazas. Afortunadamente. (PEP-CO2)*

[Em resposta à tua pergunta: as touradas são um negócio baseada em um espetáculo de massas no qual o público paga para ver como maltratar um ser vivo até a morte. Para manter o negócio é necessário manter um número suficiente de público que pague. Aqui é onde aparece o crítico taurino. É uma peça da engrenagem. Tem que dizer aos quatro ventos que longe de ser imoral pagar para ver o sofrimento de um animal é muito sofisticado, místico, culto, intelectual e legal. E cada vez menos gente crê nisso porque menos pessoas vão à praça. Afortunadamente.]

(58) *Yo creo que nos deberíamos dedicar a matar guepardos y tigres. Cómo sufren los animalitos en África, siendo devorados; esa tortura de ser perseguido por un asesino; pobres. Y dejemos de matar ratas con los venenos, que hacen que se vayan debilitando poco a poco hasta que mueren torturadas y asfixiadas. Y no hablemos de las pobres cucarachas y mosquitos que se quedan atontados por los insecticidas y terminan muriendo, torturados, por gente insensible. ¡Ah! y me faltan los pobres cerdos, asesinados por fanáticos del jamón ibérico; deberían tener la sensibilidad de operarlos para quitarles las piernas, con anestesia, y cuidarlos el resto de su vida.... (PEP-CO2)*

[Eu creio que deveríamos nos dedicar a matar guepardos e tigres. Como sofrem os pobres animaizinhos na África, sendo devorados! Essa tortura de ser perseguido por um assassino; pobrezinhos. E deixemos de matar ratos com venenos, que faz com se enfraqueçam pouco a pouco até que morrem torturados e asfixiados. E não falemos das pobres baratas e mosquitos que ficam

¹⁰⁹ Observar também o Anexo B.

tontos pelos inseticidas e terminam morrendo, torturados, por gente insensível. Ah! E faltam os pobres porcos, assassinados pelos obcecados pelo presunto ibérico; deviam ter a sensibilidade de operá-los para lhe tirar as pernas, com anestesia, e cuidar deles pelo resto de suas vidas...]

(59) *A mi que los animales se mueran o los maten me da completamente igual... Lo que no me parece correcto es que se les haga sufrir por diversión. Los mataderos, los sacrificios en perreras, la caza... me da bastante igual. Pero pinchar, marear y gritar a un animal hasta la muerte por diversion me parece espantoso, ahí incluyo el toreo y las peleas de perros y gallos. En mi opinion deberian dejar de subencionarse desde ya y a corto plazo prohibirlas. Infantil e hipocrita?... Como querais, me importa poco, cuando esto se vote iré a votar por su desaparición. (PEP-CO1)*

[Para mim, que os animais morram ou os matem tanto faz... O que não me parece correto é que os façam sofrer por diversão. Os matadouros, os sacrificios em canis, a caça... tanta faz para mim. Mas furar, aborrecer e gritar com um animal até a morte por diversão me parece espantoso, aí incluo a tourada e as brigas de cachorros e galos. Na minha opinião deveriam deixar de ser subsidiadas desde agora e a curto prazo proibi-las. Infantil e hipócrita?... Como queiram, pouco me importa, quando se possa votar sobre isso, votarei por sua desapareição.]

(60) *Estamos en los tiempos del hacinamiento y sacrificio masivo de los bóvidos, pero esta sociedad hipócrita, infantilizada, reniega, abomina, de la tauromaquia porque nos pone en contacto con un acontecimiento tan insoportable como la muerte. Y porque **se permite** torearla. (PEP-AO1)*

[Estamos em tempos de superlotação e sacrifício massivo de bovinos, mas esta sociedade infantilizada renega e abomina a tauromaquia porque ela nos coloca em contato com um acontecimento tão insuportável como a morte. E porque se permite torear-la”]

São observáveis, nos exemplos de (57) a (60), expressões que se alinham à teoria holandesa e/ou à proposta estabelecida em Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), bem como expressões da modalidade deôntica que problematizam as teorias. Os exemplos (57) a (60) se configuram como elementos que se prestam à confirmação das teorias adotadas para este estudo, uma vez que abordam, respectivamente, a expressão da modalidade deôntica de caráter tendenciosamente objetivo e que toma por escopo um Estado-de-Coisas, e uma emissão da modalidade deôntica que tem por escopo um Episódio, bem como lhe é atribuído um caráter de subjetividade.

Em (57), o falante parece neutralizar o seu discurso a uma série de fatos que, ainda que não atrelados a uma fonte externa ou comprovável, parecem aludir a uma série de informações estabelecidas pelo senso comum dos indivíduos que conhecem as touradas hispânicas, e toma como escopo o EC que consiste na medida que se presta a sustentar o espetáculo. Toda a porção discursiva busca uma maior objetividade ao afastar o discurso de uma aparente opinião pessoal. Não obstante, o advérbio *afortunadamente* afeta em parte o caráter da objetividade do discurso, por evidenciar a opinião do falante quanto ao último EC estabelecido, de que a quantidade de participantes nas touradas hispânicas vem diminuindo. Contudo, foi atribuído ao exemplo (57) um caráter de neutralidade com tendências à

objetividade, uma vez que todo o discurso consiste numa tentativa de impessoalizar-se. Além disso, o advérbio *afortunadamente* parece atuar como escopo do Estado-de-Coisas implementados pela mudança cultural do país que leva cada vez menos pessoas aos eventos taurinos, não estando diretamente atrelado às expressões da modalidade deôntica destacadas.

No entanto, em (58) o falante implemente por duas vezes a modalidade deôntica que toma por escopo Estado-de-Coisas de, respectivamente, matar outros animais e ter sensibilidade no trato a animais destinados à alimentação. Não obstante, essa expressão pode ser categorizada logicamente como subjetiva, uma vez que o discurso é escopado pelo marcador de fonte modal e evidencial de primeira pessoa, que delimita como pessoal o discurso, dotado de natureza alegadamente opinativa (*en mi opinión*) ainda que o discurso possua aparente ironia.

Os exemplos (59) e (60) se prestam à expressão da modalidade deôntica que toma como escopo Episódios, dotadas, no entanto, de distintos efeitos. (60), da mesma forma que o exemplo (59), possui efeito claramente subjetivo por conta da marcação evidencial e de fonte modal opinativa por parte do falante (*en mi opinión*), escopando, no entanto, a construção episódica “deixar de ser subsidiadas desde agora e a curto prazo proibi-las”. A camada do Episódio é definida, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 157), como uma concatenação coerente de Estado-de-Coisas, caracterizável pelo *status* de tempo absoluto ou pela narrativa dos EC’s implementados.

O exemplo (60), entretanto, não consiste na expressão modalidade deôntica que toma por escopo um Episódio, mas é por ele influenciada, uma vez que o marcador episódico “*Estamos en los tiempos*” (que recupera a noção de tempo absoluto presente) orienta os Estado-de-Coisas implementados, como os de maus tratos aos bovinos, rejeição social às touradas, e permissão da realização de torturas animais, inclusa, neste último, a modalidade deôntica de valor permissivo. Neste exemplo, o falante busca implementar os EC’s como fatos socialmente conhecidos, e não construtos mentais próprios, parecendo, assim, objetivizar seu discurso.

Institui-se, então, uma problemática relativa à análise dos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade modal por meio da observação das camadas em que esta atua. Ao buscar uma nova ferramenta de auxílio, tomou-se como elemento influenciador a relação entre ditos efeitos e as fontes evidenciais e modais das expressões.

Com relação à fonte de tipo evidencial, esta colaborou em grande medida no contexto de sua marcação. Os aspectos relativos ao Componente Contextual orientam, como já explicitado, a uma leitura subjetiva em geral dos casos. Neste sentido, a grande maioria dos

casos apresentou uma não-marcação evidencial, devido a uma clara referência ao Falante por meio do contexto linguístico estabelecido pelos gêneros textuais. No entanto, a marcação das fontes das informações funcionou em grande parte dos casos como elemento para enfatizar valores mais explícitos, distantes do desejo de neutralização, ou para desatrelar a expressão da perspectiva do Falante, no caso de exemplos de efeitos objetivo e intersubjetivo.

Faz-se possível a contemplação destes casos de (61) a (63):

(61) *Yo he asistido a muchas corridas de toros, por trabajo, y pienso que es un espectáculo sangriento que **debería** abolirse, o por lo menos reformarse y eliminar lo sangriento (PEP – CO2)*

[Eu já assisti a muitas corridas de touros, por trabalho, e penso que é um espetáculo sangrento que deveria ser abolido, ou pelo menos reformado que se eliminasse a parte sangrenta.]

(62) *Jajaja minoría dice. Hombre cierto es que hay menos afición que al fútbol no cabe duda. Pero vamos a ver qué espectáculo aguanta 33 días seguidos con 20000 personas por día de media en Madrid. Minoría son las manifestaciones de PACMA, eso sí es minoría. Van menos que un domingo de agosto a Las Ventas. Por eso PACMA saca esa basura y pide la prohibición porque somos una minoría. (PEP – CO1)*

[Hahaha diz a minoria. O verdadeiro homem é que há menos carinho que o futebol, não há dúvida. Mas vamos ver qual show dura 33 dias seguidos com 20.000 pessoas por dia, em média, em Madri. Minoria são as manifestações da PACMA, que é uma minoria. Eles vão menos de um domingo de agosto para Las Ventas. É por isso que a PACMA retira esse lixo e pede uma proibição porque somos uma minoria.]

(63) *Pues para ser mala excusa, no he visto ningún argumento sensato. Vamos, que **hay que** matar animales para alimentarse en pleno siglo XXI porque tú lo digas. ¿Qué pasa, que los vegetarianos se mueren o qué? Lo que pasa es que nos gusta la carne a que sí? (PEP – CO1)*

[Pois para ser uma desculpa ruim, não vi nenhum argumento sensato. Vamos, será que se deve matar animais para alimentar-se em pleno século XXI porque tu assim o dizes. O que há, os vegetarianos morrem ou o que? O acontece é que gostamos de carne, não é assim?.]

O exemplo (61) marca um envolvimento explícito da perspectiva do falante (subjetivo) por meio do uso do verbo de percepção *pensar que* para instituir a obrigatoriedade de eliminação da tradição taurina na Espanha. Por meio de suas percepções sobre (o falante ressalta ter assistido aos espetáculos), este formula sua opinião crítica sobre as festividades, posicionando-se crítica e contrariamente a elas, e fomentando a obrigação de aboli-las.

Em (62), tem-se a marcação explícita da reportatividade discursiva que o afasta o falante do valor modal expresso. Ao mencionar o Partido de proteção animal que busca proibir, o falante se exime de responsabilidade ou envolvimento na petição proibitiva levantada pelo Partido Animalista, em uma aparente marcação intencional da fonte informativa e modal que, neste caso, coincidem.

Por fim, o exemplo (63) traz o uso da marcação evidencial para a expressão da modalidade deôntica de efeito intersubjetivo, no qual o falante transfere a obrigatoriedade da morte animal implementada por uma fala atribuída ao ouvinte (por meio de verbo *dicendi*). O falante afirma, sob aparente ironia, que a legitimidade da morte aos animais no século XXI se dá pelas declarações de seu ouvinte.

Sendo assim, a fonte evidencial teve grande valor para observação dos efeitos modais por ocasião de sua marcação, ao passo que sua marcação parece corroborar a suficiência dos aspectos contextuais para as tendências de efeito modal. No entanto, a explicitação da fonte de tipo modal contribui em escala ainda maior para a verificação dos efeitos atribuídos às expressões deonticamente modalizadas.

Tratando-se da frequência tipológica das fontes modais, tem-se a Tabela 12:

Tabela 12 - Fonte da modalidade deôntica *versus* efeito atribuído¹¹⁰

		Fonte					Total
		E. ¹¹¹	Inst.	Ind.	N.e.	Inex.	
Intersubjetividade	Contagem	3	4	15	2	0	24
	% em Efeito	12,5%	16,7%	62,5%	8,3%	0,0%	100,0%
	% em Fonte	3,7%	30,8%	65,2%	5,4%	0,0%	15,4%
	% do Total	1,9%	2,6%	9,6%	1,3%	0,0%	15,4%
Subjetividade	Contagem	24	0	3	3	1	31
	% em Efeito	77,4%	0,0%	9,7%	9,7%	3,2%	100,0%
	% em Fonte	29,6%	0,0%	13,0%	8,1%	50,0%	19,9%
	% do Total	15,4%	0,0%	1,9%	1,9%	0,6%	19,9%
Subjetividade não-marcada	Contagem	15	3	2	1	0	21
	% em Efeito	71,4%	14,3%	9,5%	4,8%	0,0%	100,0%
	% em Fonte	18,5%	23,1%	8,7%	2,7%	0,0%	13,5%
	% do Total	9,6%	1,9%	1,3%	0,6%	0,0%	13,5%
Neutralidade/Tendência subjetiva	Contagem	23	2	0	4	0	29
	% em Efeito	79,3%	6,9%	0,0%	13,8%	0,0%	100,0%
	% em Fonte	28,4%	15,4%	0,0%	10,8%	0,0%	18,6%
	% do Total	14,7%	1,3%	0,0%	2,6%	0,0%	18,6%
Neutralidade/Tendência objetiva	Contagem	14	3	3	19	0	39
	% em Efeito	35,9%	7,7%	7,7%	48,7%	0,0%	100,0%

¹¹⁰ Por meio do teste de *Qui-quadrado* verificou-se a relação entre a fonte modal e os efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade (tendo o teste resultado 0,00).

¹¹¹ As siglas se referem, especificamente, aos tipos de fonte modal Enunciador, Instituição, Indivíduo, Não-especificado e Inexistente.

	% em Fonte	17,3%	23,1%	13,0%	51,4%	0,0%	25,0%
	% do Total	9,0%	1,9%	1,9%	12,2%	0,0%	25,0%
Objetividade	Contagem	2	1	0	8	1	12
	% em Efeito	16,7%	8,3%	0,0%	66,7%	8,3%	100,0%
	% em Fonte	2,5%	7,7%	0,0%	21,6%	50,0%	7,7%
	% do Total	1,3%	0,6%	0,0%	5,1%	0,6%	7,7%
Total	Contagem	81	13	23	37	2	156
	% em Efeito	51,9%	8,3%	14,7%	23,7%	1,3%	100,0%
	% em Fonte	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	51,9%	8,3%	14,7%	23,7%	1,3%	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.

Quanto à frequência, observada na Tabela 12, tem-se uma predominância esperada do subtipo de fonte modal ‘Enunciador’, relacionada à natureza do gênero e à alta frequência dos subtipos de subjetividade estabelecidos neste estudo. A segunda tipologia de fonte modal, ‘Não especificada’, parece dar-se pelo mesmo motivo da não-marcação da fonte evidencial, isto é, a suficiência, em alguns casos, do gênero textual em que se dá a modalidade, e, além disso, pode favorecer as modalidades que tendem à neutralidade. Os demais subtipos, ‘Indivíduo’ ‘Instituição’ e ‘Inexistente’, parecem favorecer o efeito objetivo das expressões.

Tem-se exemplos de tipo ‘Enunciador’ nos exemplos (64) a (66):

(64) *parrondo me ha costado leer a partir de la novena palabra.¿Ente como el tuyo? ¿Quieres decir ente como tú no? Vale, o sea que **no tengo que** explicarle a un ente como tú cómo funciona la industria cárnica del siglo 21. (PEP – CO1)*

[Parrondo tem sido difícil para mim ler da nona palavra: é como a sua? Você quer dizer como você não? Ok, então não preciso explicar a uma entidade como você como funciona a indústria de carne do século XXI.]

(65) ***Me permito** comentar lo que más me ha llamado la atención "Eros y Tánatos" (estoy impresionado. Me queda claro que el autor terminó el bachillerato). (PEP – CO1)*

[Me permito comentar o que mais me chamou a atenção “Eros e Tánatos” (estou impressionado. Para mim fica claro que o autor terminou a faculdade).]

(66) *En los tiempos que estamos la tauromaquia con puya banderillas espada y estoque **no se le puede** catalogar como un arte mas bien pura tortura, mas que le pese a los aficionados a los toros, es cuetion de tiempo que se prohíba matar ni torturar al toro, és de sentido comun. (PEPE – CO1)*

[Nos tempos em que estamos a tauromaquia com bandeirinhas e espadas não pode ser catalogada como arte mas como pura tortura, por mais que incomode os fãs de touradas, é questão de tempo a que se proíba atar e torturar o touro, é do senso comum.]

Os exemplos demonstram uma expressão de fonte interna que, nos dois primeiros casos, se apresentam de modo mais explícito devido à flexão dos verbos modais na primeira pessoa, em autoreferência ao falante. Em (64), o falante nega sua obrigatoriedade (ou não se obriga) a explicar seu argumento a seu ouvinte, ao atribuir-lhe falta de inteligência, credibilidade ou dignidade para tanto. Seu posicionamento subjetivo se dá ao considerar desnecessária qualquer explicação a seu ouvinte, analisando criticamente tal procedimento e negando-o posteriormente.

Já em (65) a falante dá a si mesmo a permissão de comentar (ou criticar por meio de ironia o uso de termos advindo da cultura grega que o falante em AO1 utiliza para justificar a arte atribuída às touradas. Desta forma, em falante se envolve diretamente com o valor deôntico expresso, dando-lhe efeito de subjetividade.

No entanto, o exemplo (66) permite uma interpretação menos clara. O falante parece buscar, neste caso, uma espécie de neutralidade discursiva, utilizando, para isso, a flexão verbal do modal *poder* (aqui com valor proibitivo devido à polarização negativa), bem como utilizando o argumento de que seu discurso pertence ao ‘senso comum’. Cabe também mencionar o uso da primeira pessoa do plural (*estamos*, em referência tácita a *nosotros*, equivalente à pessoa do *nós* em língua portuguesa), que parece diluir o falante no tal senso coletivo. Não obstante, a ausência de quaisquer marcações ao início demonstra um leve pendor à subjetividade, ao considerar o gênero *webcomentário*, bem como a marcação explícita do falante por meio da ‘assinatura’ de um nome aparentemente não fictício, verificável no *corpus*, dão um sutil direcionamento da fonte modal ao falante, sendo, então, levemente marcada pela subjetividade e de atribuível definição de sua fonte como ‘Enunciador’.

As modalidades de tipo ‘Não-especificado’, por sua vez, parecem ter duas funções principais: (i) a de marcar uma natureza objetiva, contrária ao gênero textual em que a modalidade é expressa; ou (ii) favorecer as tentativas de neutralização discursiva.

A partir dos exemplos (67) e (68) é possível contemplar tais aspectos:

(67) *Ya tardaba la demagogia de algunos juntaletras: "Y el toro no es una víctima, sino un ídolo en la noción pagana..." Eso si, cuando el toro vence en el ruedo, una de las reglas de la tauromaquia (poco conocidas y muy noble) dice que tras la muerte de un matador durante una corrida, el ganadero responsable del astado **debe** sacrificar a la madre del animal y toda su familia o reata, tal como se llama en el argot taurino. (PEP – CO1)*

[Já estava demorando a demagogia de algum juntaletras: “E o touro não é uma vítima, mas um ídolo na noção pagã...” Ah sim, quando o touro vence na arena, uma das regras da tauromaquia

(pouco conhecida e muito nobre), diz que depois da morte de um matador na tourada, o toureiro responsável do chifrudo deve sacrificar e toda a sua família ou linhagem, como se chama na gíria taurina.]

(68) *No nos cuentes que te estabas mirando al espejo cuando pensaste en el apodo, no es interesande parrondo (bueno, sí lo es). El artículo va sobre la defensa de los toros, que se **quieren prohibir** por el maltrato y sufrimiento al animal (inciso: si te lo tiene que explicar un iletrado como yo, ¿qué dice eso de tí?. Entonces, querido subcampeón parrondo, ¿no es cierto que tendríamos que incluir también el maltrato de la industria cárnica? (PEP – CO1)*

[Não nos diga que estava olhando para o espelho quando pensou no apelido, não é interessande *parrondo* (bom, é sim). O artigo fala sobre a defesa das touradas, que desejam proibir por causa dos maus tratos e sofrimento do animal (inciso: se isso deve ser explicado a um iletrado como eu, o que dizer de você?, Então, querido vice-campeão *parrondo*, não é certo que teríamos que incluir também os maus tratos da indústria de carne?]

Em (67), a menção do falante a obrigatoriedade de fonte ‘Não-especificado’ imposta a um vaqueiro quando o touro ganha parece querer afastar o falante do envolvimento de tal obrigatoriedade, especificando que, ainda que não se saiba quem a implementou, esta não recai sobre o falante. Ao passo que em (68), o uso da modalidade volitiva (por meio do verbo *querer*) na voz passiva indefine aquele que deseja proibir, tendo o falante uma aparente intenção de não se afiliar a nenhuma noção proibitiva. No entanto, de igual modo o falante não expressa um posicionamento favorável às touradas no comentário em questão, imaginado apenas por meio de sua argumentação quanto à violência da indústria alimentícia. Sendo assim, o falante parece buscar uma neutralidade de seu posicionamento através de uma objetivização do valor deôntico instaurado, atribuído a uma fonte que não se pode especificar.

Os demais tipos de fonte modal, ‘Indivíduo’, ‘Instituição’ e ‘Inexistente’ parecem favorecer em grande parte o efeito da objetividade, o que pode ser observado nos exemplos (69) a (71):

(69) *Claro que no ves cómo matan a la vaca Porque prefieres no verlo, porque te da igual, porque si fueses consecuente, en el mismo momento que pides **prohibir** los toros, dejarías de comer carne. (PEP – CO1)*

[É claro que você não vê como eles matam a vaca. Porque você prefere não vê-la, porque não se importa, porque se você fosse consistente, ao mesmo tempo em que pedia para proibir touros, pararia de comer carne.]

(70) *el toreo se ha prohibido en algunas plazas, aunque el tema sigue en los tribunales; y este verano Baleares **prohibió** la muerte del animal, como Portugal. Las tripas de los caballos ya no se recosen en las plazas. (PEP – AO3)*

[as touradas foram proibidas em alguns lugares, embora a questão permaneça em tribunal; e neste verão as Ilhas Baleares proibiram a morte do animal, como Portugal. As entranhas dos cavalos não descansam mais nas praças.]

(71) *¿Cinco minutos en el matadero? Perdona, pero no tienes N.P.I. de lo que*

dices. Seguramente tampoco sabrás que los animales han de desangrarse vivos. No compares, por Apolo. (PEP – COI)

[Cinco minutos no matadouro? Desculpe, mas você não tem PNI do que você diz Certamente você não saberá que os animais precisam sangrar vivos. Não compare, por Apolo.]

No exemplo (71), o falante contesta uma aparente falta de coerência por parte do ouvinte, atribuindo um pedido de proibição das touradas sem nexos, uma vez que este pedido deve ser acompanhado, segundo o falante, do abandono da alimentação a base de carne. Ao implementar o valor de proibição a um pedido do ouvinte, o falante distancia deste valor, objetivizando seu discurso e atribuindo à modalidade uma fonte de tipo ‘Indivíduo’, verificável também pela flexão verbal na segunda pessoa do singular (*tú*). O exemplo (70), de tipo ‘Instituição’ de igual modo se afasta de qualquer envolvimento crítico do falante com o *status* proibitivos das touradas em algumas regiões espanholas, atribuídos ao falante pela organização governamental (expressa pelo nome da região em si, em processo metonímico). Ao falante cabe, unicamente, a alusão e descrição do fato. O exemplo (71), por fim, ressalta uma obrigatoriedade de tipo ‘Inexistente’, relativa a uma força maior presente nos festejos taurinos, nos quais os touros devem desangrar-se vivos. A não existência de uma fonte, neste caso, afasta automaticamente o falante e qualquer outro elemento enquanto instaurador do valor modal expresso.

Com relação a outros elementos que possam influenciar o efeito modal, é possível observar tais aspectos nas expressões encontradas no *corpus* coletado neste estudo, como no exemplo (72) e (73):

*(72) He declinado amablemente la amable invitación de asistir al estreno oficial de Tauromaquia. Me la había cursado el Partido Animalista (Pacma) sin animosidad. Y no temía uno convertirse en objeto de escarnio ni acabar mantenido —ese trabajo se hace en las redes sociales—, pero también recelaba de sumarme a un acto catártico de contrición o de conversión. Se suponía que la película **debía** disuadirme de mis hábitos toricidas y sanguinarios. Se me planteaba Tauromaquia como un esmerado ejercicio de realidad. (PEP - AOI).*

[Declinei gentilmente o gentil convite para assistir à estreia oficial de *Tauromaquia*. Havia cursado o *Partido Animalista* (PACMA) sem animosidade. E não temia tornar-me objeto de escárnio nem acabar ovacionado - esse trabalho é feito nas redes sociais - , mas também receava somar-me a um ato catártico de contrição ou conversão. Se supunha que o filme devia dissuadir-me dos meus hábitos touricidas e sanguinários. Eu pensava em *Tauromaquia* como um esmerado exercício de realidade.]

(73) Queremos saber tu opinión. ¿Estás a favor o en contra de los festejos taurinos? ¿Desaparecerán? ¿Hay que prohibirlos? Lee las posiciones publicadas en EP y participa en nuestra encuesta. (PEP - EQ).

[Queremos saber sua opinião. Você é a favor ou contra as festividades das touradas? Eles vão desaparecer? Devemos proibi-los? Leia as posições publicadas no PE e participe de nossa pesquisa.]

Os exemplos (72) e (73) denotam o discutido neste tópico no que concerne à análise de termos imediatos e elementos que permeiam a porção deôntica discursiva como ferramenta relevante na observação dos efeitos de sentido gerados pelo uso modal no discurso. Cabe ressaltar que, para todos os casos, deve-se considerar outros elementos, como por exemplo o Componente Contextual. Ao considerar o gênero textual por meio do qual a modalidade deôntica é veiculada, boa parte, se não a totalidade, das expressões encontradas no *corpus* deste trabalho são imbuídas de um efeito mínimo de subjetividade.

Em (72), o verbo *suponer* retoma na oração a fonte modal *la película (Tauromaquia)*, instituição ou figura dotada de obrigatoriedade de dissuasão. Neste caso, o modal *deber*, instituído como obrigação não realizável por uso verbal de aspecto imperfectivo (*Pretérito Imperfecto*), atua sobre o Estado-de-Coisas *disuadir* o alvo (*Target*) modal, isto é, aquele ou aquilo sobre quem/o qual recaem o valor modal instaurado.

O uso do verbo *suponer* implementa uma hipótese ou crença do Falante quanto à obrigatoriedade implementada ao filme em questão, atuando assim na camada do Conteúdo Proposicional, camada mais alta do Nível Representacional. Ainda que o autor busque certa neutralização do discurso por meio do uso da construção passiva denominada ‘*refleja*’, ao considerar fatores como: (1) O gênero textual em que se dá a expressões, isto é, o Artigo de Opinião, que consiste basicamente num gênero destinado à expressão da subjetividade de seu autor; (2) A implementação de uma hipótese ou crença do falante (sendo estes construtos mentais, subjetivos a ele) por meio do verbo *suponer*, sendo tais construtos mentais pertencentes à camada do Conteúdo Proposicional, além do uso do Pretérito Imperfecto, que pode constituir-se como estratégia de mitigação ou suavização do valor deôntico instaurado,¹¹² possivelmente motivado pelo aspecto pessoal do EC implementado, parece possível afirmar que a modalidade deôntica observada em (72) esteja imbuída de um caráter consideravelmente subjetivo. A implementação dos EC’s *suponer* (Ação) e *disuadirme* (Processo) também parecem sugerir uma avaliabilidade por parte do falante quanto a uma estratégia de aparente manipulação (tendo em visto uma falta de controle por parte dos seres envolvidos no processo de dissuasão ou convencimento ideológico no que concerne às touradas).

Já em (73), pode-se observar que porções discursivas próximas à modalidade

¹¹² Neste caso, o aspecto imperfectivo é preservado, uma vez que o *Condicional Simple*, ou Futuro do Pretérito em português, se configura, em alguns casos, como uma hipótese em relação a um EC passado, sendo, portanto, de baixa realizabilidade.

deôntica podem atrelar o discurso a camadas mais altas de níveis mais altos. Tal afirmativa parece harmonizar-se às hipóteses de Stassi Sé (2012, p. 112), ao atestar que, em construções independentes, ao contrário de orações subordinadas, certas relações estabelecidas possam dar-se entre camadas mais altas, e não em Estado-de-Coisas. Em (73) tem-se o título de uma Enquete veiculada em *PEP* que demanda dos leitores do jornal a expressão de sua opinião quanto à *obligatoriedade da proibição* das touradas. A ilocução de tipo interrogativa que escopa a modalidade deôntica, atrelada à modalidade volitiva expressa em “*Queremos saber tu opinión*”, ao mesmo tempo transfere a obrigatoriedade de implementação proibitiva às touradas ao falante, bem como demanda um posicionamento ou reação por parte do Ouvinte, sendo portanto atrelável à camada mais alta do Nível Interpessoal, a camada do Movimento, que efetivamente demanda uma reação ou objeção por parte dos Participantes do discursos. Desta forma, excertos discursivos podem apresentar atuações em camadas distintas à camada atribuída à modalidade deôntica (Estado-de-Coisas deôntico *prohibirlos*), o que, ainda que não eleve o escopo da modalidade deôntica, bem como à modalidade em si mesma à mesma camada, parece claramente trazer efeitos relevantes (quicá deliberadamente) à construção deôntica. No caso de (73), o uso da Ilocução Interrogativa, bem como a indicação do Falante à possível fonte deôntica para o ouvinte por meio do uso da segunda pessoa do singular (*tú*) caracterizam um possível efeito de intersubjetividade deôntica, uma vez que o portal *PEP* demanda aos participantes a (não) implementação do valor deôntico expresso.

Ainda que a modalidade deôntica de caráter intersubjetivo tenha sido definida como uma demanda ou transferência (por parte do Falante ao Ouvinte) da fonte modal, e tendo como caracterização por excelência a Ilocução de tipo interrogativo, algumas expressões presentes no *corpus* deste estudo parecem sugerir novas considerações a respeito deste *status* da modalidade deôntica intersubjetiva, como observável em (74) a (76):

(74) *Bueno si tu argumento es que **hay que prohibir** los toros porque el animal sufre y punto, pues sí, un matadero es terrorífico, del mismo modo que lo es la cría animal industrializada. Si tú me dices que esto no provoca sufrimiento... (PEP-CO2).*

[Bom se o teu argumento é que deve-se proibir as touradas porque o animal sofre e ponto, pois sim, um matadouro é terrorífico, do mesmo modo que o é a criação animal industrializada. Se tu me dizes que isto não provoca sofrimento...]

(75) *Bueno, eso es lo que tú dices porque hay otros que lo que dicen es que **no puedes** usar los animales como si fuese. cosas, y claro, no hay mayor cosificación que tener un animal para el capricho del dueño. Y no sé porque dices que una mascota no sufre cuando al dejas encerrada en un piso, no la dejas reproducirse y la castras. Y lo que hay desde hace 25.000 años no son mascotas, sino animales*

domesticados, que es distinto. (PEP-CO2)

[Bom, isso é o que tu dizer porque há outros que dizem que não pode usar os animais como se fossem coisas, e claro, não há maior coisificação que ter um animal para o capricho do dono. E não sei por que dizer que um mascote não sofre quando o deixas trancado no apartamento, não lhe deixas reproduzir e o castras. O que existe há 25.000 anos não são mascote, mas animais domesticados, o que é diferente.]

(76) No, no. La carga de la prueba en este caso es tuya. Yo no tengo porqué defender los toros porque son un espectáculo legal. Tú los quieres prohibir así que tienes que argumentar. Tu argumento es el sufrimiento animal. Sin embargo no te importa comerte la carne de animales que sufren y seguirán sufriendo para satisfacer tu paladar. (PEP-CO2)

[Não, não. A responsabilidade de provas neste caso é sua. Eu não tenho porquê defender as touradas porque são um espetáculo legal. Você é quem quer proibi-los, então tem que argumentar. Seu argumento é o sofrimento animal. No entanto, você não se importa em comer carne de animais que sofrem e continuarão sofrendo para satisfazer o seu paladar.]

Os casos de (74) a (76) retratam casos da modalidade deôntica de efeito intersubjetivo por meio de Ilocuções declarativas, e não somente interrogativas, como era esperado no capítulo metodológico deste estudo. No entanto, tais casos parecem corroborar as reflexões de Martins e Oliveira [2011 e 2018], que atestam o caráter intersubjetivo da modalidade como uma negociação entre os Participantes do discurso. Esta noção estabelecida pelos autores não parece limitar-se a uma construção de tipo interrogativa, sendo possível compreendê-la como qualquer construção que coloque em destaque certa responsabilidade modal sob o Ouvinte. Sendo assim, os exemplos de (74) a (76) expressam construção que atribuem responsabilidades modais ao ouvinte por meio de, respectivamente, construções sintáticas condicionais, verbos *dicendi* e verbos modais volitivos, que surgem de forma aparentemente acusativa, por meio dos quais o falante confronta o ouvinte quanto às suas possíveis motivações discursivas. Em (74), o falante atribui a seu ouvinte uma argumentação proibitiva no que diz respeito às touradas hispânicas por meio de uma construção condicional encabeçada pela conjunção *si* (*se*, de mesmo valor em português), que escopa o modal deôntica pleno *prohibir*, como estabelecimento para um raciocínio lógico de equidade desumana que são outras formas de tratos animais.

Em (75), a modalidade deôntica é escopada por um verbo *dicendi* (*dicen que...*), atribuída pelo falante ao ouvinte de forma a responsabilizá-lo pela implementação de uma proibição aos maus tratos animais, de forma a rebater o argumento alegadamente levantado pelo ouvinte de que ter animais de estimação seria tratá-los como coisas, problematizando os considerados sofrimentos vividos pelos animais.

Já em (76), o falante utiliza o modal volitivo *querer* para escopar o modal deôntico pleno *prohibir*, ressaltando a desejabilidade do ouvinte em instaurar dito EC

proibitivo (as touradas), eximindo-se de qualquer alinhamento a alegado desejo. Uma vez que o falante afirma que as festividades hispânicas são permitidas no país e, portanto, não necessitam de defesa, a subverção dessa proibição é que precisa ser baseada em argumento, uma vez que alterará uma configuração legal e cultural do país.

Sendo assim, amplia-se a noção da intersubjetividade modal não apenas a uma transferência do envolvimento modal ao Ouvinte por meio de uma Ilocução interrogativa, mas como qualquer forma de negociação com o Ouvinte.

A partir destas considerações, apresenta-se uma possível escalaridade no que se refere a efeitos para a modalidade deôntica:

Figura 8 - Proposta de escalaridade dos efeitos de Objetividade e Subjetividade da modalidade deôntica em LE

NÃO-MARCAÇÃO DE FONTES

<p><i>La tauromaquia con puya banderillas espada y estoque no se le puede catalogar como un arte más bien como pura tortura. (PEP-CO1)</i></p> <p>SUBJETIVIDADE</p>	<p><i>Luego se prohibió matar a gente por honor, y finalmente, en los estados moderno, está prohibido matar gente de ninguna de las maneras. (PEP-CO1)</i></p> <p>OBJETIVIDADE</p>
<p>PONTO</p> <p><i><u>En mi opinión deberían dejar de subvencionarse. (PEP-CO1)</u></i></p>	<p>NEUTRO</p> <p><i>Siempre que haya acudido con espíritu libre, dispuesto a sentir lo que siente y no lo que cree que debe sentir [...] (Ernest Hemingway, <u>MUERTE EN LA TARDE</u>). (PEP-CO1)</i></p>

MARCAÇÃO DE FONTES

Fonte: Elaborada pela autora.

O modelo para o estabelecimento de um *continuum* de efeitos, baseado na proposta de Dall’Aglío-Hattner (1996, p. 163), se divide em quadrantes e eixos. O eixo horizontal está relacionado aos efeitos de Subjetividade (do qual o eixo parte entendendo a noção de Subjetividade como natural à modalidade) e objetividade, e os quadrantes se relacionam à marcação ou não-marcação das fontes presentes no discurso, nos quais os

quadrantes superiores se referem aos efeitos não-marcados, e os inferiores, aos efeitos verificados por uma marcação evidencial, entendendo tal marcação evidencial como, dentre outros diversos elementos que possam orientar os efeitos de sentido modais (fatores contextuais, tipos de ilocução) o mais promissor e mais claro elemento de influência modal, no sentido da atribuição a efeitos de Objetividade, Subjetividade e Intersubjetividade.¹¹³

Com relação a este último, o efeito da intersubjetividade não foi incluído à proposta, uma vez que a Gramática Discursivo-Funcional propõe a análise linguística na perspectiva do Falante. No entanto, entendendo a necessidade proposta por Mackenzie (2014) de considerar o Ouvinte na interação, estabelece-se uma proposta de entendimento do efeito de intersubjetividade modal.

Figura 9 – Proposta de entendimento do efeito de Intersubjetividade.



Fonte: Elaborada pela autora.

Nesta lógica, tais fenômenos, ao serem observados em outros contextos, poderão trazer uma nova ótica aos estudos modais.

5.7 Síntese conclusiva

O capítulo deste estudo destinado à análise das expressões modais encontradas, foram feitas uma série de reflexões sobre as modalidades deônticas observadas no *corpus* selecionado, e levantando reflexões sobre estas por meio de análises quantitativas e qualitativas.

Na análise qualitativa, considerada a mais relevante para este estudo, devido ao seu caráter de discussão e problematização eminentemente teórica, recolheu-se dados que levassem a uma discussão não apenas de elementos e características modais já estabelecidas, bem como aquelas que pudessem comprovar a necessidade de uma revisão das propostas teóricas estabelecidas. A partir das categorias delimitadas na metodologia desta investigação, relativas aos Componentes Contextual e Gramatical, e aos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático, as expressões foram analisadas tendo em consideração de que forma ditas categorias puderam influenciar os efeitos atribuídos à modalidade.

¹¹³ Cf. Anexo B.

A porção quantitativa destes estudos serviu como suporte às reflexões qualitativas levantadas, não constituindo-se como um foco para este estudo. Com relação aos elementos centrais deste estudo, que consistem na discussão quanto à legitimidade dos parâmetros de avaliação já modal estabelecidos, isto é, a noção de escopo disposta na Gramática Discursivo-Funcional e em Olbertz e Gasparini-Bastos (2013), cruzada a uma marcação evidencial que explicitasse o posicionamento crítico dos Participantes do discurso, bem como o efeito dado à expressão modal, foram cruzados no programa SPSS, revelando uma tendência não categórica ao fenômeno, por meio do teste estatístico de *Qui-quadrado*, de resultado 0,03.

Por fim, estabeleceu-se uma proposta para a escalaridade dos efeitos de objetividade e subjetividade para a expressão da modalidade, bem como uma proposta esquemática para o entendimento do efeito de intersubjetividade modal.

6 CONCLUSÕES

A partir das análises das expressões encontradas nos textos coletados em *corpus*, e levando em consideração as diversas categorias utilizadas para reflexões de ditas expressões, categorias estas provenientes não apenas da própria estrutura teórico-analítica da GDF para o discurso, bem como estudos recentes (CONNOLLY, 2007; 2014; OLBERTZ; GASPARINI-BASTOS, 2013; OLIVEIRA, 2017), que buscam enriquecer os meios de análise propostos na Gramática Discursivo-Funcional, observou-se uma série de elementos de natureza contextual, intencional, gramatical, entre outras, parecem afetar o caráter modal.

Partindo da hipótese inicialmente estabelecida neste estudo de que elementos pertencentes aos diversos Componentes, Níveis e Camadas dispostos na teoria da Gramática Discursivo-Funcional atuariam de modo a influenciar e moldar os efeitos de sentido obtidos na expressão da modalidade deôntica, e tendo como objetivo principal analisar e descrever tais relações do Componente Contextual junto a cada Nível do Componente Gramatical, tendo como ferramenta principal a categoria *fonte*, foi percebida uma série de ricas relações entre distintos elementos internos e externos à linguagem, não apenas limitados à categoria das fontes evidenciais ou modais, bem como a uma diversidade de fatores relacionados a aspectos gramaticais, interpessoais, contextuais, entre outros. Dos elementos de cada Nível do Componente Gramatical delimitados enquanto categorias de análise deste estudo, observou-se a atuação e influência destes em diferentes medidas para a expressão dos efeitos de sentido.

Ainda que a Gramática Discursivo-Funcional adote como procedimento de classificação modal a ferramenta do escopo tomado, neste caso, pela própria modalidade, acredita-se conforme verificado nos casos debatidos ao longo do capítulo de análise deste estudo, que outros elementos para além daqueles que a modalidade deôntica toma por escopo podem afetar efetivamente a modalidade no que diz respeito aos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade.

Entre as categorias de análise destacadas para cada Componente e Nível abordado, buscou-se atrelar a cada uma o efeito que pudesse ser evidenciado ou favorecida por tais categorias. No que se relaciona ao contexto, foi verificada uma frequência em boa parte estável da expressão da modalidade deôntica, observadas as proporções relativas a extensão de cada gênero textual. A partir de estabilidade encontrada neste âmbito, entende-se que a expressão deôntica não foi favorecida pelos tipos de textos, atuando como elemento estratégico aos diferentes gêneros de maneira indistinta.

Quanto ao Componente Gramatical, as categorias de análise, que corresponderam

aos Níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático apresentaram contribuições interessantes para a análise dos efeitos modais.

No tocante ao Nível Interpessoal, ao analisar os tipos de Ilocução no qual a modalidade se encontra, obteve-se uma predominância do tipo declarativo, de natureza flexível aos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade. Os demais tipos de Ilocução, Optativa, Imprecativa e Interrogativa, apresentarem tendências mais específicas de, respectivamente, efeitos de subjetividade para o primeiro tipo e intersubjetividade para os demais. Quanto à (não) marcação da fonte evidencial de tipo *Reportativa*, esta atuou de modo a objetivizar o discurso.

A Nível Representacional, ao observar o escopo tomado pela modalidade, em certa medida corroborou-se a noção presente na GDF de que a modalidade deôntica atua mais frequentemente na camada dos Estado-de-Coisas, apresentando baixa frequência de escopo episódico. Quanto à tipologia de ditos EC's que a modalidade deôntica escopa, estes predominaram enquanto EC's de 'Ação', noção igualmente presente no arcabouço teórico da GDF. O Alvo da avaliação apresentou frequências equilibradas entre modalidade-orientada-para-o-participante e modalidade-orientada-para-o-evento. Quanto à Polaridade, percebeu-se um favorecimento da Polaridade de natureza positiva.

O último Nível analisado, o Nível Morfossintático, comprovou expectativas levantadas quanto às expressões deônticas, no que se refere a uma maior frequência de expressão modal por meio dos verbos modais Auxiliares e Plenos, verbos estes que, conjugados, apresentaram maior uso do tempo Presente e modo Indicativo.

Ao longo da análise, tais resultados serviram de apoio à interpretação das expressões encontradas e discussão dos efeitos favorecidos por eles.

Sendo assim, entende-se que, a partir do Componente Contextual, os componentes pertencentes a ele e aos níveis dispostos no Componente Gramatical desempenham relações muito próximas na construção dos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade modal, cujos aspectos aqui delimitados em categorias de análise favorecem em maior ou menor impacto ditos efeitos. Deste modo, a discussão sobre os efeitos modais pode ampliar-se a aspectos além dos já delimitados, fornecendo elementos mais básicos para a observação das estratégias decorrentes do uso da modalidade deôntico sob os variados efeitos disponíveis.

Um dos elementos a serem mencionados que mais contribui para tais conclusões acerca da reconsideração do caráter modal deôntico é a explicitude do tipo de fonte, isto é, a fonte da informação veiculada. Este componente discursivo, como já mencionado, provou-se de grande valia na definição dos distintos caracteres que foram atribuídos à modalidade, uma

vez que, além de revelar a fonte de onde parte a informação, neste caso, deôntica, de igual modo explicita o posicionamento do Falante com relação ao que está sendo ditado.

Cabe ressaltar que, embora a marcação das fontes evidenciais tenha ocorrido em menor frequência se comparado à não-marcação destas, isto não parece ter se dado enquanto tentativa de objetivizar ou discurso, uma vez que boa parte do caráter de subjetividade presente nas interações discursivas está relacionado aos próprios gêneros textuais nos quais é veiculada a informação. Sendo assim, a não-marcação da objetividade ou (inter)subjetividade dos Participantes parece se dar por uma adesão natural às subjetividades inerentes aos gêneros. Alinhando tais reflexões às propostas de Givón (1995), no tocante ao princípio da marcação, entende-se que esta se dá tão somente opor uma necessidade percebida pelo Falante de ressaltar algum aspecto não natural ou inferível do discurso, isto é, o Falante só marca certos elementos discursivos quando estes não são naturais à situação discursiva.

Tendo, porém, observado a expressão da fonte modal como um aparente influenciador direto dos efeitos de objetividade, subjetividade e intersubjetividade relacionados à expressão da modalidade deôntica, por meio de comprovação de uma relação estatística estabelecida pelo teste *Qui-quadrado*, de valor 0,0, entende-se a necessidade de contemplar a fonte modal nos estudos de ditos efeitos para a modalidade.

Sendo assim, em gêneros textuais de natureza argumentativa, a não-marcação do posicionamento do Falante no discurso é esperada, cabendo uma marcação efetiva de caráter objetivo, subjetivo ou intersubjetivo com objetivos mais claros como os de, respectivamente, contrastar-se à natureza do gênero em questão, impessoalizando-o, ressaltar ou enfatizar a criticidade do Falante quanto ao que está sendo dito ou revelar um intento de negociação dos valores deônticos instaurados com o Ouvinte.

No entanto, a noção de escopo para a modalidade deôntica proposta pela Gramática Discursivo-Funcional também auxiliou de maneira bastante significativa as reflexões concernentes a uma possível atribuição de subjetividade e intersubjetividade deôntica. De acordo com a GDF (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 176), a modalidade deôntica atua na camada mais baixa do Nível Representacional, a dos Estado-de-Coisas, sejam estes voltados para indivíduos quaisquer envolvidos na implementação discursiva (modalidade-orientada-para-o-participante) ou relativa a regras gerais de normas e condutas (modalidade-orientada-para-o-evento). Nesta lógica, a modalidade deôntica é avaliada a partir de seu alvo, o que a qualifica como objetiva. No entanto, foi possível observar uma, ainda que menos frequente, perceptível expressão da modalidade deôntica que toma por escopo a camada superior à do Estado-de-Coisas, a camada do Episódio, que, de acordo com Olbertz e

Gasparini-Bastos (2013, p. 297) está relacionada a um caráter subjetivo da modalidade deôntica.

Não obstante, ainda que se tenha percebido uma expressão da modalidade deôntica de escopo episódico, essa expressão não se deu categoricamente com efeito subjetivo. Desta forma, acredita-se que há uma riqueza de elementos que contribuem para a atribuição do efeito modal. Desta forma, a atribuição deste efeito deveria levar em consideração uma relação de escopo anterior a modalidade, observando os elementos contextuais que apareçam antes e após a expressão modal, bem como fatores relativos ao contexto, pois estes, de alguma forma, influenciam os aspectos discursivos.

Considera-se, então, uma proposta de revisão destes aspectos da Gramática Discursivo-Funcional, de modo a desenvolver o Componente Contextual, que, neste caso, pode provar-se bastante relevante para a atribuição do efeito de sentido modal. Além disto, sugere-se uma reconsideração de atribuição objetiva da modalidade deôntica com base no seu alvo de avaliação. Tais sugestões pode vir a harmonizar-se às concepções preestabelecidas à modalidade, tornando a teoria da GDF mais harmônica aos estudos anteriores da modalidade deôntica, bem como propostas similares recentes. Sugere-se que em tal revisão, se possa dar uma especial atenção aos elementos contextuais, discursivos e situacionais como instrumentos de orientação do efeito atribuído às modalidades, pois, uma vez que a evidencialidade se encontra hierarquicamente superior à categoria modalidade dentro da organização teórica da GDF, acredita-se que essa, enquanto expressão da fonte da informação, possa auxiliar a expressão de um posicionamento (a)crítico da fonte informacionais e modais presentes no discurso. Além disto, levanta-se a possibilidade de que este trabalho, bem como futuros estudos na área, possam vir a atestar a relevância de uma análise que contemple as fontes evidenciais e modais, levando a uma percepção de uma possível contribuição para o arcabouço teórico da GDF, a fim de incluir a fonte modal, requalificando a categorização dos efeitos modais a partir de elementos pertencentes a toda a arquitetura presente na Gramática Discursivo-Funcional.

Acredita-se que o presente estudo possa colaborar com possíveis ajustes teóricos na teoria GDF que se façam necessários aos autores, a fim de fornecer reflexões complementares ao já estabelecido na teoria, de modo e enriquecê-la. No que se refere especificamente à língua espanhola, acredita-se que este trabalho possa auxiliar no entendimento específico da construção discursiva na língua, fornecendo categorias de análise variadas para a observação do comprometimento do Falante naquilo que é dito. Desta forma, espera-se contribuir de forma significativa com materiais de estudo de ELE.

REFERÊNCIAS

ADELINO, F. J. da S.; NASCIMENTO, E. P. do. A modalização deôntica no gênero entrevista de emprego: estratégia semântico-argumentativa. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 06, n. 01, p. 460-480, jan./jun. 2017.

AGUIAR, M. Ethos Presidencial de Autoridade: Análise da Modalidade Deôntica nos Discursos de Tomada de Posse do Estado Novo. **Revista da Associação Portuguesa de Linguística**, n. 1, 2016.

ALTURO, N; KEIZER, E; PAYRATÓ, LI. The interaction between context and grammar in Functional Discourse Grammar. Pragmatics. **Quarterly Publication of the International Pragmatics Association (IPrA)**, v. 24, n. 2, p. 185-201, 2014.

ALMEIDA, S. **Subjetividade e intersubjetividade**: as construções completivas epistêmicas em inglês. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, 2010.

ALVES, R. J. A modalização nos discursos de uma autoridade política e de uma autoridade religiosa. **Revista de Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 57-67, 2007.

ANGHELUTA, M. A. **La expresión de la modalidad deóntica em los discursos de investidura de José María Aznar López**. Universidad Comenius de Bratislava, p. 18, 2014.

ARAGONÉS, L; PALENCIA, R. **Gramática de uso del español**: teoría y práctica. Ediciones SM, Madrid, 2005.

ARIAS, C. G; ROMÁN, J. S. Modalidad deóntica como expresión de la regulación social en el discurso político ciudadano en las cadenas de comentarios en blogs de periodismo. **Ibérica: Revista de la Asociación Europea de Lenguas para Fines Específicos (AELFE)**, n. 32, p. 201-220, 2016.

BALASCH, Sonia. Debe (de) ser: evolución de la variación. *In: Selected Proceedings of the 4th Workshop on Spanish Sociolinguistics*. 2008. p. 109-119.

BATISTA, V. G. L. A modalidade deôntica em webcomentários: Um estudo funcionalista da língua espanhola. *In: MARTINS, M. A. et al. (Orgs.) Estudos linguísticos: Textos selecionados*. Abralim 2013. João Pessoa. Ideia, 2016.

BATISTA, V. G. L. **La modalidad deóntica en webcomentarios**: un estudio funcionalista en lengua española. Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/29780/1/2016_tcc_vglbatista.pdf>. Acesso em: 27 abril 2019.

BELLO, A. **Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos**. Librería de Leocadio López, 1891.

BERMÚDEZ, F. W. **Evidencialidad**: La codificación lingüística del punto de vista. 2006. Tese de Doutorado. Institutionen för spanska, portugisiska och latinamerikastudier.

BENVENISTE, É. **Problèmes de linguistique générale**, 1 vol. 1966.

BENVENISTE, É. Problemas de linguística geral I. *In: Problemas de Linguística Geral I*. 1991.

BOYE, K; HARDER, P. Evidentiality: Linguistic categories and grammaticalization. **Functions of Language**, v. 16, n. 1, p. 9-43, 2009.

BYBEE, J; PERKINS, R; PAGLIUCA, W. **The Evolution of Grammar: Tense, Aspect, and Modality in the Languages of the World**, Chicago, 1994.

CARBONI, F; MAESTRI, M. A linguagem escravizada. **Revista Espaço Acadêmico, ano II**, n. 22, mar 2003.

CARDOSO, D.B.B. O imperativo gramatical no português brasileiro. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 14, n. 2, p. 317-340, 2006.

CARIOCA, C.R. Aspectos semânticos da evidencialidade nos trabalhos acadêmicos de grau. *In: NOGUEIRA M. T.; LOPES M. F. V. (Orgs.). Modo e Modalidade: gramática, discurso e interação*. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 143-164.

CARRETERO, M. Una propuesta de tipología de la modalidad: la aceptación como categoría modal. **DICENDA**. Cuadernos de Filología Hispánica, n. 10, p. 41-61. Madrid. Ed. Complutense, 1991-92.

CARRETERO, M. A integração dos aspectos sintáticos, semânticos e pragmático-discursivos na manifestação da evidencialidade. **Entrepalavras**, v. 8, n. 6 esp, p. 112-129, 2018.

CARVALHO, J. L. Q.; DE OLIVEIRA, L. C.; NUNES, T. A. Modal verbs as linguistic-discursive strategy of linguistic (im) politeness and face preservation... **Soletras**, v. 16, n. 31, p. 10-25, 2016.

CASSEB-GALVÃO, V.C. O componente evidencial da linguagem. *In: NOGUEIRA M. T.; LOPES M. F. V. (Orgs.). Modo e Modalidade: gramática, discurso e interação*. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 41-58.

CONNOLLY, J. H. Context in Functional Grammar. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 11-33, 2007.

CONNOLLY, J. H. The Contextual Component within a dynamic implementation of the FDG model: structure and interaction. [*S.I.*] **Pragmatics**, v. 24, n. 2, p. 229-248, 2014.

CORNILLIE, B. Los auxiliares evidenciales en español. *In: RUIZ, R. G; ALEGRÍA, D. I; LAMAS, Ó. L. (eds)*. 2016. **La evidencialidad en español: teoría y descripción**. Editorial Vervuert/Iberoamericana, p. 227-250. Acesso em: 29 dez 2019.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Uma análise funcional da modalidade epistêmica. **Alfa: Revista de Linguística**, v. 40, p. 151-173, São Paulo, 1996.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Gramática Discursivo-Funcional e os estudos tipológicos: um exercício de análise das línguas indígenas do Brasil. **Estudos Linguísticos**, v. 41, n. 1, p. 64-73, 2012.

DA SILVA, V. L. T. Competência comunicativa em língua estrangeira (Que conceito é esse?). **Soletras**, n. 8, p. 7-17, 2004.

DE OLIVEIRA, C. N. B. A; A língua: um eterno *continuum*. **Percursos Linguísticos**, v. 1, n. 1, p. 78-91. Vitória, 2011.

DE OLIVEIRA, C. M. M. **A organização retórica de artigos de opinião na imprensa e no jornal escolar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC. Fortaleza, 2017.

DIK, S.C. **The theory of the Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

DI TULLIO, A; MALCUORI, M. **Gramática del español para maestros y profesores del Uruguay**. ANEP, ProLEE. Montevideo, 2012.

GÓMEZ DE ERICE, M. V. *et al.* **Gramática para todos**: proyecto pedagógico com modalidade a distancia para terminalidad de estúdios de EGB 3 y Educación Polimodal EDITEP. EDIUNC, Mendonza, 2005.

FANJUL, A. (Org.). **Gramática y práctica de español para brasileños**. Santillana, São Paulo, 2005.

FONSECA, F. I. A. B. **Dêixis, tempo e narração**. 1989. 133 f. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística Geral). Universidade do Porto. Porto, 1989.

FREITAS, E. O. **Modalidade no gênero webcomentário do jornal O Povo**: efeitos de sentido e relação com o *mídiu*m digital. 2012. 133 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC. Fortaleza, 2012.

FUENTES RODRÍGUEZ, C. Algunas reflexiones sobre el concepto de modalidad. **Revista española de lingüística aplicada**, v. 7, p. 93-108, 1991.

FUENTES-RODRÍGUEZ, C. Operadores discursivos: focalización, modalidad e intersubjetividad. *In: El español a través del tiempo*: estudios ofrecidos a Rafael Cano Aguilar. Universidad de Sevilla, 2016. p. 877-899.

GASPARINI-BASTOS, S. D. Distinções entre modalidade deôntica objetiva e subjetiva no português falado: o caso do verbo 'dever'. **Confluência**, p. 273-287, 2014.

GIAMMATTEO, M.; MARCOVECCHIO, A. M. Las perífrasis verbales del español en un enfoque léxico-sintáctico. *In: Ponencia leída en el XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*. Montevideo, Uruguay. 2008.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. John Benjamins Publishing Company. Amsterdam/Philadelphia, 1995.

GIVÓN, T. **Syntax: an introduction**. Vol. 1. John Benjamins Publishing, 2001.

GONÇALVES, T. J. A modalização deôntica em artigos de opinião. **Linguagem: teoria, análise e aplicações**. v. 6, 2011.

GONZÁLEZ, C.; LIMA, P. Estrategias de expresión de la evidencialidad en la argumentación oral en sala de clases. **Revista signos**, v. 42, n. 71, p. 295-315, 2009.

GUIMARÃES NINIM, M. O. Pode ser... Poderia ser... o uso de modalizações na escrita acadêmica. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada (on-line)**. v. 14, n. 1, jan/mar. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/html/3398/339831530009/>>. Acesso em: 08 mai 2019.

GUIRADELLI, L. A; DOS SANTOS, A. C. O. A modalidade deôntica nas bulas de remédios. **Nucleus**, v. 2, n. 2, p. 1-18, 2010.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional Grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HEINE, B; NARROG, H. **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**. Oxford University Press, 2010.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. **Journal of semantics**, v. 6, n. 1, p. 227-269, 1988.

HENGEVELD, K. Layers and operators in Functional Grammar. **Journal of linguistics**, v. 25, n. 1, p. 127-157, 1989.

HENGEVELD, K. Illocution, mood, and modality. *In*: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (eds.). **Morphology: a handbook on inflection and word formation**. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 2, 2004, p. 1190-1201.

HENGEVELD, K; HATTNER, M. M. D. Four types of evidentiality in the native languages of Brazil. **Linguistics**, v. 53, n. 3, p. 479-524, 2015.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford Linguistics, 2008.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J. L. Alinhamento Interpessoal, Representacional e Morfosintático na Gramática Discursivo-Funcional.[S.l.] **D.E.L.T.A**, v. 25, n. 1, p. 181-208, 2009.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J. L. Functional Discourse Grammar. *In*: **The Oxford Handbook of Linguistic Analysis**. HEINE, B; NARROG, H. (Ed.). Oxford: Oxford University Press, 2010.

HENGEVELD, K; MACKENZIE, J. L. Grammar and Context in Functional-Discourse Grammar.[S.l.] **Pragmatics**, v. 24, n. 2, p. 203-277, 2014.

JACOBI, C; MELONE, E.; MENÓN, L. **Gramática en contexto**. Edelsa Grupo Didascalía,

S.A. Madrid, 2011.

KOCH, I. G.V. A questão das modalidades numa nova gramática da língua portuguesa. **Estudos linguísticos**, v. 13, p. 227-236, 1986.

LANGACKER, R. W. Subjectification. **Cognitive Linguistics (includes Cognitive, Linguistic Bibliography)**, v. 1, n. 1, p. 5-38, 1990.

LASLOP, M. E. V. Modalidad deóntica objetiva y subjetiva. **Nueva revista de filología hispánica**, v. 47, n. 1, p. 1-32, 1999.

LEVINSON, S. C. Deixis. *In: The handbook of pragmatics*. Blackwell, 2004. p. 97-121.

LIMA, L. V. **A modalidade facultativa no português falado no Ceará: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional**. 2019. 178 f. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em História, UFC. Fortaleza, 2019.

LLORACH, E. A. **Gramática de la lengua española**. Espasa Calpe. Madrid, 1994.

LOPES, M. F. S; PESSOA-PRATA, N. P. **A expressão da modalidade deóntica em língua espanhola: uma análise funcionalista em artigos de opinião**. (2012). [S.l.] Disponível em: <<http://twixar.me/wZrK>>.

LUCENA, I. L; Evidencialidade e construção de sentido em discursos políticos. **Revista do GELNE**, v. 12, n. 1/2, p. 127-141, 2010.

LUCENA, I. L; NOGUEIRA, M.T. A expressão da evidencialidade: uma análise do discurso político. *In: NOGUEIRA M. T.; LOPES M. F. V. (Orgs.). Modo e Modalidade: gramática, discurso e interação*. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 117-142.

LUCHT, J. M. P. **Gêneros Radiojornalísticos: Análise da Rádio Eldorado de São Paulo**. 2009. 204 f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Univerisdade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2009.

LYONS, J. **Semantics**. Cambridge University Press. Nova York, 1977.

LYONS, J. Modality. *In: Semantics*. V.2. Cambridge University Press, Nova York, 1977.

MACKENZIE, J. L. **Objetividade, Subjetividade e Intersubjetividade na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional**. 2017.

MACKENZIE, J. L. The Contextual Component in a dialogic FDG. [S.l.] **Pragmatics**, v. 24, n. 2, p. 249-273, 2014.

MARTINS, L.F; DE OLIVEIRA, N. F. **A gramaticalidade do verbo modal poder: usos identificados e evidências sobre sua atuação em contextos de pedido e permissão**. [S.l.]. [entre 2011 e 2018].

MARTÍN ZORRAQUINO, M. A. Aspectos de la gramática y de la pragmática de las partículas de modalidad en español actual. *In: Español como lengua extranjera, enfoque*

comunicativo y gramática: actas del IX congreso internacional de ASELE, p. 25-56. Santiago de Compostela: Servicio de Publicaciones, 1999.

MENEZES, L. C. **A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos.** 2006. 122 f. 2006. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC. Fortaleza, 2006.

MONTEIRO, S. L.; *et al.* A análise do discurso e questões sobre a linguagem. **Revista X**, v. 2, n. 0.2006, 2006.

NAGAMURA, G. H. **Descrição funcional dos evidenciais no discurso da auto-ajuda sobre saúde.** 2016. 89 f. 2016. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Linguística). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2016.

NAGAMURA, G. H. Adjetivos Subjetivos sob a abordagem da Gramática Discursivo-Funcional. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, v. 46, n. 1, p. 71-82, 2017.

NAGAMURA, G. H. **A expressão da subjetividade na GDF:** onde semântica e pragmática se encontram. 2016. 168 f.. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, UNESP, São José do Rio Preto.

NASCIMENTO, E. P. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. **Fórum Linguístico.** Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 30-45, 2010.

NAVARRO, J. M. Verbos modales y modalidad: criterios funcionales en el proceso comunicativo. 2004. **Estudios de Lingüística:** el verbo, 2004, págs. 443-450.

NEVES, M. H. de M. A modalidade. In KOCH, I. G. V. (org.) **Gramática do português falado.** Vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP - FAPESP, 1996, p. 163-199.

NEVES, M. H. de M. **Texto e Gramática.** São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. de M. A polissemia dos verbos modais. Ou: falando de ambigüidades. **Alfa: Revista de Linguística**, 2000.

NEVES, M. H. de M. A modalidade. *In:* KOCH, I.G.V. (org.). **Gramática do português falado.** Vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP - FAPESP, 1996.

NOGUEIRA M. T.; LOPES M. F. V. (Orgs.). **Modo e Modalidade:** gramática, discurso e interação. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

NOGUEIRA, M. T. Modalidade e argumentação. *In:* NOGUEIRA M. T.; LOPES M. F. V. (Orgs.). **Modo e Modalidade:** gramática, discurso e interação. Fortaleza: Edições UFC, 2011, p. 59-76.

NUYTS, J. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of pragmatics**, v. 33, n. 3, p. 383-400, 2001.

NUYTS, J. Notions of (inter) subjectivity. **English Text Construction**, v. 5, n. 1, p. 53-76, 2012.

NUYTS, J. Subjective vs. objective modality: What is the difference. *In*: FORTESCUE, M. *et al* (Ed.). **Layered structure and reference in a functional perspective**. Amsterdam: John Benjamins, p. 73-97, 1992.

NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistic**, v. 31, p. 993-969, 1993.

NUYTS, J. From language to conceptualization: The case of epistemic modality. *In*: **What we think, what we mean, and how we say it**: papers from the parasession on the correspondance of conceptual, semantic and grammatical representations: papers from the 29th regional meeting of the Chicago linguistic society. N.2, p. 271-286, 1993.

OLBERTZ, H.; GASPARINI-BASTOS, S. D. Objective and subjective deontic modal necessity in FDG – evidence from Spanish auxiliary expressions. *In*: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (eds.) **Casebook in Functional Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2013, p. 277-300.

OLIVEIRA, A. S. **La modalidad deóntica en lengua española**: un análisis funcionalista en editoriales. Fortaleza, 2015.

OLIVEIRA, A. S. **Modalidade volitiva em língua espanhola nos discursos do Papa Francisco em viagem apostólica**. 2017. 302 f. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC. Fortaleza, 2017.

OTAOLA OLANO, C. La modalidad (con especial referencia a la lengua española). **Revista de filología española**, v. 68, n. 1/2, p. 97-117, 1988.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Cambridge, Cambridge University Press, 1986.

PALMER, F. R. **Mood and modality**. Second edition. Cambridge, Cambridge University Press, 2001.

PALMER, F. R. **Modality and the English modals**. Routledge, New York, 2014.

PARRA, B. G. G. **Uma investigação discursivo-funcional das orações concessivas introduzidas por *aunque* em dados do Espanhol Peninsular**. 2016. 169 f. 2016. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

PEDROSO, S. F. A relação da língua portuguesa com a língua espanhola (peninsular e latino-americana): reflexos em livros didáticos. **Horizontes de Linguística Aplicada**. [S.l.]. ano 12, n. 2, 2013.

PEREIRA, M. E. A. **A construção da argumentatividade em artigos de opinião produzidos por alunos do ensino médio**. 2008. 217 f. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC. Fortaleza,

2008.

PEREIRA, A. S. S. A. **Funções discursivas dos processos anafóricos** – uma rediscussão dos critérios de análise. 2015. 191 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC. Fortaleza, 2015.

PESSOA, N. P. Modalidade deôntica e discurso publicitário: A construção da persuasão. *In*: PESSOA, N. P. A expressão da subjetividade em língua espanhola: uma análise funcionalista em artigos de opinião. **Anais do VII Congresso Internacional da Abralín**. Curitiba, 2011. p. 3382-3392.

PESSOA, N. P. **Modalidade deôntica e discurso midiático**: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional. 2011. 221 f. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFC, Fortaleza.

PESSOA, N. P. Modalidade deôntica na mídia radiofônica: uma análise baseada na Gramática Discursivo-Funcional. **Revista do GELNE**, v. 14, n. especial, p. 215-2391. Natal, 2012.

POLO, A. **Valores deônticos en un corpus comparable**. Relaciones textuales híbridas en el contexto europeo, p. 107-126, 2014.

PRATA, N. P. P; LOPES, M. F. S; OLIVEIRA, A. S. A expressão da modalidade deôntica em língua espanhola. **Revista e-escrita**: Revista do Curso de Letras da UNIABEU, v. 4, n. 2, p. 163-172, 2013.

PRATA, N. P. P; *et al.* A evidencialidade em textos jornalísticos escritos em língua espanhola. *In*: PRATA, N. P. P. *et al.* (Orgs.). **Espanhol em pauta**: perspectivas teórico-analíticas. Curitiba, Appris, 2017.

PRATA, N. P. P; OLIVEIRA, A. S. Alvo deôntico em editoriais: uma análise funcionalista da língua espanhola. **Hispanista**, v. XVII, n. 65, abril/mayo /jun 2016.

PRATA, N. P. P; VIDAL, R. P. **Modalidade deôntica em língua espanhola**: uma análise funcionalista em *corpus* oral. Disponível em: <<http://www.gelne.com.br/arquivos/anais/gelne-2014/anexos/66.pdf>>. 2014. Acesso em: 03 fev 2019.

PRATA, N. P. P. Evidencialidad en textos periodísticos: un análisis funcionalista en español. *In*: **VII Congresso Brasileiro de Hispanistas**. 2013. p. 881-886.

PRATA, N. P. P. Esquema imagético e modalidade deôntica: a relação entre metáfora e linguagem. **Linguagem em foco**: Revista do Programa de Pós-Graduação Em Linguística Aplicada da Uece/Universidade Estadual do Ceará. v. 2, n. 3. EdUece, Fortaleza, 2010.

PRATA, Nair. Webradio: novos gêneros, novas formas de interação. **XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Natal, 2 a 6 de set de 2008.

RAMOS, R. Estratégias argumentativas: as perguntas retóricas. *In*: ABREU; L. M. (coord.): **Diagonais das Letras Portuguesas Contemporâneas**. Actas do 2º Encontro de Estudos Portugueses, Aveiro, Associação de Estudos Portugueses/Fundação João Jacinto de

Magalhães, p. 171-186, 1996.

REYES, G. La Evidencialidad. *In*: _____. **Los procedimientos de cita**: citas encubierta y ecos. Madrid: Arco/Libros, 1994, p. 25-37.

RIBAS, B. O contexto digital e os gêneros jornalísticos: considerações sobre a retórica da narrativa na web. **IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor)**, 2006.

SANTA-CLARA, A. M. O; FERRO, T. C.; FERREIRA, S. P. A. O papel da linguagem do pesquisador na construção da compreensão de um texto. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 9, n. 2, p. 335-341, 2004.

SARDINHA, Tony Berber. Lingüística de corpus: histórico e problemática. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 16, n. 2, 2000.

SEGOVIA, A. C. Verbos de modalidad en el purépecha de Carapan, Michoacán. **Cuadernos de Lingüística de El Colegio de México**, v. 1, p. 133-158, 2013.

SILVA CÉSAR, H; BRIGUENTI, E; ORTEGA, O. Linguagem/discurso como outra dimensão da perspectiva ctsa no ensino das ciências/geociências: ensaiando algumas relações possíveis. **Enseñanza de las ciencias**, n. Extra, p. 1572-1576, 2009.

SILVA, I. L. L.; NOGUEIRA, M.T. A expressão da evidencialidade no contexto de gêneros textuais. **Entrepalavras**, v. 7, n. 4 esp, p. 130-147, 2017.

STASSI SÉ, J. C. **Subordinação discursiva no português à luz da Gramática Discursivo-Funcional**. 2012. 194 f. 2012. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

TOBÓN DE CASTRO, L; RODRÍGUEZ RONDÓN, J. Algunas consideraciones sobre el aspecto verbal en español. **Thesaurus: Boletín del Instituto Caro y Cuervo**, v. 39, n. 1, p. 34-47, 1974.

TRAUGOTT, E. C; DASHER, R. B. **Regularity in semantic change**. Cambridge University Press, 2001.

VARGAS-SIERRA, C. **Diseño de un corpus especializado con fines terminográficos**: el corpus de la piedra natural. Universidad de Alicante, Espanha, 2006.

VATRICAN, A. Usos y valores modales del condicional en español. **Archivum: Revista de la Facultad de Filología**, n. 64, p. 239-274, 2014.

_____. El condicional de cortesía en español: la hipótesis como forma de atenuación. A. Cabedo Nebot, M.J. Aguilar Ruiz, E. López-Navarra. **Estudios de lingüística**: investigaciones, propuestas y aplicaciones, Universitat de Valencia, pp.469-480, 2013.

VERHAGEN, A. **Constructions of intersubjectivity**: Discourse, Syntax and Cognition. Oxford University Press, 2005.

VERSTRAETE, J. C. The problem of subjective modality in the Functional Grammar model. **Functional Grammar Series**, p. 243-274, 2004.

_____. Scalar quantity implicatures and the interpretation of modality: Problems in the deontic domain. **Journal of Pragmatics**, v. 37, n. 9, p. 1401-1418, 2005.

ANEXO A - LAYOUT DA ENQUETE PROMOVIDA POR PEP

EDITORIALES TRIBUNAS COLUMNAS VÍDEOS CÓMO COLABORAR CARTAS A LA DIRECTORA NUESTRAS FIRMAS QUIÉNES SOMOS

ENCUESTA 1

¿Se deben prohibir los toros?

Queremos saber tu opinión. ¿Estás a favor o en contra de los festejos taurinos? ¿Desaparecerán? ¿Hay que prohibirlos? Lee las posiciones publicadas en EL PAÍS y participa en nuestra encuesta



EL PAÍS

25 SEP 2017 · 10:04 CEST

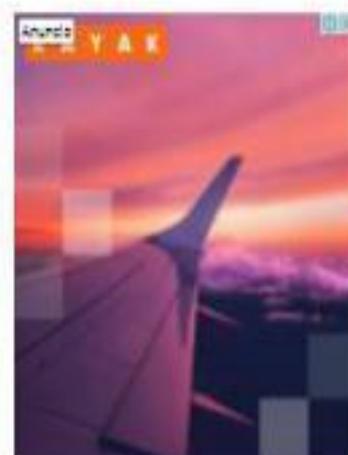


Una corrida de toros en Murcia. MARCIAL GULLÉN (EFE)

A favor de los toros

Opinión | Malos tiempos para la muerte: por Rubén Amón

El toro no es una víctima, sino un ídolo en la noción pagana, en la devoción popular. Y la lidia no es una lucha, sino una experiencia coreográfica que hacen del toro y el torero una aspiración indisoluble. Cuando los aficionados decimos que el torero ha acertado a "reunirse" con el toro hablamos de una comunión entre la brutalidad y la estilización. Se torea despacio en la guadaña. Y la propia cercanía de la muerte —segura, la del toro, posible la del torero— extrema la relación entre la oscuridad y la creatividad.



Passagens Aéreas Baratas

Pesquise as Melhores Passagens. Busque no KAYAK e Reserve.

KAYAK.com.br

Reservar agora

NEWSLETTER

Recibe el boletín de Opinión.



Si usted no dice lo que es la fiesta de los toros, el PACMA dirá lo que no es: por Antonio Lorca

La sociedad española se destauriniza cada vez más. Los niños de hoy no serán los aficionados de mañana; no serán más pacíficos porque conviven con la violencia del fútbol, de la televisión en horario infantil y de los videojuegos, pero rechazarán los toros porque es maltrato; rechazarán la sangre porque es desagradable, y la imagen de la muerte porque está prohibida.

En contra de los toros

El Acento | Un día los toros serán historia. Llegará: por Berna González Harbour

España va avanzando poco a poco en muchos temas. Desde luego en el tratamiento del agua, en el hambre y el bocio, incluso en el maltrato animal. Los descabezamientos de gallinas y patos o la cabra arrojada desde una torre aparentemente ya son historia. El avance es paulatino. Tal vez falten décadas para que nuestros nietos se horroricen de cómo era la España de *Tauromaquia*. Pero llegará.

El Acento | España en verano: hecatombes y fichajes de fútbol: por Jesús Mota

Es hora de abrir un debate sobre la subvención a las corridas de toros. Muchos consideran como arte el que un torero ("un matarife vestido de cupletista", según Dino Segre) mueva una tela roja delante de un toro. Están en su derecho; pero la opción más respetuosa con el dinero público es que paguen ese arte o industria de su bolsillo.

ENCUESTA

RESULTADOS | 37486 respuestas

Por motivos informativos la encuesta ya está cerrada al voto

¿Crees que desaparecerán los festejos taurinos?



¿Crees que hay que prohibirlos?



ANEXO B – TABELA 13

ESCOPO DA MODALIDADE DE ÔNTICA x EFEITO ATRIBUÍDO x MARCAÇÃO EVIDENCIAL

Fonte			EscopoMD		Total
			Ep	EC	
Efeito	Intersubjetividade	Contagem	0	15	15
		% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
		% em EscopoMD	0,0%	15,2%	14,3%
		% do Total	0,0%	14,3%	14,3%
	Subjetividade	Contagem	1	12	13
		% em Efeito	7,7%	92,3%	100,0%
		% em EscopoMD	16,7%	12,1%	12,4%
		% do Total	1,0%	11,4%	12,4%
	Subjetividade não-marcada	Contagem	1	17	18
		% em Efeito	5,6%	94,4%	100,0%
		% em EscopoMD	16,7%	17,2%	17,1%
		% do Total	1,0%	16,2%	17,1%
	Neutralidade/ Tendência subjetiva	Contagem	1	22	23
		% em Efeito	4,3%	95,7%	100,0%
		% em EscopoMD	16,7%	22,2%	21,9%
		% do Total	1,0%	21,0%	21,9%
	Neutralidade/ Tendência objetiva	Contagem	3	29	32
		% em Efeito	9,4%	90,6%	100,0%
		% em EscopoMD	50,0%	29,3%	30,5%
		% do Total	2,9%	27,6%	30,5%
	Objetividade	Contagem	0	4	4
		% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
		% em EscopoMD	0,0%	4,0%	3,8%
		% do Total	0,0%	3,8%	3,8%
Total	Contagem	6	99	105	
	% em Efeito	5,7%	94,3%	100,0%	
	% em EscopoMD	100,0%	100,0%	100,0%	
	% do Total	5,7%	94,3%	100,0%	
Efeito	Intersubjetividade	Contagem	0	9	9
		% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%

		% em EscopoMD	0,0%	18,8%	17,6%
		% do Total	0,0%	17,6%	17,6%
	Subjetividade	Contagem	3	15	18
		% em Efeito	16,7%	83,3%	100,0%
		% em EscopoMD	100,0%	31,3%	35,3%
		% do Total	5,9%	29,4%	35,3%
	Subjetividade não-marcada	Contagem	0	3	3
		% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
		% em EscopoMD	0,0%	6,3%	5,9%
		% do Total	0,0%	5,9%	5,9%
	Neutralidade/ Tendência subjetiva	Contagem	0	6	6
		% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
		% em EscopoMD	0,0%	12,5%	11,8%
		% do Total	0,0%	11,8%	11,8%
	Neutralidade tendência objetiva	Contagem	0	7	7
		% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
		% em EscopoMD	0,0%	14,6%	13,7%
		% do Total	0,0%	13,7%	13,7%
	Objetividade	Contagem	0	8	8
		% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
		% em EscopoMD	0,0%	16,7%	15,7%
		% do Total	0,0%	15,7%	15,7%
	Total	Contagem	3	48	51
		% em Efeito	5,9%	94,1%	100,0%
		% em EscopoMD	100,0%	100,0%	100,0%
		% do Total	5,9%	94,1%	100,0%
Efeito	Intersubjetividade	Contagem	0	24	24
		% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
		% em EscopoMD	0,0%	16,3%	15,4%
		% do Total	0,0%	15,4%	15,4%
	Subjetividade	Contagem	4	27	31
		% em Efeito	12,9%	87,1%	100,0%
		% em EscopoMD	44,4%	18,4%	19,9%
		% do Total	2,6%	17,3%	19,9%
	Subjetividade não-marcada	Contagem	1	20	21
		% em Efeito	4,8%	95,2%	100,0%
		% em EscopoMD	11,1%	13,6%	13,5%
		% do Total	0,6%	12,8%	13,5%
	Neutralidade/ Tendência subjetiva	Contagem	1	28	29
		% em Efeito	3,4%	96,6%	100,0%
		% em EscopoMD	11,1%	19,0%	18,6%
		% do Total	0,6%	17,9%	18,6%
	Neutralidade/ Tendência objetiva	Contagem	3	36	39
		% em Efeito	7,7%	92,3%	100,0%
		% em EscopoMD	33,3%	24,5%	25,0%

	% do Total	1,9%	23,1%	25,0%
Objetividade	Contagem	0	12	12
	% em Efeito	0,0%	100,0%	100,0%
	% em EscopoMD	0,0%	8,2%	7,7%
	% do Total	0,0%	7,7%	7,7%
Total	Contagem	9	147	156
	% em Efeito	5,8%	94,2%	100,0%
	% em EscopoMD	100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total	5,8%	94,2%	100,0%

Fonte: Elaborada pela autora com base no SPSS.